The background of the cover is a complex, abstract pattern of white lines of varying thicknesses and orientations, creating a dense, web-like structure against a solid black background. The lines intersect at various points, forming a series of irregular shapes and triangles.

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**Raça e Racismo em uma
perspectiva global**

Volume 48—número 2—2017

ISSN, v. eletrônica 2318-4620. Fortaleza

Universidade Federal do Ceara—UFC
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Revista de Ciências Sociais

Raça e Racismo em uma Perspectiva Global

Ficha Catalográfica

Revista de Ciências Sociais — periódico do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará — UFC

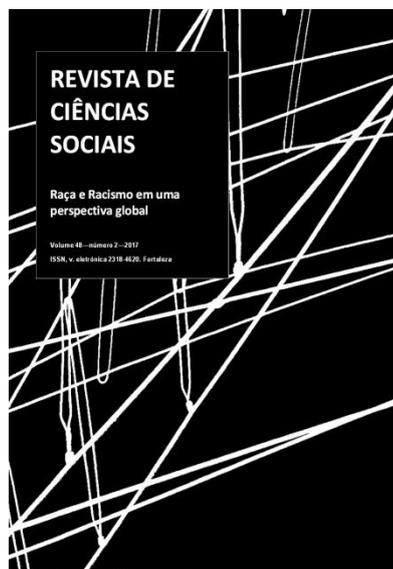
n.1 (1970) - Fortaleza, UFC, 2017

Semestral

ISSN, v. eletrônica 2318-4620

1. Raça; 2. Racismo; 3. Global

I — Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades



Revista de Ciências Sociais

Volume 48. número 2—2017

Publicação do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará

Membro da International Sociological Association (ISA)

ISSN, v. eletrônica 2318-4620

Comissão Editorial

Irllys de Alencar Firmo Barreira,
Irapuan Lima Peixoto Filho,
Clayton Mendonça Cunha Filho.

Conselho Editorial

Bela Feldman-Bianco (UNICAMP), Boaventura de Sousa Santos (Universidade de Coimbra), Céli Regina Jardim Pinto (UFRGS), César Barreira (UFC), Fernanda Sobral (UnB), François Laplantine (Universidade de Lyon 2), Inaiá Maria Moreira de Carvalho (UFBA), Jawdat Abu-El-Haj (UFC), João Pacheco de Oliveira (UFRJ), José Machado Pais (ICS, Universidade de Lisboa), Linda Maria de Pontes Gondim (UFC), Lucio Oliver Costilla (UNAM), Luiz Felipe Baeta Neves (UERJ), Manfredo Oliveira (UFC), Maria Helena Vilas Boas Concione (PUC-SP), Moacir Palmeira (UFRJ), Ruben George Oliven (UFRGS), Ralph Della Cava (ILAS), Ronald H. Chilcote (Universidade da Califórnia), Véronique Nahoum-Grappe (CNRS)

Edição

Projeto gráfico;
Vibri Design & Branding

Editoração eletrônica

Ana Paula Lima

Organização

Geísa Mattos

Revisão

Ana Paula Lima
Irapuan Peixoto Lima Filho
Geísa Mattos

Endereço para Correspondência

Revista de Ciências Sociais
Departamento de Ciências
Sociais

Centro de Humanidades —
Universidade Federal do Ceará

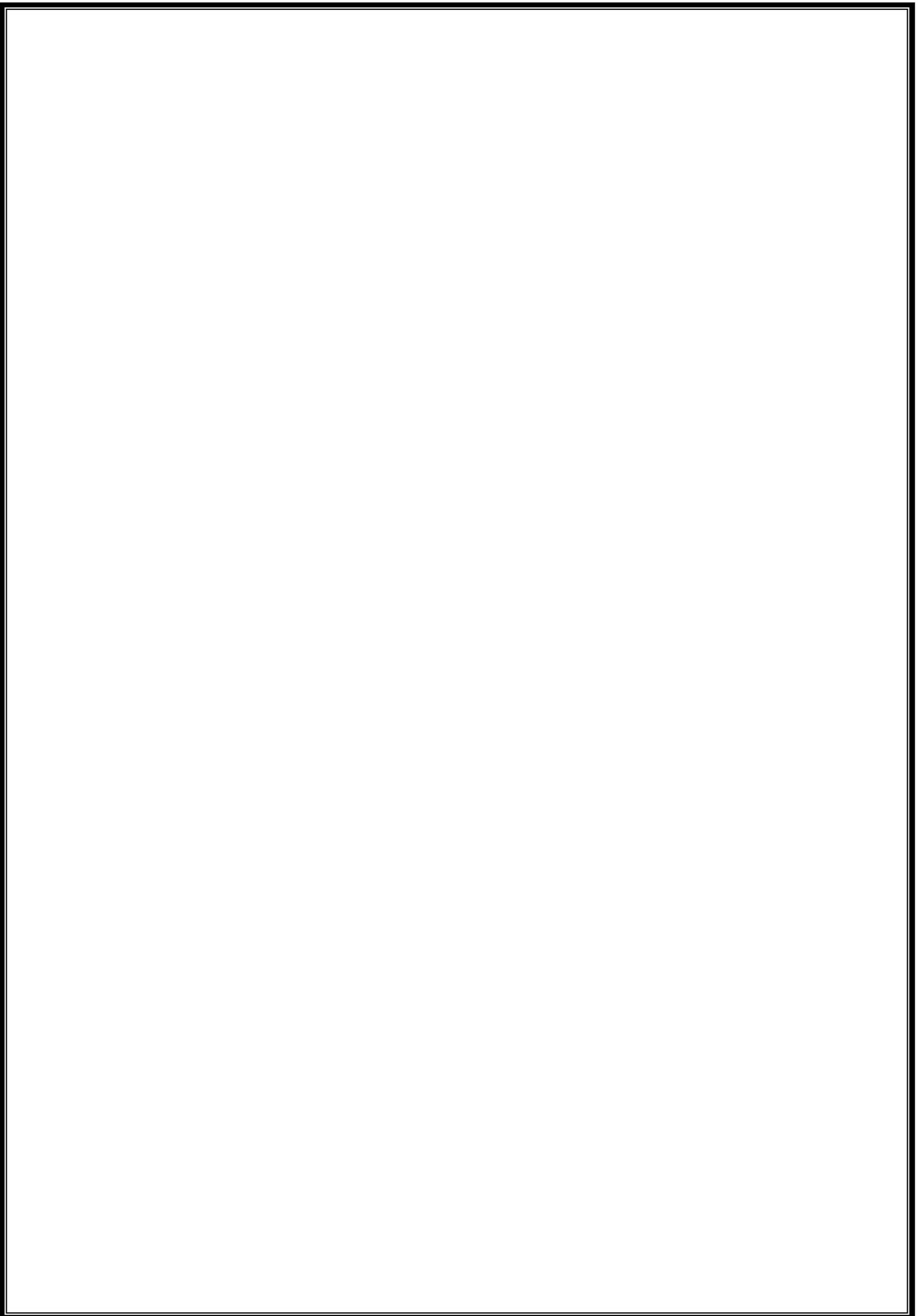
Endereço postal: Av. da
Universidade, 2995, 1o andar
(Benfica) 60.020-181
Fortaleza, Ceará/BRASIL

Tel.Fax: (85) 3366.7536/
3366.7416

E-mail: rcs@ufc.br

Publicação Semestral

Solicita-se permuta/ Exchange
desired



Sumário

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 48
n.2, 2017

// DOSSIÊ: RAÇA E RACISMO EM UMA PERSPECTIVA GLOBAL

- 12 Apresentação**
Geísa Mattos
- 20 Visões afro-americanas sobre o Brasil, 1900-2000**
George Reid Andrews
- 53 Como pensar o racismo: o paradigma colonial e a abordagem
da sociologia histórica**
Karl Monsma
- 83 Por uma Mudança de Paradigma: Antinegitude e
Antagonismo Estrutural**
João Costa Vargas
- 106 Abdias Nascimento e a Tradição Intelectual Afrodiaspórica: No
Combate Ao Racismo**
Tshombe Miles
- 137 “Parentalidade Soberana” em bairros afluentes da América
Latina: Raça e as Geopolíticas dos cuidados de crianças em
Ipanema (Brasil) e El Condado (Porto Rico)**
Ana Y. Ramos-Zayas
- 185 Flagrantes de racismo: imagens da violência policial e as
conexões entre o ativismo no Brasil e nos Estados Unidos**
Geísa Mattos

// ARTIGOS

- 220 A análise dos Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs/PNUD/ONU) e as aproximações com a perspectiva histórico-hermenêutica**

Maria José de Resende

- 256 Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): Um Estado da Arte na Pós-Graduação**

Cristiano das Neves Bodart

Marcelo Pinheiro Cigales

- 282 El posdesarrollo y la refundación de las utopías sociales**

Paulo Henrique Martins

- 308 Uma análise empírica das relações do Terceiro Setor com o Estado e com o Mercado no Brasil e em Portugal**

Marina Félix Melo

// ENTREVISTA

- 346 Fluxos Sincréticos: Entrevista com Massimo Canevacci**

Glória Diógenes

Márcio F Benevides

// RESENHAS

- 369 Mulheres, Raça e Classe**

Gislania de Freitas Silva

- 377 Contragolpes. Seleção de artigos da New Left Review**

Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá

Contents

Social Sciences Journal, Fortaleza, v. 48

n. 2, 2017

// SPECIAL ISSUE: RACE AND RACISM IN A GLOBAL PERSPECTIVE

- 12 Presentation**
Geísa Mattos
- 20 African-American Visions of Brazil, 1900-2000**
George Reid Andrews
- 53 How to think about racism: the colonial paradigm and historical sociology**
Karl Monsma
- 83 For a paradigm shift; antiblackness and structural antagonism**
João Costa Vargas
- 106 Abdias do Nascimento and the Afro-diasporic Intellectual Tradition: combatting Racism**
Tshombe Miles
- 137 “Sovereign Parenting” in Affluent Latin American Neighborhoods: race, and the Geopolitics of Childcare in Ipanema (Brazil) and El Condado (Puerto Rico)**
Ana Y. Ramos-Zayas
- 185 Racism in the act: images of police violence and the connections between activism in Brazil and in the United States**
Geísa Mattos

// ARTICLES

- 220 An analysis of Human Development Reports (UNDP/UN) through the lenses of the historical-hermeneutic approach**

Maria José de Resende

- 256 Sociology of Education in Brazil (1993-2015): A State of The Art in the Graduate Studies**

Cristiano das Neves Bodart

Marcelo Pinheiro Cigales

- 282 Post Development and the re-founding of social utopias**

Paulo Henrique Martins

- 308 An Empirical Analysis of the Relationships Among Third Sector, State and Market in Brazil and Portugal**

Marina Félix Melo

// INTERVIEW

- 346 Syncretic Flows: An Interview with Massimo Canevacci**

Glória Diógenes

Márcio F Benevides

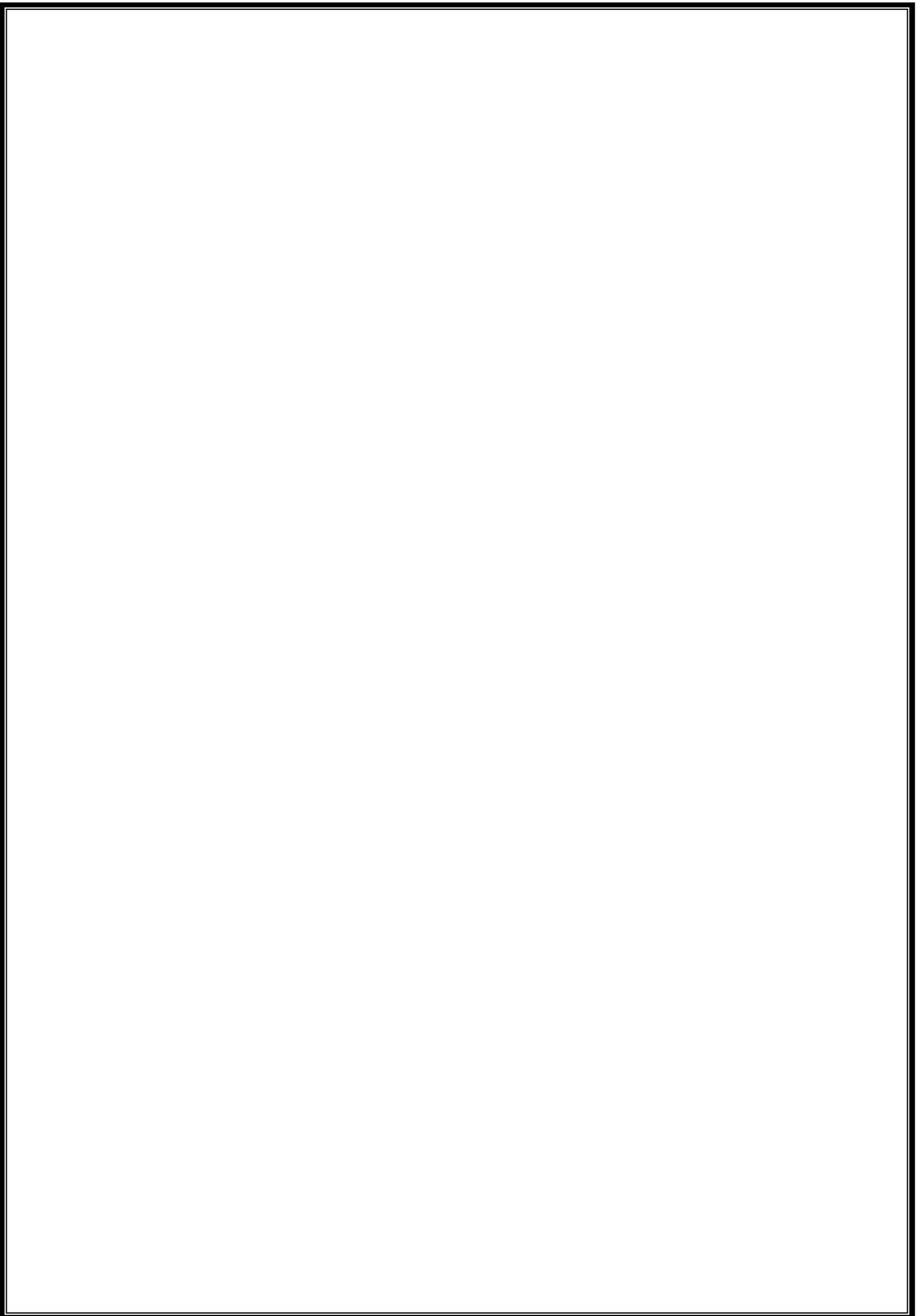
// REVIEW

- 369 Women, Race and Class**

Gislania de Freitas Silva

- 377 Countercoup. A Selection of New Left Review articles**

Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá



Apresentação

Raça e racismo estão no centro dos debates políticos e culturais em todo o mundo contemporâneo. Nos Estados Unidos, o movimento *Black Lives Matter* e a política Trump de barrar imigrantes dos países árabes; na Índia, reações contra o sistema de castas; nas nações centrais da Europa, hostilidade contra refugiados e imigrantes; no Brasil, racismo e antirracismo escancarados nas redes sociais digitais.

Quais as contribuições que as abordagens comparativas sobre diversas situações de racismo podem trazer para uma compreensão teórica ampliada da questão? O que unifica e diferencia os movimentos antirracismo na contemporaneidade? Quais as contribuições que a etnografia das relações racializadas pode fornecer para compreender a reprodução de um racismo disfarçado (ou “cego”) no cotidiano? O presente dossiê reúne autores do Sul e do Norte da América para pensar em termos diacrônicos e sincrônicos sobre essas questões.

No artigo que abre esta edição, *Visões afro-americanas sobre o Brasil, 1900-2000*, George Reid Andrews (University of Pittsburgh), mostra que além de uma história de conexões, a história da diáspora africana é uma história de comparações. Ele analisa os olhares de afro-americanos sobre o Brasil ao longo do século XX e como estes se modificaram, passando de uma idealização do nosso país como “democracia racial” a visões cada vez mais críticas sobre as formas brasileiras de racismo.

Andrews apresenta um rico panorama dos contextos históricos a partir dos quais jornalistas e intelectuais afro-americanos interpretaram raça no Brasil e de como foram levados a modificar sua visão. Desde as experiências de Robert Abbott, Ollie Stewart, E. Franklin Frazier e George Schuyler com a discriminação nos hotéis brasileiros em meados dos anos 1940 e 1950 até pesquisas sociológicas e etnográficas mais densas no fim do século – feitas por pesquisadores que dominavam o português e passaram longas temporadas no Brasil, como Hanchard, Twine, Gilliam – as perguntas mudaram. Em vez de buscar compreender *se* e *como* a “democracia racial” funcionava; no fim do século, a questão era “por que não há um movimento social afro-brasileiro comparável ao movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos?” (Hanchard, 1994).

Aqui, no entanto, Andrews aponta os limites das comparações quando, ao tomarem os Estados Unidos como “modelo”, abordam o movimento negro brasileiro em termos do que lhe “faltaria”. Citando a ativista brasileira Luíza Barros, na sua crítica à Hanchard, a pergunta deveria ser, por exemplo: “que tipo de movimento negro foi gerado a partir da formação racial brasileira?”. Andrews aponta ainda para a necessidade de mais pesquisas mostrando as conexões e comparações entre as comunidades diaspóricas na América Latina e a fecundidade dos estudos já iniciados nessa direção.

Em uma abordagem mais teórica, mas que também comprova a importância dos estudos comparativos e históricos para a formulação da definição de racismo, o artigo *Como pensar o racismo: o paradigma colonial e a abordagem da sociologia histórica*, de Karl Monsma (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), argumenta que as diferentes formas de racismo não podem ser compreendidas pelo que se denomina de “paradigma colonial”. O autor faz um amplo inventário de situações históricas em diferentes lugares do mundo para chegar à sua definição de racismo como “a dominação sistemática de um grupo étnico por outro, acompanhada por representações e ideologias que essencializam e depreciam o povo subordinado, servindo para justificar a exploração ou exclusão material”. Ao mesmo tempo, o autor sugere, na perspectiva da sociologia histórica, a compreensão do racismo como processo, estrutura em constante mutação e reprodução.

Uma definição mais ampla – e, ao mesmo tempo, mais precisa – de racismo, e a comparação de diversas situações históricas e culturais às quais esta se aplicaria, conduz Monsma à questão: “Por que vários povos que já foram racializados e subordinados na América não sofrem mais o racismo hoje, ou o sofrem em grau muito menor, ao passo que o racismo anti-negro perdura?”.

Partindo de premissas teóricas bem diferentes da de Karl Monsma, o artigo de João Costa Vargas (University of Texas at Austin), *Por uma Mudança de Paradigma: Antinegitude e Antagonismo Estrutural*, contribui para um olhar radical e novo sobre a persistência do racismo contra os afrodescendentes no mundo, a partir de sua condição estruturante. Ele propõe um “esboço de teoria alternativa ao estado-império”, uma mudança de paradigma que consiste na substituição da díade analítica “brancx-não brancx” pela díade analítica “negrx-não negrx”. Para Vargas, a “gramática da antinegitude” é normativa, subliminar, ambígua, transhistórica e se estabelece de forma efetivamente imune à contestação. Concentrado no

racismo anti-negrx e na sua experiência fundamental de “escravidão póstuma e presente”, o autor defende que “negros vivenciam violência não por causa do que fazem, mas por causa de quem são, ou melhor, de quem não são (...). Da perspectiva de uma pessoa negra, não se trata de perguntar *se* ela será brutalizada, mas *quando*”. E ainda: “a condição da escrava, da pessoa imersa na morte social, não é legível pelo mundo que depende de sua presença ausente, existência morta”. O autor defende que se reconheça a profundidade estrutural da antinegitude.

Nesse sentido, é relevante lembrar o trabalho do intelectual e ativista brasileiro Abdias do Nascimento na perspectiva do movimento afrodiaspórico internacional, tema do artigo *Abdias Nascimento e a Tradição Intelectual Afrodiaspórica No Combate Ao Racismo*, de Tshombe Miles (City University of New York). O autor defende que recuperar a trajetória e as ideias do intelectual brasileiro negro mais influente no movimento negro internacional contribui para a compreensão da luta contra o “racismo cego” (color-blind racism) nos Estados Unidos, pois, para Miles, as formulações de Nascimento anteciparam, em muitos aspectos, trabalhos como o de Eduardo Bonilla-Silva (2014) sobre o “racismo sem racistas”. O artigo de Miles explora as conexões de Nascimento com os ativistas afro-americanos Molefi Asante e Maulana Karenga, que se tornaram amplamente reconhecidos pelo pensamento afrocêntrico. A proposta do quilombolismo, de Nascimento, ganha parte de sua inspiração destas ideias afrocêntricas, embora, analisando o jornal “O Quilombo”, Miles constate que o autor já utilizava uma linguagem afrodiaspórica e uma visão de mundo pan-africana.

O artigo “*Parentalidade Soberana*” em bairros afluentes da América Latina: *Raça e as Geopolíticas dos cuidados de crianças em Ipanema (Brasil) e El Condado (Porto Rico)*, de Ana Ramos-Zayas (University Yale) contribui com uma densa etnografia de relações do que se constitui em um dos aspectos mais emblemáticos da persistência do racismo no Brasil: os relacionamentos entre famílias de classe média branca com as babás de seus

filhos. A partir de um estudo etnográfico com mães e pais dos bairros ricos de Ipanema, no Brasil, e El Condado, em Porto Rico, a autora examina como as elites progressistas da América Latina reformulam o entendimento de raça e classe em relação às práticas e objetivos da parentalidade. Ramos-Zayas apresenta como os sentimentos positivos expressos por mães e pais com relação às babás de fato sustentam as desigualdades de poder e racismo.

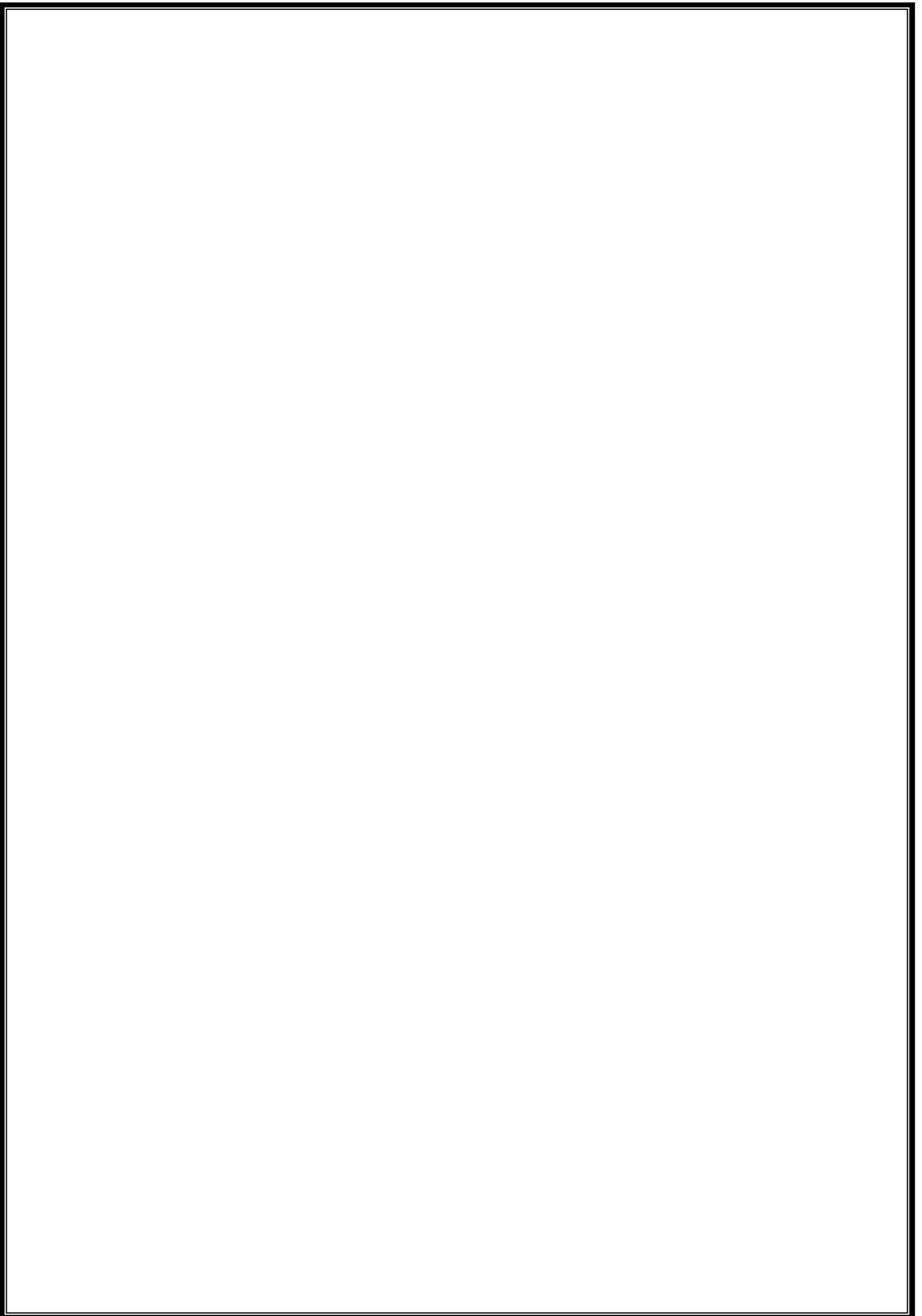
O trabalho etnográfico de Ramos-Zayas é exemplar não só no sentido de revelar os aspectos intrínsecos do racismo persistente no Brasil por meio das formas que tomam estas relações no cotidiano, como também por elaborar, a partir dele, o conceito de “parentalidade soberana”, que ela encontra como característica distintiva deste grupo de mães e pais de classe média e que tem como um de seus aspectos mais característicos a repugnância contra os corpos, as roupas e os relacionamentos com suas babás afrodescendentes.

Outro aspecto central e dos mais visíveis atualmente quanto à persistência do racismo no Brasil e nos Estados Unidos vem a partir das denúncias dos movimentos contra a violência policial. Em *Flagrantes de racismo: imagens da violência policial e as conexões entre o ativismo no Brasil e nos Estados Unidos*, analiso as conexões entre os movimentos antirracismo entre os dois países, a partir de casos brasileiros de violência policial que tiveram grande repercussão como crimes racistas. Minha pesquisa foi realizada nas cidades de Nova York e Rio de Janeiro, onde presenciei encontros de ativistas americanos e brasileiros e observei o compartilhamento crescente de uma “linguagem de raça” em comum. Meu objetivo, no entanto, era compreender as especificidades culturais e políticas da construção de raça que está emergindo nos últimos dez anos a partir das favelas brasileiras. No artigo, preparado para este dossiê, busco apresentar o contexto global e nacional que torna possível esta crescente racialização da discussão da violência policial no Brasil.

Esperamos que nossas contribuições no presente dossiê sejam inspiradoras para os pesquisadores desta temática e produzam novos debates, comparações críticas, conexões teóricas e práticas sobre raça e racismo num mundo cada vez mais complexo, rápido e interconectado.

Geísa Mattos
organizadora

**// Dossiê: Raça e racismo
em uma Perspectiva
Global**



Visões afro-americanas sobre o Brasil, 1900-2000 ^{1 2}

George Reid Andrews

University of Pittsburgh (EUA)

Introdução

Uma tendência atual da produção acadêmica sobre a América Afro-Latina e sobre a diáspora africana consiste em ressaltar a importância das conexões transnacionais e, até mesmo, transcontinentais na formação das condições de vida dos negros. No início dos anos 1990, Paul Gilroy ficou famoso pela proposta do conceito de um Atlântico Negro, constituído por interações e comunicações entre comunidades diaspóricas nos Estados

¹ Tradução de João Miguel Lima.

² Extraído de *Afro-Latin America: Black Lives, 1600-2000*, de George R. Andrews. Republicado com permissão. Copyright © 2016 em nome de *President and Fellows of Harvard College*. Todos os direitos reservados.

Unidos, Europa, Caribe e África³. Recentemente, histórias da diáspora africana, sintetizadas por Michael Gomez e Patrick Manning, adotam como um de seus temas centrais as “relações entre comunidades de populações afrodescendentes que estão geograficamente separadas” (GOMEZ, 2005, p. 2, tradução livre) e as “conexões entre as variadas regiões do mundo negro” (MANNING, 2009, p. 4, tradução livre). E há, atualmente, uma nova onda de trabalhos que buscam traçar conexões similares na América Latina e no Caribe⁴.

Porém, além de ser uma história de conexões, a história da diáspora africana é, ao mesmo tempo, uma história de comparações⁵. Enquanto marinheiros, trabalhadores, artistas, empresários e escritores negros viajavam por todo o mundo atlântico, eles inevitavelmente comparavam e contrastavam o que conheciam de seus países com as condições encontradas nas sociedades que os recebiam.

Grande parte desses pensamentos e reflexões comparativas foi comunicada pela oralidade e agora se encontra praticamente perdida para os historiadores. Por outro lado, os altos índices de alfabetização entre negros nos Estados Unidos e a presença, durante os séculos XIX e XX, de uma

³ GILROY, Paul. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.

⁴ CANDELARIO, Ginetta. *Black Behind the Ears: Dominican Racial Identity from Museums to Beauty Shops*. Durham: Duke University Press, 2007; SEIGEL, Micol. *Uneven Encounters: Making Race and Nation in Brazil and the United States*. Durham: Duke University Press, 2009; GURIDY, Frank Andre. *Forging Diaspora: Afro-Cubans and African Americans in a World of Empire and Jim Crow*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2010; LANDERS, Jane. *Atlantic Creoles in the Age of Revolutions*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011; FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. Nova York: Cambridge University Press, 2012; PUTNAM, Lara. *Radical Moves: Caribbean Migrants and the Politics of Race in the Jazz Age*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2013; FERRER, Ada. *Freedom's Mirror: Cuba and Haiti in the Age of Revolution*. Nova York: Cambridge University Press, 2014; JOSEPH, Tiffany D. *Race on the Move: Brazilian Migrants and the Global Reconstruction of Race*. Stanford: Stanford University Press, 2015; CASEY, Matthew. *Empire's Guest Workers: Haitian Migrants in Cuba during the Age of U.S. Occupation*. Nova York: Cambridge University Press, 2017.

⁵ Sobre comparação e conexão, ver HOLSTEIN, Diego. *Thinking History Globally*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2015, pp. 11-19.

imprensa afro-americana ativa, conferem a nós a oportunidade de ler os comentários escritos pelos afro-americanos que viajaram dos Estados Unidos para a América Latina.

No século XIX, esses viajantes escreveram com mais frequência sobre dois países caribenhos: Haiti e Cuba. Inspirados pelas lutas por independência das duas nações, pelos heróis negros que lideraram essas lutas e pelos esforços do Haiti em construir uma república negra de autogestão, escritores afro-americanos como Martin Delany, Frederick Douglass, William Wells Brown e outros teceram longos comentários sobre os dois países. Quando soldados afro-americanos desembarcaram em Cuba no ano de 1898 – como parte das forças de expedição dos Estados Unidos – eles escreveram inúmeras cartas para jornais negros, relatando as condições de vida na ilha⁶.

Inicialmente, o Brasil permaneceu menos conhecido entre os públicos afro-americanos. No entanto, já em 1858, o ex-escravo e abolicionista Frederick Douglass sugeriu que o

Brasil – um país que, em nosso orgulho, estigmatizamos como semibárbaro – não trata o seu povo de cor, livre ou escravo, da maneira injusta, bárbara e escandalosa como nós os tratamos... A América democrática e protestante faria bem em aprender algo sobre justiça e liberdade do Brasil despótico e católico. (AZEVEDO, 1995, p. 91, tradução livre).

Jornais afro-americanos informaram sobre a abolição da escravatura

⁶ HUNT, Alfred N. *Haiti's Influence on Antebellum America: Slumbering Volcano in the Caribbean*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1988; POLYNÉ, Millery. *From Douglass to Duvalier: U.S. African Americans, Haiti, and Pan Americanism, 1870-1964*. Gainesville: University of Florida Press, 2010; CLAVIN, Matthew J. *Toussaint Louverture and the American Civil War: The Promise and Peril of a Second Haitian Revolution*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2010; BROCK, Lisa; FUENTES, Digna Castañeda (eds.). *Between Race and Empire: African-Americans and Cubans before the Cuban Revolution*. Filadélfia: Temple University Press, 1998; GURIDY. *Forging Diaspora*; GATEWOOD, Willard B. *"Smoked Yankees" and the Struggle for Empire: Letters from Negro Soldiers, 1898-1902*. Fayetteville, Arkansas: University of Arkansas Press, 1987.

no Brasil em 1888 e, à medida que a ideia do Brasil como uma democracia racial gradualmente tomou forma na primeira metade do século XX, os afro-americanos – em busca de alternativas à opressão racial da América do Norte – voltaram a atenção cada vez mais para a república sul-americana como um modelo possível para a construção de uma sociedade multirracial.

Nas páginas da imprensa afro-americana, nas recordações e nos relatos de viagem, bem como em projetos de pesquisa acadêmica (principalmente na segunda metade do século XX), viajantes afro-americanos relataram o que haviam visto no Brasil e suas interpretações. Desse modo, eles certamente escreveram não apenas sobre o Brasil, mas sobre os Estados Unidos também, quer implícita ou explicitamente. Considerando que as condições raciais em ambos os países mudaram ao longo do século XX, também mudaram os termos das comparações entre eles.

À procura de democracia racial

Em 1914, o *Chicago Defender*, o maior jornal afro-americano da época, reportou na matéria de capa que o “Brasil acolhe afro-americanos”. Uma série de frases impactantes se seguiu à manchete:

Jovem de Chicago visitou as principais cidades brasileiras e ficou impressionado com o progresso, a riqueza e os cargos elevados conquistados por afro-americanos – as raças continuam a casar entre si e a viver em paz e harmonia, pelo bem comum do país. HÁ ABSOLUTAMENTE NENHUMA DIVISÃO DE COR NO BRASIL. (BRAZIL Welcomes Afro-Americans, 1914, p. 1, tradução livre).

Em 1916, o jornal retomou o tema do Brasil como um “campo elísio para a população negra. Caso haja alguma dúvida na mente do branco estadunidense se os negros seriam capazes de se autogovernar, ele precisa apenas ver e estudar o povo negro desta maravilhosa república para se convencer” (BRAZIL Wants Educated Black Men, 1916, p. 1, tradução

livre). Segundo o jornal, a maioria dos membros das duas casas do Congresso brasileiro era negra; e o ex-presidente afro-brasileiro, Nilo Peçanha (1909-1910), havia sido considerado “muito habilidoso”, um

(...) estadista de alta distinção, cujos conselhos são sempre procurados e adotados em grandes questões governamentais... Brancos e negros são iguais em todos os aspectos e nenhum pensamento sobre a cor de alguém sequer surge à mente das pessoas, não importa a ocasião... Se há de existir algum lugar na Terra ideal para o homem negro, sem dúvida poderia ser dito seguramente que é a República do Brasil. (BRAZIL Wants Educated Black Men, 1916, p. 1, tradução livre)

Artigos semelhantes, igualmente entusiasmados, apareceram em outros jornais negros⁷. Em 1921, o *Brazilian-American Colonization Syndicate* estava a organizar uma proposta de emigração de centenas de famílias afro-americanas para fundar colônias agrícolas no oeste do estado do Mato Grosso. “Os brasileiros estão muito empolgados com a possibilidade de receber um número expressivo de americanos negros, desta vez como colonos”, informara o *Norfolk Journal and Guide* (FIRST Colony to Sail for Brazil in June, 1921, p. 1, tradução livre). “Se as aparências contam para alguma coisa, a perspectiva parece verdadeiramente boa para os novos colonos” (BRAZIL is a very interesting country, 1921, p. 1, tradução livre).

Infelizmente, tais aparências mostraram-se enganosas. O programa proposto para uma colonização afro-americana, na realidade, provocou tremendo rebuliço no Brasil, encadeando a apresentação de um projeto de lei no Congresso, especificamente para barrar a imigração negra para o país. Embora o projeto de lei não tenha sido aprovado, o Ministério de Relações Exteriores instruiu seus consulados para que não emitissem vistos de imigrante ou de turista para afro-americanos, extinguindo, assim, o projeto

⁷ Perspectivas positivas semelhantes do Brasil em outros jornais afro-americanos podem ser encontradas em HELLWIG, David J. (ed.). *African-American Reflections on Brazil's Racial Paradise*. New Brunswick, Nova Jersey: Rutgers University Press, 1992, pp. 35-54.

de colonização e quase frustrando a visita ao Brasil de Robert Abbott, fundador do *Chicago Defender*⁸.

Em 1923, Abbott esteve no Brasil com o objetivo de:

(...) revelar (...) possíveis oportunidades industriais, comerciais e sociais para aquele grupo iluminado e crescente de negros norte-americanos que tão recentemente passaram a olhar para o continente sul-americano, afinal, como o mais provável santuário para a solução de seus problemas individuais. (HELLWIG, 1992, pp. 65-66, tradução livre).

Assim que Abbott chegou ao país⁹, encontrou evidências abundantes de:

(...) harmonia social absoluta. Casamentos entre negros e brancos acontecem sem causar a menor polêmica. Mais ainda, a tendência parece ser de encorajar esses casamentos entre diferentes raças, como branca e africana – o ideal tornar-se-ia um estado político completamente homogêneo no sangue... Os negros estão visivelmente por toda parte, desfrutando com inconcebível facilidade todas as oportunidades da democracia atual. (HELLWIG, 1992, p. 68, tradução livre)

Abbott reconheceu, contudo, diversos episódios inquietantes que prejudicaram esse idílio racial. Primeiro, sua esposa e ele tiveram seus pedidos de visto negados pelo cônsul brasileiro em Chicago. “A recusa dele foi simples, inteiramente baseada no fato de sermos negros” (HELLWIG, 1992, p. 58, tradução livre). Somente depois que um dos senadores do estado de Illinois submeteu reclamações repetidas vezes à embaixada brasileira em Washington, D.C., os vistos do casal Abbott foram enfim emitidos. Em seguida, quando chegaram ao Brasil, Abbott e sua esposa

⁸ GOMES, Tiago de Melo. Problemas no paraíso: a democracia racial brasileira frente à imigração afro-americana (1921). *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 25, v. 2, 2003, pp. 307-331; MEADE, Teresa; PIRIO, Gregory. In Search of the Afro-American ‘Eldorado’: Attempts by North-American Blacks to Enter Brazil in the 1920s. *Luso-Brazilian Review*, n. 25, v. 1, 1988, pp. 85-110.

⁹ A respeito da viagem de Abbott ao Brasil, ver OTTLEY, Roi. *The Lonely Warrior: The Life and Times of Robert S. Abbott*. Chicago: Henry Regnery Company, 1955, pp. 228-240; HELLWIG, David. A New Frontier in a Racial Paradise: Robert S. Abbott’s Brazilian Dream. *Luso-Brazilian Review*, n. 25, v. 1, 1988, pp. 59-68; SEIGEL. *Uneven Encounters*, pp. 192-195.

tiveram hospedagem negada em hotéis do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde haviam feito reservas previamente. Ele sabia que tudo isso estava em direta violação da constituição brasileira e, ainda assim, havia acontecido. “Por que se deu assim?” (HELLWIG, 1992, p. 58, tradução livre).

A resposta era simples para os jornalistas afro-brasileiros que comentaram sobre a visita de Abbott: longe de ser uma democracia racial, o Brasil era uma sociedade em que a discriminação e a exclusão raciais constituem ocorrências diárias. O tratamento conferido ao casal nos hotéis do Rio de Janeiro e de São Paulo era bem mais representativo das realidades raciais brasileiras que os punhados de profissionais afro-brasileiros que Abbott relatou ter encontrado, com encanto, em cada cidade. “As portas da sociedade só se abrem a contragosto” a esses homens, publicou o jornal *Kosmos*, de São Paulo, “constrangidos pelo seu insuperável valor mental. É esta a igualdade apontada como padrão da verdadeira democracia brasileira?... Ilusão... perfeita ilusão” (ANDREWS, 1991, p. 137, tradução livre).

Apesar das experiências contraditórias¹⁰ do casal Abbott no Brasil, a cobertura do *Chicago Defender* sobre o país manteve-se incansavelmente positiva ao longo das décadas de 1920 e 1930, tal como o restante da imprensa negra¹¹. Alguns jornais inclusive insistiram que quaisquer barreiras impedindo que afro-americanos viajassem para visitar o Brasil

¹⁰ Ver também SEIGEL. *Uneven Encounters*, p. 194. A respeito das condições raciais no início do século XX, consultar GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. *Da nitidez à invisibilidade: Legados da pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012; CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Quase-cidadão: Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

¹¹ BRAZIL Offers Great Opportunity to Cotton Growers of America. **Chicago Defender**, 29 dez. 1923, p. 3; BRAZIL Pays High Honor to Dark Citizens. **Chicago Defender**, 22 maio 1926, p. 1; HOOVER Learns Lesson on Color Question in Brazil. **Chicago Defender**, 29 dez. 1928, p. 1; BRAZIL Settles Color Question by Divisions of Society. **Chicago Defender**, 24 ago. 1929, p. A1; BRAZIL Reviews 45 Years of Real Freedom. **Chicago Defender**, 20 maio 1933, p. 2; REYNOLDS, Clara Beasley. The Black Man in Brazil. **New York Amsterdam News**, 14 abr. 1928, p. 13; A SIDELIGHT on Mr. Hoover's Trip. **Pittsburgh Courier**, 15 jan. 1929, p. B8.

teriam sido impostas não por autoridades brasileiras, mas, sim, pelo governo dos Estados Unidos, que não desejava que estadunidenses negros vissem em primeira mão o paraíso racial e tivessem ideias erradas¹².

Nos anos 1940, contudo, afro-americanos começaram a enxergar o Brasil com outros olhos, com mais profundidade. Em 1940, o *Baltimore Afro-American* enviou o correspondente Ollie Stewart para conferir se eram verdadeiros os relatos de que não havia divisão de cor ou preconceito de cor no Brasil¹³. Logo em seu primeiro dia no Rio de Janeiro, ele imediatamente os descobriu falsos. O casal Abbott tivera entrada negada em dois hotéis; Stewart foi rejeitado em onze hotéis até finalmente encontrar um quarto. Quando visitou a Universidade do Brasil (a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), ele viu “menos pessoas de cor que o normal de um dia qualquer em Harvard ou na New York University. Columbia e a Chicago University têm três vezes mais estudantes de cor que a Universidade do Brasil” (HELLWIG, 1992, p. 92, tradução livre). Ele encontrou, todavia, números expressivos de afro-brasileiros nas Forças Armadas, inclusive em patentes oficiais, “e por essa tolerância quero dar o devido crédito ao Brasil” (HELLWIG, 1992, p. 99, tradução livre). Mas até mesmo os oficiais recebiam baixa remuneração, ele escreveu, e os homens alistados, menos ainda. “Se tudo se dá em base de igualdade, por que não encontramos pessoas de cor no departamento nacional de propaganda, agricultura, belas artes, comércio...?” (HELLWIG, 1992, p. 108, tradução livre).

Stewart titubeou em torno da questão de que afro-americanos deveriam considerar migração ao Brasil ou a outras nações latino-americanas. Por um lado, sugeriu que “o homem americano de cor não vai resolver seus problemas fugindo para Cuba, Santo Domingo [República

¹² PICKENS, William. Passports for Brazil. *New York Amsterdam News*, 14 fev. 1923, p. 1; REPUBLICAN U.S. Keeps Us from Visiting Brazil. *Baltimore Afro-American*, 29 set. 1928, p. 5; BELIEVES Washington Is Behind Move to Bar Negroes in Brazil. *New York Amsterdam News*, 8 jan. 1944, p. A7.

¹³ Os cinco artigos de Stewart estão reproduzidos em Hellwig (1991, pp. 91-108).

Dominicana] ou Brasil... Meu veredito é de que prefiro ser de cor nos Estados Unidos. Ao menos sei contra o que estou lutando.” (HELLWIG, 1992, p. 95, tradução livre). Em outros momentos, porém, encorajou seus leitores a buscar oportunidades de trabalho no estrangeiro, e

[...] começar com uma visita ao Brasil... Os primeiros sempre passam pelo inferno. Hoje em dia, um homem de cor tentando a sorte nos negócios no Brasil, em Santo Domingo ou no Haiti teria de passar por muita coisa. Mas os brancos americanos passam por isso. Os alemães passam por isso. Os ingleses, também. (HELLWIG, 1992, p. 106, tradução livre).

Os afro-americanos, Stewart concluiu, também deveriam se juntar a essa competição (HELLWIG, 1992).

Quem também chegou ao Brasil em 1940 foi E. Franklin Frazier, que posteriormente trilhou uma carreira de destaque como o primeiro presidente afro-americano da Associação Americana de Sociologia e diretor da Divisão de Ciências Sociais Aplicadas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO, (PLATT, 1991). Frazier passou quatro meses no estado da Bahia¹⁴, fazendo pesquisa sobre estruturas de parentesco de famílias negras¹⁵. Na tentativa de avaliar as condições raciais, Frazier se percebeu perante um entrave pelo fato de que havia, “no Brasil, pouca discussão sobre a situação racial ou de cor. Parece existir um entendimento velado entre todos os elementos da população de não se discutir a situação racial, pelo menos enquanto fenômeno contemporâneo”.

Como consequência desse silêncio – e também em razão das profundas diferenças entre os modos de pensar e agir sobre raça entre brasileiros e estadunidenses – “torna-se extremamente difícil discutir e tornar inteligíveis ao público americano as relações raciais envolvendo

¹⁴ FRAZIER, E. Franklin. The Negro Family in Bahia, Brazil. *American Sociological Review*, n. 7, v. 4, 1942, pp. 465-478.

¹⁵ Sobre a pesquisa de Frazier no Brasil, ver Hellwig (1991, pp. 87-94); Romo (2010, pp. 119-132).

brancos e negros no Brasil.” Segregação jurídica não existiu no Brasil. Os negros estavam absolutamente livres para participar da vida nacional e a miscigenação racial era tão ampla que produziam uma população que “não será branca, mas será uma fusão de brancos, negros e vermelhos”. Tal como entendido por Frazier, “o sangue negro não é visto como uma mancha, tampouco é ele que identifica alguém racialmente.” Considerando esses aspectos, “pareceria que preconceito de raça e de cor não existiram no Brasil.”¹⁶

Tais aparências, contudo, eram equivocadas. “Quando a situação é analisada de perto, nota-se que há distinções baseadas em cor e que certas distâncias sociais são mantidas por um sistema sutil de etiqueta”. Era esse particularmente o caso nas classes alta e média e “na nova forma de vida social que está surgindo em clubes e hotéis”, que não admitiam pessoas de cor. Essas práticas eram claramente visíveis na Bahia e, sobretudo, nos estados sulistas, onde o “preconceito de cor é muito mais demarcado que no norte”. Frazier (1942) atribuiu essa diferença regional à presença de imigrantes italianos e alemães nos estados do sul, desencadeando uma competição por emprego entre negros e brancos. Ainda assim, a “discriminação racial não se faz tão forte no sul do Brasil como se faz nos Estados Unidos.” E apesar de as classes alta e média reforçarem as divisões de cor, na compreensão de Frazier, na classe trabalhadora, as “distinções e os preconceitos de cor contra negros fazem-se aparentemente ausentes... É entre as massas de trabalhadores que a miscigenação racial prossegue em larga escala no Brasil”¹⁷ e eventualmente viria a transformar o país numa nação de uma única raça miscigenada.

¹⁶ FRAZIER, E. Franklin. A Comparison of Negro-White Relations in Brazil and in the United States. *Transactions of the New York Academy of Sciences*, v. 6, n. 7, série 2, 1944, p. 265; FRAZIER, E. Franklin. Some Aspects of Race Relations in Brazil. *Phylon*, n. 3, 1942, pp. 291-295, passim, tradução nossa.

¹⁷ FRAZIER (1942, pp. 292-294, passim, tradução livre).

A distinção estabelecida por Frazier entre relações raciais em nível das classes alta e média e em nível da classe trabalhadora foi retomada em 1948 pelo jornalista George Schuyler, porém usando termos mais fortes. Publicado no *Pittsburgh Courier* com o título “Brazilian Color Bias Growing More Rampant” [Preconceito de cor cresce desenfreado no Brasil], Schuyler iniciou seu texto com o relato da professora afro-americana Irene Diggs¹⁸ - a quem foi negado um quarto de hotel no Rio de Janeiro um ano antes - e com a sua própria experiência de ter sido impedido de se hospedar no mesmo hotel. Em dois artigos detalhados e bem documentados, Schuyler comentou sobre as divisões de cor nas escolas brasileiras de militares e de relações exteriores, nas escolas particulares, e nos melhores hotéis, restaurantes, teatros e clubes da cidade. Ele escreveu sobre disparidades raciais - na educação e no trabalho - e sobre a situação habitacional, especialmente as favelas, onde “todas as cores e raças encontram-se representadas... Embora com predomínio das pessoas de cor” (SCHUYLER, 1948, p. 7, tradução livre).

Com uma fotografia de crianças negras, Schuyler previu que “este grupo de típicas crianças negras brasileiras (...) encontrará um futuro cada vez mais difícil de conquistar, com o preconceito contra negros em constante crescimento em seu país” (FRAZIER, 1942, p. 294, tradução livre). Schuyler, contudo, pontuou duas potenciais fontes de esperança. Uma foi que os afro-brasileiros estavam se mobilizando na defesa de seus direitos, por meio da Frente Negra Brasileira, a União Nacional dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do Negro. E. Franklin Frazier também havia escrito sobre essas organizações e levado de volta aos Estados Unidos uma mensagem aos negros americanos, escrita pela União Nacional dos Homens

¹⁸ A antropóloga Ellen Irene Diggs trabalhou como assistente de pesquisa e de edição para W.E.B. Dubois. Recebeu seu título de doutora em 1944 pela Universidade de Havana e dedicou sua carreira ao estudo de populações afrodescendentes na América Latina. BOLLES, A. Lynn. Ellen Irene Diggs: Coming of Age in Atlanta, Havana, and Baltimore. In: HARRISON, Ira E.; HARRISON, Faye V. (eds.). *African-American Pioneers in Anthropology*. Urbana, Illinois: University of Illinois Press, 1999, pp. 154-167.

de Cor. Posteriormente, contudo, ele concluiu que a União e outros grupos negros “carecem do impulso e da motivação de organizações (afro-americanas) similares dos Estados Unidos”¹⁹.

Schuyler discordou, enxergando na mobilização afro-brasileira um importante contrapeso ao racismo brasileiro. Ele chegou a essa conclusão a partir de conversas com o “brilhante Abdias do Nascimento”, provavelmente o mais proeminente dos ativistas afro-brasileiros do século XX²⁰. Quando Schuyler conheceu Nascimento, este era diretor do Teatro Experimental do Negro, do periódico “Quilombo” e havia começado a organização do I Congresso do Negro Brasileiro, que seria realizado no Rio de Janeiro em 1950²¹. Schuyler retornou ao Brasil no ano seguinte, em 1949, para participar das reuniões de planejamento do congresso e fez um pronunciamento que urgia os afro-brasileiros a abandonarem o que ele compreendia como uma preocupação com gradações de cor, para que se unissem enquanto *negros* (SCHUYLER Advises Brazil’s Negroes to Forget Color, 1949).

Schuyler sentiu que existiam de fato a miscigenação racial e a convivência que Frazier havia testemunhado entre as “massas trabalhadoras”, para contrabalançar o racismo brasileiro. Schuyler (1948, p. 7, tradução livre) percebia isso como

(...) uma revelação (para um cidadão estadunidense). Ele vê a camaradagem inter-racial por toda parte. Aqui, negros e brancos andam de braços dados... Aqui há uma livre associação

¹⁹ FRAZIER (1942, pp. 284-286, tradução livre). Ver também COLOR Distinction Noted in Brazil: Lack of Drive among Negro Organizations, Sociologist Says. **Atlanta Daily World**, 13 mar. 1942, p. 3. Sobre organizações afro-brasileiros do período, ver NASCIMENTO, Elisa Larkin. *The Sorcery of Color: Identity, Race, and Gender in Brazil*. Filadélfia: Temple University Press, 2007, pp. 120-148.

²⁰ Sobre Nascimento, ver ALMADA, Sandra. *Abdias Nascimento*. São Paulo: Selo Negro, 2009. Curiosamente, não há menções a Nascimento no último relato de Schuyler sobre sua estadia no Brasil: SCHUYLER, George. *Black and Conservative: The Autobiography of George S. Schuyler*. New Rochelle: Arlington House Publishers, 1966, pp. 303-309. Sobre sua viagem pela América Latina, consultar as páginas 289-303.

²¹ SCHUYLER, George S. Women Pep Meet in Brazil. **Pittsburgh Courier**, 28 maio 1949, pp. 1-4. Sobre o Congresso, ver Nascimento (1982).

entre todas as cores que é impressionante e reconfortante. Mostra que as massas do Brasil não compartilham do esnobismo social das elites brancas. Nas praias, nos bares, nos cinemas e nas ruas parece prevalecer uma democracia cromática.

A descrição de Schuyler para uma “democracia cromática”, incorporada por “negros e brancos (que) andam de braços dados” é uma surpreendente reminiscência da “democracia social e racial” descrita pelo sociólogo francês Roger Bastide em 1944. Escrevendo para um jornal de São Paulo sobre uma visita que fizera à casa de Gilberto Freyre, no subúrbio do Recife, Bastide compartilhou uma recordação:

Regressei para a cidade de bonde. O veículo estava cheio de trabalhadores de volta da fábrica, que misturavam seus corpos fatigados aos dos passeantes... População de mestiços, de brancos e pretos fraternalmente aglomerados numa enorme e amistosa confusão de braços e pernas. Perto de mim, um preto exausto pelo esforço do dia deixava cair sua cabeça pesada, coberta de suor e adormecida sobre o ombro de um empregado de escritório, um branco que ajeitava cuidadosamente suas espáduas de maneira a receber esta cabeça como num ninho, como numa carícia. E isso constituía uma bela imagem da democracia social e racial que Recife me oferecia no meu caminho de regresso. (GUIMARÃES, 2001, p. 162)

Parece improvável que Schuyler (que não falava nem lia em português) tivesse lido o artigo de Bastide; no entanto, quando se deparou com evidências corporais de interação racial, ele interpretou o que viu quase do mesmo modo que Bastide. Contudo, diferentemente de Bastide, não o fez a ponto de endossar o modelo de relações sociais do Brasil. Pelo contrário, Schuyler (1948, p. 7, tradução livre) observou que o “Brasil é uma massa de contradições, como os Estados Unidos, de modo que qualquer coisa que qualquer pessoa disser sobre relações inter-raciais, boa ou ruim, está apta a ser verdade”. Ele preferiu concluir seu relato com uma extensa citação de Abdias Nascimento, denunciando “esta discriminação racial velada,

mistificada nas proposições de uma constituição que define que todos os homens são iguais perante a lei” (SCHUYLER, 1948, p. 7, tradução livre).²²

Denunciando a democracia racial

Robert Abbott, Ollie Stewart, E. Franklin Frazier e George Schuyler convergiram para identificar os hotéis como espaços da vida brasileira nos quais a discriminação quase não era velada, se é que era. Em 1949, seis meses depois que Schuyler teve sua hospedagem negada no Hotel Glória, Abdias do Nascimento e vários outros colegas foram barrados, no mesmo hotel, quando iam participar de uma convenção de jornalistas.²³ Um ano depois, a dançarina afro-americana Katherine Dunham foi rejeitada no Hotel Esplanada, durante um tour em São Paulo. Os protestos furiosos de Dunham²⁴ provocaram discussão por todo o Brasil e uma ampla condenação do hotel pelo ocorrido, desencadeando no ano seguinte, 1951, com a primeira lei anti-discriminação do país: a lei Afonso Arinos. “Brasileiros decentes ficaram revoltados”, disse o *Atlanta Daily World* (BRAZIL Enacts Law Against Race Bias, 1951, p. 1). Com a aprovação da lei, o Brasil “reconhece o preconceito racial e de cor como um mal nacional e se movimenta rumo a erradicá-lo em nível nacional. Estabeleceu um marco de justiça inter-racial, que todos os americanos poderiam muito bem seguir” (BRAZIL Sets an Example, 1952, p. 4, tradução livre).

A lei Afonso Arinos, a tradução para o inglês das obras de Gilberto Freyre²⁵ nos anos 1950 e 1960 e a contínua difusão de suas ideias fizeram com que observadores afro-americanos continuassem a ver o Brasil “não

²² Mais de 60 anos depois, Nascimento destacou basicamente os mesmos pontos num diálogo com o acadêmico afro-americano Henry Louis Gates Jr. GATES, JR.; Henry Louis. *Black in Latin America*. Nova York: New York University Press, 2011, pp. 47-50.

²³ ACTORS Barred from Swank Brazil Hotel. *Atlanta Daily World*, 15 mar. 1949, p. 2.

²⁴ HOTEL in Brazil Snubs Katherine Dunham. *Pittsburgh Courier*, 29 jul. 1950, p. 32.

²⁵ Sobre Gilberto Freyre, ver SCHUYLER, George. The Week's Books: Brazilian Background. *Pittsburgh Courier*, 2 jun. 1956, p. B3; WALKER, Charles. Re: A Brazilian Friend. *New York Amsterdam News*, 13 ago. 1955, p. 15.

apenas superando os Estados Unidos no campo das relações raciais, mas (...) estabelecendo um padrão para o mundo inteiro”. Nas áreas de ciência e tecnologia, “considera-se que o Brasil aprendeu muito com os EUA, mas seria possível dizer também que os EUA aprenderiam bastante com o Brasil no campo das relações raciais” (BRAZIL Sets Pattern in Race Relations ‘South of Border’, 1959, p. 2, tradução livre).

Os anos 1950, porém, também marcaram o começo de mudanças radicais para as percepções de brasileiros e estrangeiros sobre raça e racismo no Brasil. O processo teve início com as amargas críticas sobre discriminação racial e desigualdade – feitas por Abdias do Nascimento e seus colegas do jornal “Quilombo” e do I Congresso do Negro Brasileiro –, tomou impulso com as conclusões das pesquisas comissionadas pela UNESCO, no começo dos anos 1950, e prosseguiu nas décadas de 1960, 1970 e 1980, com uma onda de estudos de pesquisadores brasileiros, documentando a desigualdade racial arraigada na sociedade brasileira.²⁶ Enquanto isso, nos Estados Unidos, os movimentos pelos direitos civis e *Black Power* desafiaram e modificaram profundamente as ideias e as políticas sobre raça do país. Como consequência dessas movimentações nos dois países, os visitantes afro-americanos que tendiam a ver o panorama racial do Brasil como superior àquele dos Estados Unidos na primeira metade do século XX viram os termos da comparação serem alterados na segunda metade do mesmo século.

Ao visitar o Brasil em 1965, Era Bell Thompson, correspondente da revista *Ebony* e editora de relações internacionais, detectou e compartilhou em grande medida com esse ceticismo.²⁷ Ela relatou que a pesquisa da

²⁶ Sobre “Quilombo” e o Congresso, ver NASCIMENTO. *Quilombo: Vida, problemas e aspirações do negro*. São Paulo: FAPESP/Editora 34, 2003; e NASCIMENTO. *O negro revoltado*. Sobre a pesquisa da UNESCO, ver MAIO, Marcos Chor. O Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 a 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, 1999, pp. 141-158.

UNESCO havia “revelado uma leve, porém crescente forma de discriminação no Brasil, fato confirmado por alguns dos sociólogos mais destacados do país e admitido em um número de seus jornais e revistas”. Percorrendo todo o país ao longo de dois meses, ela entrevistou os principais intelectuais brasileiros no tema, incluindo Gilberto Freyre, Abdias do Nascimento, Raymundo Souza Dantas (o primeiro embaixador negro do país), o senador Afonso Arinos de Melo (autor da lei anti-discriminação de 1951) e muitos outros²⁸.

“O amálgama funciona no Brasil?”, Thompson perguntara. Por “amálgama”, ela queria dizer miscigenação racial, cujas complexidades ela abordou em inúmeras entrevistas e fotografias que mostravam combinações variadas de tais misturas entre pessoas brancas, negras, indígenas e mestiças. Este grupo, ela percebeu, tornava-se demograficamente dominante no Brasil, enquanto os outros três “tornam-se extintos na medida em que os pardos aumentam”. Nesse sentido, o “amálgama no Brasil não apenas funciona, como trabalha em regime de horas extras”.²⁹

O “amálgama”, contudo, não significou um fim ao racismo ou à discriminação. Thompson iniciou um de seus artigos com a descrição de seu próprio encontro com a discriminação em um restaurante na cidade de Santos. Tanto os anfitriões brasileiros como o garçom ofensivo insistiram para ela que nada de impróprio havia acontecido e que discriminação era algo impensável no Brasil. Thompson não consentiu. “Comparado aos Estados Unidos, os brasileiros dizem que não têm um problema racial. Eles

²⁷ Fundada em 1945, *Ebony* foi a revista afro-americana com maior distribuição na segunda metade do século XX. Sobre o seu editor, ver FALKOF, Lucille. *John H. Johnson, “The Man From Ebony”*. Ada, Oklahoma: Garrett Educational Corporation, 1992; sobre Era Bell Thompson, ver sua autobiografia: THOMPSON, Era Bell. *American Daughter*. Chicago: University of Chicago Press, 1946.

²⁸ THOMPSON, Era Bell. Does Amalgamation Work in Brazil? *Ebony*, jul. 1965, pp. 27-41; THOMPSON, Era Bell. Does Amalgamation Work in Brazil? *Ebony*, ago. 1965, pp. 33-42, tradução livre.

²⁹ THOMPSON. Does Amalgamation Work?, jul. 1965, p. 29; THOMPSON. Does Amalgamation Work?, ago. 1965, p. 42, tradução livre.

têm, contudo, preconceito racial e um sistema de discriminação baseado na cor da pele... Quanto mais escuro o homem, maiores os seus problemas”. Numa perspectiva futura de crescimento e desenvolvimento, “competição econômica entre cidadãos de peles escura e clara certamente não de causar fricção. Indícios disso já podem ser vistos no São Paulo industrializado e no sul europeizado”.³⁰

A erupção de tais “indícios” se deu nos anos 1970 na forma de um “novo movimento negro” (assim chamado para se distinguir de movimentos anteriores, nos anos 1930, 1940 e 1950). Observadores afro-americanos detectaram fortes semelhanças entre essa mobilização e o movimento dos direitos civis dos Estados Unidos. Em 1978, fazendo a cobertura da criação do Movimento Negro Unificado (MNU), o jornalista Hoyt Fuller (1978, p. 1, tradução livre) percebeu³¹ que as demandas do MNU:

(...) apresentam expressiva semelhança com aquelas dos ativistas negros nos Estados Unidos, duas décadas atrás. Elas incluem violência policial; exclusão em lugares públicos; rejeição em empregos; degradação da cultura negra; oportunidades educacionais inadequadas; ausência de negros em cargos responsáveis por políticas públicas; discriminação nas forças armadas; habitações precárias; elevada mortalidade infantil; serviços de saúde precários; e algo que é relevante no Brasil: a exploração de mulheres negras e mulatas.

Afirmou, ainda, que os afro-brasileiros “não vão mais aceitar quietos a discriminação sistemática nem a posição automática na base das estruturas social, política e econômica da nação”. Fuller e outros afro-americanos não estavam errados de ver paralelos entre os movimentos pelos direitos civis do Brasil e dos Estados Unidos. O movimento brasileiro havia se inspirado em parte nas conquistas dos ativistas dos direitos civis nos EUA e esperava

³⁰ FULLER, Hoyt W. Blacks Challenge Policy of ‘Non-Racialism’ in Brazil. **Atlanta Daily World**, 29 set. 1978, p. 1; Artigo reimpresso como “Freedom Movement Launched in Brazil”. **Baltimore Afro-American**, 7 out. 1978, p. 5. Ver também BRAZIL’S Blacks Experience New Cultural Consciousness. **Norfolk Journal and Guide**, 16 set. 1981, p. 11.

replicar alguns de seus sucessos³². Emergindo, contudo, de uma história nacional e de uma experiência com raças diferentes, os movimentos afro-brasileiros inevitavelmente tomaram direções distintas e adotaram estratégias diferentes daquelas seguidas nos Estados Unidos. Para os visitantes afro-americanos, essas divergências podiam se mostrar desconcertantes e decepcionantes. Nos anos 1980, o cientista político Michael Hanchard passou diversas estadias de longa duração no Brasil, entrevistando ativistas afro-brasileiros no Rio e em São Paulo. Para ele, os esforços coletivos representavam “avanços significativos, comparados às gerações anteriores de ativismo afro-brasileiro” (HANCHARD, 1994, p. 138, tradução livre), mas estavam ainda longe do que seria necessário para ultrapassar as estruturas profundamente arraigadas da subordinação racial no Brasil.

Hanchard atribuiu parte desse fracasso aos próprios ativistas. Em vez de focarem na política pragmática de articular coalizão e de criarem uma base junto às massas, o movimento negro seguiu uma agenda “culturalista”, baseada na “fetichização de artefatos e expressões culturais”, derivados do passado africano e afro-brasileiro. A ideia era que, ao destacar o papel central dos africanos e seus descendentes na formação da nação brasileira, os movimentos negros atrairiam adesão (de negros e de brancos) à causa e apoio para programas governamentais que integrariam os afro-brasileiros de forma plena à vida nacional. Ao perseguir esse objetivo, porém, “as dimensões práticas desta expressão, ou seja, de alcance comunitário, de política de base, foram em larga medida ignoradas. E o mais importante: não houve versões afro-brasileiras de boicotes, *sit-ins*, desobediência civil e luta armada” (HANCHARD, 1994, pp. 138-139). O resultado foi “uma política subalterna fragmentada e episódica” (HANCHARD, 1994, p. 159, tradução livre) que falhou em conquistar seus objetivos políticos.

³² ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. *Histórias do movimento negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, 2007, pp. 69-89.

Hanchard reconheceu que nem toda a culpa para tal fracasso deveria ser imputada ao movimento negro, uma vez que este enfrentava obstáculos impostos por outros. Um deles era a pobreza que assolava tanto as organizações negras como as bases que elas pretendiam mobilizar. Outro era a ideologia hegemônica da democracia racial, “que proclama a existência de um igualitarismo racial no Brasil (...) ao mesmo tempo em que produz práticas e sistemas de crenças racialmente discriminatórias” (HANCHARD, 1994, p. 74, tradução livre). Desse modo, a democracia racial construiu uma cobertura ideológica poderosa para o racismo e a desigualdade, prejudicando a habilidade de afro-brasileiros para identificar as causas de sua opressão. Assim, tornaram-se menores as chances de que participassem dos movimentos de contestação dos anos 1980 e 1990³³.

Hanchard ofereceu uma visão do Brasil do final do século XX que foi amplamente compartilhada entre viajantes afro-americanos ao país. No início do século, os afro-americanos haviam aplaudido na maioria das vezes o conceito e a prática da democracia racial. Já nos anos 1980 e 1990, eles não somente estavam menos propensos a aceitar a ideia de que o Brasil era uma democracia racial; muitos agora viam o conceito como um dos principais obstáculos para que o país algum dia alcance uma igualdade racial genuína. Nos Estados Unidos, conforme o argumento, a opressão racial era aberta, óbvia e perfeitamente visível. Tornava-se, assim, mais fácil identificá-la e, logo que identificada, definir contra quem lutar. No Brasil, por outro lado, a opressão racial estava escondida, mascarada por um discurso nacional que proclamava harmonia e igualdade raciais para todos. Como resultado, os afro-brasileiros encontravam-se menos propensos a reconhecer a desigualdade e a discriminação raciais como tais e, desse modo, menos motivados a lutar contra elas. Retomando a memorável formulação da antropóloga Angela Gilliam, “Nos Estados Unidos, tem uma

³³ Sobre esse assunto, ver também as páginas 43-74 de Hanchard (1994).

metralhadora apontada para a minha cabeça. No Brasil, a mesma metralhadora está apontada para as minhas costas, onde não posso vê-la”³⁴.

A fim de descobrir como o racismo poderia existir e até mesmo florescer num país que se proclamava uma democracia racial, a socióloga France Winddance Twine estabeleceu-se numa pequena cidade do estado do Rio de Janeiro, onde passou quase um ano tentando conversar com as pessoas sobre raça e racismo. Deparou-se com uma árdua batalha. Semelhante aos achados de E. Franklin Frazier na Bahia 50 anos antes,

(...) há poucos assuntos em Vasália, se é que existe algum, mais difíceis de discutir em particular ou em público que o racismo... Quando tentei levantar a questão, fui imediatamente silenciada pelos moradores, que me acusaram de racista simplesmente por chamar atenção para o que eu percebia como disparidades raciais no emprego, na educação, em moradia e na representação política. (TWINE, 1998, pp. 12-13, tradução livre)

Conversa após conversa, seus informantes – fossem brancos ou negros – resistiam a falar sobre raça, mudando de assunto ou explicando a desigualdade no Brasil em termos de classe social. Twine reconheceu que a recusa a discutir racismo, ou mesmo de reconhecer a sua existência, desempenhava um papel social crucial para os afro-brasileiros, que lhes permitia “sustentar um sentido de esperança e dignidade enquanto tentavam lidar com as profundas desigualdades raciais” (TWINE, 1998, p. 139, tradução livre). Ela concluiu, contudo, que as consequências desse silêncio eram absolutamente devastadoras, tornando os afro-brasileiros incapazes de desafiar de fato o sistema de supremacia branca do país.

O jornalista Eugene Robinson chegou a conclusões bastante parecidas. Enviado à Argentina no começo dos anos 1990 como correspondente do Washington Post para a América do Sul, Robinson

³⁴ COURI, Norma. O negro no Brasil a nos EUA, segundo uma antropóloga antiintegracionista. **Jornal do Brasil**, 15 fev. 1980. Ver também GILLIAM, Angela. Black and White in Latin America. **Présence Africaine**, n. 92, 1974, pp. 161-173.

viajava frequentemente ao Brasil, onde inicialmente teve as mesmas reações positivas que outros viajantes afro-americanos tiveram antes dele no país. “O Brasil me ofereceu, pela primeira vez, esperança... Brasil foi o meu amor, minha inspiração, minha revelação”, relatou Robinson (1999, p. 73) e complementou:

O que mais me animou sobre o futuro que enxerguei no Brasil foi a ausência de barreiras sólidas. As categorias com as quais cresci, que tanto fizeram parte do meu ser – as categorias negro e branco –, tendiam a desaparecer no Brasil... Senti que estava livre delas, livre a ponto de euforia. (ROBINSON, 1999, pp. 110-111, tradução livre).

Ao passar mais tempo no país, porém, Robinson incomodou-se cada vez mais com a extrema desigualdade que permeava a sociedade e com o papel da ideologia da democracia racial para a manutenção dessa mesma desigualdade:

Passei a compreender que a estruturação de uma sociedade para que negros não ‘precisem ser’ negros, não parece fazer bem algum para os negros. Na verdade, parece fazer-lhes mal, colocando-os para baixo – pior, a ponto de lhes negar mesmo a consciência de que estão sendo colocados para baixo, negando tanto a linguagem para que falem a respeito como a raiva para que façam algo a respeito. (ROBINSON, 1999, p. 158-159, tradução livre).

Quando Robinson viajou a Salvador, a capital não oficial do Brasil Afro, ficou inicialmente impressionado pelo movimento de reafricanização na cidade, que buscava trazer música, dança, arte, capoeira, religião e outras expressões culturais afro-brasileiras de volta às origens africanas. “Tudo me fazia lembrar o momento (nos EUA), por volta de 1967, quando ser negro tornou-se lindo”. No entanto, aquele momento nos Estados Unidos, ele prosseguiu na reflexão, havia sido:

(...) mais que cultura, apenas. Entre outras coisas, era sobre lutar com o poder político, e os negros de Salvador não faziam isso; apesar de serem maioria na cidade, não elegiam seus candidatos e tampouco levavam suas pautas adiante. Era sobre se organizar para pressionar por mudanças; e os negros de Salvador não faziam isso de forma substantiva. Era sobre

confrontar a sociedade branca com demandas, sobre ficar bem na frente da nação, insistindo para ser visto e ouvido, e as pessoas em Salvador não faziam nada disso (ROBINSON, 1999, pp. 192-193, tradução livre).

“Numa relação de amor, sempre chega o dia em que a paixão se esvai e você abre os olhos e enxerga o objeto de seus afetos de forma mais clara, mais crítica” e, para Robinson (1999, p. 57), esse dia chegou durante o Carnaval na cidade do Rio de Janeiro. Enquanto assistia à apresentação das Baianas, que compõem uma ala obrigatória de todas as escolas de samba, ele via mulheres assoladas pela pobreza, sendo colocadas a fazer uma performance para um público majoritariamente branco.

Vi as linhas de expressão em suas testas; vi os dentes desiguais, faltando; vi os seus olhos turvos. Elas giravam como se pudessem flutuar para longe, mas vi o peso de suas pernas e a dureza de seus pés, sobrecarregados pés. Vi seus corpos, imperfeitos corpos que contavam suas próprias histórias, alguns deles eram muito magros, outros, muito gordos, todos eles com flacidez e inchaços provenientes de uma combinação de gestações frequentes e trabalho braçal constante. Olhando para além do júbilo e da glória do momento, enxerguei vidas difíceis... Em meio a toda a beleza, excitação e alegria daquela noite, vi algo que era retrógrado, feio e errado. (ROBINSON, 1999, p. 159, tradução livre).

O percurso inverso

Ao longo do século XX, as visões afro-americanas acerca do Brasil deram um giro de 180°. No início do século, visitantes e jornais haviam visto o país em termos extremamente positivos, tendo-o como um refúgio possível para estadunidenses negros desejosos de escapar da violência e da opressão raciais. Já no fim do século, afro-americanos passaram a tecer avaliações categoricamente negativas do panorama racial do Brasil, agora o vendo como “algo que era retrógrado, feio e errado”.

Os julgamentos negativos eram reflexos em parte da oportunidade que observadores afro-americanos tiveram de passar mais tempo no país, conhecendo-o melhor, em comparação aos observadores do início do século.

Enquanto que nenhum dos visitantes do início do século XX sabia falar português, Hanchard, Twine, Gilliam e outros pesquisadores eram fluentes na língua. Tudo isso lhes permitiu adentrar de forma mais significativa nas realidades locais e construir conclusões mais bem informadas e empiricamente fundamentadas.

No entanto, essa mudança nas visões não se deu apenas devido a relatos mais bem informados. No início do século XX, observadores comparavam o Brasil com um dos momentos mais baixos da história racial dos Estados Unidos, num tempo de violência e opressão raciais generalizadas. No final do século, contudo, as condições raciais haviam se transformado drasticamente nos EUA (e nem tanto no Brasil). As mobilizações por direitos civis nos Estados Unidos conseguiram pôr fim à segregação racial imposta de forma legal nos estados do sul e pressionaram o país a decretar uma legislação de direitos civis e programas de ação afirmativa. Em parte como resultado dessas conquistas, as disparidades raciais na saúde, na educação, no trabalho, na renda e em outras áreas caíram significativamente nos Estados Unidos entre 1950 e 1990. No Brasil, durante o mesmo período, esses indicadores permaneceram mais ou menos estáveis, enquanto em algumas áreas – principalmente a discriminação na empregabilidade e na diferença salarial – tornaram-se mais acentuadas³⁵.

Como consequência dessas mudanças, as comparações da situação racial dos dois países, implícita ou explicitamente, passaram a pender a favor dos Estados Unidos. No entanto, tal como qualquer projeto de pesquisa, conclusões comparativas se devem tanto às questões que impulsionaram os pesquisadores como às condições objetivas que encontraram em campo. Michael Hanchard (1994, p. 5, tradução livre) começou pesquisa de campo com a pergunta “por que não há um

³⁵ ANDREWS, George Reid. Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos: Uma comparação estatística. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 22, 1992, pp. 47-83. Para uma versão atualizada da comparação, consultar ANDREWS, George Reid. Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos, 1990-2010. *Afro-Ásia*, n 51, 2015, pp. 141-174.

movimento social afro-brasileiro comparável ao movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos?”. O objetivo de France Winddance Twine (1998, p. 4, tradução livre) era de explicar “o paradoxo entre a desigualdade racial difusa e o fracasso constante de organizações e políticas antirracistas em gerar apoio de base entre não elites.” Deveria ter existido um movimento social; deveria ter havido apoio de base para o antirracismo. Não houve – por que não? Como e por que os afro-brasileiros fracassaram?

Essas perguntas nos levam à discussão de Miguel Centeno e Fernando López-Alves, dois sociólogos latino-americanos sediados nos Estados Unidos. No ensaio, Centeno e López-Alves (2001) clamam por uma abordagem teórica mais sistemática para se estudar a América Latina, baseando-se na teoria produzida a partir das experiências históricas da região. O argumento deles era que, com frequência, pesquisas sobre a América Latina não são movidas por teoria; e, quando o são, essas teorias tendem a ser baseadas em histórias, sociedades e culturas da Europa ou da América do Norte. Quando olhamos a América Latina através de lentes europeias ou norte-americanas, tendemos a enquadrar nossas perguntas em termos de: o que deu errado? Por que a América Latina (supostamente) falhou em realizar uma transição exitosa do feudalismo para o capitalismo, tal como (supostamente) aconteceu na Europa? Por que a industrialização e a urbanização na América Latina não criaram classes médias modernas e hegemônicas, tal como (supostamente) aconteceu na Europa e nos Estados Unidos? Ou economias nacionais dinâmicas, autossustentáveis? O que deu errado?

Centeno e López-Alves (2001, p. 10, tradução livre) argumentam que “imaginar um resultado padronizado”, tomado como referência para mensurar todos os outros casos, “reduz a análise comparativa a um diagnóstico médico. Nosso trabalho não é encontrar o que está ‘errado’ com um paciente, mas, sim, entender como o corpo funciona.” A ativista afro-brasileira Luiza Bairros (1996, p. 176) fez exatamente essa crítica em sua

resposta ao livro de Hanchard, sugerindo que sua pergunta de pesquisa deveria ter sido não por que o Brasil não seguiu o mesmo caminho que os Estados Unidos, mas, pelo contrário, “que tipo de movimento negro foi gerado a partir da formação racial brasileira?” Em vez de se tentar entender por que afro-brasileiros não querem falar sobre racismo, poderíamos aprender mais perguntando sobre o que gostariam de conversar?³⁶ Ou, em vez de conclamar ativistas negros no Brasil a realizarem boicotes e *sit-ins*, se perguntássemos por que eles não acharam essas estratégias boas ideias? Por que consideraram cultura tão importante? Como funciona o corpo da sociedade afro-latino-americana?

Enquanto os afro-americanos e praticamente todos os estadunidenses se dedicaram a observar o Brasil pelas lentes da experiência nacional dos Estados Unidos com raça, como seria se as lentes fossem outras, seguindo a recomendação de Centeno e López-Alves, passando de uma perspectiva norte-americana para perspectivas mais latino-americanas? O que visitantes afro-colombianos, ou afro-cubanos ou afro-centro-americanos teriam pensado da situação racial do Brasil ao longo do século XX? Ou, tornando a pergunta mais empírica, o que eles pensaram sobre a situação racial do Brasil? Em diálogos no início dos anos 2000, ouvi em primeira mão dos ativistas afro-uruguaios Rubén Galloza e Romero Rodríguez como eles haviam sido profundamente afetados por suas viagens ao Brasil nos anos 1970 e 1980 e por seus contatos com movimentos afro-brasileiros culturais e políticos. Enquanto os observadores estadunidenses estavam mais inclinados a ver os movimentos negros daquele momento no Brasil como

³⁶ Outros pesquisadores sentiram que os afro-brasileiros são na verdade bastante dispostos a conversar sobre racismo, desde que possam fazer isso no seu próprio ritmo, em seus próprios modos. Consultar, por exemplo, COSTA, Haroldo. *Fala, crioulo*. (Rio de Janeiro: Editora Record, 1982, 2009); SHERRIFF, Robin. *Dreaming Equality: Color, Race, and Racism in Urban Brazil*. New Brunswick, EUA: Rutgers University Press, 1999; SILVA, Graziella Moraes da; REIS, Elisa P. Perception of Racial Discrimination among Black Professionals in Rio de Janeiro. *Latin American Research Review*, n. 46, v. 2, 2011, pp. 55-78.

fracos e inoperantes, ativistas afrodescendentes da América hispânica estavam mais inclinados a vê-los como a vanguarda da mobilização negra na região. Essa visão foi comprovada com a onda de ações afirmativas e outras políticas promulgadas no Brasil no início dos anos 2000, que jamais teriam sido adotadas na ausência de movimentos no final do século XX³⁷.

Afro-americanos viajaram ao Brasil para ver as condições raciais do país em primeira mão e compararam com as condições vividas nos Estados Unidos. Como Micol Seigel (2009) argumentou de maneira eloquente, o intercâmbio entre ambos os países desempenhou um papel crucial na formação de ideias sobre raça. Com base nessa experiência, parece claro o próximo passo na pesquisa pelas conexões históricas e comparações entre as comunidades da diáspora na América Latina: observar com mais atenção as conexões e as comparações entre os países da região, ou seja, dentro da América Afro-Latina. Esforços iniciais nessa direção já produziram resultados valiosos e aguardamos ansiosamente por mais pesquisas semelhantes no futuro³⁸.

³⁷ Consultar HERNÁNDEZ, Tanya Katerí. *Racial Subordination in Latin America: The Role of the State, Customary Law, and the New Civil Rights Response*. Nova York: Cambridge University Press, 2013, pp. 148-169; COTTROL, Robert J. *The Long, Lingering Shadow: Slavery, Race, and Law in the American Hemisphere*. Athens, EUA: University of Georgia Press, 2013, pp. 238-265.

³⁸ Além dos títulos já sugeridos, ver também LOVEMAN, Mara. *National Colors: Racial Classification and the State in Latin America*. Nova York: Oxford University Press, 2014; TELLES, Edward; PERLA. *Pigmentocracies: Ethnicity, Race, and Color in Latin America*. Chapel Hill, North Carolina: University of North Carolina Press, 2014); PASCHEL, Tianna S. *Becoming Black Political Subjects: Movements and Ethno-Racial Rights in Colombia and Brazil*. Nova York: Cambridge University Press, 2016.

Bibliografia

ACTORS Barred from Swank Brazil Hotel. **Atlanta Daily World**, 15 mar. 1949, p. 2.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araújo. *Histórias do movimento negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, 2007, pp. 69-89.

ANDREWS, George Reid. *Blacks and Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1991.

ANDREWS, George Reid. Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos: Uma comparação estatística. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 22, 1992, pp. 47-83.

ANDREWS, George Reid. Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos, 1990-2010. **Afro-Ásia**, n. 51, 2015, pp. 141-174.

AZEVEDO, Célia M. *Abolitionism in the United States and Brazil: A Comparative Perspective*. Nova York: Garland, 1995.

BARROS, Luiza. Orfeu e poder: Uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil. **Afro-Asia**, n. 17, 1996.

BELIEVES Washington Is Behind Move to Bar Negroes in Brazil. **New York Amsterdam News**, 8 jan. 1944, p. A7.

BOLLES, A. Lynn. Ellen Irene Diggs: Coming of Age in Atlanta, Havana, and Baltimore. In: HARRISON, Ira E.; HARRISON, Faye V. (eds.). *African-American Pioneers in Anthropology*. Urbana, Illinois: University of Illinois Press, 1999, pp. 154-167.

BRAZIL Enacts Law Against Race Bias. **Atlanta Daily World**, 8 jul. 1951, p. 1.

BRAZIL is a very interesting country. **Norfolk Journal and Guide**, 15 jan. 1921, p. 1.

BRAZIL Offers Great Opportunity to Cotton Growers of America. **Chicago Defender**, 29 dez. 1923, p. 3.

BRAZIL Pays High Honor to Dark Citizens. **Chicago Defender**, 22 maio 1926, p. 1.

BRAZIL Reviews 45 Years of Real Freedom. **Chicago Defender**, 20 maio 1933, p. 2.

BRAZIL Sets an Example. **Atlanta Daily World**, 24 set. 1952, p. 4.

BRAZIL Sets Pattern in Race Relations 'South of Border'. **Atlanta Daily World**, 18 nov. 1959, p. 2.

BRAZIL Settles Color Question by Divisions of Society. **Chicago Defender**, 24 ago. 1929, p. A1.

BRAZIL Wants Educated Black Men. **The Chicago Defender**, 22 jan. 1916, p. 1.

BRAZIL Welcomes Afro-Americans. **The Chicago Defender**, 14 mar. 1914, p. 1.

BRAZIL'S Blacks Experience New Cultural Consciousness. **Norfolk Journal and Guide**, 16 set. 1981, p. 11.

BROCK, Lisa; FUENTES, Digna Castañeda (eds.). *Between Race and Empire: African-Americans and Cubans before the Cuban Revolution*. Filadélfia: Temple University Press, 1998.

CANDELARIO, Ginetta. *Black Behind the Ears: Dominican Racial Identity from Museums to Beauty Shops*. Durham: Duke University Press, 2007.

CASEY, Matthew. *Empire's Guest Workers: Haitian Migrants in Cuba during the Age of U.S. Occupation*. Nova York: Cambridge University Press, 2017.

CENTENO, Miguel Ángel; LÓPEZ-ALVES, Fernando. "Introduction". In: CENTENO, Miguel Ángel; LÓPEZ-ALVES, Fernando (eds.). *The Other Mirror: Grand Theory through the Lens of Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 2001, pp. 3-23.

CLAVIN, Matthew J. *Toussaint Louverture and the American Civil War: The Promise and Peril of a Second Haitian Revolution*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2010.

COLOR Distinction Noted in Brazil: Lack of Drive among Negro Organizations, Sociologist Says. **Atlanta Daily World**, 13 mar. 1942, p. 3.

COSTA, Haroldo. *Fala, crioulo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1982, 2009.

COTTROL, Robert J. *The Long, Lingering Shadow: Slavery, Race, and Law in the American Hemisphere*. Athens, EUA: University of Georgia Press, 2013, pp. 238-265.

COURI, Norma. O negro no Brasil a nos EUA, segundo uma antropóloga antiintegracionista. **Jornal do Brasil**, 15 fev. 1980.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Quase-cidadão: Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

FALKOF, Lucille. *John H. Johnson, "The Man From Ebony"*. Ada, Oklahoma: Garrett Educational Corporation, 1992.

FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. Nova York: Cambridge University Press, 2012.

FERRER, Ada. *Freedom's Mirror: Cuba and Haiti in the Age of Revolution*. Nova York: Cambridge University Press, 2014.

FIRST Colony to Sail for Brazil in June. **Norfolk Journal and Guide**, 29 jan. 1921, p. 1.

FRAZIER, E. Franklin. A Comparison of Negro-White Relations in Brazil and in the United States. **Transactions of the New York Academy of Sciences**, v. 6, n. 7, série 2, 1944, p. 265.

FRAZIER, E. Franklin. Some Aspects of Race Relations in Brazil. **Phylon**, n. 3, 1942, pp. 291-295.

FRAZIER, E. Franklin. The Negro Family in Bahia, Brazil. **American Sociological Review**, n. 7, v. 4, 1942, pp. 465-478.

FULLER, Hoyt W. Blacks Challenge Policy of 'Non-Racialism' in Brazil. **Atlanta Daily World**, 29 set. 1978, p. 1.

GATEWOOD, Willard B. *"Smoked Yankees" and the Struggle for Empire: Letters from Negro Soldiers, 1898-1902*. Fayetteville, Arkansas: University of Arkansas Press, 1987.

GILLIAM, Angela. Black and White in Latin America. **Présence Africaine**, n. 92, 1974, pp. 161-173.

GILROY, Paul. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.

GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. *Da nitidez à invisibilidade: Legados da pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

GOMES, Tiago de Melo. Problemas no paraíso: a democracia racial brasileira frente à imigração afro-americana (1921). **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 25, v. 2, 2003, pp. 307-331.

GOMEZ, Michael. *Reversing Sail: A History of the African Diaspora*. Nova York: Cambridge University Press, 2005.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. Democracia racial: O ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 61, 2001.

GURIDY, Frank Andre. *Forging Diaspora: Afro-Cubans and African Americans in a World of Empire and Jim Crow*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2010.

HANCHARD, Michael George. *Orpheus and Power: The Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988*. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 138.

HELLWIG, David J. (ed.). *African-American Reflections on Brazil's Racial Paradise*. New Brunswick, Nova Jersey: Rutgers University Press, 1992.

HELLWIG, David. E. Franklin Frazier's Brazil. **Western Journal of Black Studies**, n. 15, v. 2, 1991, pp. 87-94.

HERNÁNDEZ, Tanya Katerí. *Racial Subordination in Latin America: The Role of the State, Customary Law, and the New Civil Rights Response*. Nova York: Cambridge University Press, 2013.

HOOVER Learns Lesson on Color Question in Brazil. **Chicago Defender**, 29 dez. 1928, p. 1.

HOTEL in Brazil Snubs Katherine Dunham. **Pittsburgh Courier**, 29 jul. 1950, p. 32.

HUNT, Alfred N. *Haiti's Influence on Antebellum America: Slumbering Volcano in the Caribbean*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1988.

JOSEPH, Tiffany D. *Race on the Move: Brazilian Migrants and the Global Reconstruction of Race*. Stanford: Stanford University Press, 2015.

LANDERS, Jane. *Atlantic Creoles in the Age of Revolutions*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 a 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, 1999, pp. 141-158.

MANNING, Patrick. *The African Diaspora: A History through Culture*. Nova York: Columbia University Press, 2009.

MEADE, Teresa; PIRIO, Gregory. In Search of the Afro-American 'Eldorado': Attempts by North-American Blacks to Enter Brazil in the 1920s. **Luso-Brazilian Review**, n. 25, v. 1, 1988, pp. 85-110.

NASCIMENTO, Abdias (org.). *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *The Sorcery of Color: Identity, Race, and Gender in Brazil*. Filadélfia: Temple University Press, 2007, pp. 120-148.

NASCIMENTO. *Quilombo: Vida, problemas e aspirações do negro*. São Paulo: FAPESP/Editora 34, 2003.

OTTLEY, Roi. *The Lonely Warrior: The Life and Times of Robert S. Abbott*. Chicago: Henry Regnery Company, 1955

PICKENS, William. Passports for Brazil. **New York Amsterdam News**, 14 fev. 1923, p. 1.

PLATT, Anthony M. E. *Franklin Frazier Reconsidered*. New Brunswick, Nova Jersey: Rutgers University Press, 1991.

POLYNÉ, Millery. *From Douglass to Duvalier: U.S. African Americans, Haiti, and Pan Americanism, 1870-1964*. Gainesville: University of Florida Press, 2010.

PUTNAM, Lara. *Radical Moves: Caribbean Migrants and the Politics of Race in the Jazz Age*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2013.

REPUBLICAN U.S. Keeps Us from Visiting Brazil. **Baltimore Afro-American**, 29 set. 1928, p. 5.

REYNOLDS, Clara Beasley. The Black Man in Brazil. **New York Amsterdam News**, 14 abr. 1928, p. 13. A SIDELIGHT on Mr. Hoover's Trip. **Pittsburgh Courier**, 15 jan. 1929, p. B8.

ROBINSON, Eugene. *Coal to Cream: A Black Man's Journey Beyond Color to an Affirmation of Race*. Nova York: The Free Press, 1999.

ROMO, Anadelia. *Brazil's Living Museum: Race, Reform, and Tradition in Bahia*. Chapel Hill, North Carolina: University of North Carolina Press, 2010, pp. 119-132.

SCHUYLER Advises Brazil's Negroes to Forget Color. **Pittsburgh Courier**, 28 maio 1949, p. 4.

SCHUYLER, George S. Brazilian Color Bias Growing More Rampant. **Pittsburgh Courier**, 4 set. 1948.

SCHUYLER, George S. Women Pep Meet in Brazil. **Pittsburgh Courier**, 28 maio 1949, pp. 1-4.

SCHUYLER, George. The Week's Books: Brazilian Background. **Pittsburgh Courier**, 2 jun. 1956, p. B3.

SHERRIFF, Robin. *Dreaming Equality: Color, Race, and Racism in Urban Brazil*. New Brunswick, EUA: Rutgers University Press, 1999.

SEIGEL, Micol. *Uneven Encounters: Making Race and Nation in Brazil and the United States*. Durham: Duke University Press, 2009.

SILVA, Graziella Moraes da; REIS, Elisa P. Perception of Racial Discrimination among Black Professionals in Rio de Janeiro. **Latin American Research Review**, n. 46, v. 2, 2011, pp. 55-78.

THOMPSON, Era Bell. *American Daughter*. Chicago: University of Chicago Press, 1946.

THOMPSON, Era Bell. Does Amalgamation Work in Brazil? **Ebony**, ago. 1965, pp. 33-42.

THOMPSON, Era Bell. Does Amalgamation Work in Brazil? **Ebony**, jul. 1965, pp. 27-41.

TWINE, France Winddance. *Racism in a Racial Democracy: The Maintenance of White Supremacy in Brazil*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.

Palavras-chave:

Afro-americanos, afro-brasileiros, Brasil, movimento negro, raça, democracia racial, Estados Unidos.

Resumo: Este artigo analisa como afro-americanos em visita ao Brasil escreveram e pensaram sobre a situação racial do país ao longo do século XX. Durante a primeira metade do século, visitantes afro-americanos estavam mais inclinados a ver o Brasil como uma democracia racial exitosa, uma sociedade em que negros, pardos e brancos viviam juntos em condições de harmonia e igualdade raciais. Durante a segunda metade do século, contudo, as visões afro-americanas sobre o Brasil tornaram-se muito mais críticas, com alguns visitantes apontando a própria ideologia da democracia racial como o principal obstáculo impedindo uma genuína igualdade racial. O artigo defende que essa mudança de visão foi em grande parte um reflexo do modo como afro-americanos julgavam sua própria sociedade. Na primeira metade do século, a violência e a opressão raciais foram tão extremas nos Estados Unidos que, em comparação, faziam parecer boa a situação no Brasil. À medida que os Estados Unidos se distanciaram da segregação racial na segunda metade do século, adotando políticas para a redução da desigualdade racial, os afro-americanos tornaram-se cada vez mais críticos do fracasso brasileiro em adotar políticas semelhantes ou seguir modelos inspirados nos Estados Unidos para uma mobilização política de negros.

Keywords

African-American, Afro-Brazilian, Brazil, black movement, race, racial democracy, United States.

ABSTRACT: This essay examines how African-American visitors to Brazil wrote and thought about that country's racial situation over the course of the 1900s. During the first half of the century, African-American visitors were more likely to see Brazil as a successful racial democracy, a society in which blacks, browns, and whites lived together on conditions of racial harmony and equality. During the second half of the century, African-American views of Brazil became much more critical, with some writers arguing that the ideology of racial democracy was itself a principal obstacle to the achievement of genuine racial equality. The article argues that this shift in views was in large part a reflection of African-Americans' judgments about their own society. During the first half of the century, racial violence and oppression were so extreme in the United States that Brazil looked good by comparison. As the United States turned away from racial segregation in the second half of the century and adopted policies aimed at reducing racial inequality, African-Americans became increasingly critical of Brazil's failure to adopt similar policies or to follow US-based models of black political mobilization.

Recebido para publicação em março/2017

Aceito para publicação em junho/2017

Como pensar o racismo: o paradigma colonial e a abordagem da sociologia histórica

Karl Monsma

Universidade Federal do Rio Grande do
Sul (BRA)

Introdução: o paradigma colonial nos estudos do racismo

Nas últimas décadas, uma das principais abordagens nos estudos do racismo tem sido o que chamarei de “paradigma colonial”, em que o racismo do mundo moderno é visto como consequência da expansão europeia, a partir do fim do século XV, e da dominação dos europeus e descendentes sobre os outros povos do mundo. Inclui-se aqui a escola “pós-colonial”, geralmente focada na análise do discurso; mas o paradigma

colonial é mais amplo, abrangendo as abordagens de vários campos que focalizam as relações entre “The West and the Rest” (o Ocidente e o Resto) – na fraseologia memorável de Stuart Hall – para entender a gênese do racismo. Esse paradigma geral certamente é um grande avanço sobre abordagens que percebem o racismo como simplesmente originário da diferença, física ou outra, como a antiga escola das “relações raciais”, que predominou por muito tempo nos Estados Unidos (Miles 1993). Também constitui um avanço sobre a ideia de que o racismo é simplesmente um fenômeno ideológico, um conjunto de ideias erradas, como, por exemplo, o racismo científico europeu do século XIX e início do XX.

Entre outras contribuições, os autores do paradigma colonial ajudam a explicar os processos da construção social da diferença física e o papel dela no racismo. Autores com Peter Wade (1997) apontam que os racistas europeus não definem as outras “raças” a partir de toda e qualquer diferença física, mas somente prestam atenção nas diferenças físicas que diferenciam os europeus dos outros. Boa parte dessa literatura presume que os povos que sofrem racismo são identificáveis pela diferença física, embora um número crescente de autores reconheça o racismo contra povos distinguidos pela diferença cultural ou religiosa, muitas vezes referido como o “novo racismo” (Balibar 1991; Fredrickson 2002, pp. 141-145).

O paradigma colonial permite a definição de racismo como a rejeição a imigrantes em vários países europeus ou de assentamento europeu, mesmo quando se justifica por ideologias da inferioridade cultural ou religiosa, sem referência aberta à diferença biológica. Muitos dos imigrantes são oriundos de países colonizados no passado, ou dominados hoje por europeus ou por descendentes de colonos brancos em outras partes do mundo. Há uma forte tendência para os povos das antigas colônias migrarem para o país europeu que no passado os colonizou e, em muitos casos, continua dominando-os informalmente. Esses imigrantes chegam já estigmatizados por toda uma carga de estereótipos essencializantes do

passado colonial, que quase sempre destacam a superioridade cultural, intelectual e moral dos europeus. No caso dos Estados Unidos, uma grande parte do México foi conquistada e colonizada; e boa parte do resto da América Latina e do Caribe foi dominada informalmente ao longo dos séculos XIX e XX – o que certamente influencia a imagem que a população de origem europeia forma dos imigrantes latinos e caribenhos. Mesmo quando os imigrantes não são das antigas colônias do país do destino – caso dos marroquinos, na Holanda; dos turcos, na Alemanha ou dos palestinos, nos Estados Unidos – geralmente provêm de países anteriormente colonizados ou dominados por outras potências europeias; e o racismo dos colonizadores facilmente é importado para os países onde esses imigrantes se estabelecem.

Contemplada na América atual, pode parecer convincente a ideia de que os únicos racistas do mundo são os europeus, junto com seus descendentes estabelecidos em outros continentes e talvez alguns colaboradores de outros povos; e que as únicas vítimas do racismo são os muitos povos que os europeus conquistaram, massacraram, escravizaram e exploraram ao redor do mundo. Esse paradigma serve bem para explicar o racismo sofrido por negros e indígenas – certamente as duas principais grandes categorias de povos que sofrem o racismo na América hoje – e elucida boa parte da reação anti-imigrante atual dos Estados Unidos.

Entretanto, o paradigma colonial simplesmente desconsidera, ou exclui por definição, várias outras formas do racismo, ou de opressão nítida de um povo por outro. Algumas das principais formas de racismo dentro da Europa – contra judeus, árabes e os povos roma e sinti (“ciganos”) – antecedem o colonialismo europeu e, portanto, não podem ser originárias dele. É particularmente estranho excluir da definição do racismo o maior genocídio da história, o holocausto, perpetrado por racistas assumidos e justificado por uma ideologia explicitamente racial. A ideia de que o racismo é uma questão das relações entre europeus e outros também exclui a

dominação dos povos da periferia da Europa – como os irlandeses e diversos povos do Leste e do Sul do continente – pelos povos dos países mais ricos e poderosos do Noroeste e Centro, como Inglaterra, Holanda, França e Alemanha; formas de dominação muitas vezes justificadas no passado por ideologias essencialistas de inferioridade de “sangue” (Jacobson 1998, pp. 39-90; Miles 1993, pp. 134-143). O paradigma também exclui por definição a possibilidade de racismo praticado por não europeus, como por exemplo, a violência dos japoneses contra os coreanos e chineses durante a Segunda Guerra ou o genocídio dos tutsi pelos hutu da Ruanda na década de 1990, eventos que certamente seriam definidos como racistas se os europeus fossem os autores.

Na tentativa de abranger vários exemplos de racismo que não são diretamente relacionados à expansão europeia de ultramar, este artigo explora as possibilidades e limites de um conceito ampliado do colonialismo, incluindo a dominação da periferia europeia pelo centro, a expansão dos impérios para as terras contíguas de outros povos, o colonialismo interno e o colonialismo perpetrado por potências não europeias. Entretanto, para dar conta de todos (ou quase todos) os casos de opressão geralmente reconhecidos como racismo (ou semelhante a racismo), faz-se necessário esticar o conceito de colonialismo a tal ponto que ele vire simplesmente sinônimo da dominação de um povo por outro. Para evitar a confusão conceitual e manter o significado específico e o poder explicativo do colonialismo, propõe-se uma definição de racismo como a dominação sistemática de um povo, ou grupo étnico, por outro, o que permite pensar em casos de racismo não originários do colonialismo. As práticas de dominação material geralmente se acompanham pela dominação simbólica, na forma de uma ideologia que representa o povo subordinado como essencialmente inferior, o que serve para justificar a exploração, a exclusão e o extermínio. Uma conclusão central é que, por mais importantes que sejam, o colonialismo e o neocolonialismo não são as únicas fontes do

racismo; e novas formas de racismo sempre podem surgir. O colonialismo também se combina com outros processos para originar diversas formas de racismo. Portanto, somente pesquisas que levam em conta a história de contextos específicos podem elucidar as manifestações específicas do racismo.

A sociologia histórica e a complexidade

Os autores do paradigma colonial tendem a ver o colonialismo e o neocolonialismo como as chaves únicas para a compreensão do racismo; e muitos do campo mais restrito dos “estudos pós-coloniais”, geralmente oriundos de áreas acadêmicas especializadas na interpretação de textos, analisam somente os “discursos coloniais”, estruturas de pensamento e representação dos europeus a respeito do “outro” colonizado. Ao contrário dessa abordagem, um tanto estreita, a sociologia histórica, ou sociologia processual, percebe o mundo social em movimento constante, enfatizando a constituição mútua e a interação constante de várias dimensões do mundo social, sem identificar uma delas a priori como mais fundamental que as outras (Adams, Clemens e Orloff, 2005). Em períodos e contextos distintos, os processos mais importantes podem variar.

Deve ser óbvio para os sociólogos que, por mais importante que sejam estruturas de pensamento e representação – ou estruturas simbólicas –, não constituem toda a realidade social. Outros processos, sejam políticos, econômicos, demográficos ou de redes de relações, têm suas próprias dinâmicas e não podem ser reduzidos a discursos, até porque muitos processos sociais acontecem independentemente da nossa percepção deles.³⁹

³⁹ O truísmo, tantas vezes aduzido pelos defensores do construtivismo radical, de que só podemos agir no mundo a partir da nossa percepção e interpretação dele, salienta a importância da análise de discursos, ou de estruturas simbólicas em geral, mas não justifica a redução de outras dimensões da realidade social a discursos ou a prioridade absoluta da análise do discurso na análise social. Se as estruturas culturais possibilitam a ação social, é igualmente verdade que os discursos só existem e se perpetuam por meio de redes sociais

A ênfase exclusiva em discursos também subordina a agência humana e as práticas, vistas como meras manifestações dos discursos. Além do mais, na prática científica, há uma tendência de supervalorizar os discursos das elites e desconsiderar os discursos de colonialistas e racistas comuns, o que implica presumir que as ideias de pessoas comuns dependem das ideias das elites.⁴⁰

Certamente algumas das complexidades do racismo são amplamente reconhecidas na literatura existente, especialmente no trabalho de feministas negras, que enfatizam que a experiência de mulheres negras não é igual à de homens negros nem à de mulheres brancas (Collins 2000; Hooks 1981; Loomba 2015, pp. 153-171). Ainda há várias outras formas importantes de “interseccionalidade” das identidades que recebem menos atenção na literatura, como as conjunções entre identidades raciais e várias combinações de classe social, nível educacional, nacionalidade, região, sexualidade, idade, estrutura familiar e presença ou ausência de deficiências físicas ou mentais.

Entretanto, a natureza específica das várias formas de racismo não se explica somente pelas maneiras diferentes que instituições, discursos e habitus racializam as identidades interseccionais. Para a sociologia histórica, existem regularidades sociais, mas a complexidade das relações entre múltiplos processos sociais leva a resultados diversificados e muitas vezes imprevisíveis (Sewell 2005; Tilly 2001). Só podemos entender a natureza dos racismos específicos com pesquisas sobre a história do racismo e suas relações com outros processos sociais em contextos específicos.

de comunicação, da indústria cultural e de instituições como escolas, universidade, governos e igrejas.

⁴⁰ Por exemplo, *Orientalism*, de Edward Said (1978), muitas vezes considerado a baliza inicial da literatura pós-colonial contemporânea, aproveita exclusivamente fontes publicadas. Suas interpretações poderiam ter sido diferentes se tivesse lido a correspondência de administradores coloniais de baixa escala e de colonos europeus, duas categorias de pessoas na linha de frente do colonialismo.

Também é importante observar que, na literatura pós-colonial, os discursos coloniais geralmente são tratados como estruturas que mudam superficialmente, mas não profundamente, porque são permutações de categorias e oposições mestres que supostamente caracterizam todo o pensamento ocidental. Por outro lado, a sociologia histórica questiona todas as teorias totalizantes. Como Sewell (2005) enfatiza, o mundo social é composto de várias estruturas sociais e esferas institucionais, com lógicas culturais parcialmente sobrepostas e parcialmente diferenciadas. Ou seja, o Ocidente, como qualquer outra parte do mundo, está sempre entrecruzado por múltiplas estruturas representacionais, só parcialmente coerentes. Isso produz muito mais possibilidades para contradição, conflito e mudança que os autores pós-coloniais tipicamente reconhecem, o que levanta a questão de como o racismo se reproduz na vida cotidiana e de geração a geração, apesar de todas as mudanças potenciais.

Para entender as relações entre colonialismo e racismo, precisamos especificar os processos sociais de reprodução – e de reprodução com mutações – que levaram a colonização ou escravização original ao racismo de hoje. Monsma (2016, pp. 59-64) identifica cinco níveis da vida social em que o racismo se reproduz: as instituições, as redes sociais, as ideologias e representações, as rotinas de interação e o habitus dos indivíduos. O habitus racial – o conjunto internalizado de categorias de percepção de grupos raciais e as disposições e esquemas de ação a respeito deles – é particularmente importante porque estabiliza e reproduz o racismo, mesmo em situações de mudança social.⁴¹

O presente emerge do passado, que vive no presente em duas formas: primeiro, em todas as instituições e arranjos sociais atuais que são produtos do passado; segundo, na forma da memória, individual, coletiva e cultural, do passado, que muitas vezes serve para justificar ações no

⁴¹ Veja também Elias 1991, pp. 209-214.

presente (Abbott 2001, pp. 254-258; Assmann e Czaplicka 1995). Quase sempre, há lutas pela memória, conflitos sobre que versão da história deve prevalecer no discurso público e servir para justificar decisões políticas, como, por exemplo, decisões sobre reparações pela escravidão e políticas de combate ao racismo. O paradigma colonial é parte dessa luta pelo passado, enfatizando as relações entre o racismo e as desigualdades raciais de hoje, por um lado; e a dominação colonial violenta e injusta, por outro. O propósito central deste artigo é fortalecer – com as contribuições da sociologia histórica – o paradigma colonial, fazendo com que este seja aplicável a um leque de situações maior. O artigo também enfatiza os limites do paradigma colonial e a importância de entender formas de racismo que não se originam do colonialismo.

Colonialismo no sentido amplo e formas do racismo

O racismo intra-europeu

Uma versão generalizada do paradigma colonial, em combinação com a sociologia histórica, pode ajudar na compreensão de muitas formas de racismo. A colonização da periferia da Europa pelos aristocratas e comerciantes das regiões centrais mais ricas e poderosas começou já na época medieval, levando à dominação sistemática das populações nativas dessas colônias. Os Cavaleiros Teutônicos – uma ordem militar alemã retornada das cruzadas – conquistaram as planícies do leste da Prússia no século XIII e convidaram colonos alemães a se estabelecerem nessas terras. Já no século XIV – em algumas das regiões da Europa oriental colonizadas por alemães – os eslavos nativos eram proibidos de se afiliar às guildas, ocupar cargos públicos ou se casar com alemães. Na mesma época, os ingleses estabelecidos na Irlanda impuseram restrições parecidas aos irlandeses nativos (Fredrickson 2002, pp. 23-24).

Concomitante com a expansão europeia dos séculos XV e XVI, os Estados, as aristocracias e os comerciantes do noroeste da Europa intensificaram sua dominação e exploração das periferias europeias. No leste da Prússia, no século XVI, a aristocracia intensificou as obrigações dos servos, que foram forçados a trabalhar sem remuneração vários dias por semana nas terras dos senhores, produzindo grãos para a exportação aos grandes centros comerciais, como Amsterdam e Londres (Wallerstein 1974). Essa relação pode ser caracterizada como uma forma de colonialismo informal, ou neocolonialismo – dominação pelos comerciantes de centros mais avançados em coligação com senhores locais fortemente dependentes da mão de obra forçada. A servidão em várias partes da Europa do Leste perdurou até o século XIX, sendo ab-rogada na Prússia em 1807, no Império Austríaco em 1848, na Rússia em 1861 e – nos territórios poloneses incorporados à Rússia – somente em 1864.

Sem dúvida, a subjugação “colonial” dos camponeses do leste europeu é a origem de vários estereótipos sobre os povos do leste que se enraizaram no oeste europeu. No fim do século XIX, os trabalhadores alemães nativos do distrito industrial do vale do Ruhr, no oeste da Alemanha, categorizavam todos os migrantes dos países do leste e do leste da Prússia como “polacos” e os culpavam por aumentos nas taxas de crime e problemas de saúde pública (Moore 1978, pp. 236-237). Depois, os nazistas simplesmente fecharam todas as associações e jornais dos poloneses do Ruhr, prenderam ou mataram as lideranças étnicas e forçaram a assimilação. A brutalidade dos nazistas contra os eslavos foi bem pior na invasão da Polônia, onde mataram – direta ou indiretamente – seis milhões de pessoas (metade delas judia) e na invasão da União Soviética, onde o saldo das mortes chegou a vinte milhões, entre soldados e civis (Panayi 2000, pp. 179-182).

Hoje a reação contra os poloneses é particularmente forte na Inglaterra, onde são vistos como “ladrões de empregos” e culpados por

várias más, reais e imaginárias (Dowling 2007). Também viraram alvos preferidos para crimes de ódio no Reino Unido (McDevitt 2014). Essa rejeição aos poloneses certamente contribuiu para o voto pela saída da União Europeia, que extinguirá o direito dos europeus continentais morarem e trabalharem no Reino Unido.

No século XVI, quando a Europa iniciava sua expansão ultramarina, a Inglaterra reconquistou a Irlanda, que virou a primeira colônia inglesa e a que mais tempo continuou sujeita à dominação inglesa. Especialmente na época de Cromwell, no século XVII, o Estado inglês deu as melhores terras da Irlanda a integrantes da aristocracia inglesa, que, com o tempo, intensificou a exploração dos camponeses nativos, principalmente por meio de aluguéis exorbitantes pelo uso da terra. Vários dos mesmos senhores ingleses envolvidos na colonização da Irlanda lideraram depois a colonização da Virgínia, na América do Norte (Wallerstein 1974, p. 88, nota 70). A Inglaterra também assentou um grande número de colonos protestantes escoceses e ingleses no norte da Irlanda, no início do século XVII, confiscando as terras dos irlandeses católicos nativos para o esquema de colonização. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, os ingleses impuseram uma série de restrições aos católicos, tais como a exclusão do ensino superior e de várias profissões, a revogação de direitos políticos, a proibição de escolas católicas, a proibição de casamentos entre católicos e protestantes e a proibição de católicos andarem armados ou possuírem cavalos valiosos (Greeley 1972, pp. 27-29). Nesse período, os ingleses produziam representações explicitamente racistas de irlandeses, retratados, por exemplo, como macacos ou “chimpanzés brancos” (Loomba 2015, p. 117; Miles 1993). Com a industrialização de Ulster, no século XIX, os melhores empregos foram quase todos reservados para os protestantes. Depois da primeira guerra mundial, católicos foram simplesmente expulsos de boa parte da indústria de Ulster, acusados de serem socialistas e nacionalistas. Hoje, Ulster, ou Irlanda do Norte, é provavelmente o único lugar no mundo

onde ainda acontece a racialização de católicos, vistos pelos protestantes como vagabundos, inconstantes e sem ambição (Jenkins 1997, pp. 90-106).

Entretanto, outras formas de racismo dentro da Europa dificilmente podem ser compreendidas dentro do paradigma colonial. O antissemitismo e anti-islamismo europeus começaram bem antes da expansão colonial da Europa. Em ambos os casos, é um tanto difícil distinguir entre o preconceito religioso e o essencialismo negativo, característico do racismo. Os massacres de judeus começaram na época da primeira cruzada no final do século XI e continuaram no século XII, aparentemente porque as multidões envolvidas não distinguiam entre judeus e muçulmanos (Fredrickson 2002, pp. 19-20). Desde pelo menos a época medieval, enraizou-se a crença europeia de que os judeus eram aliados do Satanás e realizavam rituais diabólicos, com o propósito de destruir a civilização cristã. Culpava-se os judeus por muitas das pragas e outras desgraças que assolavam os povos europeus, o que levou a ainda mais massacres de judeus (Fredrickson 2002, pp. 20-23). Em toda a Europa, os judeus sofriam várias exclusões e proibições, como, por exemplo, a proibição de estudar nas universidades ou de exercer certas profissões.

Houve uma intensificação do racismo anti-judeu e anti-islâmico na Península Ibérica em função do conflito dos espanhóis com os mouros, o que deu origem, ao fim do século XIV, a uma onda de massacres de judeus que se recusavam a se converterem (Fredrickson 2002, pp. 31-32). Um século depois, os judeus que não se converteram foram expulsos da Espanha. Os muçulmanos sofreram a conversão forçada poucos anos depois. Os “novos cristãos” (judeus convertidos) e “moursicos” (muçulmanos convertidos) e seus descendentes foram estigmatizados e discriminados por sua “impureza de sangue”, tornando-se alvos principais da Inquisição. Somente aqueles com ancestralidade cristã “pura” podiam ser aceitos nas ordens militares ou religiosas e participar da conquista e cristianização da América, embora, na prática, sempre houvesse algumas exceções

(Fredrickson 2002, pp. 32-34; Souza 2008). Depois de uma rebelião em 1568, todos os mouriscos foram expulsos da Espanha, entre 1609 e 1614. O racismo antissemita atingiu seu ápice na Rússia e, depois, na Alemanha, com a ideia de que existia uma conspiração judaica internacional para controlar o mundo, principalmente por meio do financiamento dos Estados por banqueiros judaicos, o que serviu como justificativa para os massacres (pogroms) na Rússia, no fim do século XIX e início do XX, e para o holocausto realizado pelos nazistas (Arendt 1989).

Ainda outra forma de racismo europeu com raízes antigas é o contra os povos romani (“ciganos”). Esses povos, originários da Índia, aparentemente chegaram à Europa na época medieval, onde enfrentaram expulsão, criminalização, escravização, perseguições e restrições legais (Brearley 1996). Junto aos judeus, os romani viraram alvos principais do genocídio nazista (About e Abakunova 2016). Hoje as pesquisas sociais na Europa apontam que esses povos, geralmente percebidos como criminosos, vagabundos e avessos à integração, são os mais desprezados e odiados de todas as minorias sociais (Hughes et al. 2014; Pries e Bekassow 2015).

Vários dos racismos intra-europeus foram importados para as “novas Europas”, ou colônias europeias de assentamento. Nos Estados Unidos, os brancos de ascendência “nórdica” racializavam e discriminavam os outros europeus. Irlandeses, italianos e judeus eram categorizados como não brancos e empreenderam longas lutas para serem aceitos como brancos, geralmente enfatizando sua distinção dos negros (Jacobson 1998; Roediger 1999). Desenvolveu-se todo um gênero de piadas sobre “polacos”, que existem até hoje e salientam a suposta burrice e ignorância desse povo. Até pelo menos o fim da Segunda Guerra – e em muitos casos depois disso – o antissemitismo não era velado. Empregadores discriminavam os judeus abertamente, muitos hotéis se recusavam a aceitar judeus como hóspedes e as universidades da elite impuseram limites aos números de judeus que podiam se matricular.

Nos casos de racialização de povos da Europa, com a exceção parcial dos romani, não havia diferenças físicas marcantes que distinguiam de maneira confiável os povos dominados. Os racistas muitas vezes exibem uma fascinação pelas diferenças físicas e as inventam, mesmo quando não existem – por exemplo, a noção de que os judeus têm o nariz grande, que os italianos têm pele “tom de oliva” (noção ainda comum nos EUA) ou, ainda, as representações dos irlandeses com feições símias. Mas como essas marcas físicas são fantasiosas – em grande medida ou totalmente – na prática, esses povos racializados eram identificados pela ancestralidade, pelo sobrenome, pelas práticas religiosas e culturais ou pela origem geográfica. Os romani constituem somente uma exceção parcial porque muitos deles, tais como os judeus, são de ascendência mista e fisicamente parecidos com os povos dominantes dos países onde moram. De fato, esses povos geralmente são identificados pelo seu modo de vida migratório; e aqueles que não vivem dessa maneira tradicional e não usam as vestes tradicionalmente associadas a esses povos muitas vezes nem são percebidos como “ciganos”.

O expansionismo para terras contíguas

Apesar dos limites do paradigma colonial, uma definição ampliada do colonialismo – que inclui todo tipo de imperialismo e não somente as relações entre a Europa e o resto do mundo – pode ajudar na compreensão de ainda outras formas do racismo, nem sempre perpetrado por europeus ou por seus descendentes. Uma categoria de império importante, muitas vezes desconsiderada na literatura sobre colonialismo, é o império baseado na ocupação e colonização de terras contíguas, e não as de ultramar. Estados-nações independentes como os Estados Unidos, Prússia, Rússia, China, Brasil, Argentina, Chile, Canadá e África do Sul devem ser considerados impérios porque se dilataram sobre as terras de outros povos, muitas vezes por meio de guerras genocidas e da substituição da população nativa por

colonos do Estado expansionista. Embora esse tipo de colonialismo muitas vezes seja chamado de “colonialismo interno”, é mais exato denominá-lo de “expansionismo imperial”, porque as terras apropriadas eram originalmente externas ao Estado colonialista. Quando não foram simplesmente eliminados, os povos subjugados por esse tipo de expansionismo – os indígenas de vários países da América, os chicanos (descendentes de mexicanos) do Sudoeste dos Estados Unidos, as minorias étnicas das periferias da Rússia e da China, os africanos negros na África do Sul – sofrem as consequências até hoje.⁴² Além de terem perdido boa parte das suas terras e recursos naturais, são tratados pelos Estados imperiais como cidadãos de segunda classe e sofrem a estigmatização e discriminação dos povos dominantes desses Estados. O expansionismo alemão para o leste, nas Primeira e Segunda Guerras Mundiais, é um exemplo desse tipo de imperialismo, com grandes massacres das populações nativas (especialmente dos poloneses e russos) a expropriação das terras para sua incorporação à Alemanha, com o objetivo de colonização por alemães (Elias 1996, pp. 366-368).

O colonialismo de Estados não-europeus

Uma versão ampliada do paradigma colonial também pode explicar o racismo decorrente do colonialismo ou neocolonialismo de países não europeus. Além dos vários impérios, já mencionados acima, que conquistaram e colonizaram as terras de povos vizinhos, comerciantes árabes do norte da África foram os pioneiros do tráfico de escravos africanos a longa distância, muito antes da expansão europeia, regularmente comprando ou capturando negros ao sul da Saara e os levando com as caravanas pelo deserto para a venda de escravos nos países do Oriente Médio e do norte da África. Existe evidência de que os árabes muçulmanos inventaram o mito de que os negros africanos eram descendentes da

⁴² Mann 2005, pp. 70-110 discute vários desses casos.

personagem bíblica Ham – supostamente condenado junto com seus descendentes à servidão perpétua por ofender seu pai Noah (Lewis 1990, pp. 55, 123-125) – e de que os europeus cristãos (que no fim da época medieval geralmente representavam os africanos negros de maneira favorável) aprenderam com os mouros na península ibérica a associar os negros com a escravidão (Fredrickson 2002, pp. 26-29). Depois da abolição da escravidão na maior parte do Oriente Médio e norte da África, no século XIX, representações negativas de negros e a discriminação racial contra eles perduravam, embora de formas menos severas e violentas que na América (Lewis 1990, pp. 85-102).

Provavelmente o caso mais óbvio de um país imperialista não europeu é o Japão, que no início do século XX imitou intencionalmente o colonialismo dos países europeus (Anderson 1991, pp. 97-99). O tratamento dedicado por coreanos, chineses e outros povos aos japoneses, durante a Segunda Guerra, certamente seria classificado como racismo se os europeus fossem os autores. A discriminação dos descendentes de coreanos no Japão hoje, a recusa de lhes conceder a cidadania por nascimento e os obstáculos burocráticos à sua naturalização também seriam considerados racismo, se o mesmo acontecesse com os descendentes de imigrantes na Europa.

Fora da Europa, também há várias formas de subimperialismo, ou imperialismo regional de países nitidamente mais poderosos ou ricos que seus vizinhos, que geram situações de racismo. Vários países semiperiféricos, como Brasil, Argentina, África do Sul ou Nigéria, atraem trabalhadores imigrantes de países vizinhos mais pobres. Esses trabalhadores – além de receberem salários baixos e serem submetidos a condições de trabalho por vezes consideradas análogas à escravidão – podem enfrentar reações hostis da população nativa dos países onde trabalham, que os acusa de “roubar empregos” ou de degradar a qualidade da vida nos bairros onde moram. É o caso dos bolivianos que trabalham em São Paulo e Buenos Aires, dos trabalhadores moçambicanos e

zimbabwuanos, na África do Sul, e dos trabalhadores de Gana, Togo e Benin, na Nigéria. Pela falta de direitos, trabalhadores indocumentados sofrem dominação e discriminação sistemáticas. O outro aspecto da definição do racismo usada aqui, a essencialização negativa, geralmente emerge, junto com o nativismo, como justificativa para violência contra esses imigrantes ou por campanhas exigindo sua expulsão.

O colonialismo interno

Em várias outras partes do mundo, minorias nacionais são tratadas com o que pode ser classificado como colonialismo interno, sem relação direta com o imperialismo ou colonialismo europeu. São formas de opressão análogas às sofridas por povos colonizados, tais como a negação dos direitos plenos de cidadania, roubo de recursos, exploração e administração paternalista. Exemplos seriam as minorias tribais da Índia e os grupos berberes do norte da África. Um dos casos mais flagrantes de racismo contra uma minoria nacional, hoje, é a perseguição, inclusive com massacres, da minoria muçulmana Rohingya, de Myanmar, pela maioria budista. O Estado de Myanmar compactua com esse racismo, negando direitos de cidadania aos muçulmanos e raramente reprimindo os responsáveis pela violência, que muitas vezes é cometida pelo próprio exército (Cowley e Zarni 2017; Robins-Early 2016). Certamente, a colonização britânica da Índia e de Myanmar e a colonização francesa do Magreb têm a ver com esses casos de racismo, porque as administrações coloniais ou os colonos europeus exploravam divisões étnicas para fortalecer seu controle, muitas vezes favorecendo alguns grupos e prejudicando outros; mas seria muito exagerado alegar que o desprezo dos grupos dominantes pelas minorias foi simplesmente inventado pelos colonialistas, ou que o passado colonial explica a continuidade (ou o fortalecimento) dessas formas de racialização e discriminação hoje (tantos anos depois da independência). Ou seja, o colonialismo europeu sozinho não é suficiente para explicar esses casos.

Precisamos levar em conta outros processos locais, em conjunto com a história colonial e neocolonial.

Quase qualquer caso de racialização de uma minoria nacional pode ser classificado como “colonialismo interno” porque, tal como a dominação colonial, a opressão de uma minoria étnica quase sempre envolve a exploração ou o roubo de recursos, o que só é possível com a negação – formal ou informal – dos direitos plenos de cidadania. Em algum momento, “colonialismo interno” se torna um conceito tão amplo que vira sinônimo de “dominação”. Para manter o poder analítico do conceito de colonialismo interno, seria melhor reservá-lo para situações de racialização e de dominação de minorias que podem ser consideradas nações, com território próprio e organização política distinta, hoje ou no passado (como, por exemplo, as nações indígenas da América ou da África).

Uma definição geral do racismo

Podemos evitar vários problemas conceituais se adotarmos uma definição de racismo que não está necessariamente ligada ao colonialismo, considerando o racismo simplesmente a dominação sistemática de um grupo étnico por outro, acompanhada por representações e ideologias que essencializam e depreciam o povo subordinado, servindo para justificar a exploração ou exclusão material.⁴³ A diferença física muitas vezes facilita a identificação dos povos racializados, mas não integra a definição do racismo porque existem outras maneiras de identificar os povos dominados, mesmo na ausência de diferenças fenotípicas. Com essa definição, é possível evitar as incoerências decorrentes do paradigma colonial, como a exclusão do campo dos estudos raciais do antissemitismo e da opressão dos povos romani. O colonialismo e a dominação do mundo pelos europeus é o

⁴³ Elementos desta definição podem ser encontrados em vários autores. Um dos mais claros e coerentes é Jenkins 1997.

fenômeno mais importante por trás do racismo no mundo moderno, mas não é a única fonte do racismo.

Essa definição também torna possível agrupar e comparar fenômenos de várias partes do mundo que de outra maneira seriam ignorados pelos pesquisadores do racismo ou definidos como outro tipo de preconceito, como por exemplo a discriminação e perseguição de trabalhadores imigrantes em várias partes do mundo. Não precisamos arbitrariamente definir o preconceito contra os imigrantes poloneses na Inglaterra, ou a violência contra trabalhadores moçambicanos na África do Sul como “não racista” simplesmente porque os opressores e os oprimidos são da mesma cor, ao passo que reconhecemos como racista a oposição de europeus à imigração árabe, asiática ou africana.

Novas questões que se apresentam

Essa definição do racismo abre a possibilidade para novas abordagens de antigas questões, a partir principalmente da comparação de fenômenos antes pensados como incomparáveis. Por exemplo, permite uma nova abordagem à questão da durabilidade do racismo anti-negro na América. Por que vários povos que já foram racializados e subordinados na América não sofrem mais racismo hoje, ou o sofrem em grau muito menor, ao passo que o racismo anti-negro perdura? É importante investigar o que mudou no caso dos *mestizos* (de ascendência indígena e espanhola) de várias ex-colônias da Espanha e como diversos grupos hoje considerados brancos na América do Norte – irlandeses, italianos, judeus e outros – escaparam do racismo que sofreram no passado. Uma linha de pesquisa e interpretação importante enfatiza os contrastes com grupos mais oprimidos: para serem aceitos no grupo dominante, os mestizos precisavam rejeitar suas raízes indígenas; para serem aceitos como “brancos” na América do Norte, os grupos étnicos europeus subordinados precisavam enfatizar suas diferenças com relação aos negros. Em ambos os casos, a “ascensão racial”

dos grupos intermediários acaba reforçando o estigma dos grupos “abaixo” deles.

Ao comparar fenômenos racistas anteriormente pensados como incomparáveis, também podemos identificar distinções importantes que de outra maneira podem escapar nossa atenção. A discussão de Michael Mann sobre dois genocídios na África ilustra esse ponto. Mann (2005, pp. 100-107) identifica o massacre dos povos Herero e Nama, realizado pelo Estado colonial alemão na Namíbia em 1904-5, como um caso de limpeza étnica de uma colônia europeia de assentamento parecido com o que aconteceu em vários países da América, em que a competição por terras ou outros recursos entre os colonos europeus e os povos nativos levava à resistência violenta dos indígenas; que por sua vez servia como desculpa para uma guerra de extermínio contra os indígenas, conduzida pelo Estado com forte apoio dos colonos, seguida pela apropriação de ainda mais recursos.

No caso do genocídio dos tutsi de Ruanda pelos hutu, em 1994, o fato do Estado colonial belga ter favorecido a minoria tutsi – vista como racialmente superior à maioria hutu - é pertinente, mas está longe de ser uma explicação completa do que aconteceu. Mann (2005, pp. 428-473) aponta que esses dois grandes grupos étnicos do país se competiam por empregos e outros benefícios clientelistas do Estado que controlava boa parte da renda das exportações e da ajuda internacional para o desenvolvimento. O clientelismo do Estado caracteriza muitos países pós-coloniais da África, mas eles tipicamente abrangem um número bem maior de grupos étnicos, impedindo a polarização étnica extrema que se observou em Ruanda, com somente dois grupos.⁴⁴ Essa dinâmica de competição étnica entre hutus e tutsis existia tanto em Ruanda quanto no vizinho Burundi, com os hutu controlando o governo de Ruanda e os tutsi

⁴⁴ Em alguns casos, como o norte da Nigéria, a República Centro-Africana ou, até a divisão do país, o Sudão, a polarização religiosa das últimas décadas entre muçulmanos e cristãos está levando a situações de conflito mais extremado, com potencial para genocídio.

controlando Burundi; e cada governo favorecia o “seu” grupo étnico, com episódios intermitentes de violência interétnica. A repressão dos hutu em Burundi pelo Estado tutsi, inclusive com massacres, também forneceu um exemplo aos hutu de Ruanda do que poderia acontecer em Ruanda se os tutsi ganhassem o poder.

A polarização étnica em Ruanda se exacerbou no início da década de 1990, sob a pressão da invasão de um exército tutsi apoiado por Uganda e também da crise econômica decorrente da queda dos preços internacionais de algumas das principais exportações de Ruanda – café, chá e estanho – em conjunto com o reajuste neoliberal imposto ao país pelo Fundo Monetário Internacional. Em 1994, depois do abatimento, por partidos desconhecidos, do avião com os presidentes de Ruanda e de Burundi, com a morte de todos os passageiros, os hutus mais radicais, que já controlavam boa parte da mídia de Ruanda, tomaram o poder do Estado e promoveram o genocídio dos tutsi, com o apoio e a participação de boa parte da população hutu, eliminando 75% dos tutsi presentes em Ruanda em somente onze semanas, o que Mann (2005, p. 430) caracteriza como o genocídio mais rápido e completo da história mundial.

Na comparação com o genocídio da Namíbia, o que chama a atenção aqui é o fato de que os dois grupos lutavam principalmente pelo controle de recursos do Estado – não por terras ou outros recursos naturais – e pelo equilíbrio relativo de forças, em comparação com a predominância militar esmagadora do Estado colonial alemão na Namíbia. Isso nos alerta para ficarmos atentos às possibilidades de genocídios e massacres em outras situações de competição étnica pelo controle do Estado, que começam com um equilíbrio relativo de poder entre grupos. O vínculo do racismo com a dominação ainda é pertinente aqui, porque os grupos étnicos em competição lutam justamente pela posição dominante. Depois de um dos grupos conseguir o poder do Estado e o controle da mídia, pode usar esse poder militar e ideológico para eliminar o outro.

A definição do racismo como a dominação sistemática de um grupo étnico por outro, que pode acontecer mesmo sem diferenças físicas entre povos, também nos estimula a repensar o papel e a significância das diferenças corporais quando distinguem um grupo racializado. Vários autores negros escrevem com grande paixão sobre as consequências da diferença corporal, o que mostra sua importância no racismo anti-negro e na experiência dos negros (Fanon 1952; Daynes e Lee 2008). Certamente é pertinente aqui a distinção de Goffman (1988) entre estigmas visíveis e os que podem ser escondidos ou disfarçados. O portador de um estigma visível é consciente, o tempo todo, de que os outros o enxergam como um ser humano defeituoso.

No Brasil, com sua enorme população mestiça, o peso adicional de portar um estigma visível pode explicar a resistência de muitas pessoas de aparência ambígua a se identificarem como negros (Munanga 2008) e, por outro lado, o uso ostensivo de símbolos de pertencimento racial, como turbantes ou cabelos trançados, por afrodescendentes politizados, o que constitui uma maneira de proclamar seu orgulho racial, assim resistindo à estigmatização. O uso do vestuário típico de camponeses europeus – por exemplo, calças de couro alemãs ou sapatos de madeira holandeses – é incomum no Brasil fora das festas folclóricas que celebram diferentes grupos imigrantes, porque os descendentes de imigrantes europeus não sofrem racismo no Brasil hoje e não sentem necessidade de visibilizar suas identidades étnicas como forma de resistência. Também é importante refletir sobre a significância da reação repressiva, inclusive com violência, de alguns brancos contra o uso ostensivo de símbolos da negritude. A discussão acima sugere que, em algum nível, mesmo que subconscientemente, esses brancos reconhecem o uso desses símbolos como forma de resistência e reagem contra a “insolência” de negros que “não sabem seu lugar”.

Os significados das diferenças físicas e os conflitos a respeito delas também podem ser pesquisados em várias outras frentes, desde a suposição errada em muitas pesquisas médicas de que “raças” biológicas realmente existem (Fields e Fields 2012) à hipersexualização de alguns povos racializados e o turismo sexual de homens e mulheres dos países dominantes do Norte em alguns países pobres do Sul – anteriormente colonizados ou dominados pelos europeus (Nagel 2003, pp. 200-223).

Finalmente, as considerações acima chamam nossa atenção para o papel da cidadania no racismo. Discriminar e excluir os não cidadãos é a última forma de discriminação considerada legítima, que está escrita em leis e praticada abertamente, sem eufemismos ou disfarces. No passado, políticas racistas de imigração – abertamente favorecendo europeus e dificultando ou proibindo a imigração de outros – serviram para manter os salários altos dos brancos nos países de assentamento europeu, como os Estados Unidos, Canadá e Austrália. Nesses países, a democracia permitia que a população branca se organizasse e pressionasse o Estado para proibir a imigração dos não europeus (Fitzgerald e Cook-Martin 2014). Na América Latina, com populações menos brancas e Estados menos democráticos, o favorecimento de imigrantes europeus partiu mais das elites, que queriam branquear seus países.

A ausência dos direitos de cidadania facilita e legitima a exploração e discriminação dos imigrantes em vários contextos. Nos Estados Unidos, as empresas e os particulares empregam milhões de mexicanos e centro-americanos indocumentados, que trabalham em um leque amplo de atividades – como nas fábricas, na agricultura e na construção civil – além de limpar as casas, cozinhar e cuidar dos filhos ou dos jardins de muitas famílias de classe média. O Estado persegue os imigrantes, mas raramente multa ou prende os empregadores, que preferem trabalhadores indocumentados porque aceitam salários baixos e trabalham arduamente sem reclamar. Boa parte da migração internacional vai dos países

colonizados no passado para a Europa ou para os países de assentamento europeu, mas também existem grandes fluxos migratórios Sul-Sul e Norte-Norte. Estes imigrantes também podem ser racializados, com exploração ou exclusão sistemáticas. Os poloneses na Inglaterra, os bolivianos em São Paulo e Buenos Aires, e os moçambicanos na África do Sul são exemplos já mencionados acima.

Integrantes de minorias nacionais nascidos no próprio país também podem ser definidos como não cidadãos para legitimar a dominação e exclusão raciais. Uma das primeiras medidas dos nazistas depois de chegar ao poder foi anular a cidadania de judeus e outros que eles consideravam indesejáveis, como os romani (Pries 2015). É justamente essa estratégia que o Estado de Mianmar usa hoje contra os muçulmanos Rohingya; Japão até hoje não concede a cidadania automática aos filhos de coreanos nascidos no Japão e dificulta sua naturalização; e Alemanha fazia o mesmo até recentemente aos filhos de turcos nascidos na Alemanha, criando, em ambos os casos, uma categoria permanente de não cidadãos, sempre vulnerável à exploração pela falta das garantias da cidadania.

O foco na cidadania também chama a atenção para a participação do Estado na dominação racial. Aqui é útil o conceito de “Estado racial” de Omi e Winant (1994), que se refere a todas as maneiras em que categorias raciais são codificadas nas normas do Estado e todas as maneiras em que as atividades de repartições do Estado levam em conta a identidade racial das pessoas. Mesmo aqueles que são oficialmente cidadãos do país onde moram podem sofrer a negação dos direitos de cidadania, com a participação do Estado, o que os deixa mais vulneráveis à exploração ou à exclusão. Em países como o Brasil e os Estados Unidos, as polícias regularmente desrespeitam os direitos dos negros pobres, sujeitando bairros inteiros a um estado de exceção não declarado, em que os direitos de cidadania são permanentemente suspensos. Ao tratar todos os moradores negros de tais bairros como suspeitos, a polícia reforça a estigmatização dos moradores, a

discriminação contra eles no mercado do trabalho e sua vulnerabilidade à exploração. Cada abordagem humilhante, cada assassinato pelos agentes do Estado e cada caso de tortura pela polícia reforça a exclusão simbólica de todos os moradores do bairro da comunidade imaginada da nação, comunicando que eles são subcidadãos, em vez de “integrantes plenos de uma comunidade”; o que é, para Marshall (1950, p. 28), a definição da cidadania. Ao mesmo tempo, essa exclusão contribui para a naturalização, pela população branca, da subordinação dos negros e a internalização da representação dos negros como criminosos em potencial.

Conclusão

Este artigo explora o potencial e os limites do paradigma colonial para a compreensão do racismo, por meio da elaboração de um modelo ampliado do colonialismo, que abrange a dominação da periferia da Europa, a expansão imperial para terras contíguas, o colonialismo de países não europeus e o colonialismo interno. Ainda seria possível estender o paradigma colonial do racismo para os colonialismos pré-modernos e suas consequências para os povos conquistados – por exemplo, no Império Romano, no norte da África depois da conquista árabe, no Império Chinês ou no Império Asteca. O conceito generalizado do colonialismo usado aqui evita referência à diferença física como definidor ou componente necessário do racismo e não exclui, por definição, a possibilidade do racismo perpetrado por não europeus. O modelo ampliado se aplica a muitos, mas não todos, os casos de racismo considerados aqui, sugerindo que o colonialismo, mesmo sendo a força mais importante por trás do racismo no mundo moderno, não deve ser incluído na definição do racismo.

A definição do racismo proposta aqui – a dominação sistemática de um povo, ou grupo étnico, por outro, acompanhada por representações do grupo subordinado como essencialmente inferior – abrange o colonialismo e o neocolonialismo, mas também aponta a possibilidade do racismo com

outras origens e facilita comparações inusitadas, que podem revelar novos aspectos e dinâmicas do racismo. O artigo também enfatiza a importância de abordar o racismo como um processo. O racismo pode ser pensado como uma estrutura de dominação material e simbólica, mas é uma estrutura em processo constante de reprodução e mutação. Sem pesquisar os processos de reprodução e mudança do racismo, não podemos compreender a durabilidade do racismo nem as novas formas dele que surgem. Além disso, o artigo enfatiza a complexidade da interação ao longo do tempo de vários processos sociais. Para entender a natureza do racismo em contextos diferentes, além das suas manifestações específicas com relação a subgrupos definidos por gênero, classe social, nacionalidade, idade e outros fatores, precisamos pesquisar a história das interações entre o racismo e vários outros processos sociais, tais como processos políticos, demográficos, econômicos, ideológicos e religiosos, cuja influência pode variar ao longo do tempo e entre contextos, originando formas diversas do racismo, inclusive as novas formas que sem dúvida emergirão no futuro.

Bibliografia

ABBOTT, Andrew. On the concept of turning point. In: ABBOTT, Andrew. *Time matters: on theory and method*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

ABOUT, Ilsen; ABAKUNOVA, Anna. *The genocide and persecution of Roma and Sinti. Bibliography and historiographical review*. Berlin: International Holocaust Remembrance Alliance, 2016.

ADAMS, Julia; CLEMENS, Elisabeth S.; ORLOFF, Ann Shola. Introduction: Social theory, modernity, and the three waves of historical sociology. In: ADAMS, J.; CLEMENS, E. S.; ORLOFF, A. S. (org.) *Remaking modernity: politics, history and sociology*. Durham, NC: Duke University Press, 2005

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*, 2 ed. London: Verso, 1991.

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

ASSMANN, Jan; CZAPLICKA, John. Collective memory and cultural identity. *New German Critique*, n. 65, 125-133, Spring - Summer, 1995.

BALIBAR, Etienne. Is there a 'neo-racism'? In: BALIBAR, E. WALLERSTEIN, I. (org.) *Race, nation, class: ambiguous identities*. London: Verso, 1991.

BREARLEY, Margaret. The Roma/Gypsies of Europe: a persecuted people. *JPR Policy Paper*, n. 3. London: Institute for Jewish Policy Research, 1996.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York e London: Routledge, 2000.

COWLEY, Alice; ZARNI, Maung. An evolution of Rohingya persecution in Myanmar: from strategic embrace to genocide. Middle East Institute, 20 abril 2017, <http://www.mei.edu/content/evolution-rohingya-persecution-myanmar-strategic-embrace-genocide>, consultado em 07/05/2017.

DAYNES, Sarah; LEE, Orville. *Desire for race*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2008.

DOWLING, Tim. They come over here ... *The Guardian*, 22 novembro 2007.

ELIAS, Norbert. *The society of individuals*. Oxford: Basil, Blackwell, 1991.

_____. *The Germans: power struggles and the development of habitus in the nineteenth and twentieth centuries*. New York: Columbia Univ. Press, 1996.

FANON, Frantz. *Peau noire, masques blancs*. Paris: Éditions du Seuil, 1952.

FIELDS, Karen E.; FIELDS, Barbara J. *Racecraft: the soul of inequality in American life*. London: Verso, 2012

FITZGERALD, David Scott; COOK-MARTIN, David. *Culling the masses: the democratic origins of racist immigration policy in the Americas*. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 2014.

FREDRICKSON, George M. *Racism: a short history*. Princeton: Princeton Univ. Press, 2002.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GREELEY, Andrew M. *That most distressful nation: the taming of the American Irish*. Chicago: Quadrangle Books, 1972.

HALL, Stuart. *The West and the Rest: discourse and power*. In: HALL, Stuart et al. (org.) *Modernity: an introduction to modern societies*. Oxford: Blackwell, 1996.

HOOKS, Bell. *Ain't I a woman: black women and feminism*. Boston: South End Press, 1981.

HUGHES, Joshua et al. *The Roma people in Europe*. Lancaster, Reino Unido: Richardson Institute, 2014.

JACOBSON, Matthew Frye. *Whiteness of a different color: European immigrants and the alchemy of race*. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 1998.

JENKINS, Richard. *Rethinking ethnicity: arguments and explorations*. London: Sage Publications, 1997.

LEWIS, Bernard. *Race and slavery in the Middle East: an historical enquiry*. New York: Oxford Univ. Press, 1990.

LOOMBA, Ania. *Colonialism/postcolonialism*, 3 ed. London: Routledge, 2015.

MARSHALL, T. H. *Citizenship and social class and other essays*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1950.

MANN, Michael. *The dark side of democracy: explaining ethnic cleansing*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2005

MCDEVITT, Johnny. New figures reveal dramatic increase in hate crimes against Polish people. *The Guardian*, 11 junho 2014.

MILES, Robert. *Racism after 'race relations'*. London e New York: Routledge, 1993.

MONSMA, Karl. *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

MOORE, Barrington Jr. *Injustice: the social bases of obedience and revolt*. White Plains, NY: M.E. Sharpe, 1978.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*, 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NAGEL, Joane. *Race, ethnicity and sexuality: intimate intersections, forbidden frontiers*. New York: Oxford University Press, 2003

OMI, Michael; WINANT, Howard. *Racial formation in the United States: from the 1960s to the 1990s*, 2 ed. Nova York e Londres: Routledge, 1994

PANAYI, Panikos. *Ethnic minorities in nineteenth and twentieth century Germany: Jews, Gypsies, Poles, Turks and others*. Harlow, Inglaterra: Pearson Education, 2000.

PRIES, Ludge; BEKASSOW, Natalia. Discriminação e racismo na União Europeia: diagnóstico de uma ameaça

negligenciada e da investigação científica correspondente. *Sociologias*, v. 17, n. 40, 176-211, set./dez. 2015.

ROBINS-EARLY, Nick. Myanmar's Rohingya Muslims face a surge in horrific persecution. *Huffington Post*, 14 dezembro 2016.

ROEDIGER, David R. *The wages of whiteness: race and the making of the American working class*, 2 ed. London: Verso, 1999.

SAID, Edward W. *Orientalism*. New York: Vintage, 1979.

SEWELL, William H. Jr. *Logics of history: social theory and social transformation*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. Uma trajetória racista: o ideal de pureza de sangue na sociedade ibérica e na América portuguesa. *Politeia: História e Sociedade* (Vitória da Conquista), v. 8, n. 1, 83-103, 2008.

TILLY, Charles. Mechanisms in political processes. *Annual Review of Political Science*, v. 4, 21-41, 2001.

WADE, Peter. *Race and ethnicity in Latin America*. London: Pluto, 1997.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system I: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. New York: Academic Press, 1974.

Palavras-chave:

racismo,
colonialismo e
pós-
colonialismo,
sociologia
histórica

Resumo: As interpretações predominantes do racismo hoje integram o que chamo de “paradigma colonial”, a ideia de que o racismo se originou com a expansão colonial da Europa e a dominação dos europeus sobre os povos do resto do mundo. Vários casos empíricos de dominação racial ou de genocídio apresentam desafios para esta abordagem, especialmente a racialização de povos europeus por outros europeus e o racismo praticado por povos no resto do mundo. O artigo desenvolve o argumento de que muitos desses casos podem ser compreendidos dentro de uma versão expandida do paradigma colonial, salientando a subordinação dos povos da periferia da Europa, a expansão de impérios para as terras contíguas de outros povos, a conquista de impérios coloniais por alguns países não europeus, ou ainda formas de colonialismo interno. Entretanto, outras instâncias do racismo não podem ser explicadas dentro do paradigma colonial, por exemplo, o antissemitismo europeu ou o racismo contra os povos romani (“cigano”), que já existiam antes da expansão imperial da Europa, ou ainda vários casos de dominação ou extermínio racial de povos colonizados contra outros povos colonizados. O artigo desenvolve o argumento de que o racismo deve ser entendido como a dominação sistemática de um povo, ou grupo étnico, por outro, em conjunto com uma ideologia que essencializa o grupo subordinado como intrinsecamente inferior. A expansão europeia é a principal força por trás do racismo no mundo moderno, mas não é a única origem do racismo.

Keywords

racism,
colonialism and
postcolonialism,
historical
sociology

ABSTRACT: The predominant interpretations of racismo today are located within what I call the “colonial paradigm,” which is the idea that racism originated from the colonial expansion of Europe and the domination of Europeans over the peoples of the rest of the world. Several empirical cases of racial domination or genocide present challenges for this approach, especially the racialization of European peoples by other Europeans and racism practiced by non-European peoples. The article develops the argument that many such cases can be understood within an expanded version of the colonial paradigm, emphasizing the subordination of peoples of the European periphery, the expansion of empires over the contiguous lands of other peoples, the conquest of colonial empires by some non-European countries, or forms of internal colonialism. However, other instances of racism cannot be explained within the colonial paradigm, for example European antisemitism or racism against Romani peoples (“gypsies”), which already existed prior to the imperial expansion of Europe, or cases of racial domination or extermination carried out by colonized peoples against other colonized peoples. The article develops the argument that racism should be understood as the systematic domination of one people, or ethnic group, by another, in conjunction with an ideology essentializing the subordinate group as intrinsically inferior. European expansion is the principal force behind racism in the modern world, but it is not the only origin of racism.

Recebido para publicação em maio/2017

Aceito para publicação em maio/2017

Por uma Mudança de Paradigma: Antinegritude e Antagonismo Estrutural

João Costa Vargas

Universidade do Texas (EUA)

O contexto no qual esse texto aparece é o processo de impeachment da presidente do Brasil, Dilma Rousseff. A votação dos deputados federais brasileiros, no domingo do dia 17 de Abril de 2016, foi de fato um espetáculo único, com ramificações tanto no Brasil quanto no exterior. Aliados de Dilma chamaram de golpe a tentativa de retirá-la de seu posto para o qual ela havia sido eleita democraticamente. Opositores de Dilma alegaram, de várias maneiras – nem sempre criativas mas bastante significativas – que a presidente havia cometido crime de responsabilidade fiscal.⁴⁵ Alguns comentaristas disseram que se tratava de um espelho do Brasil.

⁴⁵ Ver, por exemplo, as várias documentações audiovisuais do evento, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU>, acessado em 2 maio de 2016.

Mas o mundo da Câmara dos Deputados – cristão-fascista, heteropatriarcal, violento, corrupto, imerso numa antinegitude que atura, deseja, e celebra a ordem militar despótica, e que não se importa de conviver com umas poucas pessoas negras, desde que politicamente irrisórias ou simples serviçais – *esse mundo não tem nada a ver com o mundo da maioria negra*.⁴⁶ Pois o mundo da maioria, o mundo das pessoas negras, definido principalmente pela despossessão, pela violência gratuita e pela morte prematura evitável, acontece numa órbita ignorada pelo mundo dos deputados e da estrutura política e de sociabilidade que os produz. Aqui reside a significância maior daquelas cenas da votação do impeachment. Elas revelam características básicas de um mundo social que, histórica e estruturalmente, apesar da igualdade formal, de fato e fundamentalmente exclui corpos negros de suas esferas de cidadania e humanidade. Por isso, o mundo político dos deputados, do qual, em tese, todo cidadão participa, incluindo pessoas negras, é o mundo não-negro, um mundo que não existiria não fosse o mundo negro. Assim, o mundo dos Deputados e a chamada sociedade civil que o alimenta – *esse mundo tem tudo a ver com o mundo da maioria negra*. Pois cidadãos de fato, de direito e, fundamentalmente, os não-negros, o são precisamente porque não são negros. O fato de a Câmara dos Deputados ter algumas pessoas negras reafirma a tese. A fala de Vicentinho, por exemplo, que enfatizou a negritude, foi um mero ruído, quase inaudível, em um ambiente cuja lógica discursiva é a branquitude e seus componentes – a moralidade religiosa, a família, a propriedade, a ordem autoritária e, principalmente, o pertencimento. A esquerda brasileira, e principalmente o Partido dos Trabalhadores, por mais que tenha apoiado *programas* de combate ao racismo, o que incluiu políticas de acesso ao

⁴⁶ 50.09% dos deputados federais inscritos na votação do processo de impeachment de Rousseff foram condenados ou respondem processo na Justiça, incluindo a Justiça Eleitoral, ou Tribunais de Contas. <http://www.abc.com.br/noticias/politica/2016/04/cerca-60-dos-deputados-federais-que-julgaram-dilma-tem-pendencias-na>, acessado em 2 maio de 2016.

ensino superior, de moradia e de renda suplementar, não foi capaz nem de reconhecer a centralidade da antinegitude em seu auto entendimento e práticas, nem de atualizar uma mudança *estrutural* nas condições sociais, incluindo os modos de cognição da sociabilidade, que requerem e reproduzem a exclusão negra. Mudanças programáticas ocorreram, sem dúvida. Importantes, sem precedentes no que tange à ênfase e ao sucesso relativo e temporário na redistribuição de renda e terra. Mas os aspectos *estruturais* da desigualdade permanecem. Sobrevive, assim, a máxima estrutural que define a sociedade. Pertencer ao estado-império⁴⁷ significa não ser negro; ser negro significa ser, desde sempre, excluído das esferas de cidadania, do consumo, de pertencimento político. Da humanidade. Ser negro significa não ser; significa ser, desde sempre, socialmente morto.

O que está anunciado acima é um esboço de uma teoria alternativa do estado-império. O que chamamos de Brasil, assim como os Estados Unidos, é uma construção imaginada e territorial, estrutural e cognitiva, religiosa e política, que depende de uma díade básica, uma díade de pertencimento. Essa díade é negro-não negro.

A díade negro/não-negro, que fundamenta o conceito da antinegitude, é mais precisa que a díade tradicional branco/não branco. De acordo com a díade branco/não-branco, ser branco (e ocidental, cisnormativo homem, heteropatriarcal e de posse) é a encarnação paradigmática da Humanidade. Essa díade condensa os princípios da supremacia branca – a hierarquização da espécie humana na qual o ser branco (e homem) é a referência máxima de poder, inteligência, moralidade, e estética. Nessa hierarquia, o ser negro é o ser menor.

A díade negro/não negro, no entanto, representa um contínuo mais amplo da Humanidade que inclui pessoas não-brancas e não-negras, como

⁴⁷ Ver Moon-Kie Jung, *Beneath the Surface of White Supremacy*, para o conceito de estado-império, que se aplica tanto aos Estados Unidos quanto ao Brasil.

asiáticos, indígenas, e latinos (nos Estados Unidos). Nesse contínuo mais abrangente, graus de Humanidade não são conferidos a partir da branquitude, mas em relação à distância relativa da negritude. O conjunto da Humanidade, então, inclui pessoas brancas bem como pessoas não-brancas e não-negras. *Ser humano é ser não-negro*. A díade negro/não-negro condensa os princípios da antinegitude, uma lógica relacionada mas distinta da supremacia branca. Relacionada porque a antinegitude, como a supremacia branca, de fato mantém pessoas negras e brancas em polos opostos de valor humano; mas distinta porque, de acordo com a antinegitude (que exploraremos abaixo), a referência fundamental é a não pessoa negra – uma referência ausente, uma não-referência. Uma não-referência eficaz, poderosa e transhistórica. Essa não-referência à não pessoa negra faz com que, não somente brancos, mas todas pessoas não-negras, derivem sua subjetividade e seus privilégios sociais relativos do fato de não serem negras. A pessoa negra, assim, não faz parte da Humanidade; essa pessoa torna possível mas não é parte da hierarquia Humana.

A díade negro/não-negro é tanto uma tentativa de ajuste teórico quanto um fato social. No Brasil, a segregação residencial, o desemprego, o abuso policial, a criminalização social e jurídica, o encarceramento, a negligência e a violação médicas e a morte por causas evitáveis são todos mais evidenciados entre pessoas negras – pretas e pardas – que entre não negros.⁴⁸ As diferenças paradigmáticas em indicadores sociais, as quais sugerem desvantagens acumuladas ao longo de gerações, manifestam-se entre negros e não-negros e não entre brancos e não-brancos. Basta pensar na condição social de asiáticos descendentes de japoneses, chineses, e coreanos, no Brasil e nos Estados Unidos, para percebermos que, apesar de indiscutivelmente sofrerem discriminação, sua condição social e econômica está bem mais próxima dos brancos do que dos negros. A questão das

⁴⁸ Waiselfiz, “Mapa da Violência;” Paixão et al. “Relatório Anual das Desigualdades Raciais.”

peças indígenas – tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos – e especificamente a sua posição estrutural e distância relativa das peças negras é mais complexa.⁴⁹ É incontestável o genocídio ao qual as comunidades indígenas foram submetidas no processo de colonização; processo que permanece presente. No entanto, gostaríamos de sugerir que, nas Américas, a posição estrutural indígena, *quando não vinculada ao genocídio*, sugere uma vantagem relativa com relação à posição estrutural das peças negras. Ou seja, na medida em que povos indígenas são capazes de articular demandas jurídicas de território e soberania relativa ao estado-império⁵⁰ – demandas baseadas precisamente em argumentos morais e legais que enfatizam um vínculo original à terra que precede a colonização europeia – eles demonstram graus de pertencimento ancestral e de incorporação contemporâneo que são tanto simbólicos quanto práticos. Esses graus de pertencimento e incorporação, em tese, estão fora do alcance das comunidades negras, que não podem fazer demandas de ancestralidade autóctone. O decreto 4.887, de 2003, que regulamenta e dá titulação de terras ocupadas por remanescentes de comunidades quilombolas, revela o exercício ideológico necessário para legalizar a *suposição da ancestralidade negra*. De acordo com a Art. 2 do decreto, são considerados remanescentes das comunidades dos quilombos, “... os grupos étnico-raciais, segundo os critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”⁵¹. Trata-se de uma ancestralidade construída primariamente a partir de uma luta política histórica, a qual ganha materialidade nas terras de quilombos. Como a variação jurídica na interpretação do decreto ilustra – hora mais amplo, hora mais específico, requerendo “prova” de vínculos entre a comunidade quilombola em questão com o regime da escravidão – o pertencimento

⁴⁹ Ver Churchill, *A Little Matter of Genocide*.

⁵⁰ Wilderson, *Red, White, and Black*.

⁵¹ Ver Diário Oficial da União, Decreto No. 4.887, 20 de Novembro de 2003.

negro ao império-nação, mesmo num regime nominalmente progressista e pró-negro, é sempre incerto, contestado.⁵²

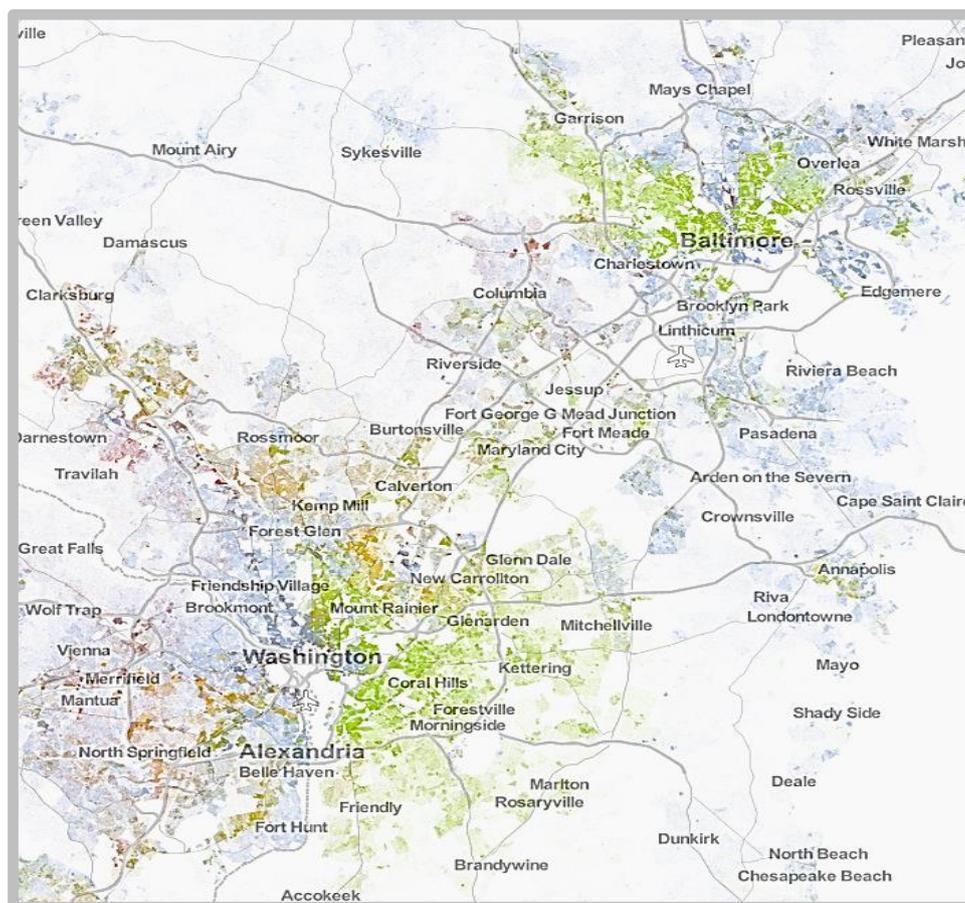
Os mapas abaixo, feitos a partir de dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram o padrão de segregação residencial para algumas das principais cidades do Brasil. Ao contrário do que defendem os proponentes das teses da democracia racial, os mapas revelam nitidamente a persistência de um *apartheid* de fato. As áreas nas quais pessoas negras estão ausentes, indicadas pela cor azul, são precisamente aquelas onde há maior renda, escolas, infraestrutura e serviços urbanos melhores, melhor acesso à saúde – e expectativa de vida mais alta. Áreas de maioria negra, indicadas pela cor laranja, são marcadas pelos processos opostos, todos os quais se traduzem em uma maior vulnerabilidade social, incluindo homicídios pela polícia e uma expectativa de vida consideravelmente menor.⁵³ Podemos dizer então que a segregação residencial antinegra estrutura a distribuição espacial de corpos racializados. Essa estruturação determina quem pertence e quem não pertence, quem tem qualidade de vida boa e quem não tem, quem vive e quem não vive.

⁵² Para uma comparação entre demandas de terra feitas por índios e por negros no nordeste brasileiro, ver French, *Legalizing Identities*. Um dado importante é que, após o reconhecimento oficial, ao passo que terras indígenas são de posse do grupo indígena, terras quilombolas são reconhecidas através de um título coletivo, como por exemplo uma associação de moradores.

⁵³ Waiselfizs, *Mapa da Violência*.

A diáspora negra, então, exemplifica singularmente o que autores como Frantz Fanon e Sylvia Wynter identificam como o fundamento da subjetividade moderna – a saber, o equacionamento da negritude à exclusão e à morte⁵⁶.

Mapa 2⁵⁷: Washington e Baltimore.



A análise paradigmática de Frantz Fanon nos ajuda a entender a equação negritude = morte.⁵⁸ Em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Fanon estabelece que a pessoa negra é negra sempre e somente em relação à pessoa

⁵⁶ Fanon, *Black Skin, White Masks*; McKittrick, *Sylvia Wynter*.

⁵⁷ Acessado em 2 de Maio de 2016, <http://demographics.coopercenter.org/DotMap/index.html>

⁵⁸ Por “análise paradigmática” eu me refiro à leitura que Frank Wilderson, no texto incluído nesse volume, faz de Fanon.

branca. Ou seja, a ontologia negra depende e deriva da ontologia branca. A ontologia branca, então, é a base de toda e qualquer ontologia. Ser negro é ser não-branco. É importante lembrar que, de acordo com Fanon, a recíproca nunca é verdadeira. O ser da pessoa branca, diz ele, não depende da pessoa negra porque a pessoa negra, por ser uma derivação, um subproduto, “não apresenta resistência ontológica” aos olhos da pessoa branca.⁵⁹

Fanon sugere um campo semântico cujos significados dependem de posicionalidades estruturais. Posicionalidades aqui entendidas como as relações pré-existentes que determinam o significado que cada sujeito tem tanto de si mesmo como dos outros. Uma pessoa é branca ou negra antes de nascer, ou seja, essa pessoa habitará necessariamente um campo semântico estruturado a partir de qualidades atribuídas a sua epiderme, sua cor. Não se trata, então, de qualidades intrínsecas a esses sujeitos, as quais lhes definem sua posição nesse campo, mas como cada sujeito, por causa de suas características físicas – por causa do significado social de suas características físicas – ganha sua posição relativa ao conjunto de sujeitos contidos nesse campo.

Tais posicionalidades formam um diagrama assimétrico de articulações simultâneas. O sujeito negro, num mundo antinegro, é tanto irrelevante quanto fundamental na formação do ser não-negro, incluindo o ser branco. O negro é o não-sujeito com posicionalidade a partir da qual todos os sujeitos não-negros se definem. Um sujeito *é* porque esse sujeito não é negro. O não sujeito negro é a referência central. Mas, pelo fato de o sujeito negro ser um não sujeito, ele é também uma não-referência. Assim, o não-sujeito negro é a presença ausente fundamental (ou a ausência presente fundamental). É a presença ausente da pessoa negra que estrutura a gama de posicionalidades subjetivas não negras. E mesmo que a pessoa negra seja

⁵⁹ Fanon, *Black Skin, White Masks*, 110.

simbolicamente necessária na sua presença ausente, a sua presença pura ou sua ausência absoluta são impossíveis, pois causariam um estrago irreparável a esse “balanço precário da realidade”⁶⁰. A presença ausente de pessoas negras no mundo político, incluindo as cenas da Câmara dos Deputados, torna possível esse mundo político.

A perspectiva que proponho é que a gramática da antinegitude e seu campo assimétrico de posicionalidades são normativos, subliminares, ubíquos, transhistóricos e, assim, efetivamente imunes à contestação⁶¹. Essa gramática estabelece a ausência negra como auto-evidente. O fato de as pessoas negras compartilharem e reproduzirem esse universo simbólico antinegro demonstra exemplarmente a naturalização e a onipresença desse universo. Isso mostra como a negritude, mesmo para pessoas negras, é vista normativamente como “a antítese da realização em um mundo antinegro”⁶². Conseqüentemente, uma consciência negra que não é dependente da gramática da antinegitude só é possível quando a antinegitude e o mundo cognitivo e social que ela alicerça são destruídos.

É aqui que a análise de Frank Wilderson nos ajuda a pensar criticamente sobre o quê, exatamente, constitui esse mundo cognitivo e social. O cerne de sua perspectiva é que a posicionalidade negra encarna a escravidão póstuma. Esse conceito de escravidão póstuma (*afterlife of slavery*), de acordo com Saidiya Hartman, sugere a sujeição fundamental e contínua das pessoas negras *independentemente da expansão progressiva de direitos e da cidadania formal*. A sujeição das pessoas negras é fundamental, porque ela alicerça os princípios que formam a nação império – princípios não só de cidadania, mas também de humanidade. Para arguir a continuidade da sujeição das pessoas negras, Hartman faz uma análise do período pós-abolição nos Estados Unidos e mostra a transhistoricidade da

⁶⁰ Gordon, *Bad Faith*, 103

⁶¹ Ver Goff et al., “Not Yet Human.”

⁶² Gordon, *Bad Faith and Antiracist Racism*, 23.

abjeção negra após a emancipação: “apesar da inferioridade das pessoas negras não ser mais o padrão legal, as várias estratégias de racismo do estado produziram uma classe subjugada e subordinada dentro do corpo político, apesar do verniz de neutralidade e igualdade. Apesar da 13^a Ementa constitucional [de 1865, que aboliu a escravidão], *a escravidão racial foi apenas transformada e não anulada*”⁶³. No campo semântico planetário, as pessoas negras ocupam uma posição única e incomunicável porque a escravidão póstuma faz com que elas convivam com a violência estrutural e gratuita continuamente. Trata-se de uma violência estrutural porque, de acordo com a perspectiva de Fanon, a pessoa negra está posicionada fora dos âmbitos da sociedade civil e da Humanidade. E a violência antinegra é gratuita porque, ao contrário do que o não-negro vivencia, a violência não depende de a pessoa negra transgredir a hegemonia da sociedade civil⁶⁴. Ou seja, negros vivenciam violência não por causa do que fazem, mas por causa de quem são, ou melhor, de quem não são. A violência gratuita equivale a um estado de terror que é independente de leis, direitos e cidadania. A violência gratuita é terror porque é imprevisível na sua previsibilidade, ou previsível na sua imprevisibilidade. Da perspectiva de uma pessoa negra, não se trata de perguntar *se* ela será brutalizada a esmo, mas *quando*.

Para entender a vulnerabilidade constante à violência – e como essa vulnerabilidade se articula com outros fatos marcantes da condição negra – o trabalho de Orlando Patterson sobre a escravidão é instrutivo. Ao examinar 66 formações sociais da escravidão em várias localidades e tempos históricos, Patterson nota que, além da violência gratuita, as pessoas escravizadas eram marcadas pela alienação natal e pela desonra. A alienação natal refere-se à dificuldade (e mesmo impossibilidade) de a pessoa escrava poder traçar sua genealogia e manter relações de parentesco, não pertencendo assim a qualquer comunidade *reconhecida como tal pelos*

⁶³ Hartman, *Scenes of Subjection*, 10, minha tradução, meu grifo.

⁶⁴ Fanon, *The Wretched of the Earth*; Wilderson, “Gramsci’s Black Marx.”

escravizadores. Isso não quer dizer que as pessoas escravizadas não pertenciam a comunidades reais ou imaginadas; nem que essas pessoas não mantinham relações de parentesco. O fato básico da escravidão é que tal pertencimento e relações de parentesco não eram reconhecidos como legítimos. A desonra, por sua vez, decorre da posição social de absoluta abjeção, uma posição que define a condição de exclusão e de exterioridade radical com relação a normas de valoração social e individual. A pessoa desonrada é uma pessoa sem dignidade, ultrajada, contra quem nenhum vitupério é escandaloso. Juntas, a alienação natal, a desonra e a violência gratuita constituem a morte social, o conceito chave ao qual chega Patterson.

Algumas proposições chave emergem quando sobrepomos a perspectiva de Patterson ao que discutimos anteriormente. A primeira é que a escravidão não é definida pelo fato de as pessoas escravizadas serem objetos, propriedade. Pessoas não escravas podem ser propriedade também. No mercado global do esporte, isso fica evidente com a constante compra e venda de atletas por empresários, empresas e times profissionais de basquete, vôlei e, principalmente, futebol. A segunda é que a escravidão não se define pelo trabalho involuntário. Trabalhadores involuntários não são necessariamente escravos; trabalham contra a vontade, por exemplo, para pagar uma dívida econômica ou legal. Isso nos leva à terceira proposição: uma pessoa é escrava porque ela se tornou socialmente morta.

Um aspecto central da condição da escrava é sua função social. Da mesma maneira que o negro, em Fanon, permite a subjetividade não-negra, a degradação da escrava revela, por contraste, quem pertence, quem tem honra, quem pode traçar genealogias e reivindicar parentesco e, principalmente, quem não está sujeito à violência gratuita.

Isso nos leva à quarta proposição: o conceito da escravidão póstuma (que vem do trabalho de Hartman) faz da vivência contemporânea da

negritude a vivência da escravidão. Note que não estamos restringindo a condição da escravidão à condição da negritude. Estamos apenas mostrando que a condição da negritude constitui um exemplo contundente da condição da escravidão. Como Joy James argumenta, a escravidão é um fato presente, um processo em andamento⁶⁵. No caso dos Estados Unidos, a evidência jurídica da 13ª emenda constitucional – a qual mantém a escravidão como punição legítima para quem é acusado de crime e, portanto, mantém-na contemporânea – ajuda-nos a entender a realidade social; mas a realidade social, em muito, excede a evidência jurídica. De fato, a morte social define a experiência da negritude – a experiência histórica, a experiência presente, a experiência futura. A morte social, da perspectiva da negritude, é um dado transhistórico.

Essas quatro proposições constituem o cerne da perspectiva que estamos propondo. Elas sugerem que, ao centrarmos a condição da negritude, devemos buscar um paradigma de análise alternativo. A morte social, enquanto definidora da negritude, nos força a buscar novos conceitos. Análises convencionais progressistas localizam a exploração e a alienação como os problemas éticos principais que afligem a humanidade. Mas para Hartman, tais conceitos não capturam a condição negra satisfatoriamente. Hartman apresenta a fungibilidade como um conceito mais preciso para dar conta da experiência negra contemporânea. Lembremos que tal experiência está enraizada na abjeção transhistórica, a qual é imposta através da violência gratuita, do terror. Não é possível entendermos essa violência gratuita como um produto direto das relações de trabalho. A subjugação negra em muito a excede e, portanto, não pode ser reduzida a condições de exploração. A subjugação negra se torna mais compreensível se a vincularmos a uma economia libidinal – um regime de desejos e de abjeção – que formata a maneira pela qual a pessoa escravizada é desumanizada (sujeita a toda e qualquer forma de violência) e tornada um

⁶⁵ James, *Neo Abolitionists*.

veículo para a expressão da subjetividade dos não-negros, principalmente dos brancos.

De acordo com a díade negro/não-negro que propomos, a pessoa não-negra elabora sua subjetividade em oposição à subjetividade negra (que supostamente está ausente, mas ao mesmo tempo presente em sua ausência).

Hartman explica assim essa dinâmica:

A relação entre prazer e a posse do escravo enquanto propriedade, posse entendida literal e figurativamente, pode ser explicada em parte pela fungibilidade do escravo – isto é, o regozijo feito possível pela permutabilidade e substituibilidade endêmicas à mercadoria – e pela capacidade extensiva da propriedade – isto é, a expansão do proprietário através de sua personificação em objetos e pessoas. Colocado de outra maneira, podemos dizer que a fungibilidade da mercadoria faz do corpo cativo um receptáculo abstrato e esvaziado e, portanto, vulnerável às projeções dos sentimentos, ideias e valores do outro; e, como propriedade, o corpo despossuído do escravizado é o sucedâneo do corpo do proprietário, já que esse corpo garante a universalidade desencarnada do proprietário e atua como um sinal de seu poder e dominação.⁶⁶

Enfatizar a fungibilidade significa dar atenção a uma lógica social que é eminentemente antinegra. Pessoas negras, inseridas em contextos de morte social, são descartáveis e são objeto de violência gratuita, independente do que fazem. O mundo da política, da sociedade civil e do estado-império é um mundo cuja lógica depende da morte negra, social e física. A pessoa negra, por definição, morre violentamente sem causa. “Amarildo desapareceu a caminho de casa” ou “Cláudia estava indo comprar pão e foi morta pela polícia”... E tantos outros casos. Previsíveis em sua imprevisibilidade. Imprevisíveis em sua previsibilidade. Todos paradigmáticos: emblemáticos da lógica social antinegra, do mundo antinegro.

⁶⁶ Hartman, *Scenes of Subjection*, 21. Tradução do autor.

Esse mundo está numa relação de antagonismo com as pessoas negras. Isso quer dizer que, ao contrário das relações de conflito que existem entre trabalhadores e o estado-império, ou entre mulheres e o estado – relações que podem ser mediadas, negociadas, relações legíveis cuja gramática é entendida por diversos atores sociais, desde os poderosos até os despossuídos – para as pessoas negras, trata-se de uma relação sem solução. Se a antinegitude é fundante, ubíqua e permanente, então demandar que o estado-império e sua sociedade deixem de ser antinegros corresponde a demandar o fim do estado-império. Corresponde a vincular a subjetividade moderna, não-negra, à sua necessária degradação do negro. Corresponde a questionar, mais profundamente, os fundamentos da família Humana que permanentemente exclui pessoas negras. Ao passo que a exploração e a alienação são categorias legíveis pelo estado-império, a fungibilidade não é legível. A condição da trabalhadora que demanda maiores salários e condições de vida mais adequada é legível: administradores, políticos e o público, de um modo geral, mesmo quando opostos a melhoras para as pessoas exploradas, entendem do que se trata o problema. No limite, a trabalhadora exige o fim das relações de exploração. A escrava, por sua vez, exige o fim do mundo, sua Humanidade e suas burocracias nacionais-imperialistas antinegras. A condição da escrava, da pessoa imersa na morte social, não é legível pelo mundo que depende de sua presença ausente, existência morta. Entender a sua condição significa engajar um mundo social que está completamente estruturado na abjeção da pessoa negra, significa engajar um mundo no qual a violência contra os corpos negros é banal, quotidiana, natural, previsível. Ao contrário do que ocorre para não-negros, o sofrimento negro não constitui um escândalo.

Para as pessoas negras, é imperativo imaginar estratégias de combate à antinegitude. Tais estratégias não podem ser restringir à simples reforma, ou ocupação estratégica, do estado império. O estado-império é parte e reflexo da Humanidade; seus aparatos burocráticos (legais,

propagandísticos, políticos, policiais-militares) defendem a Humanidade. Sendo o conjunto da Humanidade todos aqueles que não são negros; sendo não-negros definidos pela antinegitude; o estado-império, portanto, é fundamentalmente antinegro. Se há soluções contra a antinegitude, elas não podem depender nem do estado-império nem da sociedade civil. A sociedade civil, para Fanon, é o estado de guerra para pessoas negras, o espaço onde a violência gratuita, a fungibilidade e a morte negra são definidoras. O novo paradigma que propomos nada mais é do que uma proposta de pensar um mundo diferente. Essa proposta tem de reconhecer a antinegitude fundamental. Ela tem de reconhecer a escravidão póstuma e presente. Esse paradigma necessário coloca as experiências negras no centro de nossas atenções e distingue a corrupção fundamental dos estados-impérios. Corrupção de práticas, corrupção de ideias, mas, sobretudo e especificamente, corrupção do que constitui a Humanidade. O paradigma que propomos parte do antagonismo fundamental entre negros e não-negros e visa um mundo novo.

Mundo não negro	Mundo negro
Conflito	Antagonismo
Sociedade civil	Estado de guerra
Violência	Terror
Exploração, alienação	Fungibilidade, acúmulo
Economia capitalista	Economia libidinal
Trabalhador/a	Escravo/a
Estado-império	Não lugar
Cidadania	Morte social

Qual seria o papel de aliados não-negros nesse esforço de imaginar e trabalhar para esse mundo novo? No Brasil, a esquerda fala de pessoas exploradas “da periferia, pobres, e negros”⁶⁷. Nos Estados Unidos, fala-se dos “povos de cor”⁶⁸. Em ambas as expressões, fica marcada uma identificação oblíqua com a condição negra⁶⁹. Uma identificação parcial, tardia, relutante. Apesar de, nos últimos anos, aparentemente haver uma maior conscientização do sofrimento negro por parte de pessoas não-negras (e negras) – ver os protestos multirraciais contra o abuso e letalidade policial nesses dois países, com a emergência notável do movimento *Black Lives Matter* e similares no Brasil – há também uma notável resistência, ou incapacidade, de abordar os processos fundamentais que explicam a emergência e permanência desses eventos contra corpos negros. Raramente fala-se da antinegitude como a matriz ideológica e prática que explica a transhistoricidade e contemporaneidade da morte negra pelas mãos de indivíduos e, mais importante, pelas mãos do estado. A sociabilidade antinegra lava ambas as mãos.

Quando se fala de “pessoas exploradas, pobres, das periferias, faveladas e negras”, ou dos “povos de cor”, refere-se a um enorme bloco de não-brancos e seus aliados. Apesar de numericamente robusto – e ideologicamente atraente pois se baseia na ideia e prática da nação multirracial, inclusiva e justa – esses blocos fazem da condição negra uma entre várias outras condições de exploração e alienação. Mas já sabemos que a exploração e a alienação não dão conta da condição negra. Sabemos que a condição negra é única, irreduzível às condições de não-negros, mesmo os oprimidos. A condição negra não tem denominadores comuns às condições de não-negros (a não ser quando povos indígenas utilizam a categoria do genocídio para descrever sua condição presente, mas esse é

⁶⁷ Ver manifestações demandando a apuração do desaparecimento de Amarildo de Souza, no Rio de Janeiro.

⁶⁸ Ver Omi e Winant, *Racial Formation*.

⁶⁹ Ver Vargas, *Denying Antiracism*.

assunto para uma análise mais longa). Por mais bem-intencionados que sejam, esse blocos multirraciais, portanto, acabam por sustentar a antinegitude na medida em que não reconhecem a antinegitude como fundamental, ubíqua, transhistórica e determinante.

Uma análise da antinegitude constitui um exercício no limite desse mundo. Analisar a antinegitude implica reconhecer a constituição antinegra de nossas subjetividades. Não somente nossos pensamentos conscientes, mas, principalmente, nossos processos cognitivos subliminares, revelam sua dependência à abjeção negra. Basta reconhecermos a permanência, no Brasil e nos Estados Unidos, da associação ubíqua que existe, consciente e, mais poderosamente, inconsciente, entre pessoas negras e macacos. Experimentos recentes da psicologia social consistentemente revelam essa associação. Tais experimentos, desenhados para evitar a percepção consciente, sujeitam pessoas a imagens que, por ocorrerem muito rapidamente, só são captadas subliminarmente. Ou seja, a pessoa que está sujeita ao experimento não sabe, conscientemente, que foi exposta a essas imagens. Alguns dos resultados reveladores desse experimento são os seguintes: quando uma pessoa é exposta à imagens subliminares de macacos, ela tende a reconhecer rostos negros mais rapidamente. Quando uma pessoa é exposta a imagens subliminares de rostos negros, ela tende a reconhecer macacos mais rapidamente. Essa associação não depende da raça de quem a faz, ou seja, pessoas negras e não-negras a fazem em frequências muito parecidas. Isso revela que a associação pessoa negra/macaco é parte de um código social e cultural amplo, hegemônico – é parte da estrutura simbólica com a qual damos sentido ao mundo. Formulamos nossos pensamentos e nossas práticas sociais baseados no código cultural que naturaliza a abjeção e desumanização de corpos negros⁷⁰. O fato de tais códigos sociais acontecerem subliminarmente nos dá uma indicação da dificuldade em não só captá-los como também mudá-los.

⁷⁰ Goff et al. “Not Yet Human;” ver também Eberhardt et al, “Seeing Black.”

Analisar a antinegitude implica reconhecer a constituição antinegra de nossa sociabilidade. Implica reconhecer que a degradação e morte negras não são acidentais, mas estruturais. Implica reconhecer que, quando há a aparência de um escândalo coletivo causado pelo sofrimento negro (quando um adolescente é preso a um poste pelo pescoço; quando uma jovem negra é morta em frente de sua casa), trata-se de fato passageiro, fato que não demanda nem análise nem ação específicas. Fosse a morte negra de fato um escândalo, não teríamos hoje um contexto no qual a taxa de homicídios para pessoas negras tem aumentado⁷¹, apesar de a taxa de homicídios no Brasil estar diminuindo. A morte negra não causa escândalo.

Analisar a antinegitude implica reconhecer que, se o presente mundo social do império-nação é fundado na descartabilidade da pessoa negra, nada menos do que um mundo diferente garantirá a vida plena dessa pessoa. Enquanto membro de um universo definido pela morte social, pela escravidão póstuma, pela violência gratuita, a pessoa negra não tem outra opção a não ser imaginar outro mundo. O paradigma de ajustes, reformas e demandas ao estado-império nunca funcionará, pois este é constitutivamente antinegro.

Esse texto é incompleto. Um grito apenas. Ouçamos as análises mais precisas daqueles que estão na linha de frente do genocídio negro, vozes que não se esquivam daquilo que define a experiência negra: o genocídio. Apesar de ainda ser tabu, um tabu que revela a força ideológica do projeto de integração imperial antinegro que define as Américas, o genocídio está articulado tanto em vozes como as de William Patterson, Martin Luther King e Abdias do Nascimento, entre outros. Sim, mesmo King falou de genocídio contundentemente quando analisava a situação das pessoas

⁷¹ Waiselfizs, *Mapa da Violência*.

negras. Em 14 de Março de 1968, na escola de segundo grau Grosse Pointe, ele falou sobre “o problema da raça” e suas múltiplas manifestações, da segregação residencial até o desemprego. Ao focalizar mais especificamente no racismo, King afirmou o seguinte:

O racismo é baseado numa afirmação ontológica. É a noção de que é o ser de um povo que é inferior. E a lógica maior do racismo é o genocídio. Hitler foi um homem muito doente. Ele foi uma das maiores tragédias da história. Mas ele foi muito honesto. Ele levou o racismo à sua conclusão lógica. A partir do momento que seu racismo o fez doentio e a falar que havia algo inatamente inferior no judeu, ele acabou matando seis milhões de judeus. A lógica maior do racismo é o genocídio; e se alguém diz que uma pessoa não é suficientemente boa para ter um bom emprego, não é suficientemente boa para ter acesso a acomodações públicas, não é suficientemente boa para ter o direito ao voto, não é suficientemente boa para morar ao meu lado, não é suficientemente boa para se casar com sua filha por causa de sua raça. Então, nesse momento, aquela pessoa que diz que a outra pessoa não é boa o suficiente para isso tudo diz também que a outra pessoa não merece viver. Essa é a lógica última do racismo. E nós temos de perceber que isso tudo ainda existe na sociedade Americana⁷².

Movimentos como Reaja ou Será Morta(o) organizam suas linhas de frente de acordo com a premissa do genocídio, que equivale à premissa da morte social e física, à premissa da escravidão póstuma. Uma frente negra unida, uma frente que reconheça a profundidade estrutural da antinegitude e a impossibilidade da assimilação no império, é desde sempre necessária à sobrevivência das pessoas negras.

Centrar as experiências da negritude e analisar a antinegitude, longe de ser um exercício de nihilismo ou de pessimismo, na verdade constitui um ato transcendental. Trata-se de reconhecer que, nesse mundo constituído, não há lugar para as pessoas negras a não ser enquanto não-pessoas. Trata-

⁷² King, “A Outra América.” Ver <http://www.gphistorical.org/mlk/mlkspeech/>, acessado em 10 de Maio de 2016.

se de reconhecer que reformas, ajustes e toda e qualquer participação nas entranhas do estado-império e sua sociabilidade, na melhor das hipóteses, açucara a morte social e a morte biológica prematura, mas não muda a equação negritude = morte. A frente negra unida se aglutina na percepção de que, como presentemente constituído, esse mundo tem de ser substituído. Temos de recomeçar novamente.

Bibliografia

CHURCHILL, Ward. *A Little Matter of Genocide: Holocaust and Denial in the Americas, 1492 to the Present*. San Francisco: City of Lights, 1997.

FANON, Frantz. *Black Skin, White Masks*. Translated by Charles Lam Markman. New York, NY: Grove Press, 1967.

FRENCH, Jan Hoffman. *Legalizing Identities: Becoming Black or Indian in Brazil's Northeast*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2009.

GOFF, Phillip et al. "Not Yet Human: Implicit Knowledge, Historical Dehumanization, and Contemporary Consequences." *Journal of Personality and Social Psychology* 94, no. 7 (2008): 292-306.

GORDON, Lewis R. *Bad Faith and Antiracist Racism*. Amherst, NY: Humanity Books, 1999.

HARTMAN, Saidiya. *Scenes of Subjection: Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America*. New York, NY: Oxford University Press, 1997.

JUNG, Moon-Kie. *Beneath the Surface of White Supremacy: Denaturalizing U.S. Racisms Past and Present*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2015.

MASSEY, Douglas, and Denton, Nancy. *American Apartheid: Segregation and the Making of the Underclass*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.

MCKITTRICK, Katherine (ed.). *Sylvia Wynter: On Being Human as Praxis*. Durham, NC: Duke University Press, 2015.

OMI, Michael, and Winant, Howard. *Racial Formation in the United States*. Third Edition. New York, NY: Routledge, 2015.

PAIXÃO, Marcelo, Rossetto, Fabiana, Carvano, Luiz. *Relatório das Desigualdades Raciais no Brasil 2009-2010*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond Universitária, 2010.

WASELFIKS, Julio J. *Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil*. CEBELA, FLACSO, Brasília: SEPPPIR, 2012, 41.

WILDERSON, Frank B. *Red, White, and Black: Cinema and the Structure of U.S. Antagonism*. Durham, NC: Duke University Press, 2010.

**Palavras-
chave:**

Antinegitude,
diáspora negra,
morte social,
vida após a
morte da

Resumo: Ao propor a substituição da díade analítica canônica brancx-não brancx pela díade analítica negrx-não negro, esse artigo propõe que a gramática da antinegitude e seu campo assimétrico de posicionalidades são normativos, subliminares, ubíquos, transhistóricos, e assim efetivamente imunes à contestação. Esta gramática estabelece a ausência negra como auto-evidente. O fato de as pessoas negras compartilharem e reproduzirem esse universo simbólico antinegro demonstra exemplarmente a naturalização e onipresença desse universo. Isso mostra como que a negritude, mesmo para pessoas negras, é vista normativamente como a antítese da humanidade em um mundo antinegro. Consequentemente, uma consciência negra que não é dependente da gramática da antinegitude só é possível quando a antinegitude e o mundo cognitivo e social que ela alicerça são destruídos.

Keywords

Antiblackness,
black diaspora,
social death,
afterlife of
slavery

ABSTRACT: By proposing the utilization of the black-nonblack analytical dyad instead of the canonical analytical dyad white-nonwhite, this article argues that the grammar of antiblackness and its asymmetrical field of positionalities are normative, subliminal, ubiquitous, transhistorical, and thus effectively immune to contestation. This grammar establishes black absence as self evident. The fact that black persons share and reproduce this antiblack symbolic universe exemplarily demonstrates this universe's naturalization and omnipresence. Blackness, even for black persons, is seen as humanity's antithesis in an antiblack world. Thus, a black consciousness that is not dependent on the grammar of antiblackness is possible only when antiblackness and the cognitive and social world that it structures are destroyed.

Recebido para publicação em setembro/2016

Aceito para publicação em dezembro/2016

Abdias Nascimento e a Tradição Intelectual Afrodiaspórica: no Combate ao Racismo⁷³

Tshombe Miles

Universidade da Cidade de Nova Iorque
(EUA)

Introdução

Sigo cada vez mais desconfortável com clichés sobre dupla consciência, mesmo quando jorram das penas de gigantes da literatura como J.W. Goethe ou W.E.B. Du Bois. O paradigma das duas almas é essencialmente redutor, pois mesmo um homem ordinário como eu deve ter mais que duas almas. Reduzir alguém a duas almas é quase como reduzir alguém a duas dimensões. A personalidade de cada ser humano é complexa e contraditória. É certamente verdade que meus sentimentos como homem negro por vezes entraram em conflito com meu senso de nacionalidade estadunidense, mas, com o passar dos anos, resignei-me ao fato de que meus interesses, até este ponto da minha vida, sempre estiveram

⁷³ Tradução de João Miguel Lima

inseparáveis daqueles dos Estados Unidos.⁷⁴ (MOSES, 1993, p. 281).

A citação acima consegue captar perfeitamente a ambivalência que as pessoas enfrentam em torno de suas identidades. Tais ambivalências não estão restritas à identidade racial; podem também ser relativas às identidades de gênero, sexo, status econômico ou mesmo de deficiência física. A depender das circunstâncias, uma identidade em litígio pode tomar precedência sobre outra. São esses pontos comuns e divergentes que nos fazem humanos. Todavia, ainda que os humanos tenham relações complicadas com suas identidades, isso não significa que os afrodescendentes não possuam identidades afrodiaspóricas compartilhadas ou que tenham usado e tomado emprestadas as identidades da diáspora africana para recriar ou organizar suas identidades para combater o racismo por todo o Atlântico Negro⁷⁵.

Tal como argumentam Michael O. West, Fanon Che Wilkins e William G. Martin na coletânea “From Toussaint to Tupac: The Black International since the Age of Revolution” (2009) – e tantos outros

⁷⁴ Tradução livre a partir do original, no artigo “Ambivalent Maybe”, de Wilson J. Moses, publicado na coletânea “Lure and Loathing: Essays on Race, Identity, and the Ambivalence of Assimilation” (1993), organizada por Gerald L. Early.

⁷⁵ Em muitos aspectos, o livro de Paul Gilroy, “The Black Atlantic: Modernity and Double-Consciousness” (Harvard University Press; Reissue edition, 1993) permanece sendo a referência, o que oferece um modo proveitoso de pensar sobre uma diáspora africana. Embora este artigo esteja em desacordo com os ataques de Gilroy à ideia afrocêntrica – seu principal ponto de partida, que o distancia de Asante –, argumentarei que as posições de Gilroy e Asante são mais complementares que antagônicas. Gerações futuras terão de empreender aproximações entre os dois trabalhos da mesma maneira com que gerações passadas aproximaram criticamente os trabalhos de Melville Herskovits e E. Franklin Frazier. Mais na frente neste artigo discutirei que os trabalhos de Asante e Gilroy são ambos intrinsecamente valiosos e merecedores de crítica como lideranças na discussão sobre a diáspora africana. Para uma compreensão equilibrada das questões relativas à história do movimento afrocêntrico do século XIX, ver “Afrotopia: The Roots of African-American Popular History”, de Wilson J. Moses. Uma crítica fundamental para o entendimento teórico de *blackness* e solidariedade que não essencializa a negritude é o trabalho de Thomas Shelby, “We Who Are Dark: The Philosophical Foundations of Black Solidarity” (Belknap Press, 2007). A obra de Shelby é inovadora, pois proporciona uma compreensão teórica da solidariedade negra sem, contudo, limitar as concepções de negritude, que poderiam ser tão opressoras ou perigosas como a supremacia branca.

intelectuais – desde que vieram para as Américas, as populações afrodescendentes têm se dedicado a compreensões diaspóricas de libertação, no que tem sido denominado “black international” ou, em português, a internacional negra:

Desde o seu princípio, o internacionalismo negro almejou a um círculo de emancipação universal, indestrutível no espaço e no tempo. Trata-se de uma visão personificada tanto no revolucionário Toussaint Louverture, do Haiti, como no rapper e produtor musical Tupac Shakur, dos Estados Unidos, em que o primeiro remete às lutas contra a escravidão e o segundo, às insurgências culturais contemporâneas.⁷⁶ (WEST & MARTIN, 2009, p. 1).

Afrodescendentes podem aderir a ou adotar – ou não – uma perspectiva internacional negra. Apesar de a maioria dos afrodescendentes assumir para si formas de identidades nacionais, isso não significa, contudo, que antes não tenha existido uma perspectiva internacional negra entre pessoas afrodescendentes. Aliás, poder-se-ia argumentar que a perspectiva internacional negra teve um impacto expressivo sobre pessoas negras na diáspora africana. A revolução haitiana é um exemplo de como populações de ancestralidade africana se inspiraram nas lutas que estavam acontecendo: em todas as partes das Américas⁷⁷, a revolução haitiana inspirou afrodescendentes. Mais que isso: a revolução haitiana se tornou o modelo da libertação negra, baseada na organização da sociedade contra a escravidão e na garantia de igualdade para todos que tivessem ancestralidade africana. No Brasil, os afrodescendentes tiveram como influência lutas mais recentes, como os movimentos de descolonização que tomaram o continente africano

⁷⁶ Tradução livre para trecho da introdução intitulada “Contours of the Black International: From Toussaint to Tupac”, escrita por Michael O. West e William G. Martin na coletânea organizada pelos mesmos autores com o título “From Toussaint to Tupac: The Black International since the Age of Revolution”, publicada pela The University of North Carolina Press, em 2009. Ver também “The Transnational Circulation of Political References: The Black Brazilian Movement and Antiracist Struggles of the Early Twentieth Century”, de Amílcar Pereira, em “Afro-Latin@s in Movement: Critical Approaches to Blackness and Transnationalism in the Americas”, que integra coletânea organizada por Petra R. Rivera-Rideau, Jennifer A. Jones e Tianna S. Paschel, com publicação em 2016.

⁷⁷ Ver “Toussaint Louverture and the American Civil War The Promise and Peril of a Second Haitian Revolution”, de Matthew J. Clavin (University of Pennsylvania: 2009).

nos anos 1960 e 1970 e os movimentos *black power* nos Estados Unidos. Isso, todavia, não os torna de modo algum menos legítimos. Essas correntes cruzadas operam nas duas direções. Tal como Micol Seigel explorou em seu livro “Uneven Encounters: Making Race and Nation in Brazil and the United States” (2009) e Robert Farris Thompson demonstrou na cultura expressiva negra em “Tango: The Art History of Love” (2006); emergem as evidências de como essas correntes cruzadas constituíram o tango, incluindo influências⁷⁸ afro-cubanas.

Seria, portanto, a-histórico não encarar seriamente os diversos modos afrodiaspóricos de expressão, que existem desde o século XVI. Pessoas afrodescendentes têm tomado ideias africanas e formas afrodiaspóricas de política para organizar suas identidades e as formas políticas na diáspora africana. Mesmo após a revolução haitiana, populações de ancestralidade africana fizeram uso de sua compreensão da revolução para entender negritude e para conceitualizar identidades negras, que foram fundamentais para compor uma solidariedade organizada contra o racismo.

Este artigo tem como foco Abdias Nascimento⁷⁹ - um dos intelectuais e ativistas negros mais influentes da história do Brasil - e se concentra no empenho dele para desenvolver um teatro negro no Brasil: o Teatro Experimental do Negro (TEN). No contexto da cena teatral, editou o jornal “Quilombo: Vida, Problemas, e Aspirações do Negro” - que, durante a sua breve existência, de 1948 a 1950, serviu de porta-voz para as ideias do TEN -, e escreveu, anos depois, um artigo intitulado “Quilombismo”. Meu enfoque nessas duas produções se faz no intuito de compreender as trocas

⁷⁸ “Uneven Encounters: Making Race and Nation in Brazil and the United States”, de Micol Seigel (Durham: Duke, 2010), e “Tango: The Art History of Love”, de Robert Thompson (Vintage: 2006), abordam relações transnacionais entre racismo, arte e expressões negras.

⁷⁹ Seu nome é reconhecido junto ao público de língua inglesa como Abdias do Nascimento, enquanto que no Brasil passou a ser identificado como Abdias Nascimento. Neste artigo em português, usaremos Abdias Nascimento, com exceção às referências das obras do intelectual publicadas em língua inglesa.

com o Internacionalismo Negro e sua relevância para um combate afrodiaspórico do racismo.

O ativismo e o trabalho intelectual de Abdias Nascimento se deram ao longo do século XX. Ele esteve ativamente empenhado em combater o racismo no Brasil, numa era de suposta “democracia racial”. Dedico meu olhar especificamente ao desenvolvimento intelectual do Teatro Experimental do Negro, particularmente com o jornal “Quilombo” e com o conceito de quilombismo, que Nascimento viria a desenvolver anos mais tarde como uma práxis para lidar com o “racismo sem racistas”.

Sua atuação como ativista e intelectual⁸⁰ contribui, hoje, para entendermos como são construídas perspectivas históricas relevantes, de modo que ativistas possam combater o racismo num momento em que o modelo brasileiro de “democracia racial” tem sido adotado de forma mais ampla no mundo atlântico. Tal discurso tem tido sucesso em disfarçar o “racismo cego” [*colorblind racism*] nos Estados Unidos. Vida e obra de Abdias Nascimento, dessa maneira, oferecem mais nitidez sobre as maneiras como as populações de ancestralidade africana lutaram contra o racismo no contexto do racismo cego⁸¹. Este trabalho não se propôs a criar uma biografia ou uma biografia parcial de Abdias Nascimento, nem mesmo uma tentativa de apresentar novas fontes sobre sua vida. O texto interessa-se particularmente em demonstrar a importância do trabalho de Nascimento a partir de uma perspectiva afrodiaspórica e internacional.

⁸⁰ Para biografias completa ou parcial de Nascimento, ver: “Abdias Nascimento”, de Sandra Almada (São Paulo: Selo Negro, 2009), “Home and exile: Abdias Nascimento, African Brazilian thinker and pan-African visionary”, de Femi Ojo-Ade (Trenton, NJ: Africa World Press, 2014). O acervo completo de suas obras pode ser acessado online: <http://ipeafro.org.br/>.

⁸¹ Embora a expressão “racismo daltônico” seja também encontrada como tradução para “color-blind racism”, “racismo cego” nos parece a tradução mais adequada para fazer referência ao “racismo sem racistas”, expressão usada por Eduardo Bonilla-Silva e que será discutida adiante no texto.

Como Eduardo Bonilla-Silva argumenta com propriedade no livro “Racism Without Racists: Color-Blind Racism and the Persistence of Racial Inequality in the United States” (2006), foi gestada na era pós-direitos civis nos Estados Unidos uma forte ideologia conservadora segundo a qual o racismo teria praticamente desaparecido. A obra de Bonilla-Silva demonstra, na verdade, o quão persistente é o racismo nos Estados Unidos: em vez de ter sido erradicado, o racismo foi submetido a transformações em sua abordagem e em seu funcionamento.

Nos anos 1960, os sistemas formais de *apartheid* foram desmantelados nos Estados Unidos e seriam posteriormente desmantelados também na África do Sul, nos anos 1990. Houve, assim, uma transformação no modo de operar do racismo, em escala global. Nas Américas, até nos Estados Unidos, o racismo cego emergiu, então, como a forma dominante de expressão racial ou o que Eduardo Bonilla-Silva também chama de “racismo sem racismo”, cujo funcionamento nos Estados Unidos é descrito como:

(...) práticas que são sutis, institucionais e aparentemente não raciais, em contraste com a era Jim Crow, quando a desigualdade racial era imposta por meio de mecanismos abertos (por exemplo, placas que avisavam “Crioulos não são bem-vindos”)... Atualmente, as práticas racistas operam como um jogo de “agora você vê, agora você não vê”. Por exemplo, a segregação residencial, que é quase tão alta hoje como no passado, não é mais realizada por meio de práticas abertamente discriminatórias, mas, sim, por comportamentos encobertos. Não mostrar todas as unidades disponíveis de apartamentos, direcionar minorias e brancos para bairros específicos, elevar os valores de aluguel e de aquisição para minorias, ou até não fazer publicidade de apartamentos, todas essas são armas disponíveis para manter comunidades separadas. No campo econômico, a discriminação de “rosto sorridente” (“No momento não temos vagas, mas tente de novo em breve”) e a divulgação de vagas em redes de contato com maioria branca (...) conduzem pessoas de cor altamente qualificadas para trabalhos mal remunerados ou empregos com oportunidades limitadas de mobilidade. São as novas maneiras de manter as minorias numa posição secundária. (BONILLA-SILVA, 2006, p. 3, tradução livre).

As populações negras continuam, nos dias atuais, numa desproporcional desvantagem socioeconômica nas Américas⁸². Analisando o racismo e as práticas da supremacia branca, evidencia-se que conhecer as perspectivas afrodiaspóricas continua sendo essencial para se compreender como combatê-las. Diferentemente dos Estados Unidos, o Brasil apresenta extenso legado de um racismo cego. Este é o resultado de um esforço de engajamento com modelos afrodiaspóricos de práxis ativista e pensamento intelectual que se colocam intensamente na luta pela eliminação do racismo.

Abdias Nascimento e o Teatro Experimental do Negro

O ano de 1930 marcaria, no Brasil, a queda da Primeira República (1889-1930) – também chamada República Velha – e a ascensão ao poder de Getúlio Vargas. O governo Vargas possibilitou aos afro-brasileiros um espaço político antes inexistente. A Frente Negra Brasileira, ou simplesmente Frente Negra, foi um partido político cuja atuação se deu principalmente no sudeste do país, mas também na região nordeste, com seções no estado da Bahia. Como partido político, mostraram-se malsucedidos: nenhum representante sequer fora eleito. Como grupo de defesa dos direitos dos negros, contudo, foram exitosos em se organizar para combater a discriminação racial em vagas de trabalho e para promover uma conscientização sobre o racismo em espaços públicos⁸³.

Foram especialmente dois acontecimentos que consolidaram a Frente Negra junto à comunidade afro-brasileira. O primeiro foi quando a Frente conseguiu liberar o acesso ao rink de patinação de gelo da cidade de São Paulo, que antes proibia a entrada de afro-brasileiros. A Frente

⁸² Ver “Pigmentocracies: Ethnicity, Race, and Color in Latin America”, de Edward Telles (University of North Carolina Press, 2014). Ver também o trabalho mais recente de

Manning Marable e Vanessa Agard-Jones, “Transnational Blackness: Navigating the Global Color Line” (Palgrave Macmillan, 2008).

⁸³ Ver o artigo “Up from Slavery: Afro-Brazilian Activism in São Paulo, 1888-1938”, de Kim D. Butler, na revista *The Americas* (1992).

protestou junto à polícia e se alega que se ameaçou uso de violência caso a administração do ringue não alterasse suas regras. Após o incidente, a polícia fez circular um memorando que reconhecia às pessoas de cor o direito de frequentar o ringue de patinação. Outro acontecimento que concedeu legitimidade e popularidade à Frente Negra se deu com a sua habilidade de pressionar a polícia estadual a extinguir práticas racialmente discriminatórias na contratação⁸⁴ do seu efetivo. Uma vez que a atenção da população havia sido conquistada pela Frente, a Polícia Estadual se viu forçada a contratar afro-brasileiros. O motivo, antes alegado pelas autoridades da Polícia Estadual paulista, era de que não havia afro-brasileiros qualificados para o trabalho. A Frente Negra, contudo, já esperava essa resposta e havia feito o treinamento de homens para passarem no teste de admissão⁸⁵. Além disso, a Frente Negra ofertou diversos programas que beneficiaram seus membros mais pobres, como educação básica e alfabetização e plano de saúde médico e dental.

Anos depois, a ditadura Vargas (1937-1945) marcou o fim de todas as organizações políticas de caráter público, em todas as suas formas. Quando grupos como a Frente Negra foram forçados a fechar suas portas, já em 1937, fez-se urgente a necessidade de uma mobilização negra. Ainda assim, afro-brasileiros haviam conquistado pequenas vitórias por intermédio da Frente Negra, como também pela insistência das populações afro-brasileiras em dar continuidade às suas tradições, incluindo o direito de participar de práticas culturais como o candomblé e de se fazer um carnaval marcado por elementos africanos.

A comunidade afro-brasileira enfrentou racismo generalizado. Grande parte da elite brasileira enxergava a vasta população afrodescendente como um problema para a modernidade do país. A ideia de

⁸⁴ Ibid, p. 199.

⁸⁵ Ibid, pp. 199-200.

uma Europa nos trópicos⁸⁶ permanecia em voga entre os membros da elite, enquanto que o embranquecimento da população⁸⁷ seguia como a sua ideia mais popular, até a era de Vargas na década de 1930 e a ascensão do Estado Novo.

A emergência de um dos intelectuais orgânicos e ativistas negros mais críticos aconteceria durante a era Vargas, no momento em que a política brasileira estava controlada por um regime político autoritário. Com o Estado Novo, Vargas colocou a democracia brasileira em suspensão. De muitas maneiras, a era Vargas foi o começo de um racismo cego muito sutil no Brasil. Em meio às particularidades políticas do momento, teve ascensão um novo e sofisticado ativismo negro para desafiar o racismo. Ironicamente, uma nova e criativa expressão de questionamento teve início enquanto um político autoritário controlava a política nacional.

Um dos mais famosos expoentes do movimento cultural negro foi Abdias Nascimento. Natural da cidade de Franca, no estado de São Paulo, Nascimento passou um período de sua juventude servindo ao Exército

⁸⁶ Jeffrey Needell analisa essa mentalidade em “A Tropical Belle Epoque: Elite Culture and Society in Turn-of-the-Century Rio de Janeiro” (Cambridge, 1987).

⁸⁷ “A Integração do Negro na Sociedade de Classes” (São Paulo: Dominus, 1965), de Florestan Fernandes, continua sendo o estudo mais significativo acerca de atitudes contra negros no Brasil, demonstrando que casos de discriminação racial predominam no país.

Fernandes, no entanto, reduzia esses casos a problemas econômicos mais que raciais. Argumentou que ex-escravos estavam mal equipados para competir com os recém-chegados imigrantes italianos, devido a uma menor escolaridade. Também acreditava que os negros apresentam déficits psicológicos por conta da escravidão, o que impedia a mobilidade social, embora estudos recentes tenham contestado tais argumentos. Ver ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo, 1888-1988* (São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1998) e SANTOS, Sales Augusto dos; HALLEWELL, Laurence. Historical Roots of the ‘Whitening’ of Brazil. **Latin American Perspectives**, 29, n. 1, 2002, pp. 61-82. Ambos os trabalhos documentam o papel da classe política brasileira e sua preferência em apoiar imigrantes europeus em detrimento de imigrantes não europeus e afro-brasileiros como mão-de-obra formal. Ver também as páginas 173-281 de “Black Into White” (1974), em que Thomas Skidmore ressalta que nos anos 1930 as elites brasileiras ainda acreditavam na teoria do embranquecimento, mas já haviam rejeitado alguns de seus aspectos mais explicitamente racistas. Curiosamente, uma das primeiras obras a conseguir desafiar o mito de democracia racial no Brasil foi de Abdias Nascimento, intitulada “Racial Democracy in Brazil, Myth or Reality?: A Dossier of Brazilian Racism” (Dover: Majority Press, 1977).

quando se juntou ao movimento integralista. Teve também uma pequena participação nas atividades da Frente Negra⁸⁸.

Por volta de 1940, na cidade do Rio de Janeiro, Nascimento começou a se envolver com as artes. Aproximou-se de cinco outros artistas, sendo três argentinos e dois compatriotas brasileiros⁸⁹. Juntos, formaram a “Santa Hermandad de la Orquídea”, uma trupe de poetas viajantes que percorreu toda a América Latina. Participaram de diversos projetos artísticos em Lima (Peru), La Paz (Bolívia) e Buenos Aires (Argentina), o que possibilitou para Nascimento um sério envolvimento com o teatro. Em Lima, Nascimento assistiu ao espetáculo “O Imperador Jones”, escrito por Eugene O’Neill, e ficou incomodado ao ver um ator branco com o rosto pintado de preto para representar o protagonista Brutus Jones. Sobre a experiência, Nascimento relatou:

(...) num país em que havia negros também, que era o Peru, uma peça que era para ter ator negro, sendo feita por branco. (...). Percebi por que eu nunca pude atuar em teatro, por que eu nunca vi ator negro, por que eu nunca vi uma peça para negros, nunca vi a cultura negra representada no palco: é porque os brancos não deixam.

(...) ali mesmo, no teatro, antes que a peça *O imperador Jones* terminasse, a chama mais nova de um fogo anunciador se acendia dentro de mim. De forma límpida e definitiva, eu decidi ali mesmo: vou para o Brasil e vou fazer teatro negro. E mais, vou começar com essa peça. (NASCIMENTO, 2014, p. 146, grifo no original).

Nascimento aprendeu teatro e as artes dramáticas em Buenos Aires, onde participou informalmente do grupo Teatro del Pueblo, dirigido por Hugo Barleta, e também do grupo La Mascara⁹⁰. Após dois anos viajando, Nascimento regressou ao Brasil em 1942, quando descobriu que estava

⁸⁸ NASCIMENTO, Abdias do. *African in Brazil*, p. 17.

⁸⁹ Ibid, p. 21

⁹⁰ Ibid, p. 23.

sendo procurado como fugitivo da lei. Foi preso por ter se envolvido numa briga em 1936, durante seu tempo de serviço no Exército⁹¹.

Dentro da prisão, Nascimento formou um grupo de teatro, com o qual dirigiu e produziu duas peças. Ao ser posto em liberdade, compreendeu que as artes eram a sua vocação e que o teatro poderia ser mais que entretenimento ou arte pela arte. Nascimento vislumbrava um teatro que pudesse ter um impacto político e melhorasse a situação dos afro-brasileiros e, assim, foi formado o Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944⁹².

Fiel ao seu nome, o TEN se tornou um teatro alternativo que procurava causar impacto psicológico e sociológico na comunidade afro-brasileira por meio da arte. Os quatro principais objetivos do TEN eram:

Restaurar o lugar de direito da cultura Africana no Brasil, semelhante às outras culturas; (2) eliminar dos palcos brasileiros os atores brancos pintados de preto para interpretar protagonistas negros; (3) acabar com o costume de selecionar atores negros apenas para papéis grotescos e humilhantes; e (4) desmascarar como não autêntica a literatura pseudocientífica, que na verdade serviu apenas para distrair a atenção dos problemas reais emergentes numa sociedade branca racista.⁹³

Apoio financeiro dificilmente aparecia, mas o teatro tinha os seus protetores, como a escritora Annabel Machado e o escritor e político Carlos Lacerda. Eles propiciavam contatos valiosos para o teatro e Lacerda, inclusive, publicou uma peça do TEN⁹⁴ no jornal em que trabalhava como editor, “O Jornal”.

Um problema central para o teatro era o de encontrar atores afrodescendentes, devido às poucas oportunidades que eram dadas aos negros. Por conta disso, o TEN entrava nas comunidades negras à procura de interessados e os treinava nas artes cênicas. Alguns desses novos atores,

⁹¹ Ibid, p. 23.

⁹² *Africans in Brazil*, p. 25.

⁹³ Tradução nossa. TURNER, Doris J. Black Theater in a Racial Democracy. The Case of the Black Theater. *CLA Journal*, v. 30, set. 1986.

⁹⁴ NASCIMENTO. *Africans in Brazil*, p. 25.

depois, tornaram-se renomados atores negros no Brasil. Nascimento e outros membros fundadores, como Aguinaldo Camargo, começaram a dar aulas de atuação e alfabetização para mais de 600 afro-brasileiros⁹⁵.

O teatro também recebeu apoio dos professores José Lisboa e Maria Yeda Leite, da Universidade do Brasil – que depois passou a se chamar Universidade Federal do Rio de Janeiro –, bem como de William Rex Crawford, adido cultural dos Estados Unidos no Brasil, do poeta José Francisco Coelho e do escritor Raymundo Souza Dantas. Todos eles haviam se cadastrados no TEN como professores em aulas para a comunidade negra⁹⁶, responsáveis por temas variados. Até mesmo o presidente Vargas demonstrou apoio ao TEN quando concedeu um selo de aprovação ao grupo, o que lhes permitiu realizar apresentações no Teatro Municipal do Rio de Janeiro⁹⁷.

Muitos dos membros e estudantes do teatro eram moradores das favelas do Rio e ocupavam os mais baixos postos de trabalho, como empregados domésticos e faxineiros, enquanto outros eram desempregados, estudantes ou funcionários públicos⁹⁸.

Importante ressaltar que a primeira peça do TEN foi justamente “O Imperador Jones”, de O’Neill. A coordenação do TEN entendia que os textos teatrais brasileiros frequentemente representavam afrodescendentes como personagens unidimensionais, negando humanidade à comunidade afro-brasileira. O texto escolhido de Eugene O’Neill proporcionou ao TEN a oportunidade única de apresentar às plateias brasileiras uma perspectiva diferente da experiência negra⁹⁹. O’Neill ficou tão impressionado com o

⁹⁵ Aguinaldo Camargo era advogado e chefe de polícia na cidade do Rio de Janeiro. Ver CAMARGO, Aguinaldo. *The Negro Theatre in Brazil*. *Americas*, n. 1, jun. 1949, p. 22.

⁹⁶ *Ibid.* p. 23.

⁹⁷ NASCIMENTO. *Africans in Brazil*, pp. 26-27.

⁹⁸ TURNER. *Brazilian Experimental Theatre*, p. 34.

⁹⁹ *Ibid.*, 37.

empenho do TEN que decidiu abrir mão da cobrança de direitos autorais. De seu leito de morte, escreveu uma carta de incentivo para o grupo.

A primeira peça do TEN foi sucesso de crítica e amplamente referenciada na imprensa tradicional. Sem dúvida, nem todas as críticas foram favoráveis. Uma crítica frequentemente endereçada a Nascimento e ao seu teatro acusava-os de racistas, interessados em incitar tensões na democracia racial brasileira. Uma crítica do jornal “O Globo”, do Rio de Janeiro, por exemplo, considerado o principal jornal em crítica de teatro dos anos 1950, dizia:

No entanto, de algum tempo para cá, vêm-se constituindo correntes preocupadas em dar aos negros uma situação à parte. Com isso procuram se dividir, sem resultados louváveis, teatro negro, jornal dos negros, clube dos negros... Mas isso é imitação pura e simples, de efeitos perniciosos. Agora já se fala mesmo em candidatos negros ao pleito de outubro.¹⁰⁰

O TEN levou aos palcos outro texto de O’Neill, o “All God’s Chillun Got Wings” (Todos os Filhos de Deus têm Asas), bem como as peças “O Mulato”, de Langston Hughes, e “Calígula”, de Albert Camus¹⁰¹. O TEN desenvolveu, também, um repertório próprio, com peças de dramaturgos brasileiros negros e brancos, como a peça “Sortilégio”, de Nascimento, e “Filho Prodígio”, de Lúcio Cardoso.

Trabalhos da diáspora negra constituíram parte integrante do TEN e de seu experimento. O teatro organizou saraus de poesia com a leitura de “*Always the Same*” (Sempre o mesmo) de Langston Hughes, “Menina da Favela”, de Aladir Custódio, do Brasil, e “Hermano Negro”, de Regino Pedroso, de Cuba¹⁰². O TEN esteve bastante atento aos movimentos

¹⁰⁰ “Os marginais do direito estatal: a luta multidimensional do Teatro Experimental do Negro (TEN) pelo ‘direito a ter direitos’, nos anos de 1944 a 1968”, de Renata Ovenhausen Albernaz e Ariston Azevedo, publicado em 2013 na Revista Brasileira de Ciência Política, n. 11. Trechos da crítica podem ser lidos em inglês no livro “The Sorcery of Color: Identity, Race, and Gender in Brazil”, de Elisa Nascimento (p. 169).

¹⁰¹ TURNER. *Brazilian Experimental Theatre*, p. 34.

¹⁰² Ibid.

culturais negros que ocorriam pelo mundo, tal como o movimento Negritude, na França, o movimento de literatura negra, em Cuba, e o Harlem Renaissance, nos Estados Unidos. Todos esses movimentos literários negros foram contemporâneos ao TEN, com uma agenda convergente, dedicada a apresentar uma compreensão com mais nuance e complexidade sobre a vida negra, atrelada à singularidade cultural das populações afrodescendentes, porém universais no ideal de humanidade.

Os trabalhos de Abdias Nascimento de fato apresentavam a diáspora africana em diversos matizes. No TEN, o jornal oficial “Quilombo” (1948-1950) estava dedicado a documentar as ideias intelectuais do teatro, as principais questões relativas à comunidade afro-brasileira e suas conexões com a diáspora africana de uma forma geral. O jornal era composto por artigos sobre artes cênicas, afro-brasileiros, cultura afro-brasileira, a diáspora africana e o racismo no Brasil. A estratégia adotada era a de escancarar como hipocrisia a noção de que o Brasil era uma democracia racial. O modo de abordar tal hipocrisia pôde ser visto, por exemplo, no artigo “Queremos estudar”, escrito pelo ator Haroldo Costa, que à época era estudante. No seu texto, argumenta que não era apenas a falta de recursos financeiros que impedia que negros estudassem, como também o racismo. Apontou diversas escolas que não permitiam a admissão de pessoas de cor como estudantes e apresentou casos explícitos de racismo, como o de jovens negros que foram impedidos de se matricular numa escolar militar: apesar de terem sido aprovados no exame de admissão, foram reprovados num exame médico, mesmo sem apresentarem problemas de saúde¹⁰³. Costa conclui que não havia problemas com os jovens, exceto o fato de serem negros.

Com detalhes bastante concretos, o jornal regularmente discutia como o racismo operava no Brasil, para além do sistema educacional.

¹⁰³ COSTA, Haroldo. Queremos Estudar. Quilombo, n. 1, 1948, p. 4.

Outros artigos documentavam casos de discriminação com base na cor da pele em entrevistas de emprego e em teatros brasileiros, demonstrando, por conseguinte, como o racismo afetava quase todos os aspectos da vida em sociedade¹⁰⁴.

Era igualmente fascinante a atenção considerável que era dedicada aos acontecimentos na diáspora africana. Efrain Tomas Bó, por exemplo, escreveu o artigo “Poesia Afro-Americana”, no qual estabeleceu conexões diretas entre poetas espalhados por toda a diáspora, incluindo Alexander Pushkin e Alexandre Dumas. O artigo constrói uma identidade coletiva de negritude por todo o mundo ocidental. Artigos como esse contribuem para comprovar a ideia de que havia uma práxis intelectual no Brasil que se dedicava às identidades negras no contexto da literatura e da história.

O jornal entrevistou, ainda, o escritor e jornalista estadunidense negro George Schuyler, que posteriormente escreveu sobre os afro-brasileiros, em parte devido à relação que construiu com Abdias Nascimento¹⁰⁵. Eles se corresponderam sobre as maneiras com que o racismo operava em seus respectivos países.

O jornal “Quilombo” publicou um longo ensaio a respeito da Ku Klux Klan, escrito por Hardin Hughes, originalmente publicado no “The Negro Year Book”, dos Estados Unidos. O ensaio foi republicado no Brasil com tradução de João Conceição¹⁰⁶.

Havia fascínio e interesse por parte da equipe do “Quilombo”, em relação à experiência afro-americana e suas lutas raciais. Havia, também, referências constantes a celebridades negras estadunidenses, como o

¹⁰⁴ Ver artigo da famosa escritora Rachel de Queiroz: Linha de Cor. **Quilombo**, n. 1, 1948, p. 2.

¹⁰⁵ SCHUYLER, George. Dois Mundos: Preto e Branco, dentro de um só país. **Quilombo**, n.1, 1948, pp. 1-2.

¹⁰⁶ HUGHES, W. Hardin. Ku Klux Klan: Organização terrorista dos Estados Unidos. **Quilombo**, n. 3, p. 9.

campeão de boxe Joe Louis, que havia derrotado o alemão Max Schmeling nas Olimpíadas, constituindo-se uma metáfora para um nocaute da supremacia branca. As artistas Marian Anderson, Katherine Dunham e Josephine Baker também estiveram retratadas nas páginas do “Quilombo”. Quando Marian Anderson e Katherine Dunham visitaram o Brasil, representantes do TEN inclusive foram recepcioná-las.

“Quilombo” também acompanhou outros estadunidenses negros, como o Prêmio Nobel da Paz, Ralph Bunche, publicando um de seus artigos sobre a importância da solidariedade humana. O TEN não estava exclusivamente interessado nos negros dos Estados Unidos, mas, em geral, nos negros espalhados na diáspora. Publicara também artigos sobre Haile Selassie, que depois se tornaria uma inspiração para o movimento Rastafári na Jamaica¹⁰⁷.

Outros exemplos de solidariedade da diáspora africana incluem aquilo que o intelectual francês branco Roger Bastide denominou “Movimento Negro da França”, mais conhecido como Negritude¹⁰⁸. O Negritude foi um movimento literário e intelectual criado por africanos do continente europeu e negros do Caribe. O “Quilombo” promoveu a “*Présence Africaine*”, principal publicação do movimento Negritude, que foi altamente influente para os movimentos do pan-africanismo e da descolonização no continente africano. Logo no primeiro número de “Quilombo”, uma nota comentou sobre a negritude francófona, o movimento Negritude e a revista “*Présence Africana*” como forma de tornar a comunidade brasileira ciente de sua existência. A revista da diáspora francesa foi regularmente divulgada nas páginas do “Quilombo”.

Na época, Roger Bastide estava no Brasil para estudar religiões afro-brasileiras e esteve genuinamente interessado no TEN e na diáspora africana

¹⁰⁷ CONCEIÇÃO, João. Sob Os Céus Etiópicos. **Quilombo**, n. 4, p. 4.

¹⁰⁸ BASTIDE, Roger. O Movimento Negro Francês. **Quilombo**, n. 9, p.3.

de um modo mais amplo. Foi ele quem escreveu artigos sobre o movimento francês Negritude para o jornal “Quilombo”.

Tal modalidade de jornal negro não era particularmente única; havia outros jornais negros sendo produzidos no Brasil, especialmente em São Paulo – “O Menelick” e “Alvorada” – e em Porto Alegre. Anteriormente, no século XIX, outros jornais haviam circulado, abordando questões sensíveis às comunidades negras.

“Quilombo” não era tão radical no seu editorial da mesma maneira como o trabalho de Nascimento viria a ser nos anos subsequentes. Contudo, seria um equívoco enxergar o TEN apenas como um grupo que meramente buscava assimilação junto ao projeto nacional brasileiro. A organização de Nascimento e seus membros estavam combatendo o racismo na medida em que solicitavam que o Brasil abraçasse sua negritude em todas as formas, pois, para Nascimento, a sua negritude fazia parte do mundo atlântico negro.

O jornal “Quilombo” durou apenas três anos, mas nos permite conhecer o pensamento que constituía o TEN e a maneira com que uma identidade afro-diaspórica foi formada. O TEN foi mais que um teatro; foi uma organização que tinha no combate ao racismo seu principal propósito. Envolveu-se em outras atividades antirracistas, como a realização de conferências para a elaboração de estratégias de combate ao sentimento antinegro, tornando-se, assim, um espaço para a organização política.

Mesmo após o encerramento do teatro, Abdias Nascimento continuaria a se envolver com a política de diversas maneiras. Concorreu a cargos eletivos e atuou junto a grandes partidos políticos, tentando organizar alianças, até se tornar exilado político quando o regime militar tomou o poder, em 1964.

As redes sociais construídas por Nascimento desde os anos 1940 mostraram-se úteis para ele quando retornou ao Brasil após o exílio. Tornou-se um dos principais membros do Partido Democrático Trabalhista

(PDT), um partido político importante após a queda da ditadura, em 1985. Nos anos 1980 e 1990, Nascimento exerceu diversos cargos políticos, tendo sido eleito deputado e se tornado, depois, senador do estado do Rio de Janeiro. Sua atuação foi fundamental para a elaboração e aprovação de leis antirracistas, fortalecendo o combate ao racismo por meio da legislação, algo com que já se envolvia desde 1950, com a lei Afonso Arino, considerada a primeira lei antirracista do país. Quando da escrita da Constituição de 1988, Nascimento participou como um dos arquitetos das leis da nova Carta Magna.

Quilombismo

Em 1968, Abdias Nascimento lançou-se voluntariamente ao exílio nos Estados Unidos. Levando em conta a política radical que empreendia no Brasil, temia ser oprimido pela ditadura militar. Nesse período, tornou-se professor da State University of New York (SUNY). Ganhou uma posição de cátedra¹⁰⁹ no Departamento de Estudos Porto-Riquenhos da SUNY, localizado na cidade de Buffalo, no estado de Nova York. Durante o seu mandato no departamento, escreveu diversas obras seminais que ajudariam a expor o racismo do Brasil para o público internacional.

Um dos artigos que escreveu nesse período foi publicado no *Journal of Black Studies*, em 1980. O periódico era um ponto convergente de intelectuais afrocêntricos como Molefi Asante, Maulana Karenga e John Hendrik Clarke, que eram controversos (e continuam sendo) em certos círculos acadêmicos, embora fossem celebrados por muitos membros de comunidades negras¹¹⁰. Asante e Karenga tornaram-se amplamente conhecidos pelo que foi denominado de pensamento afrocêntrico¹¹¹.

¹⁰⁹ Nos anos 1970, a imprensa negra dos Estados Unidos fazia, com regularidade, a cobertura de iniciativas artísticas e intelectuais.

¹¹⁰ Paul Gilroy tem sido, entretanto, um ávido crítico de Henry Louis Gates. As críticas de Gates foram matizadas e inicialmente ele foi um apoiador da primeira edição de “The

No processo de escrita para o *Journal of Black Studies*, Nascimento utilizou muito da linguagem que estava em voga no movimento afrocêntrico, porém se mostrou crítico ao posicionamento de começar a história dos povos afrodescendentes a partir da escravidão. Seu ensaio elaborou um reconhecimento retórico, de devida diligência, de que a história dos afrodescendentes nas Américas teria começado no Egito, transformando o povo africano em precursor da civilização ocidental, com um grande e glorioso passado. Especificamente essa abordagem afrocêntrica de Nascimento tem sido alvo de críticas, pois, ao colocar o Egito no centro de uma história africana de base questionável, introduz o risco de se negligenciar a compreensão da história da África subsaariana e da escravidão africana transatlântica, assim como dos traumas provenientes da inserção dos povos afrodescendentes no contexto do Atlântico negro. Além disso, é preciso lidar com a agência e o tremendo impacto cultural que se deram quando as populações afrodescendentes se livraram da escravidão, desencadeando processos de creolização e hibridização de novas identidades mundiais.

Raça é, afinal, uma construção; e discussões sobre negritude precisam ser baseadas numa especificidade de circunstâncias, analisadas numa perspectiva de classe e também de gênero. As ideologias afrocêntricas e suas derivações ainda demonstram exercer influência entre os movimentos sociais,

Afrocentric Idea”, tendo produzido uma resenha entusiasmada. Em anos recentes, Asante tem sido alvo de críticas de negros de esquerda, incluindo o ativista e editor da “Black Agenda”, Glen Ford. Ademais, Marc Lamont Hill e até mesmo Cornel West, que haviam abraçado a agenda afrocêntrica em muitos aspectos, distanciaram-se dela após debates políticos e acadêmicos recentes, em torno de questões pedagógicas, sobre quem deveria ensinar num Departamento de Estudos Africanos. A discussão lançou luz sobre algumas questões polêmicas sobre práxis: <http://www.blackagenda.com/content/molefi-asante-portrait-redbaiting-bootlicking-rat>

¹¹¹ Abdias Nascimento e Molefi Asante identificavam-se como pan-africanistas e foram aliados na luta pela África e pela diáspora africana, no entanto havia divergências nas ideias de ambos sobre Quilombismo e afrocentrismo. Ainda assim, havia solidariedade entre os dois. Ver o emocionante obituário escrito por Asante: ASANTE, Molefi Kete. In *Memoriam for Abdias do Nascimento 1914-2011. Journal of Pan African Studies*, v. 4, n. 5, 2011.

enquanto que a perspectiva do “Atlântico Negro” e suas ramificações parecem ter se tornado mais populares em círculos acadêmicos¹¹².

Nascimento e outros intelectuais afrocêntricos tiveram sucesso considerável entre os movimentos sociais de base. A data comemorativa do Kwanzaa, proposta por Maluenga Karenga nos anos 1960, tem atraído milhões de pessoas desde então¹¹³. O quilombismo é semelhante em muitos aspectos, pois adota muito da linguagem afrocêntrica de Asante e Karenga, embora tenha sido baseado na realidade brasileira. Nascimento usa a ideia do Palmares como um ponto histórico e mítico de orgulho para os afro-brasileiros. No caso de Asante e Karenga, eles tomam o Egito Antigo como central em sua filosofia. Wilson J. Moses lembra-nos de que o pensamento afrocêntrico tem uma longa história na América do Norte. Os escritos de Martin Delaney e David Walker foram considerados textos afrocêntricos por Asante e Karenga. Até mesmo a obra de W.E.B. Du Bois sobre a África era afrocêntrica, pois nela Du Bois se dedicou a mostrar que a história do povo afrodescendente era mais que apenas escravidão e que eram grandiosos seus contributos para as civilizações do mundo¹¹⁴.

Nascimento aderiu com entusiasmo a muitas das visões de mundo afrocêntricas construídas por Asante e Karenga. Inseriu a população afro-brasileira e a história africana num contexto mundial. Devemos, contudo, ter em mente que ele estava a se envolver com uma longa história de ideias afrocêntricas já presentes nos Estados Unidos e no Caribe. O jamaicano Marcus Garvey poderia muito bem ter sido responsabilizado por liderar um

¹¹² Desde que Paul Gilroy publicou *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995), suas ideias tiveram um impacto na academia, particularmente nos estudos étnicos. Alguns estudiosos, apesar de reconhecerem as contribuições do pensamento de Gilroy, questionam a centralidade inglesa

de sua perspectiva. Ver “Introduction: African (Black) Diaspora History, Latin American History”, de Ben Vinson III, em **The Americas**, v. 63, n. 1, 2006, pp. 1-18.

¹¹³ MAYES, Keith *Kwanzaa: Black Power and the Making of the African-American Holiday Tradition* (Routledge, 2009).

¹¹⁴ DU BOIS, W. E. B. *The World and Africa: An inquiry into the part which Africa has played in world history*. Nova York: Viking Press, 1947.

movimento de massa baseado no pensamento afrocêntrico nos anos 1920. Na verdade, as ideias de Garvey haviam sido lidas por muitos dos movimentos negros de São Paulo nos anos 1930, mesmo que não as praticassem. Cheith Anta Diop, o acadêmico senegalês que escreveu “Civilization or Barbarism: an Authentic Anthropology” (1991), foi um dos principais disseminadores da ideia de que o Egito Antigo era negro – e era de longa data a sua aproximação com o que viria a ser denominado afrocêntrico.

Dessa forma, as ideias afrocêntricas não nascem realmente com Molefi Asante. Elas apresentam, na verdade, um percurso consideravelmente mais longo, que não data simplesmente do século XIX, pois se alimenta de muitas e diferentes correntes de ideias afrocêntricas. Conforme Colin Palmer adequadamente reconhece, a diáspora africana não é somente parte de um projeto atlântico que se inicia com a escravidão; seu início se dá com as diversas migrações de africanos pelo continente africano e para além dele. As obras publicadas de Palmer apresentam nenhum interesse particular em egiptologia, mas mostram que o Atlântico Negro é apenas uma entre muitas correntes de migração africana. O trabalho de Abdias Nascimento, por conseguinte, deveria ser compreendido para além de uma perspectiva afrocêntrica, sem que seja restrito às aproximações com Molefi Asante ou Maulana Karenga¹¹⁵.

Tal como sugere o jornal “Quilombo”, bem antes de escrever para o *Journal of Black Studies*, a visão de Nascimento já adotava uma abordagem afrodiaspórica, sem ser necessariamente igual à abordagem adotada por Asante e Karenga. A obra de Nascimento foi indubitavelmente influenciada por essa nova onda intelectual. Ele já trazia, no entanto, uma visão de mundo pan-africana. A visão de mundo de Nascimento dialogava com a diáspora africana, pois ele esteve influenciado pela diáspora africana na

¹¹⁵ PALMER, Colin A. Defining and Studying the Modern African Diaspora. *The Journal of Negro History*, v. 85, pp. 27-32.

França, no Caribe, nos Estados Unidos e em outros locais da América Latina; e, assim, teceu o seu ensaio “Quilombismo” como um manifesto teórico para a sociedade que desejava para o Brasil¹¹⁶.

Estes são alguns dos pontos fundamentais da comunidade utópica do Quilombismo, tal como delineada por Abdias Nascimento¹¹⁷ em 1980:

1. O Quilombismo é um movimento político dos negros brasileiros, objetivando a implantação de um Estado Nacional Quilombista, inspirado no modelo da República dos Palmares, no século XVI, e em outros quilombos que existiram e existem no País.
2. O Estado Nacional Quilombista tem sua base numa sociedade livre, justa, igualitária e soberana. O igualitarismo democrático quilombista é compreendido no tocante a sexo, sociedade, religião, política, justiça, educação, cultura, condição racial, situação econômica, enfim, todas as expressões da vida em sociedade. O mesmo igualitarismo se aplica a todos os níveis do Poder e de instituições públicas e privadas.
3. A finalidade básica do Estado Nacional Quilombista é a de promover a felicidade do ser humano. Para atingir sua finalidade, o quilombismo acredita numa economia de base comunitário-cooperativista no setor da produção, da distribuição e da divisão dos resultados do trabalho coletivo.
4. O quilombismo considera a terra uma propriedade nacional de uso coletivo. As fábricas e outras instalações industriais, assim como todos os bens e instrumentos de produção, da mesma forma que a terra, são de propriedade e uso coletivo da sociedade. Os trabalhadores rurais ou camponeses trabalham a terra e são eles próprios os dirigentes das instituições agropecuárias. Os operários da indústria e os trabalhadores de modo geral são os produtores dos objetos industriais e os

¹¹⁶ Sobre a relação entre a diáspora africana e o pensamento de Abdias Nascimento, ver NASCIMENTO, Abdias do. *Africans in Brazil: A Pan-African Perspective*. Africa World Press, 1992. No capítulo 2, ele descreve suas conceitualizações sobre os afro-brasileiros como parte da diáspora africana.

¹¹⁷ Trechos da obra, incluindo 16 princípios e propósitos do quilombismo, podem ser encontrados online, no site do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO): http://www.abdias.com.br/movimento_negro/quilombismo_texto.htm#quilombismo Para a obra completa, ver NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo*. 2ª ed. Brasília/ Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares/ OR Produtor Editor, 2002. Em inglês, os princípios do quilombismo podem ser encontrados em NASCIMENTO, Abdias do. *Quilombismo: An Afro-Brazilian Political Alternative*. **Journal of Black Studies – Afro-Brazilian Experience and Proposals for Social Change**, v. 11, n. 2.dez. 1980, pp. 168-170.

únicos responsáveis pela orientação e gerência de suas respectivas unidades de produção.

5. No quilombismo o trabalho é um direito e uma obrigação social, e os trabalhadores, que criam a riqueza agrícola e industrial da sociedade quilombista, são os únicos donos do produto do seu trabalho.

6. A criança negra tem sido a vítima predileta e indefesa da miséria material e moral imposta à comunidade afro-brasileira. Por isso, ela constitui a preocupação urgente e prioritária do quilombismo. Atendimento pré-natal, amparo à maternidade, creches, alimentação adequada, moradia higiênica e humana, são alguns dos itens relacionados à criança negra que figuram no programa de ação do movimento quilombista.

7. A educação e o ensino em todos os graus – elementar, médio e superior – serão completamente gratuitos e abertos sem distinção a todos os membros da sociedade quilombista. A história da África, das culturas, das civilizações e das artes africanas [terá] um lugar eminente nos currículos escolares. Criar uma Universidade Afro-Brasileira é uma necessidade dentro do programa quilombista.

8. Visando o quilombismo a fundação de uma sociedade criativa, ele procurará estimular todas as potencialidades do ser humano e sua plena realização. Combater o embrutecimento causado pelo hábito, pela miséria, pela mecanização da existência e pela burocratização das relações humanas e sociais, é um ponto fundamental. As artes em geral ocuparão um espaço básico no sistema educativo e no contexto das atividades sociais.

9. No quilombismo não haverá religiões e religiões populares, isto é, religião da elite e religiões do povo. Todas as religiões merecem igual tratamento de respeito e de garantias de culto.

10. O Estado quilombista proíbe a existência de um aparato burocrático estatal que perturbe ou interfira com a mobilidade vertical das classes trabalhadoras e marginalizadas em relação direta com os dirigentes. Na relação dialética dos membros da sociedade com as suas instituições repousa o sentido progressista e dinâmico do quilombismo. (...)

No cerne do manifesto Quilombismo, tal como delineado por Abdias do Nascimento, encontra-se basicamente uma reformulação da lógica econômica do Estado. O seu artigo traz um detalhamento do modo como alcança algumas de suas conclusões. Ele rejeita o capitalismo e reimagina o Brasil essencialmente a partir do modelo básico do histórico quilombo dos Palmares, que durou cerca de 100 anos. De muitas maneiras, o

Quilombismo encontra-se em casa com a ideia afrocêntrica de Molefi Asante, exceto pelo fato de que a obra de Asante nunca elaborou uma análise crítica do capitalismo¹¹⁸.

Já o manifesto de Nascimento alicerça-se na economia política tanto quanto na reelaboração da identidade brasileira. Ele procurou imaginar o mundo em que gostaria de viver e, desse modo, vislumbrou um projeto político em que as pessoas de ancestralidade africana seriam o foco primeiro do estado-nação por meio de um projeto cultural, no qual afrodescendentes estariam conscientes de sua identidade africana – incluindo todos os “termos” raciais, como pardo, negro e todas as outras centenas de variações.

Uma vez que os afro-brasileiros estivessem conscientes e orgulhosos de seu passado africano, um novo projeto de desenvolvimento econômico e cultural seria capaz de emergir, no qual todos os brasileiros, de todas as raças, teriam possibilidade de viver relações harmoniosas com segurança econômica. O Quilombismo é um projeto utópico.

Nos Estados Unidos, Nascimento localizou uma comunidade afrodiaspórica que estava comprometida com sua visão, tanto no contexto da diáspora africana como no contexto africano. Essa comunidade foi importante para Nascimento, pois ajudou a nutrir seu trabalho intelectual. Contudo, ele não estava apenas em contato com pessoas de cor nos Estados Unidos, mas também na África. Esteve profundamente influenciado pelos movimentos de descolonização que ocorriam no continente africano e frequentou, também, inúmeras conferências a respeito do continente, tendo conhecido alguns de seus intelectuais proeminentes. Nesse processo, entendeu que as soluções para os problemas dos afro-brasileiros seriam

¹¹⁸ Um debate entre Stokely Carmichael e Molefi Asante deixou claro que Asante tem um modo de analisar a economia política que é diferente daquele adotado por Abdias Nascimento. A posição de Nascimento estava mais alinhada com o pensamento pan-africano: <https://www.youtube.com/watch?v=o3zoIaSp0Kk>.

particulares às realidades brasileiras, não obstante era imperativo entender os pontos comuns com as realidades da diáspora africana.

No jornal “Quilombo”, Nascimento já havia escrito sobre o movimento Negritude, na França, a Renaissance do Harlem, nos EUA, e sobre artistas e ativistas afro-cubanos. Desde os anos 1940, enquanto desenvolvia o seu teatro, Nascimento estava envolvido em noções do pan-africanismo.

O livro “Brazil, Mixture or Massacre: Essays in the Genocide of a Black People”, escrito por Nascimento e publicado pela primeira vez em 1979, em muitos aspectos antecipou trabalhos como “Racism Without Racists: Color-Blind Racism and the Persistence of Racial Inequality in the United States”, de Eduardo Bonilla-Silva, e estudos críticos de raça atualmente populares na academia. Nesses ensaios, Abdias Nascimento define racismo cego como ele operava na ausência de um racismo de direito, semelhante às Leis de Jim Crow, dos Estados Unidos. Sua obra foi, assim, uma das primeiras a teorizar o racismo estrutural no Brasil.

Além de teorizar e articular discussões sobre racismo cego em “Brazil, Mixture or Massacre”, no “Quilombismo” empenhou-se em tentar apresentar propostas de combate ao racismo. Na compreensão de que não há uma solução única capaz de dar conta de tudo – e de que não há solução científica para resolver o racismo – certamente não haverá mal algum em reimaginar com o que a liberdade se parece, mesmo que essas ideias tenham sido inspiradas em comunidades quilombolas como a de Palmares, do século XVII, que sempre foi fonte de inspiração para muitos afro-brasileiros e pessoas mobilizadas contra opressão. O quilombismo, em síntese, constitui uma práxis de liberdade: um manifesto em prol de liberdade.

O trabalho de Nascimento como ativista foi especialmente exitoso quando se leva em conta que, como liderança política, exerceu influência considerável no processo de reconfiguração da política nacional, após a

ditadura militar. Em colaboração com um movimento negro pulsante, Nascimento contribuiu para implementar uma agenda que introduziu as ações afirmativas no Brasil. Projetos de lei foram discutidos e aprovados para se garantir o ensino de história africana e dos negros na diáspora, bem como da história da cultura afro-brasileira. Todos os grandes partidos políticos – Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – têm comissões específicas contra discriminação racial e de gênero, em níveis municipal e estadual. A liberdade religiosa tem apresentado expansão, o que inclui o direito pleno à prática das religiões afro-brasileiras. Em parte devido às lutas encabeçadas por Nascimento e outros ativistas, os direitos de empregados domésticos têm sido também ampliados; e outros direitos trabalhistas mudaram, afetando as condições de vida da população afro-brasileira.

Abdias Nascimento não foi pessoalmente responsável pelas mudanças nessas leis; foi, porém, um dos principais intelectuais orgânicos envolvidos na articulação de outra sociedade possível. Defendia tais mudanças desde os anos 1940 e muitas de suas ideias haviam sido expressas no jornal “Quilombo”. No jornal, por exemplo, Nascimento escreveu sobre o esforço do TEN em articular empregados domésticos já nos anos 1940. A obra “Quilombismo” é, portanto, uma culminância de uma trajetória dedicada a pensar e desenhar estratégias para a implantação de leis.

Embora o Brasil ainda apresente níveis elevados de desigualdade econômica, ao fim da Era Lula (2003-2011), o país viu a desigualdade racial diminuir em alguma medida – ainda que permaneça vergonhosamente alta. Os problemas de racismo ou as assentadas desigualdades raciais do Brasil, afinal, não foram eliminados. Há, ainda assim, o consenso em torno da necessidade de se estudar o legado das lutas afro-brasileiras em diferentes níveis. Precisamos compreender exatamente as estratégias dos ativistas e conhecer as estratégias que conformaram suas lutas.

De modo semelhante, nós, que estamos em comunidades da diáspora, não podemos deixar de buscar a compreensão de como esses circuitos operam, pois eles nos informam sobre as ideias de negritude dos dois lados do Atlântico, em maneiras que as pessoas nem sequer compreendem, uma vez que são expressas através de identidades de estados nacionais.

A cuíca, um instrumento associado ao samba brasileiro, surge no meio da música “One nation under groove”, de George Clinton, um hino negro americano por excelência que tem sido sampleado por inúmeros artistas negros do hip hop. Em áreas de cultura negra expressiva, músicos de diferentes origens não hesitaram em se apropriar de estilos, instrumentos, batidas etc. Tal como sustentam alguns cientistas políticos, podemos fazer o mesmo ao tentar compreender a prática política que acontece nas comunidades da diáspora africana.

Considerações finais

Neste artigo, procurei delinear como o ativista e intelectual Abdias Nascimento combateu o racismo numa sociedade de racismo cego, como é a brasileira. Nascimento foi capaz de organizar afro-brasileiros oriundos de contextos socioeconômicos diversos para dar início a um teatro negro. Para além do trabalho cênico, o espaço físico do teatro foi utilizado para a realização de programas de alfabetização e de formação profissional, bem como para a elaboração do “Quilombo”, um jornal negro, que tomei como objeto de análise. Além disso, com fim da opressão política da era Vargas, a organização se voltou com mais intensidade à atuação política. Nascimento concorreu a cargos no setor público, mas conseguiu o número de votos necessários para ser eleito somente anos mais tarde, após exílio político durante o período da ditadura militar (1964-1985). Foi eleito deputado e depois se tornou senador. Nos anos 1980 e 1990, ele e outros juristas do movimento negro foram imprescindíveis na elaboração de projetos de lei

que incorporariam à legislação brasileira muitas das ideias gestadas no quilombismo.

Dessa feita, pode-se compreender a expressiva agência e a determinação dos afro-brasileiros em combater o racismo estrutural. A diáspora africana pode aprender muito sobre lutar contra o racismo ao estudar a experiência negra no Brasil, da mesma maneira como os afro-brasileiros têm tomado a experiência da diáspora africana em outros países como referência. Ademais, muitos modelos afrodiaspóricos já delinearam previamente uma perspectiva negra internacional.

Há, certamente, uma miríade de diferenças na experiência afrodiaspórica, porém em última instância tais experiências se cruzam, de modo que as experiências das pessoas da diáspora africana têm influenciado umas às outras, em diferentes formas. O que é, por conseguinte, particularmente útil na análise do caso brasileiro é compreender como organizações negras se empenharam a lutar contra o racismo num contexto nacional de ausência de um racismo de direito, instituído em lei.

Bibliografia

- ALMADA, Sandra. *Abdias Nascimento*. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. *Racism Without Racists: Color-Blind Racism and the Persistence of Racial Inequality in the United States*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2006.
- BUTLER, Kim D. Up From Slavery: Afro-Brazilian Activism in São Paulo, 1888-1938. *The Americas*, 49, n. 2, 1992, pp. 179-206.
- CAMARGO, Aguinaldo. The Negro Theatre in Brazil. *Americas*, n.1, 1949.
- CLAVIN, Matthew J. *Toussaint Louverture and the American Civil War: the promise and Peril of a Second Haitian Revolution*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2009.
- DIOP, Cheikh Anta. *Civilization or Barbarism: an Authentic Anthropology*. Brooklyn, NY: Lawrence Hill Books, 1991.
- DU BOIS, W. E. B. *The World and Africa; an Inquiry into the Part Which Africa has Played in World History*, by W.E. Burghardt Du Bois. Nova York: Viking Press, 1947.
- EARLY, Gerald Lyn. *Lure and Loathing: Essays on Race, Identity, and the Ambivalence of Assimilation*. Nova York: A. Lane/Penguin Press, 1993.
- GILROY, Paul. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.
- MARABLE, Manning; AGARD-JONES, Vanessa. *Transnational Blackness: Navigating the Global Color line*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.
- MAYES, Keith A. *Kwanzaa: Black Power and the Making of the African-American Holiday Tradition*. Nova York: Routledge, 2009.
- MOSES, Wilson Jeremiah. *Afrotopia the Roots of African American Popular History*. Nova York: Cambridge University, 1998.
- NASCIMENTO, Abdias do; NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Africans in Brazil: a Pan-African Perspective*. Lawrenceville, NJ: Africa World Press, 1992.
- NASCIMENTO, Abdias do. Quilombismo: An Afro-Brazilian Political Alternative. *Journal of Black Studies - Afro-Brazilian Experience and Proposals for Social Change*, v. 11, n. 2, dez.,1998.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Abdias Nascimento. Grandes vultos que honraram o Senado*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *The Sorcery of Color Identity, Race, and Gender in Brazil*. Filadélfia: Temple University Press, 2007.

OJO-ADE, Femi. *Home and Exile: Abdias Nascimento, African Brazilian Thinker and Pan-African visionary*. Trenton, NJ: Africa World Press, 2014.

PALMER, Colin A. Defining and Studying the Modern African Diaspora. **The Journal of Negro History**, v. 85, pp. 27-32.

SEIGEL, Micol. *Uneven Encounters: Making Race and Nation in Brazil and the United States*. Durham; London: Duke University Press, 2009.

SHELBY, Tommie. *We Who Are Dark: the Philosophical Foundations of Black Solidarity*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

TELLES, Edward Eric. *Pigmentocracies: Ethnicity, Race, and Color in Latin America*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2014.

THOMPSON, Robert Farris. *Tango: The Art History of Love*. Nova York: Knopf, 2007.

TURNER, Doris. Black Theater in a Racial Democracy: The Case of the Black Theater. **CLA Journal**, n. 30, 1986, pp. 30-45.

VINSON, Ben. Introduction: African (Black) Diaspora History, Latin American History. **The Americas**, v. 63, n. 1, 2006, pp 1-18.

WEST, Michael O., MARTIN, William G.; WILKINS, Fanon Che. *From Toussaint to Tupac: The Black International Since the Age of Revolution*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2009.

Palavras-chave:

Movimentos
Negros no Brasil;
Ativismo contra o
Racismo no
Brasil; Abdias
Nascimento;
Ativismo Negro
Transnacional;
Quilombismo

Resumo: O trabalho se concentrará no trabalho intelectual de Abdias Nascimento, que se estendeu durante a maior parte do século XX para combater o racismo no Brasil, durante uma era de suposta “democracia racial”. Analisarei especificamente o desenvolvimento intelectual do Teatro Experimental Negro, em especial o jornal Quilombo e o conceito de quilombismo, que Nascimento desenvolveria muitos anos depois, como estratégia para lidar com o “racismo sem racistas”. Seu trabalho como ativista e intelectual é particularmente útil para a compreensão de como lançar perspectivas históricas relevantes e como combater o racismo numa época em que o modelo brasileiro de “democracia racial” tem sido adotado em alguma medida no mundo atlântico. Este discurso tem sido muito bem sucedido sob a forma de “racismo cego” nos Estados Unidos. Vida e obra de Abdias Nascimento oferecem, assim, elementos de reflexão sobre pessoas de ascendência africana que lutaram contra o racismo no contexto do “racismo cego”.

Keywords

Black Movements
in Brazil;
Activism Against
Racism in Brazil;
Abdias do
Nascimento;
Transnational
Black Activism;
Quilombism

ABSTRACT: This essay examines how African-American visitors to Brazil wrote and thought about that country's racial situation over the course of the 1900s. During the first half of the century, African-American visitors were more likely to see Brazil as a successful racial democracy, a society in which blacks, browns, and whites lived together on conditions of racial harmony and equality. During the second half of the century, African-American views of Brazil became much more critical, with some writers arguing that the ideology of racial democracy was itself a principal obstacle to the achievement of genuine racial equality. The article argues that this shift in views was in large part a reflection of African-Americans' judgments about their own society. During the first half of the century, racial violence and oppression were so extreme in the United States that Brazil looked good by comparison. As the United States turned away from racial segregation in the second half of the century and adopted policies aimed at reducing racial inequality, African-Americans became increasingly critical of Brazil's failure to adopt similar policies or to follow US-based models of black political mobilization.

Recebido para publicação em novembro/2016

Aceito para publicação em janeiro/2017

“Parentalidade Soberana” em bairros afluentes da América Latina: Raça e as Geopolíticas dos cuidados de crianças em Ipanema (Brasil) e El Condado (Porto Rico)¹¹⁹

Ana Y. Ramos-Zayas

Universidade de Yale (EUA)

Introdução

No início da noite de uma quinta-feira de julho de 2014, quando me sentei à mesa ao ar livre do “Mil Frutas” (uma sorveteria boutique em Ipanema) para fazer anotações, notei a presença de uma babá magra e de pele escura, que falava agitada ao telefone celular. Ela estava acompanhando uma elegante mulher branca, de cabelos escuros, com pouco mais de 40 anos, e a filha desta: uma criança de 4 anos, vestindo um tutu cor de rosa. Enquanto a babá resolvia ao telefone o que parecia ser um desentendimento com um parceiro romântico, a mãe, por diversas vezes, fez

¹¹⁹ Tradução de Valéria Araújo

recomendações à babá sobre o que dizer ou pedir à pessoa do outro lado da linha. A mãe, que, eventualmente, se apresentou como Claudia¹²⁰, incitava a babá: "Pede alguma coisa, Leandra. Vai!". A babá dizia que ela não queria nada, mas Claudia insistia, como se falasse com uma amiga que precisasse de incentivo. Em seguida, Claudia virou-se para o manobrista do estacionamento, que estava trabalhando em um café, ao ar livre, vizinho do Mil Frutas: "Vai, pede alguma coisa. Pede um sorvete!". No início, o manobrista, um homem alto, corpulento e de pele escura, vestido com um terno de três peças, recusou educadamente. Claudia continuou insistindo até que ele finalmente cedeu e entrou no Mil Frutas para ver os sabores. "Deixa ele experimentar (os sabores)", Claudia ordenava a uma das funcionárias atrás do balcão que atendesse o manobrista. "Não, não, eu não preciso provar. Estou pronto para pedir alguma coisa", o manobrista insistiu. "Não, não. Experimenta primeiro", e para os trabalhadores da sorveteria: "Dá amostras pra ele. Ele é um cliente".

Em um bairro de San Juan, Porto Rico, a mais de 5.000 quilômetros de Ipanema, Maribel Seijo lamentava: "Aquí no hay Mary Poppins". Uma bem educada mãe porto-riquenha, branca, perto dos 50 anos, Maribel estava tentando agendar uma viagem a Boston para um encontro com ex-colegas da faculdade, mas nem sua mãe nem sua sogra podiam ficar com seus filhos. Com exceção da empregada dominicana, que ocasionalmente fazia o papel de babá, Maribel somente confiava o cuidado dos seus filhos aos membros da família. Segundo explicou, ela temia que os "maus hábitos" e as "limitações educacionais" das babás de Porto Rico – a maioria das quais, ela acrescentava, eram "imigrantes dominicanas com pouca instrução" – “passassem” para seus filhos. "Mary Poppins" seria uma babá ideal, mas (é claro) ela não existe.

¹²⁰ Todos os nomes utilizados neste artigo são pseudônimos.

A partir de um estudo etnográfico com os pais dos bairros ricos de Ipanema, no Brasil, e El Condado, em Porto Rico, examino como as elites progressistas da América Latina reformulam o entendimento de raça e classe em relação às práticas e aos objetivos da parentalidade. Nos dois bairros da minha pesquisa etnográfica, percebi práticas e ideologias de parentalidade que informavam perspectivas sobre uma gama de questões econômicas, políticas e sociais que Brasil e Porto Rico enfrentavam no período da pesquisa (2012-2016): a desconfiança do governo; os medos relacionados à insegurança; o aumento das pressões para maior vigilância dos locais urbanos considerados "perigosos"; a volta das políticas de austeridade; a estagnação econômica e a dívida fiscal; a corrupção generalizada e a implícita ou a explícita influência da economia imperial dos EUA. Neste artigo, examino as práticas e ideologias parentais quanto à forma como os pais da elite latino-americana viam sua relação com as mulheres imigrantes de pele escura¹²¹, as quais eles contratavam para cuidar de seus filhos. Em El Condado, essas mulheres eram geralmente imigrantes da vizinha República Dominicana; enquanto em Ipanema, eram migrantes do nordeste brasileiro¹²².

As referências e as relações com as trabalhadoras domésticas, particularmente as babás, frequentemente evidenciavam a autorrepresentação dos pais como "liberais" e "cosmopolitas", enquanto sustentavam o privilégio e a brancura através de uma interação latino-

¹²¹ Neste artigo utilizo a nomenclatura de cor usada pelos entrevistados. No entanto, não quero perder de vista como as categorias de cor são claramente racializadas no contexto do Brasil e de Porto Rico. Muitas nordestinas não se veem nem são vistas como “negras” embora sejam, inegavelmente, racializadas e inferiorizadas. Nem sempre “pele escura” define alguém como “negro” no Brasil (e muito menos na República Dominicana ou Porto Rico).

¹²² Há alguns excelentes estudos que focam nos trabalhadores domésticos, ou na própria relação entre trabalhadores domésticos e empregadores no Brasil e na América Latina de maneira mais ampla (por exemplo, Gabaglia Preuss, Pinho, Pinho e Silva); no entanto, aqui eu examino os empregadores como o lado materialmente poderoso e dominante dessas dinâmicas complexas de poder e, especificamente, em relação às práticas *parentais*.

americana distinta de parentalidade intensiva, o que eu chamo de "parentalidade soberana". Eu vejo "parentalidade soberana" como uma ética moral dos ricos articulada através de um conjunto de práticas de parentalidade, relações e ideologias que destacam as preocupações com a (in)segurança, a legitimação do policiamento e da vigilância do bairro, o favorecimento de uma linguagem informativa-terapêutica de bem-estar e saúde nas interações diárias – tudo "em nome das crianças". Essa forma de sociabilidade através da parentalidade é o refletor de como em "crises políticas", percebidas ou reais – como essas que ocorriam no Brasil e em Porto Rico, durante meu trabalho de campo (2012- 2016) –, novas relações afetivas e desigualdades sociais são coproduzidas de forma dialética.

Porto Rico e Brasil são países muito diferentes quanto a tamanho geográfico, população, economia, história colonial, influência política e status, presença global (ou ausência) e, até mesmo, quanto à linguagem, o que foi provavelmente responsável pelas reações perplexas sempre que eu descrevia o foco do meu estudo e a escolha do lugar. O Brasil é um país de língua portuguesa, com a quinta maior população mundial e a oitava maior economia; enquanto Porto Rico – uma colônia norte-americana onde o espanhol é a língua principal – carece de presença internacional. No entanto, apesar dessas diferenças significativas, os dois países foram notícia internacional na maior parte do tempo da minha pesquisa, de 2012 a 2017. Particularmente em 2015 e 2016, cada dia no Brasil e em Porto Rico parecia ser mais dramático do que o anterior e as notícias eram uniformemente negativas. Até então, Porto Rico e Brasil compartilhavam imagens globais similares, de grandes destinos turísticos com cultura tropical, praias e corpos bronzeados e sexualizados. Durante a última parte do meu trabalho de campo, mais significativamente, os países compartilhavam um humor nacional similar de confusa ansiedade sobre os respectivos futuros políticos e econômicos – período em que relações familiares e amizades eram frequentemente cortadas devido a discordâncias políticas apaixonadas.

Esses temas, expressados pessoalmente ou através de meios de comunicação social, sendo pró ou anti-Dilma¹²³, no Brasil, ou pró ou anti-Anibal¹²⁴ em Porto Rico – bem como os projetos de austeridade impostos pelas elites políticas, muitas vezes comprometendo severamente quaisquer avanços dos pobres e da classe trabalhadora – eram temas de conversas nas famílias de elite e se infiltravam nos relacionamentos mais íntimos¹²⁵. Sob a parentalidade soberana, babás e empregadas domésticas eram não apenas indivíduos envolvidos afetivamente e intimamente com os seus empregadores, os filhos dos empregadores e a família; mais que isso: eles eram representantes reais ("stand in") das perspectivas de raça, regionalismo e migração (interna e transcaribenha) que os empregadores queriam transmitir aos seus filhos.

Em lugares como Brasil e Porto Rico, onde sempre houve uma relação problemática com as falas sobre raça entre as elites brancas e até mesmo entre algumas classes populares (Robin Sheriff, 2001) – evidenciada pela tendência dos esforços do processo de construção da nação de enfraquecer, folclorizar ou intelectualizar a raça (Godreau 2015; J. Dávila 2003) – existem estigmas mais recentes associados a "ser (percebido como) racista". Esse era particularmente o caso dos indivíduos que se viam como "progressistas" e que consideravam suas práticas parentais como "evidência" de tal autorrepresentação moral¹²⁶. A parentalidade soberana,

¹²³ Dilma Rousseff, presidenta do Brasil de 2011 a 2016, ano em que sofreu impeachment, durante o segundo mandato.

¹²⁴ Aníbal Azevedo, governador de Porto Rico entre 2005 e 2009. Como Porto Rico é um território sem personalidade jurídica dos Estados Unidos, o chefe de estado da ilha é o presidente norte-americano; e o seu efetivo gestor é chamado "governador".

¹²⁵ Devido ao limite de espaço, não pretendo elaborar uma análise detalhada sobre as crises políticas e económicas que Porto Rico e Brasil enfrentaram e continuam a enfrentar. Para saber mais sobre o Brasil, veja Glenn Greenwald, Andrew Fishman, and David Miranda noted in *The Intercept* (March 18, 2016): "We are repulsed by this government': Brazil's Wealthy are fleeing the country," Miriam Kreinin Souccar, *Quartz*, April 19, 2016. ("A Coup in Brazil?," Alfredo Saad-Filho, *Jacobim*, 3/23/16. For more on Porto Rico, see: Quiñones-Pérez, Argeo, and Ian J. Seda-Irizarry (2016)

em Ipanema e em El Condado, lança luz sobre como a linguagem e o meio de expressão racista transformavam as descrições e as perspectivas dos pais sobre as relações sociais com os subordinados, particularmente aqueles que interagiam com os seus filhos, enquanto as formas internalizadas e institucionais de racismo perduravam.

As trabalhadoras domésticas do nordeste brasileiro (nordestinas), em Ipanema, e da República Dominicana, em El Condado, pertenciam a uma "cadeia global de cuidados": elas eram mulheres de regiões geopolíticas mais pobres que cuidavam de crianças, idosos e famílias em áreas mais ricas; assim como eram responsáveis pelo sustento dos próprios filhos – que elas deixavam sob os cuidados de parentes, do sexo feminino, em suas regiões de origem (Ehrenreich e Hochschild, 2003). Essas migrantes internas e transnacionais – muitas vezes racializadas marginalizadas e consideradas descartáveis – eram essenciais para as práticas de parentalidade soberana, que conectam a vida familiar e doméstica às tendências culturais e espaciais do bairro e às formas de participação cívica entre as elites liberais¹²⁷. Os pais residentes em Ipanema e de El Condado que conheci frequentemente pensavam no trabalho doméstico como uma

¹²⁶ Com a recente campanha anti-PT, difundida pela mídia, sabe-se que muita gente assumiu com orgulho uma identidade de direita no Brasil. Há um reconhecimento de que “a direita saiu do armário”. Isso torna ainda mais necessário enfatizar que o artigo enfoca um setor específico da elite que se considera socialmente “progressista” e que destoa, portanto, da elite brasileira de um modo geral, que é predominantemente autoritária e conservadora. Dessa maneira, o artigo contribui para mostrar que há posturas diversas entre os membros das elites, ou ao menos esforços diversos de autorrepresentação (cf. See Shamus Khan’s *Sociology of Elites*).

¹²⁷ A maioria das famílias que conheci em Ipanema empregava pelo menos um trabalhador que morava com os empregadores, além de trabalhadores contratados por diária (“diaristas”) que atuavam como motoristas, cozinheiros e pessoal de limpeza suplementar; muitas dessas famílias também contratavam babás para o fim de semana (“folguistas”), para substituir a babá que morava com os empregadores. Em El Condado, apenas três famílias contratavam trabalhadores que moravam com eles, mas cada família contratava algum tipo de trabalhador doméstico numa base diária ou semanal, bem como babás ocasionais. Como, em Ipanema, as tarefas domésticas e de assistência à infância na classe alta e nas famílias de classe média-alta em El Condado também eram realizadas por mulheres de pele escura, migrantes e de baixa renda – com exceção de dois casos: uma trabalhadora colombiana e um peruana, ambas moravam no emprego –, todas as outras trabalhadoras domésticas contratadas em El Condado eram da República Dominicana.

relação particular com um dado trabalhador doméstico, em vez de em termos sociológicos. Como Pinho observou em sua pesquisa em Campinas, SP: "As crianças da classe média e da classe alta esperam ser servidas por empregadas e babás, assim como é esperado que as crianças das trabalhadoras domésticas herdem a posição de classe dos seus pais" (2015: 111). Com nebulosos limites entre trabalho e casa – como era muitas vezes o caso da relação empregador-trabalhador doméstico, resultando grande ambivalência –, as preocupações mais amplas eram enquadradas segundo os parâmetros morais, raciais e de classe. A "parentalidade soberana" enfatiza como os pais, oriundos da elite latino-americana, conseguiram conquistar autonomia e soberania, independentemente da forma como essas sejam dispensadas em escala nacional, ao passo que, para os outros pais, as expectativas "parentais" ("parenting"), na realidade, limitaram significativamente a sua autonomia e os tornou inadequados.

Analiso quatro principais maneiras em que os pais residentes em Ipanema e de El Condado produzem intimidade racializada e diferenciada – com simultâneo vínculo afetivo e desapego sociológico – por meio de um projeto mais amplo da "parentalidade soberana". Primeiro, eu examino como os pais abordam as mudanças das leis que regulam o trabalho doméstico, em Ipanema, e o aumento das expectativas pedagógicas globais, em El Condado; examino especialmente a interseção dos campos legais, pedagógicos e raciais na produção de uma ambiguidade afetiva (Brites 2007; Freyre de 1933; Goldstein 2013; cf. Berg e Ramos-Zayas 2015). Segundo, analiso como os pais produziam uma moral coletiva e ética de cuidado, utilizando conceitos populares da psicologia como pais "hands on", "envolvidos" e "presentes", mesmo quando eles "terceirizavam" arbitrariamente as tarefas relacionadas à criação dos filhos. Terceiro, desconstruo como os pais projetavam a noção de "agência" em "seus" trabalhadores domésticos. Neste caso, eu desenho uma distinção entre os bairros de Ipanema e El Condado e as diferentes culturas de trabalho

doméstico na sociedade brasileira e porto-riquenha. Apresento como os pais residentes em Ipanema precisavam continuamente fornecer provas de que suas relações com as babás eram afetivamente "autênticas", baseadas na "lealdade, não na obediência". Em Porto Rico, os pais enfatizavam a subordinação educacional e linguística das trabalhadoras (Dominicanas) à superior habilidade linguística e o cosmopolitismo porto-riquenho. A ironia dessa assimetria é que o espanhol porto-riquenho é popularmente considerado, entre outras populações latino-americanas, como “espanhol de gueto” (Urciuoli 1991). Finalmente, eu demonstro como, no contexto da "parentalidade soberana" e suas performances públicas em lugares considerados "amigos da criança", como a sorveteria Mil Frutas, os corpos dos pobres trabalhadores de pele escura complementavam os corpos dos ricos empregadores de pele branca nas interações coreografadas que eram por vezes invisíveis e, às vezes, hipervisíveis. Na última parte desse ensaio, assinalo como a "parentalidade soberana" desenvolvida a partir de uma complicada produção de autorrepresentação “progressista” entre as elites de Ipanema e El Condado tornavam determinadas babás representantes reais ("stand ins") dos conceitos de raça, regionalismo e migração (interna e transcaribenha) que os pais desejavam transmitir aos seus filhos.

Trabalho Afetivo, Trabalho Legislativo: a cultura do emprego doméstico no Brasil e em Porto Rico

Silvana Villela Mattos, cofundadora de um grupo de pais de Ipanema, é casada com César Schumer, um judeu brasileiro e renomado advogado corporativo. Vários anos mais velho que Silvana, César já tinha dois filhos adultos, de seu primeiro casamento, quando a conheceu. Embora César estivesse hesitante em ser pai novamente, com quase 60 anos, ele também sabia que Silvana, que tinha pouco mais de 40 anos, sempre se “imaginou mãe”. Silvia explica: “Eu sabia que ele (César) seria um pai super presente”. O elegante e corpulento homem lembrou ainda que ele finalmente cedeu aos

desejos de Silvana, anunciando: “Tudo bem. Então vamos começar a entrevistar babás!”. Mesmo antes do nascimento de seu filho Eduardo, eles já tinham encontrado uma babá para morar com eles e uma folguista (babá que trabalha no fim de semana).

Muitos dos pais que conheci em Ipanema lamentavam as “dificuldades de encontrar empregadas boas e confiáveis”, principalmente babás. Perto do fim do último mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva e início do mandato da presidenta Dilma Rousseff, antes do revés econômico e dos escândalos políticos e empresariais de 2015 (Greenwald, Fishman, and Miranda 2016; Saad-Filho 2016), a escassez de empregadas domésticas ganhara destaque nas mídias brasileiras (Pinho e Silva, 2010). Como resultado do programa de redistribuição de renda do presidente Lula, efetuado em grande parte através do Programa Bolsa Família e Programa Bolsa Escola, quase 30 milhões de brasileiros ascenderam das classes mais baixas às classes média baixa e média (Amorim 2010). Isso significava que, entre outros fatores, durante a segunda década dos anos 2000, os indivíduos anteriormente empregados como trabalhadores domésticos tinham outras opções de emprego. Não obstante, o Brasil continuava sendo o país com o maior número de trabalhadores domésticos do mundo, sendo 6,7 milhões deles do sexo feminino e 504 mil do sexo masculino; 17% do total de trabalhadoras do Brasil eram “domésticas”, em 2010 (Organização Internacional do Trabalho, 2010)¹²⁸.

¹²⁸ De fato, com a contração econômica observada nos últimos anos, os trabalhadores domésticos se tornaram um símbolo de mudança nas taxas de emprego; em apenas um ano, o número de pessoas desempregadas no Brasil aumentou 6,4 a 9,1 milhões. De 2007 a 2015, a porcentagem de pessoas que trabalhavam em empregos domésticos caiu de 8 por cento para menos de 6 por cento da força de trabalho do Brasil. Depois de 2015, mais mulheres perderam os seus empregos na indústria e no comércio e voltaram, em alguns casos, para antigos empregos, no trabalho doméstico. Como resultado, ocorreu um crescimento no número de trabalhadores domésticos contratados por meio do mercado informal, os quais recebem salários mais baixos do que os previstos pela legislação trabalhista. Ver Daniel Gallas’ “Maid in Brazil: Economy troubles push women back into old jobs.” BBC South America, 3 March 2016.

Com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), uma considerável vitória dos direitos trabalhistas para os trabalhadores de baixa renda, foi adotada no Brasil, em 1943, os trabalhadores domésticos foram excluídos de sua cobertura, porque considerava-se que as empregadas domésticas executavam um trabalho "não produtivo" (Bernardino-Costa et al 2011; Pinho 2015). Como Pinho observa: "Ao excluir os trabalhadores domésticos do direito a benefícios, os legisladores brasileiros mantiveram o *status quo* de milhões de mulheres pobres (e principalmente negras), contribuindo assim para naturalizar ainda mais a sua posição de 'menos que' trabalhadoras" (2015: 107). Isso se manteve por setenta anos, até que, em novembro de 2013, a então presidenta Dilma Rousseff estendeu os benefícios legais da CLT aos trabalhadores domésticos, que – na época – incluía faxineiros, babás, cozinheiras, jardineiros, motoristas e os prestadores de cuidados a idosos, para citar alguns¹²⁹. Assim como outros países, César assinalou: "Eu concordo que alguma regulamentação seja necessária, porque não podemos viver em uma sociedade escravocrata. É daí que o trabalho doméstico vem, das amas de leite, das mucamas. A situação das pessoas servindo a classe mais favorecida. Não há nenhum país desenvolvido onde todos, mesmo as classes médias, tenham uma empregada". Em 1872, dezesseis anos antes da oficial abolição da escravatura no Brasil, a linha entre escravo e trabalhador assalariado estava começando a se diluir; era comum o aluguel de escravos de casa para aqueles que já não podiam manter seus próprios escravos.

Quando perguntei a Silvana e César sobre a nova lei que regulamentava os direitos dos trabalhadores domésticos, César explicou que agora seria mais "caro e complicado" contratar uma babá para morar no emprego e que as pessoas estariam mais inclinadas a contratar "diaristas" e

¹²⁹ Os aspectos práticos e jurídicos da revisão das leis trabalhistas podem ser encontrados em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCWorkingPaper96.pdf> or http://latitude.blogs.nytimes.com/2013/05/10/a-new-law-in-brazil-advancing-the-rights-of-domestic-workers-should-be-encouraged/?_r=0.

talvez "mensalistas" (as que trabalham todos os dias, mas chegam de manhã e vão embora à noite), ou até mesmo a matricular seus filhos em creches. César destacou: "Quando o emprego formal é regulado, isso pode diminuir ou aumentar os benefícios. Há benefícios informais que vêm de um relacionamento em longo prazo entre empregador e empregado". No Brasil, a endêmica desigualdade de poder do trabalho doméstico tem sido historicamente baseada na negociação de pagamentos não-monetários. Durante meu trabalho de campo, as relações entre os trabalhadores domésticos e os empregadores ainda eram caracterizadas pela troca de serviços não previstos nos contratos de trabalho; por exigências de cumplicidade (e até mesmo a disponibilidade afetiva entre trabalhadores e empregadores) e por variados investimentos emocionais entre a trabalhadora e as crianças por ela cuidadas. A relação entre o empregador de classe alta e a trabalhadora cuidadora das crianças – referida como "la señora que cuida (o limpia)", em El Condado, e "babá" em Ipanema – ajuda-nos a entender uma forma de "afeto racializado" (Berg e Ramos-Zayas, 2015) que caracterizava as interações íntimas sob hierárquicos arranjos sociais e raciais. Essas interações não eram necessariamente "não autênticas", mas a sua autenticidade era profundamente condicionada por outros variáveis contextos momentâneos e pelo racismo invisibilizado do dia a dia. Entre a elite latino-americana branca, ser afetivamente autêntico não era o oposto de ser "refinado", como algumas literaturas consideravam ser o caso das classes trabalhadoras. Ao contrário: ser afetivamente autêntico – e almejar a manifestação social do ser "interior" – era uma forma revolucionária de mudar os padrões de avaliação da diferença de classe e racial em benefício da supremacia branca.

Se as "atitudes progressistas" são associadas com a classe média (e até mesmo classe alta), então as classes trabalhadoras e pobres são entendidas como "retrógradas". Do ponto de vista dos pais de elite, tanto de Ipanema quanto de El Condado, as "atitudes retrógradas" das trabalhadoras

domésticas não eram explicadas em termos estruturais, mas enquanto "visões de mundo" ou cosmologias das classes mais baixas: como elas promoviam "maus hábitos alimentares" e "má higiene" em seus filhos ou como seus filhos "assistiam a TV demais", ou como elas "abandonavam seus próprios filhos para serem criados por outros". Classe e raça raramente eram explicitamente invocadas em tais expressões de repugnância; em vez disso, as características repugnantes eram apresentadas como o resultado de uma patologia individual e familiar. As formas contemporâneas de consciência pouco contribuíam para transformar essas perspectivas.

Por exemplo: Bruna Alves Teixeira, uma mãe de Ipanema, que foi uma das mais sinceras sobre seu conflito entre o amor, a confiança e a conexão que sentia por uma determinada babá nordestina. Por um lado, a babá, negra, às vezes cuidava de seu filho; por outro, Bruna sentia repulsa contra os corpos negros que ela experienciou no dia em que foi levada para um hospital público para o nascimento de seu filho. Ela me disse (em referência a um grupo de pessoas que estava na sala de espera da maternidade, naquela ocasião):

"Eu acho que eles eram parentes de alguma paciente. Mas eles estavam num budum, cheiro horrível, forte, um cê-cê, uma coisa absurda. E grávida sente. Nós temos esse poder. Eu virei pro meu marido. 'Renato, eu não quero ter o meu filho aqui'. No momento eu não sabia a razão, o odor, o barulho... Hoje eu sei que o que eu queria era um mundo bonito, agradável e cheiroso pro meu filho".

A raça, sob "parentalidade soberana", tanto em Ipanema quanto em El Condado, era frequentemente sentida visceralmente e expressada espontaneamente como repugnância; repugnância em relação aos corpos, às maneiras, às roupas, aos relacionamentos, aos locais de residência, aos acentos linguísticos e à dicção e, acima de tudo, em relação à forma como os pobres criavam seus filhos. Desse modo, "repugnância é um indicador

imensamente poderoso da interface entre o pessoal e o social" (Lawler 2005:438)¹³⁰.

Assim como muitos outros pais de El Condado – e comparável à experiência de Bruna no hospital público no Brasil – Alejandra Rodríguez Emma, uma mãe-psicóloga-clínica-que-virou-dona-de-casa, uma vez comentou que ela havia colocado um anúncio na internet procurando uma babá e "a que veio aqui era um desastre!" ("lo que vino aquí fue un desastre!"). Além da objetificação dos potenciais empregados (conforme indicado no pronome indireto "lo"), a reação de Alejandra enquanto falava era o que se poderia esperar de algo que causava náuseas. Repugnância depende da proximidade (Skeggs 2004); quando os limites espaciais ou legais entre os grupos raciais ou sociais são desafiados, a hierarquia social encontra outras formas de expressão, inclusive o "odor". No mundo da parentalidade da elite, onde existem poucos espaços de interação interfaciais e de classes, a trabalhadora cuidadora das crianças torna-se o indivíduo mais próximo, mais imediato a quem esses sentimentos extremamente viscerais são projetados. Isso era o endosso moralmente sancionado (e moralista) da brancura através de parentalidade.

A cultura do trabalho doméstico é onipresente no Brasil e na maioria dos países latino-americanos, o que difere, de alguma maneira, de Porto Rico, onde trabalhadores de tempo integral e trabalhadores que moram na casa do empregador são bastante raros – mesmo entre os pais da classe alta de El Condado. No período do meu trabalho de campo, Porto Rico seguia as

¹³⁰ Em "Disgusted subjects: the making of middle-class identities" (2005), Stephanie Lawler mostra como expressões de desgosto entre a classe média são de fato percepções de violação do "gosto", no sentido bourdieusiano. Como mostra Lawler, "desgosto" é uma emoção pouco explorada; enquanto as classificadas dimensões de "gosto" têm sido amplamente debatidas, pouca atenção tem sido dada para o desgosto que é despertado quando o "bom" gosto parece ser violado. Emoção/sentimento tão pessoal, tão visceral, desgosto, no entanto, invoca sentimentos coletivos inerentes à relação entre o nojo e o objeto da repulsa.

leis de salário mínimo dos Estados Unidos; os trabalhadores domésticos, pelo menos aqueles que tinham autorizações de trabalho e eram documentados, tinham direito a salário mínimo por hora, em dólares norte-americanos, e pagavam segurança social e impostos. Enquanto, no Brasil, muitas famílias de classe média podiam, em geral, arcar com os custos da contratação de trabalhadores domésticos de tempo integral e babás que moravam na casa dos empregadores; em Porto Rico, somente as famílias mais ricas podiam fazer o mesmo. Das famílias que entrevistei, apenas cerca de um terço contratava pelo menos uma funcionária de tempo integral (o equivalente a "mensalistas" brasileiros) e apenas três dessas famílias contratavam trabalhadoras que moravam na casa dos empregadores. Em Porto Rico, era mais comum ter uma faxineira duas vezes por semana ("señora que limpia"), quando as crianças eram maiores, e uma trabalhadora que realizava tarefas de limpezas diárias e prestava serviço de *babysitting*, quando as crianças eram menores. A maioria das famílias de El Condado combinava um desses arranjos com a ajuda dos avós. Em Ipanema, o trabalho doméstico era um trabalho de gênero associado com a mais pobre (e mais escura) região do nordeste do Brasil; em El Condado, o trabalho doméstico era parte de uma cadeia transnacional de trabalhadores cuidadores imigrantes que conectava Porto Rico à República Dominicana, ou mesmo emigrantes dos Estados Unidos de procedência Dominicana (Duany 2005).

Algumas características fundamentais das relações de empregador-trabalhador doméstico foram registradas em estudos que examinam a narrativa "Como se fosse da família", comuns entre as elites latino-americanas. Uma das conclusões aceitas é de que essas relações são (e sempre permanecerão) inerentemente assimétricas, não obstante a forma emotiva ou as histórias pessoais envolvidas. Enquanto os trabalhadores domésticos são destinatários frequentes da disciplina burguesa e agentes poluentes da família burguesa higienizada (Freire Costa, 1983; Pinho 2015),

eles também são parte de um raro "convívio" entre indivíduos de diferentes raças e classes sociais. Para os pais de Ipanema e de El Condado, cujas vidas se desenvolvem em espaços radicalmente segregados, os trabalhadores domésticos - em sua maioria negros, pobres e migrantes -, ofereciam um dos poucos contextos de envolvimento com a diferença social, de maneira contínua, diária e íntima. Enquanto o poder e as bases estruturais em que esses relacionamentos se desenvolviam eram profundamente e incontestavelmente desiguais, essa desigualdade era, talvez, "única" na medida em que sustentava (e era sustentada por) o mundo das aspirações individuais e políticas ou o autoconceito cosmopolita e o autoconhecimento emocional filtrado através das ideologias, práticas e metas de socialização da parentalidade. A "Parentalidade soberana" remodelava o relacionamento com os cuidadores das crianças e os trabalhadores domésticos, como um projeto de autoconceito racial e autorrepresentação moral necessário à reprodução bem sucedida da brancura (progressista) entre a elite latino-americana. Como a maioria das pesquisas sobre babás tem observado, mesmo quando as crianças passam a maior parte do seu tempo com as trabalhadoras, elas (crianças) continuam internalizando a lógica hierárquica social de seus pais (Brites 2007; Silveira 2015). Os pais (especialmente as mães), que muitas vezes eram emocionalmente próximos das cuidadoras de crianças, ao mesmo tempo garantiam que seus filhos internalizassem a hierarquia de classe e de raça endêmica do relacionamento.

Uma parte importante da parentalidade soberana entre os pais de classe alta e da elite na "progressista" Ipanema e El Condado é que estes pais queriam que seus filhos se tornassem "compassivos", "atenciosos" e indivíduos "empáticos". Nem os pais porto-riquenhos nem os pais brasileiros que conheci queriam que seus filhos "mandassem (nas empregadas domésticas)" ou "agissem como crianças ricas e mimadas". Enquanto isso talvez tenha sido (e continue sendo) aceitável para as elites tradicionais ou conservadoras da América Latina, ou do Sul Global, de um

modo mais geral, este não era o caso dos pais de Ipanema e de El Condado, que consideravam até mesmo sua escolha de bairro, escolas e amizades como prova de sua visão social progressista. Uma pergunta recorrente nesse artigo, portanto, é: como o afeto positivo, a genuína ligação emocional e íntima que alguns pais descreveram em relação aos "seus" cuidadores de crianças e trabalhadoras domésticas podiam coexistir com (e mesmo reforçar) a profunda e duradoura desigualdade racial e de classe, a branquitude e o privilégio? Durante meu trabalho de campo, os debates em torno dos limites da "terceirização" das responsabilidades dos pais abordavam essa questão.

Parentalidade Terceirizada e a ética de "pais presentes" ["Hands On"]

Laura Gómez Ayala, advogada e contadora pública certificada por formação, reduziu gradualmente suas horas de trabalho quando seu primeiro filho nasceu e deixou completamente o emprego após o segundo. Laura havia se tornado uma reconhecida "mãe blogger" em El Condado e colaboradora frequente de um site popular sobre parentalidade. Laura usava um vestido estilo boêmio e, embora não fosse completamente uma caricatura da "criação com apego" ("attachment parenting") que a mídia passou a estereotipar, ela ainda tinha alguns elementos do dogmatismo da parentalidade intensiva, como: fraldas de pano, amamentação prolongada, comida de bebê caseira e uma predileção ao coleito.

Como muitos dos outros pais de El Condado, Laura elogiava as vantagens de viver em El Condado: um bairro pedestre, que compartilhava muitas semelhanças físicas, econômicas e culturais com Ipanema: cercado por uma grande lagoa de um lado e o Oceano Atlântico do outro; tinha uma indústria turística ativa e mansões tradicionais que tinham dado lugar a luxuosos arranha-céus. Laura, por várias vezes, comentou o que os outros pais também apontaram mediante a narrativa de bairro e "bem-estar": "Aqui

seus filhos estão expostos ao ar fresco, não a uma selva de pedra ou aos subúrbios distantes. Você pode estimular seus filhos a um estilo de vida ativo, como a prática de esportes na lagoa, canoagem, ir à praia. Não é somente jogar vídeo game e ficar preso na frente de uma TV". Apenas um aspecto de El Condado perturbava profundamente Laura: as babás. Como ela explicou:

Infelizmente, muitas crianças aqui são criadas por babás. Eu sei que não há uma fórmula perfeita para todas as famílias, mas que tipo de valores terão as crianças criadas por babás? A babá pode muito bem ter bons valores, com certeza. Mas como é que uma criança se sente quando ela percebe que a pessoa que empurra ela nos balanços não é sua mãe ou pai, mas alguém que não é da sua família? Às vezes, eu tenho vontade de chorar".

A declaração de Laura destacava-se não pela sua posição sobre as "crianças criadas por babás", que ouvi com frequência tanto em El Condado e, especialmente, em Ipanema; pelo contrário: era o fato de que Laura era um dos poucos pais em El Condado que contratava não somente uma trabalhadora doméstica de tempo integral – que era encarregada de cozinhar, limpar e cuidar das crianças –, mas, mais significativamente, era a que tinha uma trabalhadora doméstica uniformizada. Enquanto o fato de trabalhadores domésticos usando "uniformes" tenha sido fonte de debate popular durante meu trabalho de campo em Ipanema (Barba, 2016), raramente ouvi qualquer referência a babás uniformizadas em Porto Rico. Ironicamente, justamente quando Laura discursava sobre "valores" e "crianças sendo criadas por babás", Tula tinha levado o filho mais novo de Laura para outra parte do apartamento, para que não fossemos interrompidas pela criança. Após conhecer melhor Laura e seu marido, Javier Piovanetti, descobri que Tula, uma mulher dominicana de pele escura com pouco mais de 50 anos, tinha sido a primeira empregada de Javier, por mais de uma década, e agora também era responsável pelo cuidado dos seus filhos.

Em uma de minhas visitas, enquanto Laura moía grãos de café "artesanal", cultivados localmente na Hacienda San Pedro (uma loja de

especialidades de um bairro vizinho) e vaporizava o leite para fazer um café com arte de espuma, aventurei-me a levantar a questão sobre sua posição a respeito das "babás" e sua dependência diária em Tula. A resposta dela foi consistente com a ética parental da elite de pais super presentes “hands on” (termo em inglês, frequentemente utilizado em El Condado), uma postura moralista que ouvi em Porto Rico e no Brasil sobre os "limites" e as “atribuições” da parentalidade. Segundo essa ética de parentalidade, a elite de Ipanema e de El Condado determinava – frequentemente, de forma arbitrária – quais tarefas poderiam ser legitimamente "terceirizadas" pela babá versus as que requeriam o envolvimento parental ["hands on"], ou seja, as que não poderiam ser delegadas. Laura disse com convicção: "Tula sabe quando me ajudar e quando me deixar cuidar dos meus próprios filhos. Claro que, com dois filhos e um marido que viaja bastante, eu preciso de ajuda. Mas eu me asseguro de ser a pessoa que alimenta eles, que banha eles, que leva eles ao parque. Eles sabem muito bem quem são seus pais".

Esta perspectiva ressoava com as expectativas de César e Silvana sobre a contratação de uma babá e sua preocupação com o que no Brasil era referido como "terceirização" ("outsourcing"), um termo popular da psicologia usado em referência ao deslocamento da parentalidade ou ao cuidado das crianças pelas babás (Sgarioni, 2014). Silvana mencionou que ela e César asseguraram-se de que a babá que eles contratariam não fosse uma enfermeira, porque "Nós não queríamos ninguém mandando na gente...‘tem que lavar a mão! Tem que botar álcool! Tire os sapatos!’" Por fim, eles escolheram uma babá que "faria o que eles queriam que ela fizesse, não o que ela queria fazer"¹³¹. Como eu conhecia Silvana bem o suficiente

¹³¹ Em 1930, Cassilda Martins escreveu um artigo que se opunha à ideia de enviar mulheres jovens de classe baixa a cursos especiais de economia doméstica a fim de que fossem treinadas para o serviço doméstico ("A crise do lar", *Schola* 1: 5, June 1930: 147-54). O

para saber que ela se considerava politicamente "progressista", atenciosa e bastante diplomática, eu fiquei um pouco surpresa com a contundência de seu tom. Perguntei sobre suas expectativas e preocupações e ela explicou:

(A babá que morava com eles) ficou com a gente até o Eduardo completar dez anos. Então, o Eduardo estava ficando com vergonha de andar com a babá. Ela tem um monte de fotos dele. (Falava) "Esse é meu filho". Aí eu ficava louca quando chamava de meu filho. Eu falava: "Não, o filho é meu. O meu filho é meu!! Entendeu?" Mas dá um ciúme, né? Eu já passei por essa fase e tudo... Em algum momento, eu consegui reformular. "Eu vou permitir que meu filho ame outra pessoa. Um dia vai até casar com outra, né?" A gente já tem que começar a desapegar, porque, às vezes, têm algumas mães que chegam e a criança não quer a mãe, quer a baba pra dormir... Isso nunca aconteceu comigo, eu ia ter um troço, né? Ia ter que me cuidar muito, fazer muita análise pra resolver isso!

Embora as preocupações de Laura não tenham sido tão psicologicamente complexas como as articuladas por Silvana, elas ainda compartilhavam uma ansiedade comum sobre um poder emocional projetado sobre as babás; e como as babás poderiam presumivelmente "cooptar" o amor materno por assumir cuidados específicos. Os pais da elite, e especialmente as mães, decidiam quais tarefas parentais eram mais cruciais para a "boa parentalidade" e quais eram menos, dependendo de seus próprios horários, preferências e temperamentos. Mais importante: eles não só delegavam essas tarefas "menores" para as babás, mas, na verdade, também transformavam essas tarefas em critérios de avaliação das competências parentais das babás com relação aos próprios filhos. De modo mais geral, essa ética dos pais da elite destacava as "deficiências" parentais dos outros, frequentemente das mulheres pobres da classe trabalhadora. No caso de Laura, ela prontamente atribuía qualquer obstáculo de vida enfrentado pelos filhos de Tula, adultos de pele escura e da classe operária, como "limitações" da própria Tula – a falta de presença "hands on" como

perigo, de acordo com Martins, era que os empregados bem treinados poderiam "sobrecarregar" seus patrões com "superioridade técnica e profissional e demandas de aumento salariais". Se as empregadas, em vez de donas de casa, se tornassem especialistas na arte dos afazeres domésticos, as donas de casa não seriam responsáveis pelas [suas] casas "(em Owensby 1999: 108).

mãe. Controlar a dinâmica emocional entre as babás e seus encarregados era parte da ética da elite de ser (seletivamente) presente; essas formas de controle sociopsicológicas estavam intrincadas à forma como as preocupações com soberania e parentalidade intensiva eram mantidas.

A maioria dos pais em El Condado assumia que "la señora que limpia" (a senhora que limpa) exercia ocasionalmente a função de babá. Prefaciando o seu comentário com "talvez isso soe esnobe, mas..." Maribel, a mulher que lamentava a falta de uma "Mary Poppins" e o fato de, "em Porto Rico, a coisa de babá não ser bem organizada". Quando eu perguntei o que ela queria dizer com aquilo, ela explicou: "As únicas pessoas disponíveis para cuidar das crianças são as mesmas (baixando a voz, para que a senhora da limpeza não ouvisse) senhoras dominicanas que limpam as casas. Às vezes, elas estão aqui ilegalmente, têm uma educação de quarta série, sabe? (...) eu não posso deixar os meus filhos falarem 'disque' ou 'estábanos'". Entre a elite de El Condado, "dominicana" era quase sinônimo de trabalhador doméstico, cuidador de idosos e babá. No entanto, muitos pais mencionaram que, se eles pudessem escolher, eles preferiam ter uma babá que não fosse dominicana. Colombiana e peruana foram mencionadas como nacionalidades preferidas, porque essas outras mulheres migrantes tinham, presumivelmente, "níveis educacionais mais elevados", "um sotaque melhor", "falavam melhor – o espanhol", eram "mais respeitadas", ou "tinham boas maneiras". No Brasil, por outro lado, os pais afirmaram preferir babás que fossem do nordeste, em vez de babás nascidas no Rio. Esses pais alegaram que as nordestinas eram "mais calmas", tinham "menos conexões com as comunidades pobres da região", eram "menos amarradas por problemas familiares" e "não falavam como carioca de comunidade" ou o "português da favela". Os pais avaliavam as "disposições" culturais das babás em termos raciais e de classe (e até regionais) de forma tal que tentavam construir uma cosmologia dos pobres, uma visão ideológica do mundo das populações "marginais" que transcendia a questão das

habilidades requeridas para o cuidado de crianças. Essa cosmologia era usada pelos pais para justificar seu interesse no uso de vigilância, tanto policial quanto tecnológica (uso de câmeras escondidas nas casas, monitoramento pela internet, etc.). Alejandra Rodríguez Emma, Maru Ramírez de Arellano e Laura Gómez Ayala, três mães porto-riquenhas, se conheciam da escola privada de seus filhos e da liga de vôlei de pais. Em três conversas separadas com as mesmas, notei como uma estigmatizada dominicalidade era filtrada através de uma linguagem que fazia alusão às exigências da parentalidade soberana. A percebida "corrupção" linguística representada pelas dominicanas no já estigmatizado "espanhol porto-riquenho" destacava o seguinte:

Alejandra (psicóloga clínica; dona de casa): As pessoas realmente preferem babás que não sejam dominicanas (AY: por que isso?) Por causa do espanhol, da má pronúncia das palavras, da dicção. A maneira como elas falam e também porque elas são mal educadas (mal acostumbradas). Infelizmente, essas mulheres não têm educação; e se fosse somente para a limpeza, tudo bem, mas para cuidar das crianças?"

Laura (instrutora de Yoga, blogger): "Um amigo, cujo filho é aluno do Saint John's (uma escola particular onde o Inglês é a principal língua de instrução) me disse que agora mesmo as crianças falantes nativas do espanhol estão falando mais Inglês, porque elas associam o idioma espanhol com sendo dominicano."

Embora as dominicanas, em El Condado, e as nordestinas, em Ipanema, compartilhassem a posição comum de "outro racializado" ou "etno-racial", havia questões críticas que rompiam com essa implícita comparação de dominicana/porto-riquenho de Porto Rico versus zona sul/nordeste do Brasil. Em El Condado, as perspectivas sobre o trabalho doméstico eram imbuídas de um marcante nativismo anti-dominicano e nacionalismo cultural porto-riquenho, em que frequentes comentários provocadores sobre o status inferior do "espanhol porto-riquenho", em uma hierarquia mais ampla da língua na América Latina (Urciuoli 1991), exigiam da elite porto-riquenha uma quase "compensação" com um

espanhol muito cuidadosamente articulado, como forma de contestar o estereótipo global. Em Ipanema, os pais preferiam as babás nordestinas às babás cariocas, porque aquelas eram vistas como mais "dóceis", mais educadas e menos envolvidas na "cultura de favela" do Rio. Em El Condado, os pais porto-riquenhos, muitas vezes, acreditavam que a homogeneizada "comunidade Dominicana" – da qual as babás e as empregadas domésticas faziam parte – comprometiam os objetivos pedagógicos e de socialização que eles almejavam para os seus filhos, bem como a integridade nacional do "seu" país (branco, elite) e idioma.

Apenas dois pais porto-riquenhos usaram a narrativa "como se fosse da família" para descrever sua relação com as babás dominicanas, uma frase que praticamente todos os pais de Ipanema utilizaram em algum momento; em ambos os casos, eram mães porto-riquenhas divorciadas e a trabalhadora dominicana tinha efetivamente se tornado um substituto para o pai ausente, bem como uma terapeuta pessoal e confidente da família pós-divórcio. No Brasil, a narrativa "como se fosse da família" era muito comum, apesar de ter sido usada em referência a trabalhadoras domésticas específicas ou babás, com base no período de tempo que esta servia a família ou o nível de intensidade da relação entre a empregada doméstica e os empregadores (por exemplo, as que moram na casa dos patrões versus as mensalistas). Enquanto, em Ipanema, os pais de elite abordaram raça e classe mediante a afirmação de uma "autenticidade afetiva" entre eles e seus empregados domésticos ou babás, os pais de El Condado se viam como fundamentais para a afirmação de uma competência linguística – e superioridade vis-à-vis do espanhol dominicano – destinadas a contrariar as perspectivas mais globais sobre os estereótipos, de longa data, acerca da "cultura de pobreza" porto-riquenha no contexto colonial dos Estados Unidos, e muitas vezes implantados vis-à-vis do assim chamado "mau espanhol" dos porto-riquenhos. (Lewis 1969/1982 ; cf. Urciuoli 1991).

Em El Condado, os imigrantes dominicanos representavam um "aprendizado" de como os pais da elite desenvolviam projetos a fim de ensinar aos seus filhos respeito, compaixão e gratidão; os pais desejavam que seus filhos não se relacionassem tanto com a empregada doméstica enquanto indivíduos, mas que as vissem em termos mais globais, como símbolos de países, “como a República Dominicana”, e comunidades “menos privilegiadas.” A elite porto-riquenha empenhava-se em visualizar Porto Rico como um país mais cosmopolita e moderno, comparado com a República Dominicana, um país que eles consideravam mais pobre e atrasado. Curiosamente, as conversas sobre os “menos privilegiados” e os aspectos “anti-modernos” atribuídos à República Dominicana (e ao nordeste brasileiro), aconteciam sem a necessidade da presença física da babá, ou quando a babá era invisível como pessoa. Os momentos pedagógicos associados com parentalidade soberana, incluindo como os pais falavam com seus filhos sobre a “pobreza” e o privilégio, eram muito comuns entre os pais de Ipanema e de El Condado, mesmo quando a materialidade do corpo da babá – e a sua humanidade – permanecia incompleta e a sua existência como pessoa (“personhood”) era negada.

“Como se fosse da família” ou “La criada malcriada”¹³²: Uma produção da elite sobre a agência dos subalternos

Como muitos moradores de Ipanema comentaram durante o meu trabalho de campo, as relações em Ipanema eram construídas na "informalidade", uma certa troca ocasional de cordialidades, de "planos" de encontros evasivos, uma maneira um tanto superficial de estar no mundo da

¹³² Traduzido literalmente como "a empregada mal-educada", "La Criada malcriada" é o título de uma comédia popular de TV, com produção inicial na década de 1960, que foi transmitida em Porto Rico por quase duas décadas. A renomada atriz Velda González interpretava "Azucena", uma empregada mal-humorada que não tinha educação formal e boas maneiras, mas era "esperta" e acabava fazendo tudo a sua maneira. A personagem é considerada por muitos como um ícone da TV porto-riquenha e da cultura popular.

vizinhança. Alguns pais de Ipanema destacaram alguns aspectos positivos dessa "informalidade": o fato das pessoas serem "tranquilas", "casuais" e "descontraídas", "o foco está no conforto, não na pretensão," e "as pessoas sequer sabem o sobrenome umas das outras". No entanto, alguns pais menos estabelecidos culpavam essa cultivada informalidade pela inabilidade de construir relacionamentos baseados nos bairros, que não fossem circunscritos a um particular e, muitas vezes, "superficial", compartimento da vida (por exemplo, amigos de praia, amigos pais da escola, amigos da academia de ginástica, amigos do trabalho). Muitos concordavam que faltava "profundidade" e "compromisso" nesses relacionamentos. De fato, os discursos da parentalidade soberana em Ipanema frequentemente acusavam essa cultivada informalidade por outro aspecto "disfuncional" da burocracia do governo local e federal: o clientelismo, que eles associavam à sociedade brasileira; e a incapacidade do país de se tornar plenamente um poder político na escala global.

Na vinheta do Mil Frutas, citado na introdução deste artigo, a autorrepresentação pública de Cláudia foi emblemática nessa cultivada informalidade, particularmente na relação com Leandra e o manobrista do estacionamento. Em primeiro lugar, meio de brincadeira, Cláudia comentou que ela era uma boa "patroa", uma palavra que ela efetivamente utilizou no intercâmbio com os funcionários do Mil Frutas. Ela estava não somente convidando, mas até mesmo persuadindo Leandra (e mais tarde o manobrista do estacionamento) a participar da experiência na sorveteria com ela e com sua filha e, ainda mais importante, ela estava publicamente dando conselhos amorosos a Leandra. Descobri mais tarde que Cláudia era divorciada e Leandra tinha se tornado sua "confidente" no mundo dos encontros e relacionamentos amorosos. Isso acontecia não porque Cláudia ou Leandra não tivessem amigos de sua condição social; na verdade, ambas as mulheres eram membros benquistos de suas respectivas comunidades socioeconômicas. Enquanto elas viam esses outros amigos em termos de

concorrência e performance, nenhuma delas tinha que "competir" com a outra ou "agir" com gentilezas uma com a outra. Para Cláudia, a relação com Leandra oferecia um "sair" momentaneamente das rígidas convenções sociais, que eram em si um reflexo de seu sustentado privilégio racial e social. Em seu relacionamento com Leandra, Cláudia realmente podia ir além da "superficialidade", que a maioria dos meus entrevistados de Ipanema atribuíam às relações sociais no bairro.

Cláudia tinha o poder de orquestrar como o privilégio seria exibido e promulgado no espaço da sorveteria, incitando alguns a tomar um sorvete (Leandra), outros a provar vários sabores (manobrista do estacionamento) e ainda outros (os funcionários da sorveteria) a tratarem as pessoas como "clientes". A distinção entre ser e não ser um cliente era indicativo das múltiplas performatividade de classe e reconhecimentos afetivos. Em circunstâncias normais (isto é, se o homem não tivesse sido convidado a se aproximar do balcão da sorveteria por esta mulher branca e obviamente rica), o status do trabalhador de pele escura como um cliente poderia ter sido questionado. Ao contrário, o manobrista do estacionamento foi promovido não apenas a um tipo de cliente que tinha que simplesmente pedir um sabor para mostrar que estava empenhado em comprar o sorvete; ele tinha de fato se tornado um "daqueles clientes" que podiam dispor de seu tempo (e do tempo dos funcionários da sorveteria) para degustação de muitos sabores antes de decidir sobre um (muito caro) deleite. Implementando essa "informalidade cultivada" ipanemense, Cláudia e outros moradores do bairro de elite dirigiam-se aos subordinados e prestadores de serviços como fazem com seus próprios "amigos". Dominar essa "informalidade cultivada" era um sinal claro da facilidade do branco de classe alta, o que não impedia estes pais de se deslocarem do modo da informalidade e dar ordens firmes quando necessário. Nenhum dos pais que haviam crescido em famílias de classe alta e classe média de Ipanema, como era o caso de Cláudia, expressava qualquer ambivalência sobre dar ordens e fazer pedidos, às vezes com firmeza, às suas empregadas ou babás, mesmo

que cultivassem uma certa informalidade com as mesmas; na verdade, eles viam isso como o que era esperado de pais presentes (“hands-on”).

Na cena social no Mil Frutas, Claudia também estava socializando sua filha com uma característica particular da elite branca privilegiada: a capacidade de falar com aqueles que estão acima e, principalmente, com os que estão abaixo, de modo que a posição na hierarquia social nunca fosse realmente questionada; e de estabelecer um dominante senso de facilidade social em diferentes contextos. No caso de Cláudia, a intenção crítica em sua informalidade era que Leandra desenvolvesse e expressasse um envolvimento emocional genuíno por ela e por sua filha. Os trabalhadores, por sua vez, precisavam avaliar, intuitivamente, quando expor ou não as suas intimidades e emoções, saber quando ser discretos sobre desejos, aspirações e expectativas pessoais e, simultaneamente, estar conscientes das necessidades pessoais e emocionais de seus empregadores.

Os pais de Ipanema, que valorizavam muito a sua autorrepresentação como progressistas, não esperavam ou até mesmo não gostavam da "obediência incondicional" de suas empregadas ou babás; em vez disso, eles tinham como objetivo cultivar a "lealdade incondicional", a “confiança” e a "gratidão" como condições essenciais das relações de trabalho. Talvez, ao contrário das gerações anteriores, os pais de Ipanema que entrevistei, mesmo aqueles que haviam crescido com trabalhadores domésticos em suas residências, pareciam bastante desconfortáveis com as explícitas interações "subservientes", que faziam com que a desigualdade social entre eles e "seus" empregados se tornassem super evidente. Muitos desses pais, de fato, ressaltaram como eles não requeriam que suas babás usassem uniforme, algo associado com uma elite mais conservadora, ou racionalizavam porque os uniformes eram necessários, mas minimizavam qualquer aspecto elitista desse costume.

Embora essa "cultivada informalidade" parecesse muito particular de Ipanema, em El Condado, eu testemunhei uma forma de interação que era

algo equivalente e central do caráter parental da autorrepresentação progressista: a ênfase na autonomia ("agencia") do subordinado. Os pais residentes em El Condado frequentemente comentavam, com irônico orgulho, como "seus" trabalhadores domésticos e babás sempre "falavam pelas costas", "desafiavam as suas instruções", e "sentiam-se confortáveis" em ser "explosivos" em sua presença. Camila Sandoval, proprietária de uma boutique e moradora de El Condado, estava divorciada havia alguns anos do pai de sua filha adolescente quando a conheci. Ela relatou como havia se ajustado para ser uma mãe solteira e o papel fundamental que Edelma, "a señora dominicana", tinha desempenhado, não só em termos de ajudar nos cuidados das tarefas cotidianas práticas – como a limpeza ou pegar sua filha na escola – mas também fornecendo "terapia" para ambas, Camila e sua filha, durante o momento difícil após o divórcio:

"Eu dava a Edelma instruções sobre o que eu queria que ela fizesse com a minha filha, mas ela limpava o rabo com metade das instruções (ri). Porque ela é um personagem. Para mim, o mais importante era que a minha filha tivesse refeições balanceadas, não xingasse e que Edelma mantivesse a calma durante uma crise. Mas ela tinha uma tendência a ficar histérica de qualquer maneira! Ela se tornou a minha mão direita, minha terapeuta e meu apoio emocional. Ela tinha uma perspectiva diferente sobre relacionamentos. Para ela, homem não era confiável; e tudo baseado em sua experiência".

A tendência de Edelma de "ser ela mesma" e desafiar as instruções do empregador, ao contrário de ser vista como uma forma negativa de insubordinação, era, de fato, apreciada pela maioria dos pais de El Condado que eu conheci. De certa forma, esta era uma versão da narrativa "como se fosse da família", mas com diferenças específicas e importantes. Em primeiro lugar – e isso era particularmente o caso dos pais divorciados ou solteiros – havia um investimento em ver "família" quanto liberdade de "agir de maneira agradável", de acordo com as convenções sociais. Em segundo lugar, esses pais – independente de seu estado civil – consideravam sua linguagem terapêutica e conversas (sobre relacionamentos, resolução de conflitos, práticas parentais) como a evidência de tratamento justo aos

"seus" trabalhadores domésticos. Se eles se engajassem em teorias populares de relacionamentos românticos ou conversas psicológicas com os subordinados, isso significava que a elite tinha facilidade social e competência para se relacionar com as diferentes raças e classes sociais; que tinha um senso de justiça e igualdade e que era capaz de diluir hierarquias em favor das interações familiares. Os exemplos do relacionamento de Cláudia com Leandra e do relacionamento de Camila com Edelma eram específicos da condição de mulheres divorciadas no "mundo dos encontros amorosos" e eram fortemente condicionados a uma linguagem psicológica de especialistas em relacionamentos. Entretanto, eu também encontrei vários casos de casais, e mesmo de pais divorciados, envolvidos na "cultivada informalidade" de Ipanema e na perspectiva "criada malcriada" de El Condado. Ao fim, as duas abordagens afetivas tentavam projetar "agência" ou "autonomia" sobre as populações subordinadas a fim de enfraquecer a base desigual inerente à relação.

A relação que Carolina Igel Botelho, uma mãe de Ipanema envolvida em apresentação de teatro e atividades ao ar livre para as famílias da área, tinha com a sua empregada doméstica e babá revelava a intensidade dessas formas de proximidade emocional em condições de profunda desigualdade social. Quando Carolina e eu nos encontramos para almoçar, numa tarde de julho de 2015, a primeira coisa que ela me disse foi que ela havia "adotado" a segunda filha de Rafaela, uma diarista que vivia no Cantagalo e tinha trabalhado para os sogros de Carolina por quase duas décadas. Carolina sempre enviava *e-cards* de "Feliz Natal", com uma fotografia dela, suas filhas biológicas, Larissa e Renata; e de Rafaela e as duas filhas. Carolina tinha convencido Rafaela a permitir que suas filhas se mudassem para sua casa, assim como havia conseguido bolsas de estudos para que as duas frequentassem uma escola privada católica em Ipanema. Muitos pais do bairro conheciam Rafaela, moradora do Cantagalo, porque Carolina levava as filhas de Rafaela sempre que encontrava com outros pais e seus filhos em

um parque à beira-mar em Ipanema. (Cf. Romero). Para alguns desses pais, Rafaela representava o mais próximo, a janela mais íntima do mundo das suas próprias empregadas e babás.

A intensa ligação familiar de Carolina com Rafaela coexistia com sua patologização da vida e da forma de parentalidade de Rafaela. Muitas vezes, Carolina atribuía a "patologia" de Rafaela à região ("sendo de Pernambuco, vivendo em Cantagalo"), à religião (conservadora, Testemunha de Jeová), a fatores psicológicos ("ter sido abusada", ter muitos medos do que transmitiria para as filhas, ser "teimosa", "não saber como as coisas funcionam") e também a fatores morais ("quatro filhos, cada um de um pai diferente", "tendo deixado uma criança para trás em Pernambuco"). Essas narrativas íntimas-ainda-patológicas haviam se tornado de conhecimento público entre as famílias de Ipanema com quem Carolina passava a maior parte do tempo. Para as trabalhadoras domésticas com filhos, ser uma boa mãe significava prover financeiramente seus filhos; no entanto, para os empregadores que as contratavam "deixar as crianças para um trabalho" era considerado coisa de "maus pais". Na realidade, a utilização de tais argumentos confirmavam, em sua opinião, os argumentos da "cultura da pobreza" que eles associavam às "dominicanas", em El Condado, ou às "nordestinas", em Ipanema, ou aos pobres e negros de modo mais geral.

Invisibilidade e Hipervisibilidade: narrativas raciais, geopolíticas regionais

Em Ipanema, eu estava particularmente impressionada com a simultânea hipervisibilidade das babás uniformizadas e sua aparente invisibilidade social. Essas formas simultânea de invisibilidade e hipervisibilidade dos subordinados eram comuns para a produção de um afeto distintivo da elite, particularmente da elite branca latino-americana, de certa forma comum à parentalidade afluente. A hipervisibilidade social e

invisibilidade das babás impossibilitavam a humanidade desses trabalhadores (por exemplo, eles não podiam cometer erros humanos sem consequências graves), e eram uma característica comum dos "nódulos urbanos centrados na criança" em Ipanema. Quando eu falava com os pais sobre sua parentalidade, em entrevistas ou casualmente, geralmente não havia nenhuma menção a babá; a tal ponto que eu ficava surpresa em ouvir, eventualmente que sim, eles contratavam uma babá. Eles não estavam tentando esconder a babá (nenhum estigma em ter uma babá, muito pelo contrário), mas simplesmente não parecia ocorrer a eles que as babás tinham impacto sobre como eles, como pais, se relacionavam com os seus filhos. No entanto, esse era um exemplo de como a brancura operava afetivamente; havia uma forma de afeto racial que ditava quem era visível e quando.

As formas de invisibilidade e hipervisibilidade adquiriam significados quando as rotinas estabelecidas com as babás eram interrompidas ou nas situações em que os empregadores agiam sob a suposição de que o empregado estava a um passo de se transformar do confiável "como se fosse da família" ao "ladrão e ameaça".

Enquanto cuidados infantis de qualidade são sem dúvida as principais preocupações dos pais em todo o mundo, entre os pais de Ipanema que conheci, ter ou não uma babá de confiança, muitas vezes, determinava decisões importantes da vida – desde a própria decisão de ter um filho ao calendário de tratamentos de fertilização *in vitro*, ao setor imobiliário ou às escolhas de uma cirurgia estética¹³³. Vera e Thiago haviam decidido não ter

¹³³ Em "Os Lugares das empregadas domésticas," Juliana Margarita Teixeira et. al (2015) mostra como as trabalhadoras domésticas brasileiras que eles entrevistaram em Belo Horizonte, algumas das quais tinham sido retiradas de suas casas quando crianças e levadas para morar e trabalhar como empregadas nas casas de famílias ricas, exemplificavam um código moral dominante entre "criadas" e "patrões" que remonta da virada do século XX no Brasil. Esperava-se que os empregadores fornecessem proteção, alimentação, habitação e vestuário, em troca de obediência e lealdade da Criada (Bernardino-Costa 2007: 2; Teixeira et al 2015: 172). Segundo as entrevistas de Teixeira et al (2015), os aspectos não materiais, como afeto, tendiam a complicar as avaliações de quem era um "bom empregador"; essas avaliações eram muitas vezes fruto da percepção da empregada de que ela não estava sendo

um segundo filho exatamente devido a "questão da babá": "Uma das questões de não ter outro filho é ter que depender de uma empregada para isso. Eu me sinto culpada, porque o Felipe chora pra ter um irmão. Mas é uma relação (empregador-babá) muito desgastante. Eu acho que é pior do que casamento. Eu conheço algumas famílias que construíram uma relação bonita, de várias gerações, com a babá. Situações em que a família acaba cuidando da babá na velhice, compram casa pra ela. Infelizmente, as leis trabalhistas atuais mudaram essa dinâmica. Agora as babás estão sendo tratadas como um empregado de uma empresa. A família é tratada como uma empresa". Embora Vera seja um dos poucos residentes de classe média-alta de Ipanema que tinham crescido em uma comunidade da classe baixa trabalhadora – e tenha experimentado uma tremenda mobilidade social – ela utilizava discursos meritocráticos de "trabalho duro" e "sacrifício pessoal" para explicar sua mobilidade e expressava profundo desacordo com os programas de bem-estar social do PT. Vera também foi uma das muitas mulheres brasileiras que afirmou que "empregada mantém o matrimônio, o casal", parcialmente brincando: "Eu estava dizendo pro Thiago: 'Bom, se a gente dispensa ela, como vamos dividir o trabalho (de casa)?' Eu não sou iludida de pensar que porque nós decidimos dispensar a empregada o Thiago vai de repente me ajudar em casa. Empregada mantém o matrimônio, o casal"¹³⁴.

Nesse dia em particular, Vera se sentia traída por Juju, uma empregada doméstica que também servia como babá ocasional para Felipe.

"tratada como empregada", mas como um membro da família ou uma amiga dos patrões. Assim, o afeto, embora não fosse algo inerentemente negativo nas relações entre empregador e empregado, muitas vezes, condicionava a possibilidade de exigência de direitos trabalhistas das empregadas domésticas (Teixeira et al 2015: 173).

¹³⁴ Enquanto muitos dos pais que conheci, tanto no Brasil quanto em Porto Rico, exerciam trabalho remunerado fora de casa – e eram, muitas vezes, o único ou o principal "ganha-pão" na casa – eles não eram obrigados a interagir com os adultos cuidadores, fossem esses pagos ou mesmo não pagos – como babás ou avós – na coordenação dos cuidados das crianças, tanto quanto as mães. Estas divisões de trabalho de gênero têm sido amplamente estudadas. (Hochschild e Machung 2012).

Ela suspeitava que Juju tinha roubado a sua idosa mãe. Com 8 anos de idade, Felipe estava perto o suficiente para ouvir nossa conversa; Vera de repente mudou de português a um inglês com um sotaque fortemente carregado, para que Felipe não a entendesse. Ela explicou que tinha notado várias vezes o desaparecimento de dinheiro da bolsa de sua mãe e fez algumas ligações entre o dinheiro desaparecido, as datas específicas e Juju. Ainda visivelmente chateada, Vera afirmou:

Nós nunca a tratamos como uma empregada. Algumas pessoas, como a própria família do Thiago, lidam com estas situações muito racionalmente, como se fosse apenas uma transação de serviço. Mas eu não posso deixar de me envolver. Eu queria falar com ela, mas o Thiago acha que ela vai negar a coisa toda. Ela vive em uma favela (slang sic) e ela sabe onde a gente vive. Eu perdi o sono por causa disso. Ela ama o Felipe. Eu comecei a imaginar: ‘E se ela sequestrar o Felipe?’

Em muitos casos, o contato cotidiano mais próximo que os pais de classe alta e média-alta tinham com pessoas fora de seu grupo social era, de fato, com suas empregadas; para muitos deles, a vida das suas empregadas eram consideradas uma maneira de “olhar” (ou até “pesquisar”) a favela em sua própria casa e que também contribuía nas relações emocionais intensas e nos vínculos afetivos.

Em um belíssimo dia em Ipanema, enquanto nós colocávamos nossas cangas nas cadeiras de praia, Beatriz Pissollo Itamar, uma paulistana e mãe solteira por opção, me disse que, depois de várias entrevistas, tinha finalmente contratado uma empregada para cuidar de seu apartamento, seu filho e seu pai de 85 anos. Quando perguntei o que ela sabia sobre a trabalhadora doméstica, ela prontamente respondeu:

Eu sei muito mais do que gostaria de saber; e são só duas semanas! (risos). Eu sei que ela estava num relacionamento abusivo, que ela conseguiu escapar com sua filha. Agora, ela vive com uma tia, a quatro horas de distância. Quando ela dorme aqui, sua filha fica com sua irmã e outra mulher que cuida das crianças da comunidade... Outro dia, ela chegou aqui e começou a contar uma história com ‘Bom, eu preciso te falar uma coisa, de mulher pra mulher...lá, lá, lá, lá’. Eu comecei um tipo de relação para que ela se sentisse à vontade... E agora ela se sente super à vontade! Estou preparada toda segunda, quando ele chega com uma explosão de informações, depois do fim de semana.

A maioria dos pais que entrevistei acreditava que eles sabiam muito – até “mais do que (elas) gostariam que eles soubessem!” – sobre a vida pessoal, a rotina e as dificuldades de suas babás. Uma coisa que eu descobri, no entanto, foi que o interesse na vida pessoal da babá era frequentemente uma estratégia para ter uma noção das informações trocadas entre a empregada e os outros membros da família que ela estava encarregada de cuidar.

As trabalhadoras domésticas eram portadoras de tremendo poder emocional na relação patroa/empregada e, simultaneamente, a personificação da desconfiança, desonestidade e de traços pessoais indesejáveis (principalmente, embora não exclusivamente, no campo da linguagem). Elas podiam produzir tanto um tremendo transtorno emocional quanto uma confusão cotidiana nos empregadores. Foi precisamente nesta coprodução de desconfiança e apego que as disposições afetivas da elite e do privilégio racial tornavam-se mais evidentes na parentalidade soberana.

Em El Condado, a racialização dos trabalhadores domésticos acontecia através de uma equivalência entre "trabalho doméstico" e "mulheres imigrantes dominicanas"; em Ipanema, essa racialização era destacada por projeções nas "diferenças" regionais, na demografia do Brasil que atribuíam certa "passividade", "respeito", "maleabilidade" e "singularidade" às mulheres migrantes dos estados do nordeste brasileiro. Historicamente, no Brasil, as classes privilegiadas conseguem convencer-se de que o seu patronato é mais saudável para seus funcionários do que as vidas disponíveis para eles “do lado de fora” (Goldstein 2013: 89; Freyre 1933). Em Ipanema, a empregada era apresentada como evidência de como intimidade e emoção atenuavam a desigualdade social (cf. Pinho 2015: 113); em El Condado, onde trabalhadores domésticos que moravam no emprego eram raros, a função do trabalhador era diferente – era uma maneira de impor limites raciais e nacionais percebidos através dos discursos da diferença (na educação, língua, valores morais etc). No entanto,

em ambos os bairros, a humanidade dos trabalhadores domésticos era precária e enquadrada em uma linha fina entre hipervisibilidade e invisibilidade; a aspiração cautelosa de plena confiança e o medo permanente de traição imperdoável.¹³⁵

Os pais que empregavam babás em El Condado, mas especialmente em Ipanema, por vezes permitiam que essas formas de "felicidade" e até mesmo "otimismo cruel", criassem a possibilidade, e às vezes transformasse essa possibilidade na realidade de "como se fosse da família."¹³⁶ No

¹³⁵ Em "Eu sou os olhos dela": As babás nas imagens, na praça ou uma etnografia do olhar (2015), Liane Silveira inicia seu estudo etnográfico sobre Babas em várias Praças da Zona Sul (incluindo Nossa Senhora da Paz, a principal praça de Ipanema) com a pergunta: "Quem, entre nós, foi criada exclusivamente pelos pais?" O "nós" nesta questão é, obviamente, um fragmento das classes média e alta brasileira, incluindo os acadêmicos que parecem ser o público de seu artigo, e que talvez compartilhem de seu interesse em compreender a vida "do estranho mais familiar, o estrangeiro mais íntima numa casa: a babá" Outros intelectuais brasileiros de destaque, como Gilberto Velho (2012), também exploraram suas próprias reflexões e recolhimento sobre experiências pessoais com as suas empregadas e babás, como ponto de partida para análises mais sociológicas. Silveira também observa que, quando uma babá sabe que seu empregador a confia coisas de sua vida particular, das quais não compartilhar com mais ninguém, existe o elemento de "culpa do saber", a licença e a expectativa de manter sigilo atribuído a certas profissões (por exemplo, polícia, advogado, conselheiro).

¹³⁶ Sara Ahmed (2010) examina "como [os hábitos diários de felicidade] envolvem maneiras de pensar que modelam a coerência do mundo " (2010: 15). Para Ahmed, A felicidade é uma forma de construção do mundo e uma tecnologia política que produz normas sociais. Sua abordagem sobre a felicidade possibilita que os etnógrafos examinem como as pessoas perseguem e interpretam a felicidade, bem como usam a felicidade para justificar as representações ideológicas, distrair e minimizar desigualdades em contextos específicos. Por exemplo, o conceito de família é muitas vezes um objeto antecipado de felicidade - e uma promessa afetivamente enraizada. Esta família como o principal objeto feliz empresta o efeito positivo aos objetos e aos contextos em torno dele, como os espaços da vizinhança e a relação entre os indivíduos que participam da família e do trabalho familiar, embora sejam, frequentemente, de posições social e racial radicalmente diferentes. Esta é também uma visão da felicidade como um lugar de investimento ideológico para legitimar agendas políticas, sociais e econômicas mais amplas. Essa noção de felicidade é uma tecnologia governante que oferece "terapia" `as populações mais marginalizadas, para "curar" e integrar aqueles que foram deslocados e empobrecidos pela privatização da economia de mercado. Lauren Berlant (2008, 2011) usa a noção de otimismo cruel para discutir o afeto e as fantasias inconscientes em relação às ideologias da "boa vida" na bolha econômica do pós-guerra nos Estados Unidos. Ela afirma que, "o otimismo cruel é a condição para manter o apego a um objeto problemático" (Berlant 2008: 33 ênfase no original). Esses objetos problemáticos - encarnados num conjunto de promessas - sustentam e destroem as pessoas. Para Berlant, o otimismo cruel reside na sua sincronidade. O otimismo persiste, mesmo cruel, porque a perda da promessa do objeto carrega a ameaça de desestabilizar inteiramente a esperança.

entanto, essa promessa afetiva não era totalmente realizada ou realizável, precisamente devido aos implícitos requisitos aos trabalhadores domésticos, particularmente babás – ou àqueles que cuidavam das crianças como parte de suas tarefas diárias – de navegarem em uma linha firme de invisibilidade/hipervisibilidade. Embora as questões dos uniformes brancos e câmeras de vigilância fossem, talvez, as formas mais explícitas de tornar um empregado hipervisível, havia outras expectativas relacionais que condicionavam essa hipervisibilidade. A exigência de invisibilidade era mais fortemente observada na forma como os pais de Ipanema e El Condado percebiam o papel das babás no enquadramento das suas próprias identidades parentais, bem como na sua noção de “limitações” educativas e linguísticas das babás.

A maneira interessante em que estas avaliações de hipervisibilidade/invisibilidade do trabalho doméstico eram articuladas em Ipanema, de forma que outros corpos negros (de indivíduos das comunidades ou os sem-teto) não eram, envolvia uma implementação bastante incomum de perspectivas históricas sobre a escravidão. Ela explicou: “Por causa da Ditadura, não tem ninguém de direita, ninguém se diz conservador. ‘Eu, conservador? Nunca!’. No Chile, que também viveu uma ditadura, eu sei que as pessoas dizem ‘Eu sou conservadora. Eu sou de direita’; mas não aqui, porque no Brasil não se fala disso. E ainda, mantemos uma sociedade em que as empregadas domésticas são escravas contemporâneas”. A ironia da observação de Paula, enquanto residente de Ipanema, branca de classe alta, é que ela estava reproduzindo uma linguagem progressista de raça que ela não reivindicava existir. Na realidade, como personagens neoliberais, Paula exigia uma maneira particular para que "conversas difíceis" (J. Jackson) fossem circunscritas, especializadas e confinadas.

Em ambos os bairros aqui tratados, El Condado e Ipanema, os pais pareciam interessados em "criar diversidade" nos contextos educativos,

enquanto neutralizavam como a branca, a branca deles e a branca de seus filhos – bem como uma branca institucional e espacial mais ampla – eram reproduzidas nas interações diárias com as pessoas de cor, com os brancos pobres e mesmo com as babás e as empregadas domésticas. A única "diversidade" e "inclusão", o que era na verdade mérito pedagógico dos seus filhos, era a que poderia estar contida em configurações deliberadamente didático-escolares: serviço comunitário, curso voluntário.

Alguns dos pais com quem falei não sabiam fatos básicos sobre as relações raciais contemporâneas brasileiras: o fato de o Brasil ter a maior população afrodescendente no Ocidente, por exemplo, foi uma surpresa chocante para Fernando Coutinho Leite, um pai que estava entusiasmado em compartilhar esse conhecimento comigo quando soube que eu tinha interesse na questão da raça. Em agosto de 2015, eu estava jantando com Fernando e sua esposa, Gabriela Braga Vellozo, em seu apartamento, quando Fernando, de repente – e talvez em reação a várias postagens no meu *facebook* relacionadas ao movimento “Black Lives Matter” – perguntou, sem qualquer sobreaviso: "Ana, você é uma antropóloga, então você deve saber sobre os afrodescendentes no Brasil". Eu estava me perguntando sobre a que parte desse tópico ele estava se referindo; e conhecendo Fernando muito bem, eu tinha certeza que ele explicaria melhor – e foi o que ele fez. "Bem, eu vi um vídeo no *facebook* sobre o comércio de escravos e como a maioria dos escravos tinha vindo para o Brasil e para o Caribe! O Brasil tem a segunda maior população africana do mundo. Você acredita nisso?". Nesse momento, o que me parecia mais inacreditável era que uma das pessoas mais versadas, observadoras e profundamente analíticas que eu tinha encontrado durante meu trabalho de campo somente agora tinha conhecimento do que parecia ser um fato amplamente citado, mesmo nos cursos de graduação sobre estudos latino-americanos nos

Estados¹³⁷. Fernando continuou falando sobre sua recente "descoberta", quando sua esposa Gabriela juntou-se a nós:

Fernando: Ninguém aqui fala sobre isso. Eu não conheço ninguém que seja afrodescendente em meu escritório ou qualquer coisa. Não é, Gabriela?

Gabriela: Bom, dizem que eles vivem em outras áreas do Brasil...

Fernando: Mas quando eu soube disso, a segunda maior população africana aqui no Brasil, eu disse: "É claro que tem que ter cotas (universitárias)! Eles precisam aumentar as cotas! "Porque sempre acreditamos que os afrodescendentes vivem nos EUA"

Gabriela: "Esses são os americanos-africanos, os que são super discriminados".

Fernando: "Sim, mas no Brasil temos uma população africana muito maior do que nos Estados Unidos. Onde eles estão? Eles não moram aqui, nem trabalham com a gente”.

Nesse momento, eu também estava perplexa sobre como os corpos negros pareciam invisíveis para Fernando (e Gabriela), uma vez que havia muitos deles em Ipanema: as babás, os trabalhadores domésticos, os empregados de serviço de estacionamento, os guardas de segurança, os balconistas, os treinadores de futebol, os *personal trainers*, os vendedores ambulantes de praia, os homens e mulheres sem-teto e as crianças descalças nos *playgrounds* eram esmagadoramente negros. Esses indivíduos eram temas frequentes de conversas entre os pais de Ipanema, mas eles ainda não estavam inseridos nos registros raciais da elite branca a quem serviam. A

¹³⁷O Brasil importou mais escravos do que qualquer outro país; 20% das pessoas raptadas na África para serem vendidas foram trazidas para o Brasil, constituindo cerca de 5 milhões de pessoas (em comparação com as 400 mil que foram para os EUA). Quando a escravidão terminou oficialmente no Brasil, em 1888, membros da elite branca se sentiam ansiosos e ultrapassados. Era negado aos ex-escravos o direito de viver na cidade propriamente dita; esses então construíram habitações rústicas nos morros vizinhos, que alguns consideram a origem das favelas, que hoje são, ironicamente, tão essenciais para as campanhas de marketing da cidade e os cartões postais. Stephanie Nolen's Brazil's Colour Blind (The global beand mail, July 31, 2015) mostra como a história do colonialismo, escravidão e ditadura no Brasil foi seguida por uma mudança social tumultuada. Nolen descreve a descoberta do Cemitério dos Pretos Novos, no Rio em 1996, no mesmo bairro onde o Samba foi inventado. O Cemitério foi usado para enterrar cerca de 2 mil pessoas por ano, entre 1760 e 1830. Em 2015, foi implementado um projeto de US \$ 4 bilhões para "revitalização" do bairro, com a construção de imóveis comerciais, torres de condomínios e um gigante Museu do Amanhã. Não houve nenhuma solenidade para lembrar que este porto fora a capital global do comércio de seres humanos. O princípio fundador da primeira república do Brasil foi de eugenia.

brancura do bairro só era "interrompida" (antes de ser prontamente reconfigurada) em momentos de explícita tensão social, policiamento e vigilância, especialmente quando as ações das elites nesses casos eram justificadas e, até mesmo, "defendidas" em nome das crianças (da elite)". Assim, as conversas diárias sobre os sem-teto, que eram predominantemente mulheres e homens negros, coexistiam com alegações de que "não havia negros" em Ipanema, porque a produção da personalidade nesse bairro em particular era limitada aos indivíduos que podiam se envolver na "cultivada informalidade", que era claramente classista e racista. Em última análise, a (in)(hiper)visibilidade era sobre quem era registrado cognitivamente e afetivamente. O registro racial de Ipanema, por vezes, foi aludido como "brancos" versus "não-brancos", com muitos poucos momentos de reconhecimento da identificação racial do "negro" ou "preto"; as poucas referências à subordinação racial do negro aconteciam nas narrativas de servidão e de violência.

A perspectiva de Fernando era circunscrita histórica e geograficamente, de modo que a escravidão era vista como algo ligado à necessidade de cotas e até mesmo à gênese de uma dependência da elite dos trabalhadores domésticos; mas carecia de uma ligação mais direta entre as desigualdades sociais contemporâneas e as diferenças de poder. Importaneamente, Fernando e Gabriela não usaram o discurso padrão da "mistura racial"; nem a maior parte dos outros pais de Ipanema o fizeram, assim como nenhum dos pais porto-riquenhos que conheci em El Condado. Nos círculos de elite de Ipanema, parecia haver alguma fluidez entre brancos e não-brancos, mas a negritude parecia invariavelmente oculta ou codificadas em termos de crime, favelas, pobreza e uma necessidade de vigilância ou policiamento, que adquiria acompanhamento moral em referência a "proteção das crianças (da elite)". Tanto em Ipanema quanto em El Condado, havia a tendência de um falso reconhecimento segmentado, através do qual outros indicadores precisavam, de uma forma ou de outra,

estar lá para assinalar a legibilidade racial, por exemplo, maneirismo, redes sociais, associações educacionais.

Discussões em torno das famílias das babás, a maioria das quais era afro-brasileira em Ipanema, aconteciam de diversas maneiras; podiam ser discussões sobre trabalho doméstico, sobre a educação das crianças, sobre a raça, sobre a pobreza, sobre a desigualdade. E essas abordagens eram ocasionalmente utilizadas. No entanto, o que eu percebi mais frequentemente era um deslocamento real da raça nas práticas políticas, ideologias culturais, soberania e nos comentários gerais sobre quem "somos" enquanto nação ou povo. Eles faziam referências à escravidão no Brasil não como um projeto político e econômico de construção da nação, mas com um mínimo detalhe informativo necessário para criar crianças cosmopolitas, um objetivo típico da "parentalidade soberana". Nesse sentido, parentalidade soberana estava prestes a consumir certas formas de conhecimento sob expectativas de socializar as crianças para a elite do país.

Ensinar "fluência racial" era central para a forma de parentalidade soberana praticada pela elite de Ipanema. Fluência Racial (Hordge-Freeman 2015) concentra-se em como efetivamente alguém responde às percepções de raça, ou quando esta é incompleta ou falha. Isso não antecipa um resultado que é antirracista, mas pode identificar como as estratégias raciais podem intencionalmente reproduzir o racismo; considerando o domínio afetivo como crítico para transmissão, recepção e construção de processos de racialização. A maioria dos pais de Ipanema tanto minimizava quanto intelectualizava a raça, de modo que, efetivamente, minava o racismo cotidiano brasileiro em favor de discussões acadêmicas sobre a escravidão. Em El Condado, a maioria dos pais codificava a raça, de modo que a negritude fosse associada com uma classe particular e/ou a localização do migrante, o que incluía os trabalhadores dominicanos e os homens jovens porto-riquenhos de pele escura que vivem em conjuntos habitacionais nas proximidades.

Simplificando como a aprendizagem racial acontecia nas interações diárias com "seus" trabalhadores domésticos e babás, os pais de Ipanema e de El Condado frequentemente omitiam o elemento crucial do funcionamento do privilégio racial no Brasil e em Porto Rico: o poder de decidir quando e quem se torna o assunto no ensino de raça e quem se torna o aluno. Curiosamente, mesmo quando os pais reconheciam a importância global de introduzir seus filhos às formas de "diversidade" racial e de classe – por exemplo, separando brinquedos para as crianças pobres – o único envolvimento íntimo com as questões de raça e classe que testemunhei entre pais e filhos emergia de sua relação com o trabalhador doméstico ou a babá. Havia, portanto, uma disposição racial decididamente estética e sensorial do privilégio branco.

Conclusão: esperança subalterna como esquema para mediar o afeto e a desigualdade de poder

"Eu faço isso por amor", declarou firmemente Liz Silva quando lhe perguntei como ela havia se tornado uma babá. Originalmente do Ceará, no nordeste brasileiro, Liz – com pouco mais de 40 anos – vivia no Rio havia doze anos quando a conheci, em 2014. Ela trabalhou como enfermeira durante vários anos antes de decidir se tornar babá dos filhos de um diplomata brasileiro, que viviam em Paris. Uma vez no Rio, Liz começou a considerar seu trabalho como babá em termos profissionais próprios: "Eu me especializei em recém-nascidos, até um ano ou um ano e meio. Eu trabalho em contratos de 6 a 12 meses". Ter um certo "cronograma" também a permitia "controlar melhor o afeto e o apego que você desenvolve pelos bebês". Liz sempre apresentava perspectivas interessantes sobre as famílias de Ipanema que ela conhecia. Ela observou certa vez:

Hoje, os pais, os avós e as pessoas que estão ao redor competem pela atenção da criança. Ter um filho se tornou algo glamoroso, porque é tão difícil proteger eles, garantir o futuro deles (...) com as dificuldades do país. Seria tão mais simples para eles não terem (filhos), que quando eles têm, eles querem um retorno. É como um investimento. Então, existe muitos

conflitos nessa questão, principalmente entre mães e babás, e agora também com os pais. A mulher não quer se afastar de sua carreira e, então, se dá conta de que a criança dá mais atenção à babá. Porque, para a criança, a palavra mãe não tem um significado. O que tem significado é o vínculo afetivo que se desenvolve ao longo do tempo.

A gerente e os funcionários do quiosque da praia onde eu conheci Liz a consideravam uma "babá top". Em Ipanema, era necessário mais do que a superficialidade de um sorriso agradável ou ser "legal" para ser considerada uma "babá top": a babá tinha que cultivar a capacidade de sentir e refletir sobre suas próprias emoções, assim como os temores, excitações, desejos, alegria, cuidado, confiança e conforto das outras pessoas. Nesse sentido, como as outras "babás top" que conheci no quiosque da praia, perto da fronteira Leblon/Ipanema, Liz estava "trabalhando para promover em si mesma e em seus clientes uma recém expressiva ética terapêutica, em que uma variedade mais ampla de afetos – em particular aqueles associados com cuidado e empatia, sentimentos de confiança e conforto, intimidade e preocupação – (fossem) intensificados, afirmados e expressados (Hordge-Freeman 2015: 181). Ela precisava estar ciente das preocupações dos pais sobre "perder" ou "manter" algo tão imensurável, todavia essencial, como o afeto de uma criança. Ela também estava ciente das preocupações dos empregadores com o quadro nacional “mais geral”; no caso de Liz, enquanto ela muitas vezes afirmava que "agora é ótimo ser babá", em referência às leis trabalhistas do Partido dos Trabalhadores, ela tinha que reconhecer os conflituosos medos de seus empregadores, liberais-mas-anti-PT, sobre como a redução da desigualdade poderia impactar seus estilos de vida.

Em El Condado, Sofía Martínez, também estava ciente de seu status de babá "excepcional"; ela tinha pele clara, porto-riquenha e educação em desenvolvimento infantil. Na época que Sofía foi contratada como babá de Bianca, em tempo integral, a família também tinha outra trabalhadora de tempo integral, que eles chamavam de Tatá. Tatá, uma imigrante dominicana, de pele escura, na casa dos cinquenta, tinha trabalhado para a

família por quase vinte anos e tinha sido babá de Bianca quando ela era uma recém-nascida. Sofía explicou a divisão de trabalho entre ela e Tatá:

Muitas das babás em Porto Rico são mulheres dominicanas idosas. Isso não é o que esses pais (elite de El Condado) estão procurando... O vocabulário da Bianca tem piorado por causa de seu contato com a Tatá. “Díseselo”, “hubieron”... Estou sempre corrigindo ela. Eu digo para os pais que eles não podem tratar a pessoa que cuida dos seus filhos como “uma ajudante”. A dinâmica entre Bianca e Tatá é de uma ajudante. A Bianca manda nela. Ela me trata completamente diferente, porque seus pais me tratam diferente. Eu digo para ela que eu não sou a sua empregada. Eu sempre sou muito clara com a Bianca. Você não é nem mais nem menos que eu. A pressão social é tão forte, e o senso de poder dos pais dela é muito forte. A minha educação me dá um poder interno que uma mulher como Tatá não tem. A Tatá não sabe ler e Bianca percebe isso. Elas amam uma a outra, mas Tatá perde seu poder e também seu lugar. Por exemplo: no sábado passado, quando Tatá foi embora, disse para os pais algo como: “cuida bem da minha Bianca nesse fim de semana!”. E os pais da Bianca odeiam isso. Como você vai falar para eles como tratar a própria filha? Eles que tiveram a menina!

As metas empresariais de Sofía e o que ela esperava conseguir através da profissionalização da função de "babá" também eram baseadas nas perspectivas da elite dominante sobre o nacionalismo cultural porto-riquenho. As táticas para destacar seu "capital cultural", às vezes acima de seus empregadores mais ricos, também eram compostas por manter o distanciamento da imagem de "a ajudante", que ela firmemente projetava na Tatá, não apenas como uma trabalhadora doméstica (em oposição a uma babá), mas também como uma "mulher porto-riquenha educada" em contraposição a uma "dominicana com baixo nível de escolaridade". Porém, Sofía também estava ciente de que seus objetivos profissionais – de ter a sua própria agência de "babá de elite" – era resultado de uma escassez de postos de trabalho em Porto Rico, um país com uma das forças de trabalho mais ostensivamente educadas na América Latina. No período do meu trabalho de campo, as jovens porto-riquenhas como Sofía – classe média, bem educadas – estavam deixando o país em números recordes, em busca de oportunidades de emprego, particularmente nas regiões central e sul da Flórida (Krogstad 2015). Liz Silva e Sofia Martínez eram emblemáticas de

um mercado de trabalho dos cuidadores latino-americano cada vez mais segmentado que categoriza os indivíduos em trabalhadores "mais" ou "menos" desejáveis com base nos atributos físicos, ideológicos, raciais, regionais e emotivos, que pudessem de forma mais eficaz reproduzir o privilégio branco e a desigualdade social sob crise nacional.

De acordo com a parentalidade soberana, as babás e as empregadas domésticas não eram apenas indivíduos envolvidos afetivamente e intimamente com os seus empregadores, as crianças e as famílias dos empregadores; mais que isso: eles eram representações reais ("stand in") das perspectivas de raça, regionalismo e migração (interna e transcaribenha) que os empregadores queriam transmitir aos seus filhos. Uma característica distinta da elite de Ipanema e da elite de El Condado, a “parentalidade soberana” oferecia uma moral e ética sobre cuidado coletivo que os ricos articulavam através de um conjunto de práticas parentais, relações e ideologias, incluindo as que exigiam de seus empregados. Essa ética da elite, desenhada a partir de uma linguagem da "crise nacional", investe em projetos que assegurem às famílias de elite o sentido de "soberania" sobre seus bairros, focando na (in)segurança em vez da desigualdade; legitimando a vigilância de bairro e o policiamento dos pobres corpos escuros; favorecendo uma linguagem informativa-terapêutica de bem-estar e saúde nas interações diárias com os subordinados; e tudo isso "em nome das crianças".

Bibliografia

AHMED, Sara. 2010. *The Promise of Happiness*. Durham: Duke University Press.

ALAMO-PASTRANA, Carlos. 2016. *Seams of Empire: Race and Radicalism in Puerto Rico and the United States*. Gainesville: University Press of Florida.

AMORIM, Celso. 2010. Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview - *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.53, No. Special, 214-40.

BARBA, Mariana Della. 14 January 2016. Babás de branco: promotora vê conflito de interesse e pede anulação favorável a clubes. *BBC Brasil*.

BERG, Ulla, and Ana Ramos-Zayas. 2015. Racializing Affect: A Theoretical Proposition. *Current Anthropology*, vol. 56, no. 5, October, pp. 654-677

BERNARDINO-COSTA et al 2011 *Tensões e experiências: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador*. Brasília: CFEMEA

BRITES, Jurema 2007. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores *Cadernos pagu* (29), julho-dezembro de 2007:91-109.

BUTLER, Judith. 2004. *Precarious life: The powers of violence and mourning*. London & New York: Verso.

CLARKE, Kamari Maxine, and Deborah A. Thomas. *Globalization and race: Transformations in the cultural production of blackness*. Duke University Press, 2006.

DUANY, Jorge. 2005. Dominican migration to Puerto Rico. *Centro Journal*, spring vol XVII, no. 1, pp. 242-69.

EHRENREICH, Barbara, and Arlie Hochschild 2003. *Global Woman: Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy*. New York: Henry Holt and Company.

FREIRE COSTA, Jurandir. 1983. "Da cor ao corpo: a violência do racismo." Souza, Neusa.

FREYRE, Gilberto. 1933. Freyre, G., 1933. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economica patriarcal (Vol. 1). J. Olympio.

GAZTAMBIDE-FERNÁNDEZ, Rubén, and Raygine DiAquoi. 2010. A part and apart: Students of color negotiating boundaries at an elite boarding school. *Educating elites: Class privilege and educational advantage*, edited by Adam Howard and Rubén Gaztambide-Fernández, pp. 55-78.

GOLDSTEIN, Donna. 2013. *Laughter out of place: Race, class, violence, and sexuality in a Rio shantytown*. University of California Press.

GODREAU, Isar P. 2015. *Scripts of Blackness: Race, Cultural Nationalism, and US Colonialism in Puerto Rico*. University of Illinois Press.

GREENWALD, Glenn, Andrew Fishman, and David Miranda. 2016. 'We are repulsed by this government': Brazil's Wealthy are fleeing the country." *The Intercept*. March 18.

HARDT, Michael. "Affective labor." *Boundary 2* 26.2 (1999): 89-100.

HOCHSCHILD, Arlie. 1979. Emotion Work, Feeling Rules, and Social Structure *American Journal of Sociology*. Vol. 85, No. 3, pp. 551-575

HOCHSCHILD, Arlie, and Anne Machung. 2012. *The Second Shift: Working Families and the Revolution at Home*. New York: Penguin.

HORDGE-FREEMAN, Elizabeth. 2015. *The Color of Love: Racial Features, Stigma, and Socialization in Black Brazilian Families*. Austin: University of Texas Press

JACKSON JR, John L. *Racial paranoia: The unintended consequences of political correctness: The new reality of race in America*. Basic Books, 2010.

KOGAN, Liuba. 2009. *Regias y conservadores: Mujeres y hombres de clase alta en la Lima de los noventa*. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Peru.

KROGSTAD, Jens Manuel. 2015. Puerto Ricans Leave in Record Numbers for Mainland US. Pew Research. October 14. <http://www.pewresearch.org/fact-tank/2015/10/14/puerto-ricans-leave-in-record-numbers-for-mainland-u-s/>

GODREAU, Isar. 2015. *Scripts of Blackness: Race, Cultural Nationalism, and US Colonialism in Puerto Rico*. University of Illinois Press.

LAWLER, Stephanie. 2005. "Disgusted subjects: The making of middle-class identities." *The sociological review* 53.3 (2005): 429-446.

LEWIS, Oscar. 1969/1982. *The Culture of Poverty*. In *Anthropological Realities: Readings in the Science of Culture*, edited by Jeanne Guillemin, pp. 316-320.. New Brunswick: Transaction Books.

NOLEN, Stephanie. "Brazil's Colour Blind." *The global bend* mail, July 31, 2015.

OWENSBY, Brian P. 1999. *Intimate ironies: Modernity and the making of middle-class lives in Brazil*. Stanford University Press.

PINHO, Patricia de Santana e Elisabeth Silva 2010. *Domestic Workers in Brazil: Legacies and Horizons* Latin American Research Review, vol 45, number 2, pp. 90-113

PINHO, Patricia de Santana. 2015. *The Dirty Body that Cleans: Representations of Domestic Workers in Brazilian Common Sense Meridians: feminism, race, transnationalism*, Volume 13, Number 1, 2015, pp. 103-128 2015

PREUSS, Miriam Raja Gabaglia. "Emprego doméstico: um lugar de conflito." *Cadernos do CEAS* 128 (1990): 41-45.

RAMOS-ZAYAS, Ana. 2013. *Street Therapists: Affect, Race, and Neoliberal Personhood in Latino Newark*. Chicago: The University of Chicago Press.

ROMERO, Mary. "Life as the maid's daughter: An exploration of the everyday boundaries of race, class, and gender." *Feminisms in the academy* (1995): 157-179.

SAAD FILHO, Alfredo. 2016. "Salários e exploração na teoria marxista do valor." *Economia e Sociedade* 10.1: 27-42.

SCOTT, James C. 2010. *Domination and the arts of resistance: Hidden transcripts*. Yale University Press, 1990.

SHERIFF, Robin E. 2001. *Dreaming equality: Color, race, and racism in urban Brazil*. Rutgers University Press.

SGARIONI, Mariana. 2014. *A criança terceirizada: as confissões das babás*. N Magazine: Para a nova geração de pais. March 6, 2014.

SILVEIRA, Liane. 2015. *Eu sou os olhos dela”: As babás nas imagens, na praça ou uma etnografia do olhar*

SKEGGS, Beverley. 2004. *Class, Self, Culture*. London/New York: Routledge.

TEIXEIRA, Juliana Margarita, et al. 2015. “Os Lugares das Empregadas Domesticas,”

URCIUOLI, Bonnie. 1991. The political topography of Spanish and English: the view from a New York Puerto Rican neighborhood. *American Ethnologist*, Volume 18, Issue 2, May 1991, Pages 295–310.

VELHO, Gilberto. 2012. "O Desafio da Cidade–Novas perspectivas da Antropologia Brasileira."

**Palavras-
chave:**

Parentalidade,
Soberania, Trabalho
Doméstico, Brasil,
Porto Rico

Resumo: A partir de estudo etnográfico com pais residentes nos bairros afluentes de Ipanema, no Brasil, e El Condado, em Porto Rico, examino como as elites urbanas latino-americanas reformulam suas compreensões sobre raça e classe em relação às práticas parentais, a auto-representação quanto liberais e aos objetivos de socialização. Meu principal foco é como os pais consideravam seu relacionamento com as mulheres pobres, de pele mais escura, as quais eles contratavam para cuidar de seus filhos; essas mulheres eram geralmente imigrantes da República Dominicana, em El Condado, e migrantes do Nordeste brasileiro, em Ipanema. Apresento como os sentimentos genuinamente positivos que esses pais de elite expressavam em relação ao trabalhador doméstico, de fato, sustentavam as desigualdades de poder inerentes ao relacionamento entre pais-babá. Em seguida, apresento o conceito de "parentalidade soberana", como uma característica distinta da relação babá-pais em Ipanema e em El Condado.

Keywords

Parenting,
Sovereignty,
Domestic Work,
Brazil, Puerto
Rico

ABSTRACT: In this ethnographic study with parents living in the affluent areas of Ipanema, Brazil, and El Condado, Puerto Rico, I examine how urban Latin American elites reformulate their understandings of race and class in relationship to their parenting practices. In particular I consider how these upper-class parents interpreted their relationship with the poor, dark-skin women hired to care for their children; those women were largely immigrants from the Dominican Republic, in El Condado, and migrants from the Brazilian Northeast, in Ipanema. I demonstrate how the genuinely positive feelings these elite parents harbored toward domestic workers, in fact, sustained power inequalities inherent in the parent-nanny relationship. I introduce the concept of “sovereign parenting,” as a unique characteristic of this parent-nanny relationship in Ipanema and El Condado.

Recebido para publicação em novembro/2016

Aceito para publicação em dezembro 2016

Flagrantes de racismo: imagens da violência policial e as conexões entre o ativismo no Brasil e nos Estados Unidos¹³⁸

Geísa Mattos

Universidade Federal do Ceará (BRA)

Uma sequência de vídeos mostrando homicídios e violência brutal cometida por policiais nos Estados Unidos, nos quais as vítimas são afrodescendentes, começou a circular na mídia mundial a partir de 2014. Uma das imagens mais divulgadas em todo o mundo através das telas de

¹³⁸Este artigo é um dos resultados da minha pesquisa de pós-doutorado, para a qual contei com bolsa da Fundação CAPES, realizada no Ph.D. Program in Sociology, Graduate Center, City University of New York, de setembro de 2015 a agosto de 2016. Sou grata a Fundação CAPES pelo financiamento que possibilitou esta pesquisa, assim como ao Ph.D. Program in Sociology/City University of New York por todas as facilidades e suportes que tive para realizá-la, e também ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, que me licenciou para esta pesquisa. Agradeço ao meu orientador de pós-doutorado, Professor Phillip Kasinitz, pela inspiração para a discussão sobre “linguagem de raça” neste trabalho. Agradecimentos especiais também pelas contribuições de João Miguel Lima, Tshombe Miles e Ana Ramos-Zayas. Gratidão enorme pela confiança em mim depositada por Priscila Néri, Raull Santiago, Débora Silva, Fransérgio Goulart e Ana Paula Oliveira.

televisão e redes sociais, como *facebook* e *twitter*, foi a cena de um policial atirando, pelas costas, em um homem negro de 50 anos, Walter Scott¹³⁹, que estava desarmado. Em outros vídeos divulgados, as vítimas eram mulheres e adolescentes negras, expostas à humilhação e tortura na abordagem policial, como visto no caso de uma cena em que as vítimas participavam de uma festa em uma piscina pública em McKinney, Texas¹⁴⁰.

Meses antes, em dezembro de 2014, a morte documentada de Eric Garner em Nova York gerou comoção internacional, fazendo crescer o uso do slogan *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam) como uma hashtag¹⁴¹ nas conversas em redes sociais em torno do caso. As últimas palavras de Eric Garner – “I can’t breathe!” (“Eu não consigo respirar”) –, que ele gritava enquanto estava sendo enforcado, tornou-se uma metáfora nos protestos contra a violência que afeta negros em todo o mundo. Esses e outros vídeos levaram milhares de cidadãos nas cidades nos Estados Unidos a protestarem nas ruas em 2014, 2015 e 2016.

No mesmo período, casos de brutalidade policial captados por câmeras apareceram no Brasil. O mais emblemático desses casos ocorreu em 2014: o homicídio de Claudia Ferreira da Silva por policiais militares no Morro da Congonha (Rio de Janeiro), que teve o seu corpo jogado na traseira de uma viatura e arrastado pelas ruas em cena filmada por um

¹³⁹ Uma descrição e análise deste caso e de seus desdobramentos pode ser encontrada no site da ONG Witness (Bair, 2015), como parte do projeto que examina o impacto do vídeo ao documentar problemas de má conduta policial nos Estados Unidos. O projeto discute também o papel do vídeo nos julgamentos dos acusados. <https://lab.witness.org/caught-on-camera-police-abuse-in-the-u-s/>. Acesso em 12 de julho de 2016.

¹⁴⁰ Com o título “Police Brutality on minors in McKinney Texas”, o vídeo foi postado por Deeziel Greezil (2015) no site do YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=tBHpNA-BQ-8>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

¹⁴¹ As hashtags são palavras-chave usadas pelos usuários das redes sociais, nas quais eles categorizam o assunto do qual estão tratando ao usar o símbolo # antecedido da palavra. Com isso, possibilitam criar um hyperlink, que poderá ser localizado por sites de busca ou indexados em sites como *twitter* e *facebook*, e serão listados junto com o que outros estão falando sobre o mesmo assunto. A ferramenta é especialmente útil para contabilizar os temas mais comentados do momento, como faz o *Twitter*, com os “trending topics”, e os pesquisadores que utilizam softwares específicos para este tipo de mapeamento.

celular, foi amplamente interpretado não só em termos de sua crueldade e violência, mas como racismo nos noticiários de TV, jornais e através das redes sociais¹⁴². Como irei descrever neste artigo, o caso foi amplificado nas redes sociais e gerou várias campanhas antirracismo.

Neste artigo, irei explorar o contexto em que imagens da violência policial no Brasil circulam e são amplamente interpretadas nas redes sociais como “flagrantes de racismo”, tendo a violência legitimada do Estado como perpetradora. Analiso o crescimento da circulação das narrativas denunciando o “extermínio do jovem negro”¹⁴³ no Brasil como sendo parte da emergência global da denúncia do racismo e, do modo amplo como vem ocorrendo, uma novidade no nosso país – que começou a se desenvolver, a partir do século XXI, mas sobretudo na segunda década deste século.

Até o momento da escrita deste artigo, o caso de maior repercussão como símbolo do racismo no Brasil na abordagem policial foi o do jovem negro catador de material reciclado, Rafael Braga, que foi preso próximo a uma manifestação no Rio de Janeiro, em junho de 2013, acusado de portar “explosivos” (duas garrafas plásticas, uma com desinfetante, outra com água sanitária, usadas como “provas”). Enquanto cumpria pena em regime semiaberto, Rafael foi mais uma vez preso, acusado de levar drogas em uma sacola, tendo contra si apenas a palavra dos policiais que o abordaram – os mesmos que, depois de o terem espancado e ameaçado de estupro, teriam forjado o flagrante, como é comum em casos de racismo na abordagem

¹⁴² Detalhes deste caso e de sua repercussão podem ser encontrados no site do Global Voices, em um relatório (Garcia, 2014), dedicado à violência policial captada por cameras no Brasil: <https://globalvoices.org/2014/03/30/brazil-claudia-silva-ferreira-dragged-killed-military-police/> (acesso em 16 de julho de 2016)

¹⁴³ A expressão vem sendo recorrentemente usada pela Anistia Internacional desde 2014 (<https://anistia.org.br/imprensa/na-midia/exterminio-da-juventude-negra/>). Também aparece com frequência em textos e análises publicados pela ONG Geledes (Instituto da Mulher Negra), como neste artigo de Eduardo Santos: <http://www.geledes.org.br/o-racismo-e-o-exterminio-dos-jovens-negros/#gs.tDqSuKE>. É encontrado em revistas ligadas à esquerda, como Carta Capital: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/por-que-matamos-tantos-jovens-negros-no-brasil-2387.html>

policial¹⁴⁴. O caso gerou inúmeras campanhas nas redes sociais na internet¹⁴⁵ pedindo a libertação de Rafael Braga.

Embora a denúncia do racismo venha sendo feita por organizações como o Movimento Negro Unificado há mais de trinta anos¹⁴⁶, a consciência da imbricação entre violência policial e racismo está agora emergindo como *questão política* a partir das favelas – onde reside a maioria das vítimas negras e pardas – e ganhando reforço em amplos segmentos da sociedade pelas redes sociais digitais.

Que outros atores, além do movimento negro tradicional, vieram fortalecer e ampliar esse debate no Brasil? Como são interpretadas as cenas, captadas por câmeras, de violência policial no Brasil? Como se conectam aos sentidos dados pelas imagens e narrativas produzidas pelo movimento *Black Lives Matter* que emergem na mesma época, nos Estados Unidos?

Meu foco neste artigo são especialmente as formulações “nativas”¹⁴⁷ sobre raça que emergem na linguagem recente do ativismo contra a violência policial a partir das favelas do Rio de Janeiro, das famílias de vítimas da violência – principalmente das mães –, e de organizações de defesa dos direitos humanos no Brasil e no mundo.

¹⁴⁴ Ver, a respeito, artigo do advogado Lucas Sada, do Instituto de Defensores dos Direitos Humanos, publicado no site da revista Brasil de Fato: <https://www.brasildefato.com.br/2016/04/28/o-raio-da-covardia-cai-duas-vezes-no-mesmo-lugar/> (acesso em 04 de junho de 2017)

¹⁴⁵ A campanha 30 dias por Rafael Braga no facebook, foi a mais recente até a publicação deste artigo, precedida por várias outras por “Liberdade para Rafael Braga”: <https://www.facebook.com/30DiasPorRafaelBraga/> (acesso em 02 de junho de 2017)

¹⁴⁶ A conexão entre violência policial e racismo teve lugar durante pelo menos um momento chave na organização do movimento negro brasileiro nos anos 1970. A tortura e morte de Robson Silveira da Luz, em 1978, dentro de uma delegacia de polícia em São Paulo, gerou indignação e resultou no primeiro grande protesto antirracismo durante a ditadura militar, levando à criação do Movimento Negro Unificado em 1979 (Silva 2002; Pereira 2010).

¹⁴⁷ No clássico artigo “Como trabalhar com ‘raça’ em sociologia”, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2003) chama a atenção para a importância de diferenciar os conceitos

“analíticos” e “nativos” sobre raça, sendo estas últimas relativas ao próprio universo discursivo dos sujeitos. Uma nem sempre andam de par com as outras.

Tomo por base, além de entrevistas com ativistas brasileiros, a análise da repercussão de três casos de homicídios, sendo um adulto (Amarildo de Souza), uma mulher (Cláudia Ferreira da Silva) e um adolescente (Alan de Souza Lima), todos negros moradores de periferia do Rio de Janeiro, mortos por policiais entre 2013 e 2015. Em todos esses casos escolhidos para análise, as imagens captadas por câmeras de segurança e de celulares tiveram papel fundamental na denúncia do racismo e do abuso sofrido pelas vítimas. Analiso o material publicado sobre os três casos na mídia tradicional (jornais, revistas, programas de televisão); sites de jornalismo independente; páginas na internet de organizações contra a violência policial, feministas e do movimento negro. Observo ainda as relações feitas entre a repercussão desses casos no Brasil e o ativismo do movimento *Black Lives Matter*, uma vez que, no mesmo período, crescia na mídia mundial a circulação de imagens de homicídios cometidos contra afrodescendentes pela polícia nos Estados Unidos.

Sobre os interlocutores e o trabalho de campo

Durante o estágio pós-doutoral realizado na cidade de Nova York¹⁴⁸, interessada no papel que os vídeos flagrando a violência policial estavam tendo na mobilização do movimento *Black Lives Matter*, procurei o site da *Witness* – ONG que há 25 anos vem trabalhando com o videoativismo nas denúncias de violações de direitos humanos em várias periferias ao redor do mundo. No site, a ONG apresenta a sua missão como sendo “treinar e ajudar cidadãos no mundo inteiro a usar os vídeos de forma segura, ética e eficaz para denunciar violações de direitos humanos e lutar por mudança”¹⁴⁹. Em um contato via facebook, conheci uma das coordenadoras, a jornalista brasileira Priscila Neri, e fui visitá-la na sede da *Witness*, no Brooklyn. Em

¹⁴⁸ Realizei o estágio pós-doutoral no Ph.D. Program in Sociology, City University of New York, de setembro de 2015 a agosto de 2016, sob a supervisão do Professor Philip Kasnitz.

¹⁴⁹ A missão está no site da *Witness*: <https://witness.org/about/>

conversas que tive com ela, Priscila me falava das trocas entre ativistas de todo o mundo que o trabalho da ONG vinha proporcionando¹⁵⁰.

Em 2015 e 2016, estimulada pelos debates em torno dos flagrantes nos Estados Unidos e do movimento *Black Lives Matter*, a *Witness* realizou dois debates públicos reunindo ativistas do Brasil e dos Estados Unidos contra a violência policial. Nos dois eventos, o convidado brasileiro foi Raul Santiago, jovem liderança do coletivo de comunicação independente Papo Reto, baseado no Complexo do Alemão no Rio de Janeiro, com o qual a ONG tem uma relação de parceria e oferece treinamentos para tornar mais efetivo o uso do vídeo como prova nos casos de flagrante de violência policial.

O Coletivo Papo Reto é uma organização do campo do jornalismo independente, que tem se dedicado ao trabalho de produzir perspectivas de dentro da favela sobre os crimes cometidos pela polícia, em contraste com a mídia tradicional, que – na maioria das vezes – criminaliza as vítimas. A base do Papo Reto, o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, congrega 15 favelas, onde existem quatro Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) e constantes denúncias de abusos e crimes cometidos por policiais.

Raul esteve em Nova York acompanhado de Débora Silva, do Movimento Mães de Maio (São Paulo), aproveitando um convite da Anistia Internacional a esses ativistas. Débora foi uma das fundadoras do Mães de Maio, criado em São Paulo em 2006, quando 564 pessoas, na Baixada Santista (a maioria jovens e negros) foram assassinadas em represália a

¹⁵⁰ “Para a gente é super interessante ajudar comunidades e ativistas que estão na linha de frente destas violações a perceberem e a se situarem neste contexto mais global. Primeiro pela questão de solidariedade, saber que não estão sós. Segundo pela questão do aprendizado mútuo (...) O que um pode aprender com outro e o que a gente pode aprender com essa troca. A mesma coisa com essa questão racial Brasil e Estados Unidos, como a gente consegue, percebendo esses links, criar espaços virtuais ou presenciais, para que os próprios ativistas possam fazer essa troca, e a gente possa também oferecer como aprendizado, coisas que a gente aprendeu em outros lugares. (Entrevista com Priscila Neri na sede da Witness, Brooklyn, NYC, em 25 de julho de 2016).

ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) contra agentes de segurança pública. Entre as vítimas estava o filho dela, Edson Rogério. Ela acabou se tornando uma importante liderança na luta contra a violência e inspiração para outras mães de vítimas em movimentos semelhantes surgidos nos últimos anos em todo o Brasil (como as Mães de Manguinhos) e também nos Estados Unidos – país onde tem se reunido, em suas viagens a convite de organizações internacionais de direitos humanos, com mães de vítimas da violência lá, em intensos encontros.

No debate organizado pela *Witness* em Nova York, Raul e Débora denunciaram a situação no Brasil para uma plateia de militantes do *Black Movement* e de direitos humanos ligados a diversas organizações internacionais. As falas de ambos, descrevendo casos de violência contra negros cometidos no Brasil, emocionaram a plateia, como ocorreu na descrição do caso Cláudia, que tem semelhanças com casos ocorridos nos Estados Unidos. No fim de sua fala, Débora reuniu todos os participantes em torno da bandeira do Movimento Mães de Maio, onde está escrito “Contra o Terrorismo de Estado”. Na fotografia, ativistas do *Black Lives Matter* aparecem segurando cartazes em português da campanha da Anistia Internacional, “Jovem Negro Vivo”.

Um encontro bastante significativo em termos dos intercâmbios entre ativistas norte-americanos e brasileiros foi o que reuniu ativistas do *Black Lives Matter* e representantes da luta contra a violência policial no Rio de Janeiro, às vésperas das Olimpíadas, em julho de 2016. Entre os brasileiros, estavam lideranças do Movimento Mães de Maio, Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, Fórum Social de Manguinhos, Coletivo Papo Reto e a Campanha pela Liberdade de Rafael Braga¹⁵¹.

Texto publicado no site *RioOnWatch* (“Relatos das Favelas”), dizia que “os líderes e ativistas compartilharam suas ideias sobre as semelhanças entre os Estados Unidos e o Brasil, comparando experiências de violência policial, história, racismo, formas de resistência e o papel da mídia”¹⁵². A série de encontros foi chamada de “Julho Negro” pelas lideranças brasileiras, que buscavam chamar a atenção mundial para o crescimento dos números de homicídios nas favelas relacionados aos megaeventos esportivos que foram organizados naquela cidade. Um dos dados divulgados, por exemplo, era de que o número de homicídios na periferia carioca cresceu 40% durante a Copa do Mundo de 2014. Nesse sentido, a presença dos ativistas americanos no Brasil era uma estratégia para chamar a atenção da mídia mundial para o problema e uma expressão de solidariedade entre os movimentos internacionalmente.

Nesses encontros, brasileiros e norte-americanos pareciam falar a mesma linguagem ao comparar o significado de ser “negro” nos dois países, reconhecendo uma linha de continuidade entre o passado compartilhado de escravidão e o Estado de violência atual, a despeito das diferenças históricas e culturais.

Intrigava-me, no entanto, a questão de *como as especificidades culturais na interpretação de raça no Brasil eram construídas e incorporadas às campanhas contra a violência policial*. De volta ao País, no fim de 2016, busquei aprofundar a compreensão do processo de construção dos significados de “negritude” na luta contra a violência policial no Brasil, focando em como as imagens flagrantes de violência policial contra negros e negras estavam sendo interpretadas nas redes sociais no País e como se

¹⁵¹ Não estive presente neste encontro, mas uma farta cobertura a respeito deles pode ser encontrada em páginas de organizações de jornalismo independente, como Casa Pública (<http://apublica.org/2016/07/black-lives-matter-se-unem-a-movimentos-brasileiros-na-casa-publica/>), RioOnWatch (<http://riononwatch.org.br/?p=21056>) e também na Agência Brasil (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-07/movimento-norte-americano-de-familiares-de-vitimas-de-violencia>). Acessos em 10 de junho de 2017.

¹⁵² <http://riononwatch.org.br/?p=21056>. Acesso em 10 de junho de 2017.

construía essa significação mais ampla sobre raça a partir de organizações sediadas sobretudo em favelas brasileiras.

Uma melhor compreensão que passei a ter sobre a centralidade e complexidade de raça na linguagem da militância dentro das favelas cariocas veio de minha participação nos encontros “Para que e para quem servem as pesquisas nas favelas?”, no Rio de Janeiro, em outubro e dezembro de 2016. Os encontros eram organizados por uma influente liderança do Fórum Social de Mangueiras, Fransérgio Goulart, que também ajudou na articulação da visita dos representantes do *Black Lives Matter* no Rio de Janeiro. Parte do ativismo dele no Fórum Social de Mangueiras hoje tem sido direcionada à denúncia da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), política pública criada no Rio de Janeiro, nos anos 2000, acusada de estar causando mais mortes entre os moradores das favelas.

Ao questionar “para que servem as pesquisas nas favelas?”, Fransérgio e os outros organizadores do encontro¹⁵³ estavam propondo um olhar radicalmente crítico com relação aos pesquisadores da classe média branca (a maioria até agora), que tem feito suas “carreiras” pesquisando “favelados”.

Reivindicam que os “favelados” devem produzir suas próprias pesquisas, argumentando que brancos “de fora” jamais vão ser capazes de ver a “favela” da perspectiva da “negritude”¹⁵⁴. Participando dos eventos, havia vários estudantes afro-brasileiros de graduação e pós-graduação que foram beneficiados por cotas para negros e pobres nas universidades, criadas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2003. A partir deles, estavam vindo as questões mais impactantes sobre as formas como

¹⁵³ Fransérgio trabalhou na organização em parceria com Rodrigo Calvet, doutorando em Antropologia pela Universidade de Manchester (Inglaterra), e contou também com professores universitários e pesquisadores de pós-graduação no apoio ao debate.

¹⁵⁴ “Quem financia as pesquisas? Quais interesses estão por trás destes financiamentos? Quem é beneficiado por esse conhecimento?”, são algumas das questões propostas nos primeiros encontros “Para que e para quem servem as pesquisas nas favelas”.

tem sido feitas pesquisas nas áreas de ciências sociais e de saúde nas favelas brasileiras¹⁵⁵.

Através de Fransergio, estabeleci contato com Ana Paula Oliveira, também de Manguinhos. Ela se tornou ativista contra o racismo e a violência policial depois que seu filho, Jonathan, foi morto por policiais da UPP perto da casa dela, em 2014, e fundou – com outras mulheres vítimas – o movimento Mães de Manguinhos. Ana Paula Oliveira pode ser vista em vários vídeos na internet denunciando crimes cometidos pela polícia no Brasil e participando de reuniões na Europa, para onde já viajou por duas vezes a convite da Anistia Internacional.

Entrevistas com Ana Paula, Fransérgio, Raull, Débora, Priscila, conversas com ativistas e pesquisadores de relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos e observação participante em reuniões em Nova York e no Rio de Janeiro constituem a base empírica com a qual vou interpretar a repercussão e a circulação de imagens dos três casos de homicídios que analiso neste artigo.

Raça em perspectiva comparada Brasil e Estados Unidos

Como tem sido largamente reconhecido no campo das Ciências Sociais, raça é uma construção social (Kasinitz 1992; Telles 2004; Bonilla-Silva 2014) e, como tal, tem efeitos reais nas vidas das pessoas identificadas como brancas, pretas ou morenas, mesmo que isso não tenha uma base

¹⁵⁵ Eu estava em uma posição desconfortável no começo da primeira reunião, já que posso ser incluída na situação de socióloga de classe média branca, e fiz minha pesquisa de Doutorado em uma “comunidade” de periferia na cidade de Fortaleza (Mattos, 2012). No entanto, não tomei a crítica pessoalmente, já que havia no grupo outros pesquisadores brancos e de classe média como eu. Entendi-a como parte da perspectiva racializada que está ganhando poder a partir das “favelas”. Com minha participação nestas reuniões, fui me tornando mais consciente das complexas implicações de raça e classe em um campo de pesquisa como esse.

biológica. Semelhante a outras construções sociais, a quase sempre instável noção de raça é baseada na estrutura social racializada, que engloba a “totalidade das relações raciais e práticas que reforçam o privilégio” (Bonilla-Silva 2014:8-9)¹⁵⁶ – em termos de uma ideologia racial, a supremacia branca, usada para explicar e justificar o *status quo*.

Comparações nas formas pelas quais a ideologia racial se desenvolveu no Brasil e nos Estados Unidos são um clássico e controverso tópico na tradição dos estudos históricos e sociológicos sobre raça e racismo. A influente tese da “democracia racial” no Brasil, muito inspirada pelo trabalho de Gilberto Freyre (“Casa Grande e Senzala”, 1933, 1^a. edição) era tradicionalmente oposta ao *apartheid* racial que vigorava legalmente nos Estados Unidos até os anos 1960. Mesmo depois que a ideia da “democracia racial” foi desafiada por estudos financiados pela UNESCO¹⁵⁷ e por trabalhos de, entre outros, Florestan Fernandes (1965) e Abdias do Nascimento (1989), do Brasil; George Reid Andrews (1992) e France Winddance Twine (1998), dos Estados Unidos, ainda se discute se é possível ou não comparar o racismo em dois países com histórias e culturas tão diferentes.

Os estudos comparativos, entretanto, têm servido para operar com os conceitos nativos sobre raça de forma mais relacional, perceber as interconexões no cenário de intensificação das trocas globais e as mudanças históricas. Skidmore (1992), analisando a literatura comparada dos anos 1990, opôs-se à ideia de contraste entre os Estados Unidos “bi-racial” e o Brasil “multi-racial” – ideia que ainda tinha status privilegiado até meados dos anos 1960. Ele argumentava em favor de uma maior atenção às estatísticas e às consequências das políticas de ação afirmativa, entre outros

¹⁵⁶ Tradução da autor. No original: “the totality of the social relations and practices that reinforce white privilege” (Bonilla-Silva 2014:8-9)

¹⁵⁷ Coleção *Le Racisme Devant La Science*, © Unesco 1960. Publicado no Brasil na coletânea em dois volumes *Raça e ciência*, Ed. Perspectiva, 1970.

aspectos que ajudaram a entender como os sistemas de relações raciais tem mudado nos dois países, de modo a evitar generalizações “a-históricas”.

A partir dos anos 2000, as abordagens comparativas se tornaram particularmente interessantes para os cientistas sociais, quando as ações afirmativas para igualdade racial foram gradualmente sendo implementadas no Brasil, seguindo o caminho que os Estados Unidos tomaram a partir dos anos 1960. France W. Twine (2000:1-2) descreve a ação iniciada por um estudante afro-brasileiro na Universidade de São Paulo demandando cotas para negros em 1996, quando apenas 1% dos estudantes era não-branco. A socióloga afro-americana, com seu olhar construído a partir das tensões raciais mais evidentes nos Estados Unidos, ficou impressionada pelo “pequeno tamanho (da manifestação) e a falta geral de suporte”¹⁵⁸ que a iniciativa recebeu de afro-brasileiros e outros não-brancos.

A descrição de Twine do Brasil nos anos 1990 em relação ao pouco apelo às questões raciais contrasta totalmente com o momento atual que analisamos. Entre as razões para a mudança no significado que raça passa a ter no Brasil está justamente o efeito das políticas de ação afirmativa, interpretada por Telles (2004:47) como “dramático momento da história brasileira” já que ela consiste em um reconhecimento do racismo pelo governo brasileiro e pela sociedade, tensionando a ideia largamente aceita da “democracia racial”.

Porém, a própria adoção da política de cotas no Brasil é consequência, nos anos 2000, das convenções internacionais sobre racismo e do maior intercâmbio entre ativistas internacionalmente. A Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban, na África do Sul, em 2001, resultou em mudanças importantes em termos de políticas públicas para negros no Brasil, além de ser um marco de um novo contexto de discussão sobre raça no mundo, trazendo o legado da escravidão para o centro do debate ao se

158 Do original: “the small size and the general lack of support” (Twine, 2000: 1-2).

considerar os indicadores de exclusão social de longo prazo de todas as populações afrodescendentes nos países de base escravocrata. Como afirma Telles (2004:61):

Embora a globalização apresente novos problemas, como o crescimento do racismo na internet e uma grande vulnerabilidade das populações negras pobres nas decisões do capital internacional, a transnacionalização dos direitos humanos promoveu novas oportunidades para os movimentos sociais em geral. Informalmente, através da internet, e-mail e da mídia internacional ampliada, o trabalho e a visibilidade de redes internacionais de direitos humanos se expandiu enormemente. O movimento negro, geralmente em cooperação com outras organizações de direitos humanos, cresceu com estas novas oportunidades e estabeleceu laços com as organizações do movimento negro da América Latina, Estados Unidos e África do Sul¹⁵⁹.

Ao lado dos avanços, reações racistas têm tido lugar em universidades e em vários lugares sociais, muitas delas registradas por câmeras de celulares, com ampla repercussão na mídia¹⁶⁰. De fato, desde os anos 2000, tem havido um crescimento das tensões raciais no Brasil no novo ambiente comunicacional das redes sociais, contexto que irei analisar a seguir.

¹⁵⁹ Tradução da autora. Do original: “Although globalization presented new problems, such as the spread of racism in the Internet and a greater vulnerability of poor populations to the decisions of international capital, the transnationalization of human rights provided new opportunities for social movements generally. Informally, through the Internet, email and expanding international media, the work and visibility of international human-rights networks expanded greatly. The black movements, often in cooperation with other human-rights organizations, seized on these new opportunities and established ties with the black-movement organization throughout Latin America, United States, and South Africa” (Telles, 2004: 61)

¹⁶⁰ Um dos flagrantes de racismo de grande repercussão recente no Brasil foi a gravação de insultos racistas na Praia de Barra da Tijuca (RJ) por parte da professora Sonia Valéria Fernandes, 54 anos, contra Sulamita Mermier, de 31. A vítima gravou as agressões com sua camera de celular, e um amigo publicou o video no facebook. Até 4 de setembro de 2016, o video já tinha tido mais de seis milhões de visualizações. O registro pode ser encontrado no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=p4XvFTrdEcQ> (Revista Circuito, acesso em 30 de agosto de 2016).

Estatística e vídeo: as novas formas de “accountability”

O Brasil possui uma das mais altas taxas de homicídio do mundo. Dados recentes divulgados pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2015) mostram o país como o 11^o. mais violento no planeta, com 32,4 homicídios para cada 100.000 pessoas. De acordo com a Anistia Internacional (2015), 56.000 foram vítimas de homicídios em 2012 no Brasil, sendo que 30.000 eram jovens e 77%, negros. Em 2015, esse número subiu ainda mais, alcançando 59.080 homicídios, de acordo com o Relatório Atlas da Violência 2017 (IPEA/Fórum Brasileiro de Segurança Pública). Segundo esse mesmo relatório, entre 2005 e 2015, a violência contra jovens e negros cresceu 18%.

Esses números se referem a um amplo conjunto de motivações para os crimes e perpetradores – nem todos aí incluídos são crimes cometidos por policiais. Em todo caso, no entanto, os negros são a maioria entre as vítimas. A assessora de Direitos Humanos da Anistia Internacional no Brasil, Renata Neder, tem denunciado que está havendo “um massacre da juventude negra neste País” (Amorim, 2015). Em 2014, a Anistia Internacional lançou no Brasil a campanha “Jovem Negro Vivo”, usando esses números para amplificar a consciência da situação.

O Mapa da Violência no Brasil (Waiselfisz 2012, 2013, 2014) tem compilado os números e dado destaque aos dados segundo os quais as mortes por arma de fogo afetam desigualmente negros, homens e jovens. O relatório “Você Matou Meu Filho. Homicídios cometidos pela Polícia na Cidade do Rio de Janeiro”, elaborado pela Anistia Internacional (2015), compila os assassinatos cometidos por policiais militares naquela cidade, levando em conta raça, gênero e classe social. O relatório conclui que, entre 2010 e 2013, a Polícia Militar vitimou 1.275 pessoas: 99.5% eram homens; 79% eram negros e 75% tinham entre 15 e 29 anos.

Ao mesmo tempo em que estes dados eram divulgados no Brasil e a Anistia Internacional lançava a campanha Jovem Negro Vivo, em 2014, o movimento *Black Lives Matter* estava conseguindo trazer a denúncia do racismo na abordagem policial para o centro da mídia mundial¹⁶¹, com grandes manifestações nas maiores cidades dos Estados Unidos, estimuladas pelas imagens flagrantes de violência e assassinatos de negros que apareciam em série naqueles anos, captadas pelos celulares. As imagens circulavam nas redes sociais, favorecendo várias análises comparativas entre a situação do Brasil e daquele país, com relação à violência policial e racismo.

Além das diferenças culturais quanto aos significados de raça, às concepções de cidadania e à magnitude dos protestos, a dimensão quantitativa do problema se afigurava como uma dificuldade ao se estabelecerem comparações. No Brasil, os negros são maioria, correspondendo a 51% da população, enquanto nos Estados Unidos, são minoria de 13%¹⁶². O número de vítimas por violência policial é cerca de cinco vezes maior no território brasileiro em relação àquele país¹⁶³.

A favor das comparações e das aproximações entre ativistas afro-brasileiros e afro-americanos, conta o fato de que, ainda que os números totais sejam diferentes, a proporção é a mesma nos dois países: negros são três vezes mais suscetíveis de serem assassinados pela polícia no Brasil e

¹⁶¹ O crítico de cinema Ty Burr escreveu, em dezembro de 2015, no jornal Boston Globe, que as imagens flagrantes de crimes cometidos por policiais contra os negros eram os filmes mais importantes daquele ano: “Looking back at 12 months in which the moving images that actually mattered—the ones that needed to change the national conversation and maybe even started to—weren’t on multiplex screens or dialed up through our cable guide but came crashing through our browsers, our cell phones, and on the nightly news” (Burr 2015).

¹⁶² De acordo com o Censo Brasil 2010 (IBGE, 2012), pessoas que consideram a si mesmas pretas ou pardas constituem a maioria de 51% da população, enquanto nos Estados Unidos os negros são minoria de 13%, de acordo com o Censo mais recente daquele país (U.S. Census Bureau 2011).

¹⁶³ Em 2013, enquanto o número de homicídios cometidos por policiais nos Estados Unidos era de 461, de acordo com análise do jornal USA Today, baseada em números dos Federal Bureau of Investigation (Johnson, 2014), no Brasil, ele alcançava 2.212 — uma média de seis pessoas mortas pela Polícia a a cada dia (Vigna, 2014).

nos Estados Unidos¹⁶⁴. As estatísticas têm servido ao ativismo como prova do racismo estrutural, em países como o mesmo legado da escravidão.

Além dos números, os ativistas norte-americanos em vários eventos políticos e acadêmicos dos quais participei em Nova York, entre 2015 e 2016¹⁶⁵, consideram as imagens captadas por celular como as formas mais importantes de “accountability”, palavra inglesa que vem sendo incorporada no Brasil com um sentido amplo de oferecer provas que obriguem o poder público a prestar contas¹⁶⁶. Os flagrantes mostram pessoas de cor preta sendo tratadas de forma discriminatória e humilhante, com violência ilegal que muitas vezes é causa da morte das vítimas.

A ONG *Witness* exerce um papel exemplar nesse tipo de militância a favor do uso das imagens, incentivando o uso dos celulares como armas contra as violações de direitos de negros e também de mulheres, de LGBTs e de moradores das periferias do mundo inteiro. Esse trabalho faz parte de uma tendência crescente que vem sendo chamada de “midiativismo”.

Pesquisando o ativismo social que tem o jornalismo como eixo em *slums*, em Bangladesh; guetos nos Estados Unidos; *townships*, na África do Sul e favelas, no Brasil, Leonardo Custódio (2016) define o “midiativismo de favela” como ações individuais e coletivas de moradores de favelas que usam a mídia a partir de seus lugares de origem para denunciar, mobilizar

¹⁶⁴ Nos Estados Unidos, em termos gerais, brancos são a maioria das vítimas de homicídios cometidos pela Polícia, já que estes correspondem a 85% da população total. No entanto, a proporção de negros é muito mais alta: dos 1.103 cidadãos mortos por policiais nos Estados Unidos em 2015, 537 eram brancos, 237 negros, e 170 hispânicos/latinos. Isto significa uma proporção de 2.7 brancos e 6.5 negros assassinados para cada milhão de pessoas

¹⁶⁵ Em um evento intitulado “Awakening our democracy”, promovido pela Columbia Law School em novembro de 2015, no qual estavam presentes como palestrantes líderes do Black Movement contemporâneo nos Estados Unidos e advogados militantes da causa, três aspectos foram colocados pelos participantes como desafios e possibilidades do movimento atual: 1) ampliar a já “muito boa comunicação” atualmente existente; 2) investir na produção de dados estatísticos que demonstre a não excepcionalidade dos casos; 3) pensar mais humanitariamente, de forma mais ampla e internacional (síntese feita por mim a partir das falas mais recorrentes dos palestrantes).

¹⁶⁶ Ver CAMPOS, Ana Maria. “Accountability: quando devemos traduzi-la para o português?”. Revista de Administração Pública, v. 24, n. 2, 1990.

ações e gerar conhecimento crítico (Custódio, 2016, p. 22). O autor (op. cit.) apresenta como exemplos de midiativismo, além dos flagrantes de agressão de policiais, as filmagens de processos violentos e abusivos de remoções de moradia na periferia.

Mesmo que os resultados junto aos tribunais ainda sejam incipientes em relação ao uso do vídeo como prova (ver estudo feito pela ONG Artigo 19, 2016), essas imagens podem alcançar grande impacto através das redes sociais digitais, já que elas são compartilhadas com textos interpretando os casos como evidências de racismo. A seguir, analisaremos alguns casos emblemáticos no Brasil dos últimos anos nos quais as imagens foram usadas para denunciar a violência policial, associando-as ao racismo.

Imagens flagrantes no Brasil

Amarildo de Souza, favela da Rocinha (RJ), julho de 2013. O caso do pedreiro que desapareceu após ser levado por agentes da UPP foi um dos de maior repercussão nacional e mundial em que a raça da vítima começou a ser destacada. Por muitos meses, a pergunta “Onde está Amarildo?” ecoou nas redes sociais, em forma de *hashtag*, em várias línguas. A campanha foi iniciada na página do facebook do Movimento Mães de Maio, com uma fotografia da família de Amarildo segurando um cartaz com a questão. A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência também foi muito ativa nesta campanha, usando o *facebook* para cobrar respostas do Estado em relação ao desaparecimento de Amarildo.

Apesar de toda a repercussão do caso nas redes sociais que levaram a uma cobertura mais ampla da grande mídia sobre o desaparecimento de Amarildo, até julho de 2015 não havia qualquer informação sobre onde estaria o seu corpo, embora as investigações já apontassem para o fato de que ele foi torturado e morto por policiais nas dependências da UPP. Naquele mês, foi divulgada pela TV Globo a análise feita sobre imagens gravadas por câmeras de segurança na Favela da Rocinha no dia em que o

pedreiro foi levado pelos PMs, mostrando um veículo do Batalhão de Choque da Polícia Militar (BOPE) deixando a sede da UPP com dois policiais sentados na parte traseira e tendo a seu lado um saco preto com volume e forma compatível com a de um corpo humano¹⁶⁷.

Após a divulgação das imagens, o Comando Geral da Polícia Militar anunciou que reabriria as investigações sobre o ocorrido. A análise destas imagens foi tomada como mais uma prova para o Ministério Público, que resultou na condenação de 13 policiais em janeiro de 2016 por tortura e ocultamento de cadáver, rara conclusão desse tipo no Brasil, onde 99,2% dos casos são arquivados por “falta de provas” (Misse, 2001). A juíza Daniela Alvarez Prado, responsável pelo julgamento, escreveu na sentença que Amarildo foi “vítima de uma cadeia de enganos, era vulnerável à ação policial, além de ser negro e pobre em uma comunidade à margem da sociedade”¹⁶⁸. Além de classe social e lugar de residência, o reconhecimento do racismo pelo sistema judicial como fator chave para a vulnerabilidade da vítima na abordagem policial ocorreu como resultado das pressões dos movimentos sociais e do ativismo digital.

¹⁶⁷ As imagens das câmeras de segurança e a análise do Ministério Público foram divulgadas exclusivamente pela Rede Globo de Televisão (“Polícia Abre Inquérito Para Apurar Novas Imagens sobre o Caso Amarildo”, 2015. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/policia-abre-inquerito-para-apurar-novas-imagens-sobre-o-caso-amarildo.html>).

¹⁶⁸ Notícia sobre o indiciamento: “Justiça do RJ condena 13 PMs por tortura, morte e sumiço de Amarildo”, 2016: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/01/31/justica-do-rj-condena-8-pms-por-tortura-morte-e-sumico-de-amarildo.htm>



Fonte: post público facebook

A importância das imagens captadas por câmeras na investigação do caso Amarildo foi constante desde o início, destacadas em reportagens na grande imprensa¹⁶⁹. As filmagens – ou a ausência delas –, foram indícios fundamentais contra os policiais, pelo fato de as duas câmeras de segurança da UPP terem sido as únicas – de um total de 80 câmeras que fazem parte de um monitoramento integrado na comunidade – a apresentarem “defeito”, que as impediram de funcionar justamente no dia da morte do pedreiro¹⁷⁰.

Cláudia Ferreira da Silva, Morro de Congonhas, Rio de Janeiro, março de 2014. Cláudia, 38 anos, mãe de quatro filhos, casada e cuidadora de outras quatro crianças, seus sobrinhos, estava indo comprar pão para a família quando foi baleada no pescoço por policiais e jogada inconsciente

¹⁶⁹ Reportagem de Harrinkson de Andrade, no site Uol Notícias, em 17/08/2013, contabiliza oito câmeras no trajeto que levou o pedreiro à sede da Unidade de Polícia Pacificadora na Rocinha. Reportagem recupera com imagens o trajeto e fotografa as câmeras: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/08/17/percurso-feito-por-carro-da-upp-rocinha-que-levou-amarildo-tem-pelo-menos-8-cameras.htm#fotoNav=18>

¹⁷⁰ “Câmera de UPP não funcionava quando pedreiro desapareceu”, 30/07/2013. <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2013/07/30/camera-de-upp-nao-funcionava-quando-pedreiro-desapareceu.htm>

dentro do bagageiro no carro da Polícia. Enquanto eles a conduziam ao hospital, o bagageiro do veículo abriu e seu corpo ficou pendurado pela roupa e foi arrastado pelas ruas. O motorista de um veículo que estava atrás do carro da polícia gravou a cena com a câmera de seu celular. As imagens chegaram a uma rede de TV e “viralizaram” nas redes sociais. O que poderia ser mais um caso bárbaro explorado pelo sensacionalismo dos programas de televisão que se dedicam à exploração da violência contra negros e pobres foi ganhando outra feição ao ser amplamente denunciado como um crime racista em artigos na grande imprensa, sob a pressão do ativismo das ruas e online (Anjos 2014; Garcia 2014; Youssef 2014).

Em protesto contra o crime, moradores do Morro da Congonha, no Rio de Janeiro, queimaram ônibus nas ruas do bairro – uma forma de protesto frequente contra as injustiças sociais na periferia. No entanto, o caso Cláudia marca uma diferença fundamental em relação a outros casos por ser, ainda mais do que o Amarildo, um ponto de virada em relação à difusão mais ampla da ideia do racismo associada à luta contra a violência cometida por PMs. Várias manifestações aconteceram em cidades brasileiras, promovidas por organizações de mulheres negras. Um cartaz usado para uma manifestação em Brasília, em março de 2014, dizia: “Somos todos Cláudia. Manifestação contra o racismo e a violência policial”. Sites feministas como o Blogueiras Feministas, Meninas Black Power e Instituto Geledés dedicaram muita atenção ao caso Cláudia, denunciando-o como um flagrante crime racista.

O coletivo feminista Think Olga fez uma campanha chamada 100xCláudia nas redes sociais, convidando artistas para homenagearem Cláudia. Na página do blog que anunciou o projeto, eles diziam: “As denúncias da barbárie ocorrida são importantes e elas não devem cessar. Mas fugir do sensacionalismo e humanizar esse momento também é. Por isso, nos propusemos a retratar Cláudia com mais carinho do que o visto nos

últimos dias”¹⁷¹. Um dos desenhos mais compartilhados nas redes sociais foi do artista e ativista Pedro Magalhães, de Salvador, que mostra uma figura feminina negra lembrando Cláudia, e a sentença: “A carne mais barata do mercado é a carne negra”.



Arte: Pedro Magalhães para o site *Think Olga*

Alan e Chauan, Rio de Janeiro, fevereiro de 2015. Um grupo de jovens adolescentes estava conversando à noite em suas bicicletas em uma

¹⁷¹ Esta apresentação da campanha e os trabalhos artísticos do projeto “100 vezes Cláudia” podem ser vistos no site Think Olga (2014), neste link: <http://thinkolga.com/2014/03/19/100-vezes-claudia/>

rua da comunidade de Palmeirinha (RJ). De repente, um deles corre de brincadeira e policiais militares se aproximam e atiram no grupo. Naquele momento, um dos jovens baleados – Alan, de 15 anos – gravava a conversa com seus amigos pelo celular. A câmera do aparelho continuou filmando enquanto ele caía no chão e agonizava até a morte. Nas imagens não se pode vê-lo sendo baleado, mas se escutam os seus gritos e de seu amigo, Chauan, de 19 anos, também baleado, que rezava e chorava. Nos dias seguintes, os policiais divulgaram um comunicado de que Alan foi morto e Chauan baleado em “resistência seguida de morte” e que ambos carregavam armas de fogo.

Depois que o vídeo foi divulgado (Rio Consciente, 2015), o Comandante da Polícia Militar foi afastado, num raro caso de punição dentro da Polícia. O vídeo também provou que os policiais estavam mentindo ao tentar forjar um “auto de resistência” acusando os adolescentes de estarem armados. No Diário do Centro do Mundo (DCM), um site de mídia independente brasileiro, um artigo do jornalista Mauro Donato (2015) sintetizava: “Não existisse o vídeo, muito provavelmente o caso se transformaria em estatística e a opinião pública média e preconceituosa manteria os garotos sob dúvida. Negros de noite na rua e na favela? Boa coisa não estavam fazendo, não é mesmo? Só que não. Eram meninos completamente inocentes fazendo o que meninos fazem: divertindo-se”¹⁷².

A despeito do vídeo altamente impactante, dos esforços de sites de mídia independente e de ONGs de defesa de direitos humanos e de algumas páginas no *facebook* e no *twitter* terem chamado a atenção para o racismo no caso, a morte de Alan e a bala alojada no peito de Chauan não tiveram tanta repercussão nas redes sociais como os casos Cláudia e Amarildo. Não

¹⁷² “O menino que filmou sua própria morte e desmontou uma farsa da PM do Rio”, Mário Donato, 26/02/2015. <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-menino-que-filmou-sua-propria-morte-e-desmontou-uma-farsa-da-pm-do-rio/>

apareceram *hashtags* ou campanhas que mobilizassem a atenção mais ampliada.

A politização da raça e uma linguagem em comum

Organizações do movimento negro no Brasil há muito tempo vêm tentando chamar a atenção para a conexão entre violência policial e racismo, como é o caso do grupo especificamente criado para esse fim ainda em 2005, Reaja ou Será Morto, em Salvador. O que está fazendo a diferença agora em termos de uma diversificação de agentes sociais denunciando o racismo quando falam de intervenções policiais nas periferias urbanas brasileiras? Agora não são somente militantes do movimento negro, mas também ativistas contra a violência policial, jornalistas, advogados de direitos humanos e milhares de cidadãos nas redes sociais.

Raull Santiago, em entrevista¹⁷³ em Nova York, em 2016, expôs que é preciso construir o significado de negritude dentro da favela, disputando com a mídia tradicional, que na maioria das vezes reforça o preconceito, criminalizando as vítimas: “(é preciso) puxar o entendimento do que é ser negro. Eu vejo a favela como um quilombo, sabe... Eu vejo como um quilombo de resistência, onde a polícia, o Estado faz os seus ataques tentando eliminar aquelas pessoas”.

Raull disse que incorporou a expressão “quilombo” dos diálogos com o movimento negro, rede que ele integrou no seu processo de formação como ativista. O conceito ainda é muito influente no Brasil hoje e bastante usado no ativismo juvenil do rap, adotado como uma simbólica maneira de se referir às formas “legais” e “ilegais” de organizações brasileiras contra a

¹⁷³ Entrevista realizada em 10 de abril de 2016. Todas as falas de Raull citadas aqui são fruto desta entrevista.

opressão – o “quilombo”, nesse sentido, é “uma práxis afro-brasileira de afirmação cultural e ética”, como elaborado por Nascimento (1980:152).

O uso de “quilombo” por Raull, ao abordar a questão da vitimização nas favelas, é parte do novo contexto das lutas contra a violência policial, que chamo de “linguagem de raça”. Essa linguagem é um re-conhecimento incorporado em uma série de conceitos compartilhados com diferentes agentes sociais, que é ativado nas narrativas sobre a violência policial nas favelas e prisões. A vítima é “preta, pobre, favelada”.

A “linguagem de raça”, que já era falada há pelo menos 15 anos pelo movimento hip hop e pelo rap brasileiros (Zeni, 2004), de certa forma permanecia relegada a um espaço social marginalizado, um “gueto”. A diferença, principalmente a partir de 2013, é que essa linguagem passa a ser amplificada e – junto com as estatísticas, a campanha Jovem Negro Vivo (Anistia Internacional, 2014) e a força das imagens da violência policial flagradas por câmeras de segurança e de celular mostrando corpos de negros como vítimas (como foi o caso emblemático da imagem do corpo de Cláudia Ferreira da Silva sendo arrastada e de Alan e Chauan conversando e brincando na rua antes de levarem tiros de policiais) – ganha a classe média e setores mais amplos da favela.

Mesmo no caso Amarildo, em que não há imagens flagrantes dele sendo morto, as imagens desempenham papel fundamental na investigação, especialmente o que foi identificado como sendo a imagem de seu corpo saindo da favela dentro de um saco preto na traseira de um veículo do BOPE. As fotografias de sua família – todos negros – segurando o cartaz “Cadê o Amarildo” também contribuem nesse contexto. As imagens circularam ao mesmo tempo que os vídeos de mortes promovidas por policiais contra negros nos EUA faziam crescer o movimento *Black Lives Matter*. No Brasil, esses flagrantes são interpretados num contexto em que

as denúncias são como parte do “extermínio da juventude negra”, “do genocídio dos negros” e da campanha pelo “jovem negro vivo”.

Outra perspectiva chave que é incorporada nessa linguagem de raça é que a violência é denunciada tendo o Estado militarizado como alvo. O entendimento é que a violência legalizada pelo Estado é responsável pelo “genocídio da juventude negra e pobre”. É dentro desse contexto que os vídeos de policiais matando afro-americanos nos Estados Unidos ganham sentido no Brasil: eles são interpretados dentro de uma moldura na qual raça como conceito central para o entendimento da violência estatal está sendo construída e ganhando espaços também no país.

A linguagem em si mesma é também um subproduto das trocas entre redes de ativistas internacionais – eles basicamente abordam o racismo enquanto falam da violência do Estado –, mesmo considerando que há diferenças culturais significativas na maneira de interpretar raça entre Brasil e Estados Unidos. Antes desse engajamento, eles se considerariam “morenos”, mas agora são parte da negritude no mundo das favelas e guetos.

“Se os filhos são negros, as mães também são negras”, sintetizou Débora em sua fala no evento “Insurgencies” em Nova York, no final de maio de 2016¹⁷⁴. Com esta frase, ela sinaliza para o fato de que construiu sua própria compreensão de raça no processo em que se tornou militante. Em entrevista¹⁷⁵, ela se referiu à influência do movimento negro feminista na sua trajetória, através do Instituto da Mulher Negra, Geledés. A linguagem de raça passa assim a ser central para a politização das

¹⁷⁴ “Insurgencies: racialized police terror and pedagogies of resistance in the Americas”, foi o evento que Débora participou, promovido pelo professor e pesquisador brasileiro Jaime Alves, do Departamento de Antropologia do College of Staten Island, City University of New York. Participei deste evento, em que estavam presentes também ativistas e pesquisadores de diversos países das Américas – Colômbia, Guatemala, El Salvador, Mexico, Canadá e Estados Unidos, em dois intensivos dias de debates sobre violência policial e racismo nos dias 31 de maio e 1º de junho de 2016.

¹⁷⁵ Entrevista em Nova York, maio de 2016.

consequências das intervenções policiais nas favelas, um lugar de fala qualificado e legítimo de quem “sofre na pele” as violências cotidianas.

No mesmo sentido, Fransérgio aponta: “O ativismo e o movimento são processos educadores”¹⁷⁶. Segundo ele, durante muito tempo, o movimento negro e os movimentos das favelas tiveram bandeiras diferentes. A favela, até o fim do século XX, não tinha a questão racial como bandeira, apesar de 80% dos moradores de favelas serem negros, diz ele. Eram as questões de moradia e infraestrutura que ocupavam os moradores. A luta contra a violência policial, que se intensificou no século XXI em um novo contexto de raça no Brasil e no mundo, tem contribuído para unificar os discursos e aproximar as militâncias do movimento negro e das favelas, em processos que levaram à incorporação da nova linguagem de raça.

Raull também faz uma reflexão sobre como passou a adotar mais a categoria raça no seu discurso ao longo do tempo de militância:

A gente não tinha esse discurso também do jovem negro, mas a gente foi aprendendo, com as amizades, com as parcerias, com as pessoas que a gente foi encontrando e que nos fizeram refletir também. Vocês perceberam que o tanto de fotos que vocês postaram a maioria era jovem negro? Que há um extermínio de jovem negro? Então essa percepção do Papo Reto tem pouco menos de dois anos e a gente tá começando a vir com esse discurso, mas se dá através dos parceiros que a gente vai encontrando na luta e vai fortalecendo e vai ajudando a refletir sobre qual é a realidade do enfrentamento que a gente tá fazendo¹⁷⁷.

Perguntei à Raull sobre o porquê de, no caso Alan e Chauan, o racismo não ter sido destacado na grande mídia, a despeito de ser o típico caso de um jovem negro inocente morto pela polícia e, que, de forma inusitada, filmou o próprio assassinato, num momento em que imagens como essa estavam provocando grandes manifestações e debates sobre racismo nos Estados Unidos, em 2015. Ele respondeu que não só os vídeos

¹⁷⁶ Entrevista no Rio de Janeiro, dezembro de 2016.

¹⁷⁷ Entrevista já citada para esta pesquisa, em Nova York, após debate promovido pela Witness, em 10 de abril de 2016.

importam, mas as narrativas que dão sentido a eles também. Para ele, é preciso: “começar a provocar esse pensamento através da fala, através da escrita; acredito que é importante para a sociedade que ainda não percebeu o quão racista e violento com os negros é o país. Eu acredito muito na narrativa que você vai dar junto do que você está expondo no seu vídeo”¹⁷⁸.

Uma das mais importantes expressões da centralidade que raça ocupa hoje, falada nas periferias do Sul e do Norte das Américas (e também da Europa Ocidental), é a do rap e do hip hop. No rap “Carta aos meus iguais de alma”, os rappers Marcão Baixada e Og Bobby Johnson Free Style (2015), as vítimas da violência policial no Brasil (Amarildo, Cláudia) e nos Estados Unidos (Michael Brown) aparecem diretamente relacionadas a uma luta global antirracismo, na qual as últimas palavras de Eric Gardner, morto em Nova York, aparecem na metáfora “me sufoca, não consigo respirar”:

“A luta é de todos pretos, da África e do mundo inteiro/É pra zelar pela vida e não só pelo dinheiro/Sangue no beco é o motivo pelo qual eu brigo/Tenta enxergar o verdadeiro inimigo/Contrariando a estatística; minha vingança é lírica/A face da morte é cínica/Calaram a voz de quem sofre com revólver. Vitória pra nós é passar dos 29/Tô vivo! Mais um dia e mais um ganho/Blood on the leaves: Eu sou fruto de um mundo estranho/Que quanto mais eu falo, mais eu apanho/Deixar de ser suspeito é meu sonho/Lutar pra ser feliz; te proponho!/E essa luta eu não posso adiar, arrastaram a Cláudia/O Amarildo? Eu nem sei onde tá/Ratatá... tatá e Boom! Final do Filme/Bem vindo à vida, já foi-se o tempo de Super Cine/Me sufoca! 'Não consigo respirar'/Falo o que importa! Cansei de esperar!/Meu povo não perecerá, mesmo que façam o mal/Falam de Jordan, eu preferi falar de Michael Brown”

Considerações finais

O impacto dos vídeos e a eficácia do *Black Lives Matter* ao colocar sua mensagem nas primeiras páginas dos jornais, telas de TV e computadores do mundo contribuiu para a formação de uma consciência

¹⁷⁸ Entrevista já citada para esta pesquisa, em Nova York, após debate promovido pela *Witness*, em 10 de abril de 2016.

global relacionada ao racismo na abordagem policial, o que teve impacto também no Brasil. Esse impacto local, no entanto, só é possível por causa das novas conexões e redes construídas entre diferentes agentes que passaram a falar a mesma linguagem enquanto enfrentam a brutalidade policial nas favelas brasileiras e mundiais.

O trabalho de organizações de defesa dos direitos humanos, como Anistia Internacional e *Witness*, tem sido chave para esse processo, já que elas estão situadas em um espaço de interseção dos grupos em diferentes países, contribuindo de diferentes maneiras, como analisado aqui, para colocar em movimento um diálogo entre ativistas e disseminar conceitos compartilhados, numa linguagem de raça em comum.

Todavia, como analiso com relação ao caso Alan/Chauan, o reconhecimento do racismo estrutural embutido na violência cometida pelo Estado é ainda um objeto de luta e um processo que está tendo lugar exatamente agora na esfera pública digital. Embora os casos Amarildo e Cláudia apontem para esse reconhecimento mais amplo do racismo, tanto pela instituição judicial, quanto pela mídia tradicional, ativistas têm que reforçar continuamente a perspectiva de raça na interpretação das provas das imagens em cada caso.

A esfera pública digital é agora a plataforma principal do debate político, estimulada por imagens e músicas que criam simbólicas sínteses no que se refere à violência estrutural. Essas sínteses são formuladas em uma linguagem de raça, que está gerando pressões sociais contra o “genocídio da população negra”, dentro do contexto de um amplo reconhecimento desta como uma luta transnacional contra o racismo estrutural.

Bibliografia

ABU-LUGHOD, Janet. 2007. *Race, Space, and Riots in Chicago, New York, and Los Angeles*. New York: Oxford University Press.

AMORIM, Paulo Henrique. 2015. "Chacinas nas Periferias." *Conversa Afiada*, October 12. YouTube Web site. Acessado em 4 de março de 2016. (<https://www.youtube.com/watch?v=53rQggrAoul>)

ANDREWS, George Reid. 2014. "Racial inequality in Brazil and in the United States: 1990-2010." *Journal of Social History* 47(4):829-854. doi: 10.1093/jsh/shu026

ANISTIA INTERNACIONAL. 2015. *Você Matou Meu Filho! homicídios cometidos pela Polícia Militar na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Anistia Internacional.

ANJOS, Ana Beatriz. 2014. "Como se fosse um saco." *Revista Forum Semanal*. São Paulo: Publisher Brasil. Acesso em 13 de julho de 2016 (<http://www.revistaforum.com.br/digital/139/como-se-fosse-um-saco/>).

ARTIGO 19. 2016. "Uso de vídeos como prova em julgamentos está aquém do que deveria, mostra estudo." Artigo 19, 01 de janeiro de 2016. Acesso em 16 de julho 2016. (<http://artigo19.org/blog/2016/01/14/uso-de-videos-como-prova-em-julgamentos-esta-aquem-do-que-deveria-mostra-estudo/>).

BAIR, Madeleine. 2015. "Caught on Camera: Police Abuse in the US." Witness Media Lab, September, 2015. Acesso em 12 de julho de 2016 (<https://lab.witness.org/caught-on-camera-police-abuse-in-the-u-s/>).

BONILLA-SILVA, Eduardo. 2014. *Racism without racists: color-blind racism and the persistence of racial inequality in America*. New York, Toronto, Plymouth, UK: Royman & Littlefield Publishers.

CANO, Ignacio. 2010. "Racial bias in police use of lethal force in Brazil". *Police Practicing and Research* 11(1):31-43. doi: 10.1080/15614260802586350

CERQUEIRA, Daniel (et. al.) Atlas da Violência 2017. Rio de Janeiro, IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf. Acesso em 08 de junho de 2017.

CUSTÓDIO, Leonardo. 2016. *Midiativismo de Favela. Reflexões sobre o processo de pesquisa*. University of Tampere, Finland. <http://www.uta.fi/cmt/index/Midiativismo-de-favela.pdf>

DEEZIL GREEZIL. 2015. "Police Brutality on minors in McKinney Texas." YouTube Web site. Acesso em 12 de

novembro de 2015

(<https://www.youtube.com/watch?v=tBHpNA-BQ-8>)

DONATO, Mauro. 2015. “O menino que filmou sua própria morte e desmontou uma farsa da PM do Rio”. *Diário do Centro do Mundo*. Acesso em 26 de março de 2016. <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-menino-que-filmou-sua-propria-morte-e-desmontou-uma-farsa-da-pm-do-rio/>

FERNANDES, Florestan. 1965. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Dominus, Universidade de São Paulo.

FREYRE, Gilberto. 2003 (48ª. edição). Casa Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob a economia do regime patriarcal. São Paulo, Global.

GARCIA, Raphael Tsavkko. 2014. “The ‘Woman Who Was Dragged’ and Killed by Brazil’s Military Police.” *Global Voices*, 30 de março. Acesso em 16 de julho de 2016. (<https://globalvoices.org/2014/03/30/brazil-claudia-silva-ferreira-dragged-killed-military-police/>).

HERINGER, Rosana. 1995. “Introduction to the Analysis of Racism and Anti-Racism in Brazil”. Pp. 203-207 in *Racism and Anti-Racism in World Perspective*, edited by Benjamin P. Bower. London, New Delhi: Sage Publications.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 2012. Censo Demográfico 2010 - Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro. Retrieved December 11, 2015 (http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf).

JOCENIR. 2001. *Diário de um Detento*. São Paulo, Labortexto Editorial.

JOHNSON, Kevin. 2014. “Police Killings Highest in Two Decades.” *USA Today*, November 11. Retrieved July 16, 2016 (<http://www.usatoday.com/story/news/nation/2014/11/11/police-killings-hundreds/18818663/>).

KASINITZ, Philip. 1992. *Caribbean New York: Black Immigrants and the Politics of Race*. Ithaca, NY: Cornell University Press.

MISSE, Michel. 2011. *Autos de resistência: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011)*. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NASCIMENTO, Abdias do. 1980. “Quilombolismo: An Afro-Brazilian Political Alternative”. *Journal of Black Studies* –

Afro-Brazilian Experience and Proposals for Social Change. 11(2):141-178.

NASCIMENTO, Abdias do. 1989. *Brazil, mixture or massacre? Essays on genocide of a black people*. Dover, MA: Majority Press.

NERI, Priscila. 2015. "Dispatch from Brazil: if Killed by Police Guilty by Default Unless there is a video". Witness Media Lab, September, 2015. Acessado em Julho, 2016 (<https://lab.witness.org/dispatch-from-brazil-if-killed-by-police-guilty-by-default-unless-theres-video/>).

PINHEIRO, Paulo Sergio. 1997. "Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias." *Tempo Social* 9(1):43-52. [dx.doi.org/10.1590/S0103-20701997000100003](https://doi.org/10.1590/S0103-20701997000100003)

RIO CONSCIENTE. 2015. "Jovem que Foi Morto Pela Polícia no Palmeirinha Gravou a Própria Morte." YouTube Web site. Retrieved July 16, 2016. (<https://www.youtube.com/watch?v=Mm5E0zuZemE>).

SKIDMORE, Thomas E. 1992. "EUA bi-racial vs. Brasil multirracial: o contraste ainda é válido?" *Novos Estudos* 34:49-62.

SKIDMORE, Thomas E. 2003. "Racial Mixture and Affirmative Action: the cases of Brazil and United States." *American Historical Review* 108(5):1391-1396.

TELLES, Edward. 2004. *Race in another America. The significance of skin color in Brazil*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.

THINK OLGA. 2014. "100 Vezes Claudia." Retrieved July 16, 2016 (<http://thinkolga.com/2014/03/19/100-vezes-claudia/>).

TWINE, France Winddance. 2000. *Racism in a Racial Democracy*. New York, Rutgers University Press.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER. *Statement by Zeid Ra'ad Al Hussein, United Nations High Commissioner for Human Rights, to the Human Rights Council's 31st session*. Human Rights Council, 31st Session. Retrieved April 14, 2016 (<http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=17200&LangID=E#sthash.njSGwNmL.dpuf>).

U.S. CENSUS BUREAU. 2011. *The Black Population: 2010 – 2010 Census Briefs*. September. Washington, DC: Economics and Statistics Administration. Retrieved January 26, 2016 (<http://www.census.gov/prod/cen2010/briefs/c2010br-06.pdf>).

VARGAS, João H. Costa, and Jaime Amparo Alves. 2010. "Geographies of death: an intersectional analysis of police lethality and the racialized regimes of citizenship in São Paulo." *Ethnic and Racial Studies* 33(4):611-636.

VARGAS, João H. Costa. 2011. "The Black Diaspora as Genocide. Brazil and the United States – a Supranational Geography of Death and Its Alternatives." In *State of White Supremacy. Racism, Governance, and the United States*, edited by Moon-Kie Jung, João H. Costa Vargas and Eduardo Bonilla-Silva, 243-270. California: Stanford University Press.

VIEIRA, Rosângela M. 1995. "Black Resistance in Brazil: a Matter of Necessity." Pp. 227-240 in *Racism and Anti-Racism in World Perspective*, edited by Benjamin P. Bower. London, New Delhi: Sage Publications.

VIGNA, Anne. 2014. "Violência legalizada." *Pública - Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo*, December 18. Retrieved July 13, 2016 (<http://apublica.org/2014/12/violencia-legalizada/>).

VINER, Katharine, Lee Glendinning and Matt Sullivan. "The Counted. People Killed by Police in the US". 2015. *The Guardian*. Retrieved July 16, 2016 (<http://www.theguardian.com/us-news/ng-interactive/2015/jun/01/the-counted-police-killings-us-database>).

WAGLEY, Charles. 1971. *Introduction to Brazil*. New York: Columbia University Press.

WASELFISZ, Julio Jacobo. 2012. *Mapa da Violência 2012. A cor dos homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR.

WASELFISZ, Julio Jacobo. 2013. *Homicídios e Juventude no Brasil. Mapa da Violência 2013*. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República.

WASELFISZ, Julio Jacobo. 2014. *Mapa da Violência 2014. Os jovens do Brasil*. Brasília: FLACSO.

WHO - World Health Organization. 2015. Violence prevention. Retrieved April 9, 2015 (http://gamapserv.who.int/gho/interactive_charts/violence_prevention/homicides/atlas.html).

YOUSSEF, Alê. 2014. "O Haiti de Gil e Caetano nunca sai de nossas cabeças." *Trip Magazine*, April 11. São Paulo. Retrieved July 13, 2016. (<http://revistatrip.uol.com.br/trip/retrato-de-um-pais-doente>).

Zeni, Bruno. "O negro drama do rap: entre a lei do cão e a lei da selva". *Estudos Avançados* 18 (50), 2004.

Palavras-chave:

Movimentos anti-racismo; Brutalidade policial; Brasil e Estados Unidos; Imagens de violência.

Resumo O artigo aborda os movimentos contra a violência policial no Brasil e suas conexões com o movimento Black Lives Matter, que ganha força nos Estados Unidos, entre 2013 e 2016, instigado por uma série de vídeos mostrando flagrantes de abusos cometidos por policiais, gerando um debate internacional sobre racismo institucional. A autora toma por base entrevistas com ativistas brasileiros em Nova York e no Rio de Janeiro, observação participante de eventos com militantes e pesquisadores dos dois países e analisa a repercussão de três casos de negros assassinados no Brasil (Amarildo, Claudia e Alan), no mesmo período em que crescia a circulação dos vídeos mostrando brutalidades cometidas pela polícia contra afrodescendentes nos Estados Unidos. Analisa o contexto que possibilita a amplificação do que a autora chama de “linguagem de raça” na luta contra a violência policial no Brasil, e enfoca o processo de construção da negritude como questão política a partir das favelas cariocas, na segunda década do século XXI.

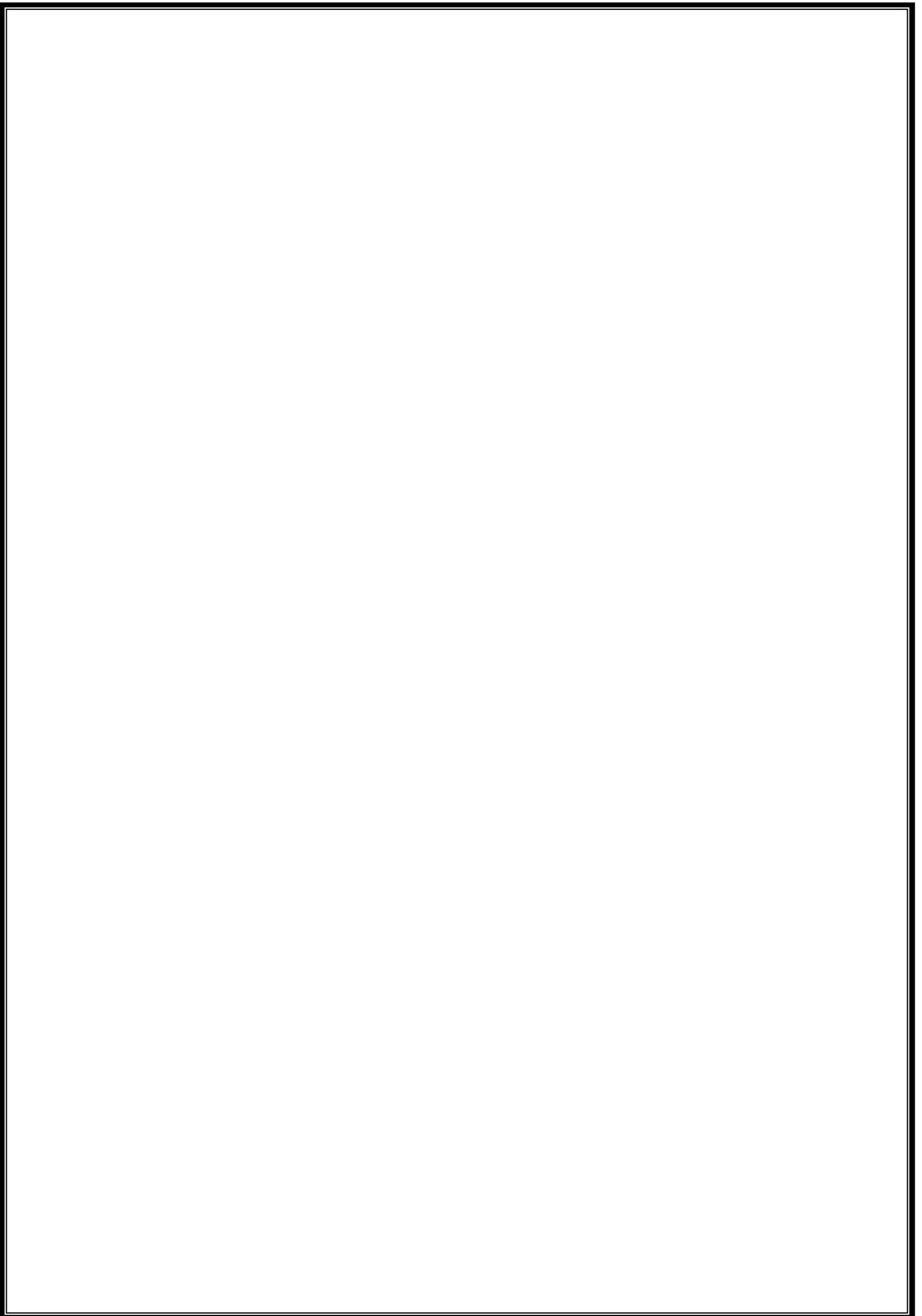
Keywords

anti-racism movements; police brutality; Brazil and United States; images of violence.

ABSTRACT: This article focuses on movements against police brutality in Brazil and their connections with the Black Lives Matter movement in the United States, which gained momentum from 2013 to 2016 motivated by videos that exposed police abuse, and sparked a global debate about institutional racism. It analyzes the repercussion of the killings of three black Brazilians by Police officers – Amarildo, Claudia and Alan –, which occurred at the same time the first videos were released in the United States, exposing the brutal treatment of African Americans by the police. Drawing on interviews with Brazilian activists and participant observation of events organized by activists and researchers in New York City and Rio de Janeiro, the author argues that such context enabled the amplification of a ‘language of race’ in the struggles against police brutality in Brazil, and thus contributes to the construction of blackness as a political issue in the favelas of Rio de Janeiro during the second decade of the 21st century.

Recebido para publicação em novembro/2016

Aceito para publicação em janeiro/2017



// Artigos

A análise dos Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs/PNUD/ONU) e as aproximações com a perspectiva histórico-hermenêutica ¹⁷⁹

Maria José de Rezende

Universidade Estadual de Londrina (BRA)

Introdução

Ao iniciar um trabalho nas Ciências Sociais, o pesquisador confronta-se com as controvérsias teórico-metodológicas que acompanham todo processo de investigação. Pergunta-se, com frequência, o que está presente em cada passo da definição do caminho epistemológico e teórico que o ajudará a construir tanto o objeto quanto os procedimentos de pesquisa. A proposta de uma análise

¹⁷⁹ A introdução e o item 1 deste artigo foram divulgados nos Anais do I Congresso de Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales y I Post Congreso ICQI (International Congress of Qualitative Inquiry) ocorrido em Córdoba (Argentina) em outubro de 2014. As demais partes foram registradas nos Anais do XVII Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS), ocorrido em Porto Alegre entre 20 e 23 de julho de 2015.

dos documentos intitulados *Relatórios do Desenvolvimento Humano* (RDHs)¹⁸⁰, encomendados anualmente, desde 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem-se deparado, desde o início, com a necessidade de optar por procedimentos de pesquisa capazes de garantir a cientificidade requerida pelas Ciências Sociais.

Se o desafio epistemológico se pauta pela indagação constante – em toda pesquisa – sobre como construir um percurso de conhecimento que se sustente diante dos questionamentos acerca de sua natureza científica, o desafio teórico se assenta na necessidade de manejar um *corpus* conceitual que não fuja às exigências postas pelo enlaçamento entre teoria e epistemologia, o qual deverá nortear a construção do objeto; que, por sua vez, vai indicar quais são os procedimentos de pesquisa plausíveis e necessários. Quem realiza a análise documental, assim como todas as demais pesquisas qualitativas e quantitativas, vê-se forçado a encarar a necessidade de responder às exigências postas pelos cânones científicos expressos através dos eixos epistemológicos e teóricos que emolduram a construção do objeto, do problema sociológico e dos procedimentos de pesquisas.

A análise documental, proposta nesta pesquisa sobre os RDHs, objetiva verificar quais são os significados sociais e políticos dados pelos elaboradores dos RDHs às ações que visam ir diminuindo, paulatinamente, a pobreza extrema – tomada no seu aspecto multidimensional – e ampliando as bases do desenvolvimento humano¹⁸¹. As equipes que produzem os documentos em

¹⁸⁰ Os referidos documentos são produzidos por diversas equipes de técnicos e estudiosos sobre os temas tratados a cada ano. Amparados pela Abordagem do Desenvolvimento Humano (ADH) centrada na tese de que a pobreza extrema deve ser combatida através da geração de capacidades econômicas, sociais e políticas, os RDHs têm como coluna central a elaboração de um conjunto de propostas que visam induzir a sociedade civil e o Estado a voltarem seus esforços para expansão de políticas públicas com capacidade de introduzir melhorias na vida das populações que vivem em situação de extrema pobreza.

questão estão difundindo uma dada interpretação tanto das condições sociais quanto dos meios e/ou recursos políticos necessários para alcançar melhorias que atinjam os mais empobrecidos. Considera-se que a perspectiva hermenêutica, ancorada na história, fornece subsídios para a análise documental ora pretendida.

No que diz respeito à abordagem do desenvolvimento humano, a perspectiva histórico-hermenêutica possibilita desvendar os elementos políticos de uma aposta que ganhou terreno no limiar do século XXI. Ou seja, o da (cor)responsabilização de inúmeros agentes no processo de combate às diversas mazelas sociais. As próprias ações dos pobres são interpretadas como capazes tanto de compor um quadro de mudanças substantivas – junto a uma multiplicidade de agentes – quanto de dar uma nova direção à vida social e política no século XXI.

Acredita-se que a compreensão histórico-hermenêutica possibilita decifrar o que as propostas, as análises, as sugestões, as leituras do mundo dos RDHs revelam e o que dissimulam. Deve-se buscar, conforme sugere Paul Ricoeur (1988; 2000) “não só o sentido primário, literal e manifesto, mas também um sentido latente” (BONA, 2010, p.99)¹⁸², sentidos que incitam muitas possibilidades de sistematização e análise dos materiais recolhidos, selecionados e editados sob a forma de relatório global do desenvolvimento humano. O que deve ser feito sem esquecer que os documentos das Nações

¹⁸¹ A pobreza é multidimensional justamente por englobar diversas privações e impotências simultaneamente. Privações de renda, de escolaridade, de nutrição, de atendimento médico levam a condição de impotência, na qual as pessoas não veem saídas possíveis para as precariedades que enfrentam no dia-a-dia. A ADH posta por Ul Haq e Amartya Sen (1999; 2008; 2011) tem como núcleo central a ideia de que o combate à pobreza extrema somente é, de fato, possível, se os mais pobres forem incluídos socialmente através de um processo que os habilite e os capacite, não só economicamente, mas também politicamente. É, em razão desta perspectiva, que os RDHs vão trazer, no seu interior, diversas propostas de implementação de políticas públicas capazes de alcançar, mais e mais, os mais pobres do continente americano.

¹⁸² Há um longo percurso de debates, diálogos, convergências e divergências entre os principais proponentes das possibilidades e limites da abordagem hermenêutica. Não há como entrar, neste artigo, em tais discussões. Esclarece-se que ao se mencionar, por exemplo, Paul Ricoeur não se quer dizer que a análise dos RDHs é feita por meio de uma interpretação ancorada nos símbolos linguísticos.

Unidas são um entrançado de muitas vozes e de muitos interesses formadores de um conjunto de diagnósticos e prescrições. Todavia, esclarece-se que, diferentemente da proposta de Ricoeur, esta análise dos RDHs “não coloca demasiada ênfase no que ele chama de autonomia semântica do texto” (THOMPSON, 1995, p.362), uma vez que ganham primazia, nesta investigação, as condições sociais e históricas nas quais os textos são produzidos, lidos, divulgados, aceitos, recusados, criticados e interpretados.

Os RDHs são extremamente complexos tanto naquilo que manifestam e explicitam quanto no que silenciam. Isto indica que a aproximação com a hermenêutica não está pautada pela orientação de que o objetivo é somente a análise das significações ocultas do texto. Michel Foucault (2013) destaca que, por muito tempo, a busca das significações ocultas dominou o estudo de ideias, discursos e textos. No entanto, os procedimentos calcados na hermenêutica avançaram muito no sentido de não se aterem somente à busca das significações ocultas que há no interior dos textos. Daí a necessidade de levar em conta não somente as condições internas de produção dos relatórios, mas também as condições externas, o contexto histórico, os significados sociais e políticos em razão dos jogos configuracionais e das relações de poder, das prescrições e dos diagnósticos feitos pelos elaboradores e encampadores dos RDHs.

Os Relatórios do Desenvolvimento Humano (PNUD/RDH 1990; 2013)¹⁸³ são produzidos, anualmente, por um grupo de técnicos e de intelectuais. A cada ano, reúnem-se pessoas distintas na sua feitura. Tanto no processo de levantamento de dados e análises quanto no de consultoria e redação, há grupos muitas vezes diferentes que elaboram estes documentos.

¹⁸³ Conforme exposto, são mais de 20 relatórios encomendados e publicados pelo PNUD. O de 1990 foi o primeiro e o mais recente é o de 2013. São textos dedicados, cada ano, a uma temática específica (cooperação internacional, participação, direitos humanos, meio ambiente, democracia, novas tecnologias, globalização, etc.) que estará sempre sendo discutida à luz das questões referentes à pobreza e às desigualdades de renda, de oportunidades, de capacidades e habilidades.

Essa razão leva à impossibilidade de tomar os RDHs como um bloco monolítico de ideias e propostas. Há uma orientação-chave, a Abordagem do Desenvolvimento Humano (ADH), que serve como norte para todos eles; porém, não há uma única forma de tratar os problemas sociais, a pobreza extrema¹⁸⁴, as desigualdades, as dificuldades de participação política e de construção de políticas públicas. Isso possibilita extrair dos relatórios centenas de objetos de pesquisa.

Percebe-se, então, que os relatórios, tomados em si mesmos, não se constituem objeto de estudo sociológico. Os objetos devem ser construídos em vista das propostas e sugestões de práticas, ações e procedimentos, dos jogos interacionais entre organismos internacionais e estados-nações, das expectativas e perspectivas (de produtores, técnicos e encampadores¹⁸⁵ dos RDHs) de interação com os governantes e com a sociedade civil, das intencionalidades de intervir na definição das agendas públicas, das interpretações acerca dos problemas e mazelas sociais que assomam em cada documento¹⁸⁶. Os objetos podem ser construídos também com vistas a compreender os processos tanto de disputas em torno de formas de encaminhamento de soluções para os problemas sociais quanto de desequilíbrios de poder no mundo hoje.

¹⁸⁴ Nos RDHs, a pobreza extrema é definida como baixo nível de renda, o qual vem associado a outras condições de privação, tais como: inacessibilidade a emprego decente, à participação política, à educação, à saúde, à moradia adequada com saneamento e água potável. A pobreza é, então, definida em razão de uma multiplicidade de condições.

¹⁸⁵ O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas é o braço da ONU que encomenda e encampa esses documentos.

¹⁸⁶ Entre as muitas sugestões presentes no interior destes documentos estão as ancoradas na gestação de políticas públicas voltadas para as populações que vivenciam condições de pobreza extrema. As equipes produtoras dos RDHs têm buscado aperfeiçoar a noção de pobreza que utilizam. Inspiradas nas proposições do economista paquistanês Mahbub Ul Haq (1978; 1995), que foi o idealizador do IDH e dos RDHs, elas têm dado indicação de que consideram ser a situação de pobreza extrema composta não somente pelo baixíssimo nível de rendimento, ou seja, até 1,25 dólares *per capita* por dia, mas também pelo analfabetismo, desnutrição, mortalidade de crianças e mães e sujeição a doenças evitáveis de modo geral. As crianças que morrem nos primeiros anos de vida, as mães que morrem no parto, as pessoas analfabetas ou com baixíssimo grau de instrução e os indivíduos sem acesso a atendimento de saúde são, geralmente, extremamente pobres.

Por que envidar esforços de interpretação histórico-hermenêutica dos RDHs?

Em primeiro lugar, faz-se necessário explicar que não se pretende – nem há possibilidade no âmbito deste artigo – fazer uma reflexão exaustiva sobre o processo de formação dos diversos embates e vertentes da hermenêutica, ao longo da história. Alguns pensadores, cada um a seu modo, [DILTHEY (1942; 1988)¹⁸⁷; GADAMER¹⁸⁸ (1998); FOUCAULT (2004); GIDDENS (1989), THOMPSON (1995), entre outros], desde o fim do século XIX até os dias atuais, dedicaram-se ao processo de discernimento do que se entende por ato de interpretar, compreender e explicar nas Ciências Sociais e Humanas. Foram sendo produzidos, assim, alguns lastros de conhecimento que permitiram que as propostas de análises centradas na hermenêutica ganhassem terreno e se fortalecessem como um caminho (que se abre em muitos¹⁸⁹) de constituição de procedimentos de pesquisa nas Ciências Humanas.

Assim, compreender uma dada ação ou credo é um trabalho científico que precede a explicação do porquê da ocorrência da ação. Seria um trabalho de leitura da situação, de análise do contexto ao qual a ação ou a crença pertencem, compreendendo-as sob a ótica de outras ações e crenças historicamente constituídas (SCOCUGLIA, 2002, p.4).

Não é possível também adentrar, de modo profundo, no debate se a reflexão hermenêutica é, ou não, capaz de gerar um método (SOARES, 1988). Se ela própria se constitui como um método de investigação (RUDIGER, 2009)

¹⁸⁷ Sobre a proposta de Dilthey a respeito da hermenêutica como uma metodologia das Ciências Humanas que deve estar ancorada na compreensão e na objetividade, ver: (Reis, 2003).

¹⁸⁸ Acerca da crítica de Gadamer a Dilthey no que diz respeito à busca obsessiva de objetividade, ver: (Scocuglia, 2002).

¹⁸⁹ Caminhos estes abertos por pensadores tais como Dilthey, Foucault, Gadamer, Heidegger, Ricoeur, entre outros. Ver sobre isto: (Stein, 2002; Bonfim, 2010; Soares, 1988). Pode-se perguntar por que Foucault está entre eles? “Na análise da hermenêutica como sistema metodológico do curso de 1982, define-se que Michel Foucault não limita suas investigações nesse âmbito interpretativo, pois ele mantém uma distância que permite que a sua análise seja isenta da interioridade que pressupõe esta metodologia. Mesmo assim, apesar desse distanciamento, Foucault não se abstém da interpretação” (Sech Júnior, 2009).

e/ou como uma técnica de pesquisa. Parte-se do pressuposto de que ela se situa dentro de uma epistemologia compreensiva empenhada em operar com teorias capazes de indicar uma forma de construção de objetos que demandem procedimentos de pesquisas condizentes com os pressupostos das ciências histórico-culturais.

John B. Thompson (1995), para quem a hermenêutica é um referencial metodológico¹⁹⁰ (p.365), afirma que nos últimos tempos se processou uma ampla tentativa (Gadamer, por exemplo) de “afastar a hermenêutica da preocupação com o método e orientá-la na direção da reflexão filosófica” (p.361). O desafio passa a ser, segundo Thompson, considerar as questões filosóficas, mas também não deixar de lado as questões metodológicas. É necessário buscar na hermenêutica não somente o modo como os indivíduos falam, agem, compreendem e interpretam o mundo sócio-histórico, mas também “um referencial metodológico que possa ser empregado para o estudo das formas simbólicas em geral”¹⁹¹ (THOMPSON, 1995, p.362).

Considera-se possível e necessário que a análise dos RDHs tenha um “caráter ao mesmo tempo hermenêutico e analítico” (RUDIGER, 2009, p.5). É preciso não só alcançar “a compreensão e a explicação” (RUDIGER, 2009, p.5), mas também elucidar os elementos históricos que estão em inter-relação, formando um conjunto de processos (econômicos, sociais, políticos, culturais) que tem levado à formulação e reformulação constante dos relatórios ao longo de duas décadas. “O círculo hermenêutico, mediado analiticamente, é entendido não só como fundamento do conhecimento, mas meio de

¹⁹⁰ Thompson (1995, p.364) propõe tanto uma “ruptura metodológica com a hermenêutica da vida cotidiana”, a qual está assentada na interpretação da *doxa*, quanto o fortalecimento de um referencial metodológico denominado hermenêutica de profundidade (HP), o qual está assentado em três procedimentos de investigação: “1)- Análise sócio-histórica, 2)- análise textual (a qual pode ser de diversas natureza, tais como: semiótica, conversação, narrativa, sintática, argumentativa), 3)- Interpretação/(re)interpretação” (Thompson, 1995, p.365).

¹⁹¹ John B. Thompson (1995, p.362) afirma que Paul Ricoeur buscou “mostrar que a hermenêutica pode oferecer tanto uma reflexão filosófica sobre o ser e a compreensão como uma reflexão metodológica sobre a natureza e tarefas da interpretação na pesquisa social”. Seria isto, afirma ele, o que sistematiza a ideia de hermenêutica de profundidade.

autorreflexão crítica (...) [de] uma dada situação histórica” (RUDIGER, 2009, p.5).

Tanto no âmbito histórico quanto no político, é que se encontram os elementos para compreender o que significa a produção de documentos globais, como são os RDHs. Que experiência é essa? E como ela revela aspectos relevantes de uma dada era em que prevalecem fortes relações de interdependências entre diversas partes do mundo, entre diversas nações e territórios. O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, que encomenda e divulga os RDHs, tenta fixar uma agenda de ações que, supostamente, melhoraria a vida de todos os indivíduos do planeta.

Ao lançar mão, no interior dos relatórios, da busca dos significados de suas prescrições para alcançar o desenvolvimento humano, procura-se compreender como os textos se constituem e se singularizam através de suas potencialidades de falar aos estados, aos governantes e à sociedade civil ao mesmo tempo. A investigação dos RDHs não está ancorada na sintática e na semântica como eixo do desvendamento dos significados dos diagnósticos e propostas contidas no interior dos documentos. Sendo assim, os procedimentos de pesquisa são distintos das análises de conteúdo que exigem referenciais e regras de codificações específicas (BAUER, 2002).

A hermenêutica como procedimento empregado nas pesquisas sobre os RDHs não está assentada apenas numa hierarquização dos significados dos diagnósticos acerca das consequências da privação (de renda, de instrução, de medicamentos, de vacinas, moradia adequada), da impotência política e das prescrições sobre as (im)possibilidades de construção de melhorias para as populações mais pobres do planeta. Não se está fazendo somente um estudo das condições internas dos relatórios (como pode, em alguns casos, ser feito nas análises hermenêuticas). Desde as últimas décadas do século XX, tem havido um aperfeiçoamento tanto das abordagens de conteúdo e hermenêuticas quanto das do discurso. Segundo Foucault (2013), as duas primeiras estariam

mais voltadas para as condições internas de produção dos textos e as segundas, para as externas.

É em razão deste entendimento que John B. Thompson (1995) vai insistir numa recriação dos procedimentos hermenêuticos de pesquisa, a qual estaria assentada na construção de passagens do processo interno de elaboração do documento para as condições externas. Ou seja, o que ele denomina hermenêutica de profundidade é justamente essa possibilidade de situar os materiais escritos num contexto social e político mais amplo. Os significados sociais, políticos, ideológicos e culturais não são apreendidos em vista da sintaxe e/ou da semântica, mas sim em razão do diálogo entre interioridade e exterioridade. Tem-se, então, outra questão relevante que se assenta no fato de não haver desprezo pelos aspectos objetivos (econômicos, políticos, sociais, culturais) que formam o contexto histórico no qual os RDHs são produzidos e divulgados. Não se tem pretendido, ao analisar esses documentos, ficar somente nas representações que eles trazem acerca da vida social, dos desequilíbrios de poder, da reprodução da pobreza, das dificuldades da democracia, das desigualdades, do papel do Estado e da política etc.

Não se deixa de considerar que essas representações são, de fato, importantes. Elas revelam modos de construção de muitas prescrições para o combate à pobreza e às desigualdades. Ainda que levem essas representações em consideração, no interior da análise, as investigações não se encerram nelas, visto que se procura compreender como as práticas sociais e políticas sugeridas nem sempre se encerram nas representações que externam. Ou seja, há uma representação sobre o pobre e a pobreza que nem sempre condiz com o que é sugerido, pelos documentos, para o combate à pobreza e suas mazelas. Há, muitas vezes, no interior dos RDHs, uma representação dos extremamente pobres como destituídos de meios para se fazerem ouvidos. A situação de privação e de impotência os leva a uma condição de inacessibilidade à educação, à participação política, à saúde, à moradia adequada e à renda; não impedindo tal representação que os formuladores dos documentos façam

inúmeras sugestões de expansão de políticas em que os mais pobres sejam partícipes.

Pode-se dizer que há uma multiplicidade de vozes e de representações que estão condensadas no interior dos Relatórios do Desenvolvimento Humano; por essa razão, não há um significado único nas prescrições e práticas sugeridas. Assim, não se tem como garimpar, no seu interior, uma linha única de raciocínio e de sugestões feitas aos estados-nações, aos governantes e à sociedade civil. A sua complexidade está justamente na fluidez das prescrições e diagnósticos que serão diferentes, a depender do momento analisado. Os sentidos (direcionalidades) e os significados dessas mudanças têm de ser buscados não internamente nos documentos, mas sim no contexto social no qual eles se inserem.

Há um caso bastante ilustrativo dessa situação. Os conteúdos dos RDHs, no decorrer das décadas de 1990 e de 2000, no que tange às consequências da pobreza extrema, deram muito menos ênfase às possibilidades de expansão das rebeliões, protestos e manifestações de rua do que o RDH de 2013. Como analisar isso? Somente se for feito uma passagem da condição interna do texto para o contexto social no qual ele foi produzido. A explosão das revoltas nos países pobres, no fim da primeira década de 2000, impõe uma agenda de discussões e de debates para os organismos internacionais, como as Nações Unidas, o que levou os produtores e diretores dos RDHs a uma recorrente necessidade de abordar os possíveis protestos e explosões de rua. E isso foi feito de modo que merece ser investigado com profundidade. O RDH de 2013 é primoroso no que diz respeito à possibilidade de estabelecer uma conexão entre as condições internas e externas de produção desse tipo de material prescritivo. Diante dos protestos e rebeliões em várias partes do mundo, o RDH foca regiões (o Brasil, por exemplo) que supostamente estariam em ascensão, em razão das melhorias sociais na área de educação, dos programas de transferência de renda condicionada, entre outras. Tais combates às mazelas sociais apareciam como o antídoto eficiente contra a

emergência de algumas formas de rebeliões. O diagnóstico não se confirma quando explode pelo Brasil, em junho de 2013, uma série de protestos e manifestações com críticas duríssimas ao modo como a saúde, a educação, o transporte público e a moradia vêm sendo tratados pelos governantes. Os próximos relatórios, certamente, refletirão sobre tais situações.

Ainda que os procedimentos de pesquisa tenham conexão com a perspectiva hermenêutica, não se está supondo que o pesquisador atribua ou descubra os significados do que está posto no documento através de uma hierarquização de palavras e expressões. Há um significado político construído socialmente nas prescrições feitas pelos RDHs, o qual pode ser captado somente através do seu confronto com os acontecimentos que permeiam a vida social e política atual. Isso pode ser lido como uma impossibilidade de “buscar os princípios que presidiram à construção do texto e (de) desvendar a origem do mesmo, pela compreensão daquilo que ele contém” (QUEIRÓZ, 2008, p.123). De certa forma, a postura assumida diante dos RDHs contém, de fato, uma recusa de situar a análise somente nos princípios que orientam a sua feitura, já que se concebe a construção do texto como intrinsecamente ligada ao contexto social que o gerou. A origem dos diagnósticos acerca da realidade social e das sugestões para mudança assenta-se não em ideias e princípios abstratos, mas sim no modo de articulação da vida política, dos interesses e dos desequilíbrios de poder reinantes no mundo hoje.

Maria Isaura Pereira de Queiróz (2008, p.126) faz uma afirmação que ajuda a entender as diversas atitudes que os cientistas sociais poderão ter diante dos documentos a serem analisados. Segundo ela, o pesquisador pode “tomá-los em sua peculiaridade e levantar os problemas que eles encerram; ou então efetuar a leitura depois de formuladas as questões que (ele) julgar interessantes, na suposição de que ele encerra elementos que permitem esclarecê-las. Estas atitudes se aplicam a todos os tipos de documentos” (QUEIRÓZ, 2008, p.126).

No primeiro caso, o ponto de partida e de chegada é o próprio documento. Neste, tem-se uma análise interna do texto. Esse tipo de atitude

alimentou diversas abordagens hermenêuticas e suscitou muitas críticas assentadas na pressuposição de que a investigação circunscrita ao texto é quase a negação de que existem fatos. Ganha preponderância a ideia de que, para muitos hermenutas, não há “fatos, (há) somente interpretações”¹⁹² (VATTIMO in DIAS, 1998, p.224). Para fugir dessa perspectiva, Thompson (1995, p.358) alerta sobre o fato de que “os processos de compreensão e interpretação devem ser vistos não como uma dimensão metodológica que exclua radicalmente uma análise formal ou objetiva, mas antes como uma dimensão que é, ao mesmo tempo, complementar e indispensável a eles”.

A articulação entre os elementos objetivos e subjetivos no processo de compreensão e interpretação de todo documento (e também dos RDHs) está posta no modo como o pesquisador lida com uma multiplicidade de significados que são construídos no encontro entre o que dispõe o documento e o que o pesquisador é capaz de capturar. O conhecimento deste último acerca do contexto social em que os textos analisados são construídos é que definirá a possibilidade de realizar uma investigação dos muitos significados implícitos e explícitos no texto.

Esta multiplicidade de sentidos tem sido denominada ‘horizontal’ porque ocorre no instante em que é validado o documento pelo pesquisador, ajuizando da simultaneidade de assuntos por ele veiculados. A variação vertical se dá através do tempo: em épocas diversas, cada documento será encarado de maneira diferente, outras informações serão buscadas nele, porque os interesses e focalizações dos estudiosos variam com o correr dos anos. A variação horizontal e variação vertical estão associadas: cada momento do tempo tem a especificidade de seus interesses, ao qual se associa a multiplicidade de informações que o documento oferece (QUEIRÓZ, 2008, p.130).

¹⁹² Está embutida nesta discussão a insistência das perspectivas hermenêuticas de que na “investigação social a constelação de problemas é significativamente diferente da constelação que existe nas ciências naturais. (...) O mundo sócio-histórico não é apenas um campo-objeto que está ali para ser observado; ele é também um campo-sujeito que é construído” (Thompson, 1995, p.358).

São de grande significado essas variações assinaladas por Maria Isaura P. Queiróz, pois é evidente a necessidade de levar em conta o momento histórico no qual os RDHs são produzidos e analisados. O fato de o pesquisador estar vivenciando o momento histórico em que o PNUD está encomendando os documentos tem reflexos na análise desses materiais. Tanto os produtores dos documentos quanto aqueles que os estão analisando vivem um processo inconcluso a respeito dos percursos e caminhos que seguirão as prescrições, os diagnósticos e as possibilidades (ou não) de redirecionar uma agenda pública em favor do desenvolvimento humano. A compreensão e a interpretação podem reconhecer sentidos e significados (sociais, políticos, econômicos, históricos, culturais) que têm de ser lidos à luz de uma processualidade capaz de lançar luzes sobre os documentos em questão. Conforme alerta Maria Isaura Pereira de Queiróz (2008), há um significado dado a cada tema abordado pelos elaboradores do documento e um significado captado pelo analista que se inscreve, inteiramente, no âmbito de um tempo histórico.

A captação dos significados das interações e das relações de interdependências posta nos documentos está ligada às circunstâncias (QUEIRÓZ, 2008, p.130) que envolvem tanto a feitura do documento quanto a sua decifração. Há, no caso dos RDHs, muitas orientações de significados que devem ser lidas à luz de um contexto social e político vigente no fim do século XX e no limiar do XXI. Por que há, nos RDHs, determinados diagnósticos sobre as consequências da pobreza extrema, da exclusão política, das desigualdades? Por que os elaboradores de tais documentos tecem uma teia de prescrições para combater, ainda que em parte e de modo gradual, tais situações?

Os pesquisadores somente poderão compreender o que significam as propostas dos RDHs – feitas à sociedade civil, às lideranças e aos governantes – de combate à privação (de renda, de escolaridade, de acesso à saúde) e à impotência (impossibilidade de intervir na vida social e política de modo a

mudar a própria vida e a dos demais) se entenderem a natureza das práticas sociais, das experiências, das ideias e das ações prevalecentes, num determinado momento histórico.

Deve-se ter em conta sempre, ao se trabalhar com documentos dessa natureza, que não há um único significado nas proposições postas nos RDHs. Essa multiplicidade de sentidos, de interpretação, tem a ver, conforme adverte Queiróz (2008), com os interesses diversos de cada pesquisador, os quais são externados por meio da construção de objetos e problemas sociológicos. Conforme afirma Norbert Elias (1998), há hoje um vasto fundo social de conhecimentos sobre os problemas da vida social. Pode-se dizer que tal fundo orienta tanto a feitura dos RDHs, no que diz respeito aos diagnósticos sobre a situação da privação no mundo atual e às prescrições para alcançar o desenvolvimento humano, quanto os processos de análises dos pesquisadores.

A multiplicidade de significados sobre participação política, segurança humana, direitos, adequação de capacidades e de habilidades, presentes nos documentos do PNUD, tem a ver com a perspectiva de que alguns organismos internacionais, associações e organizações diversas construam um conjunto de práticas sociais capazes de dar um determinado direcionamento à vida social. São tentativas de dismantelar, ainda que em parte, as imprevisibilidades. As prescrições feitas nos documentos – ora examinados – enquadram-se naquilo que se define como engenharia social, “em que tudo está previamente estabelecido” (FURTADO, 1992, p.75).

Dependendo do processamento da vida social, assiste-se a algumas mudanças nas propostas dos realizadores e editores dos relatórios. O sentido, o significado, a interpretação que eles dão a determinadas experiências, ações, ideias, atitudes, expectativas, perspectivas podem mudar de acordo com o fluxo histórico da vida social. Analisados, por exemplo, os diagnósticos sobre as consequências da não-participação política e as propostas de expansão da inclusão dos mais pobres nos processos decisórios, vê-se que as equipes

formuladoras tendem a observar as mudanças conjunturais e os acontecimentos de modo geral. Fazem isso cambiando e reformulando posturas aventadas em RDHs anteriores.

A multiplicidade de significados dados à participação, à democracia, ao combate à pobreza, às desigualdades, aos conflitos e à segurança humana revela os diversos embates políticos dentro do processo formativo dos relatórios e fora dele, uma vez que os elaboradores de tais documentos se mostram, expressivamente, atentos ao que se passa na arena política. Essa atenção parece redobrada no que diz respeito aos protestos, rebeliões, levantes, manifestações de rua, atuação de movimentos sociais, entre outros.

Nos RDHs estão condensadas muitas interpretações acerca das diversas circunstâncias e acontecimentos sociais que são continuamente interpretados por governantes, lideranças políticas da sociedade civil, movimentos sociais, associações e organizações diversas e pesquisadores. “A reflexão hermenêutica pode (...) nos ajudar a entender melhor o que está em jogo nos processos interpretativos, no movimento da compreensão” (SOARES, 1988, p.100). Por isso, a análise dos RDHs não pode se esgotar no próprio documento. Faz-se necessário averiguar como eles são lidos e interpretados por diversos grupos e indivíduos. O confronto entre as suas propostas e as possibilidades, ou não, de que as suas prescrições sejam efetuadas suscitam várias outras leituras e interpretações e isso leva a um processo inesgotável de diálogos entre interpretações diversas. Os governantes, as lideranças e a sociedade civil interpretam as propostas contidas nos relatórios; e tal (re)interpretação retorna aos próprios elaboradores dos RDHs, que são influenciados por ela. Tais influências aparecem, seguidamente, nos relatórios subsequentes. Conforme afirma Foucault (2000), o processo interpretativo é, então, inesgotável e múltiplo. São interpretações de interpretações¹⁹³ dentro de possibilidades infinitas¹⁹⁴.

Se os proponentes dos RDHs difundem uma série de encaminhamentos, que os governantes devem pôr em prática, é porque há a expectativa, por parte do PNUD, de que tais indicações sejam levadas em consideração nas políticas que serão futuramente implementadas. É o que diz Luiz Eduardo Soares (1988, p.113) “a interpretação se interporá entre princípios e circunstâncias singulares, como mediação inevitável”.

As propostas de ampliação da participação política no interior dos RDHs: algumas luzes lançadas pela abordagem hermenêutica

Conforme foi dito anteriormente, os RDHs não se constituem em objeto de pesquisa sociológica na sua forma ampla e genérica. A constituição de objetos, a partir deles, é um percurso que exige um conhecimento prévio dos relatórios e das circunstâncias em que eles foram produzidos. É necessário também compreender diálogos que os elaboradores desses documentos mantêm com um conhecimento já sedimentado sobre as situações a que eles se referem. São ainda relevantes os embates acerca das possibilidades de que seus diagnósticos sobre a realidade e suas prescrições de medidas para investir contra a pobreza, a discriminação e a exclusão sejam ouvidos pelos governantes, associações políticas, organizações da sociedade civil e governantes de modo geral. Somente a partir daí é que se pode arriscar na árdua tarefa de construção de objetos de estudos e de problemas sociológicos.

Ainda que se tenha conhecimento dos relatórios como um todo, os objetos e problemas sociológicos são construídos a partir de alguns elementos específicos que estão presentes nas suas várias edições. Entre esses, podem ser destacados os diagnósticos das causas e consequências do não-investimento no

¹⁹³ “(...) mesmo considerando que toda hermenêutica é interpretação, mas que nem toda interpretação é hermenêutica, Foucault mostra o quanto a interpretação é parte essencial do nosso mundo, da nossa história e por consequência de nós mesmos” (Sech Júnior, 2009, p.102).

¹⁹⁴ “Em A hermenêutica do sujeito predomina o tema ‘o cuidado de si’ que se articula necessariamente com o ‘conhecimento de si, sendo este alcançado através de práticas que, em maior ou menor grau, envolvem leituras e consequentemente interpretações” (Sech Júnior, 2009, p.101).

desenvolvimento humano. Todavia, esse fragmento tem um significado ímpar no interior das propostas e prescrições construídas pelos elaboradores e encampadores dos RDHs. Assim, pode-se afirmar que é possível construir vários objetos de análise em torno da questão da participação política como antídoto contra a pobreza extrema, a miserabilidade e a falta de acesso a direitos, à educação e à saúde – como defendido pelos produtores dos relatórios. Isso pode levar a crer que o tema da participação política é o centro de todos os documentos. Mas não o é. Ele é uma parte, ora mais ora menos explícita; ora mais ora menos presente. Todavia, não há momento algum em que ele não esteja exercendo um papel de grande significado no interior dos argumentos que abraçam, inteiramente, a ADH (Abordagem do Desenvolvimento Humano) fundada na necessidade de expansão de habilidades e capacidades políticas.

Portanto, a primeira hipótese interpretativa sobre uma parte requer um movimento de antecipação-tentativa do sentido do todo, denominado por Hans-Georg Gadamer (1998) [de] pré-compreensão. A aposta hermenêutica (...) se nutre basicamente de duas fontes: a tradição na qual se situa o intérprete, e que se projeta em um salto antecipatório, e a imaginação (SOARES, 1988, p.106).

O exame histórico-hermenêutico das discussões sobre participação e descentralização política visa, então, desvendar o significado dado a tais processos para a consecução do objetivo de fazer avançar o desenvolvimento humano. Se esse último é o todo almejado, a inclusão política capaz de expandir as capacidades é, então, parte fundamental desse processo. No movimento reflexivo hermenêutico, as relações entre a parte e o todo estão interligadas de modo bastante particular.

A tentativa inicial de captar o sentido de uma parte tornando-a compreendida por (em) um todo hipotético será testada quando a parte seguinte for examinada. É possível e provável que esse passo imponha uma revisão na atribuição de sentido proposta inicialmente para o todo. A revisão será necessária quando a segunda parte avaliada resistir à assimilação compreensiva do todo-hipotético antecipado. Correções sucessivas do percurso conduzirão a antecipações apoiadas em suportes parciais mais amplos, a iluminações corretivas recíprocas, entre partes e todo, até que uma formulação compreensiva global se revele pertinente,

razoável, provável, aceitável pelos interlocutores virtuais. O paradoxo da dependência mútua entre partes e todo revela a um só tempo a necessidade da *démarche* analítica, que submete a totalidade à decomposição e à insuperável exigência de antecipações (projetivo-criativa) compreensivas (SOARES, 1988, p.106).

Toma-se, então, o desenvolvimento humano como um todo a ser alcançado. As melhorias na renda, no acesso à educação, à saúde e à participação política são decompostas em partes somente para fins analíticos, já que é praticamente impossível apreender as várias nuances e aspectos de cada um desses elementos sem operar uma sistematização específica dos dados e argumentos construídos – pelos elaboradores do documento, ao longo de centenas de páginas – acerca da ligação entre não-participação política e não-solução das mazelas sociais.

No caso das análises dos diagnósticos sobre as consequências da combinação de pobreza extrema, não-acesso à educação e à saúde com a exclusão política – nefastas para o desenvolvimento humano – observa-se sempre que eles vêm acompanhados de muitas prescrições de ações, procedimentos, atitudes e políticas públicas que, supostamente, seriam indicados para combater os processos centralizadores de poder. Geralmente, são pouco observadas, em tais prescrições, as condições sócio-históricas responsáveis por desequilíbrios de poder extremos nos países que compõem o hemisfério sul. A ampliação da participação política é tratada com certo otimismo que se manifesta de vários modos no interior dos RDHs. Evidentemente, os produtores dos relatórios acabam dando destaque às experiências exitosas que teriam ocorrido em alguns países, em alguns momentos. Se os êxitos são, ou não, duradouros não se discute com profundidade, pois, de modo explícito, tentam os RDHs gerar percepções, perspectivas, expectativas, atitudes, disponibilidades favoráveis e voltadas para a expansão da participação política entre os indivíduos mais pobres.

Mas o que significa, para os formuladores dos RDHs, participar politicamente de algumas instâncias decisórias? Significa que as populações

mais pobres devem encontrar, principalmente no âmbito local, espaços para intervir na agenda pública e desenvolver, de modo paulatino e durável, a capacidade e a habilidade para construir e sustentar demandas de melhorias de acesso à renda, à educação, à saúde e à moradia adequada.

Há, no mínimo, duas questões que ajudam a explicitar a natureza das prescrições contidas nos RDHs. Em primeiro lugar, deve-se perguntar qual é o significado, neste momento histórico, de tais prescrições que, de certa forma, encarregam os próprios indivíduos de encontrar soluções para os problemas em que estão mergulhados?¹⁹⁵ Em segundo, deve-se observar se os diagnósticos sobre as causas e os efeitos da pobreza extrema e sobre um efetivo e profundo desequilíbrio de poder vigente na América Latina, África, Ásia e Oceania – e também as prescrições para solucionar tais situações – são, ou não, pensados em vista das condições históricas geradoras de tais condições.

No concernente ao primeiro caso, ou seja, o significado da construção de prescrições de ampliação das doses de participação política como forma de diminuir a pobreza extrema, deve-se observar que os produtores dos relatórios lançam mão, na maioria dos casos, de discursos sociológicos sobre a importância da participação¹⁹⁶. Há “uma relação de apropriação potencial pelos sujeitos” (THOMPSON, 1995) formuladores dos relatórios. Estes utilizam tais

¹⁹⁵ Todos os RDHs (ver, principalmente, PNUD/RDH, 1993; 1995; 1997; 2002; 2003; 2010; 2013) trazem elementos relevantes sobre a participação política como um antídoto contra a pobreza extrema, a qual foi definida, no RDH de 1997, através do IPH (Índice de Pobreza Humana) e, no RDH de 2010, por meio do IPM (Índice de Pobreza Multidimensional). O IPH “utilizava as médias do país para refletir privações agregadas na saúde, na educação, e no padrão de vida” (PNUD/RDH, 2010, p.99). Desde 2010 o IPH foi substituído pelo IPM (Índice de Pobreza Multidimensional). Este “é o resultado da contagem da pobreza multidimensional (o número de pessoas que são pobres em termos multidimensionais) e do número médio de privações que cada família multidimensionalmente pobre sofre (a intensidade da pobreza)” (PNUD/RDH, 2010, p.100).

¹⁹⁶ O RDH de 1990 destaca a importância de existir uma “maior investigação sobre as formas e o impacto da tomada de decisão descentralizada e os mecanismos para induzir uma participação efetiva, sobre tudo entre grupos em geral desorganizados e com pouca capacidade de influência, como, por exemplo, mulheres pobres e pessoas sem terra. Assim mesmo, o papel desempenhado pelo setor privado e pelas ONGs na promoção do desenvolvimento humano também precisa de estudos adicionais” (PNUD/RDH, 1990, p.147).

argumentos e os enriquecem com as falas recorrentes das lideranças dos movimentos sociais acerca da importância da descentralização do poder decisório. É praticamente impossível na atualidade fazer referência a processos de mudança – tais como o fazem os elaboradores dos RDHs – sem se ater a questões como cidadania, democracia, desconcentração do poder de decisão, participação, entre outras questões. Tais questões adentram e influenciam o discurso dos diversos agentes e não somente o dos produtores e encampadores dos relatórios investigados.

Se a hermenêutica nos recorda que o campo-objeto da investigação social é também um campo-sujeito, ela também nos recorda que os sujeitos que constituem o campo-sujeito-objeto são, como os próprios analistas sociais, sujeitos capazes de compreender, de refletir e de agir fundamentados nessa compreensão e reflexão (THOMPSON, 1995, p.359).

Mas há, ainda, outro elemento que adentra os textos dos relatórios: a crescente difusão de uma individualização (BAUMAN, 1999; 2000, 2001) que tende a encarregar os indivíduos da solução de problemas que lhes fogem ao controle inteiramente, tais como as condições atuais de produção e reprodução da pobreza extrema, das desigualdades e dos desequilíbrios de poder. Os produtores dos documentos, em alguns momentos, tentam encontrar um equilíbrio entre encarregar as próprias pessoas de se responsabilizar por ajudar-se a si mesmas e aos outros a solucionar os problemas sociais e a exigir que os governantes tenham um comprometimento efetivo com o combate às mazelas sociais. Veja-se, o que diz o RDH de 1991:

As pessoas são as melhores defensoras de seus próprios interesses, sempre e quando lhes deem a oportunidade de fazê-lo. Portanto, muitas vezes o melhor que pode fazer os governos desejosos de empreender reformas é assegurar a participação plena dos indivíduos na comunidade e na nação. Entretanto, o fato de assegurar a participação das pessoas não significa deixar que elas sejam responsáveis por sua própria sorte. O governo deve fornecer ajuda ativa e deve descentralizar a tomada de decisões em matéria de desenvolvimento (PNUD/RDH, 1991, p.164-5).

No que diz respeito ao modo como os relatórios indicam a possibilidade e a necessidade de ampliação de participação política, verifica-se que os textos trazem, quase sempre, um conjunto de prescrições genéricas, mostrando que é possível que, nas diversas sociedades, ocorram formas de ações políticas que elevem a atuação, principalmente, no âmbito local, dos segmentos mais empobrecidos. Há aconselhamentos sobre como realizar isto, há exemplos de várias regiões do mundo que teriam superado diversos obstáculos e conseguido algum grau de intervenção na vida política local.

Observe-se que todos os elementos postos nos parágrafos anteriores representam um desafio para a abordagem hermenêutica, uma vez que não há como se ater somente às condições internas da produção dos textos. As condições externas são fundamentais, já que há um constante diálogo entre os documentos e os inúmeros embates, ideias, atitudes e posturas políticas, produzidos pelas diversas configurações (Estado, intelectuais, movimentos sociais, organismos internacionais, associações e organizações diversas que compõem a sociedade civil).

Pode-se perguntar: por que, no limiar do século XXI, os Relatórios do Desenvolvimento Humano são idealizados e criados? E por que eles parecem guardar tantas afinidades com inúmeras investigações sobre pobreza, democracia, participação política? As respostas a essas perguntas não podem ser encontradas em uma abordagem interna dos próprios textos. A arte de sua decifração passa pela compreensão da relação que os produtores dos documentos estabelecem com seu entorno (sociedade civil, governantes, segmentos intelectuais e políticos diversos).

Os formuladores dos RDHs, ao discutirem a necessidade de ampliação da participação política, deixam evidente que se apropriam de muitos resultados de pesquisas sobre essa temática, mas que também reinterpretam e sugerem, em vista de seus objetivos, a maneira de operacionalizar a expansão das habilidades e capacidades participativas. “É devido ao fato de a investigação social estar ligada a um campo-objeto, que é constituído em parte

de sujeitos capazes de compreensão, reflexão e ação. (...) Os resultados de tal investigação podem, em princípio, [ser] apropriados” (THOMPSON, 1995, p.360).

Ao insistirem que o desenvolvimento humano pode ser alcançado somente se houver a possibilidade de “delegar poder aos pobres” (PNUD/RDH, 1991, p. 165), os que formulam e encomendam os relatórios mostram-se conectados com um dado momento histórico, no qual há quase uma saturação da ideia de que, “no que concerne à descentralização, o remédio está na educação, na delegação de responsabilidade e no desenho de estruturas e sequências de tomada de decisões apropriadas” (PNUD/RDH, 1991, p.165). Através da abordagem histórico-hermenêutica, é possível conceber como esses aconselhamentos sobre participação e descentralização podem ter usos específicos, em contextos e momentos também singulares. Faz-se necessário averiguar até que ponto tais sugestões e propostas dos RDHs compõem um quadro ideológico, conforme sugere John B. Thompson (1995), que aponta e mascara, ao mesmo tempo, os desequilíbrios de poder atuais e as dificuldades de ampliação da participação dos segmentos mais pobres.

No que tange ao debate posto nos diversos relatórios sobre a participação e a descentralização políticas, é necessário explicar as várias sugestões e propostas que vão se fazendo presentes nas centenas de páginas editadas anualmente pelo PNUD. Através dessas explanações, verificam-se, no interior dos documentos, quais são os desafios locais e nacionais para a efetivação de processos de inclusão política; quais são as (im)possibilidades, nas diversas nações do hemisfério sul, de expansão de procedimentos favoráveis aos interesses coletivos (de modo geral) e aos interesses dos mais pobres (de modo particular). A explanação objetiva, ainda, demarcar as discussões sobre a possibilidade, ou não, do desenvolvimento de consensos capazes de favorecer a implantação de políticas voltadas aos que vivem em condição de privação profundamente arraigada.

Pode-se perguntar qual é o papel da explanação numa análise histórico-hermenêutica? Qual é a relação entre explanação e interpretação? J.B. Thompson (1995, p.362) considera que as duas devem ser tomadas como complementares “dentro da teoria compreensiva interpretativa. [São] passos que se apoiam mutuamente ao longo de um único arco hermenêutico”. Por essa razão, as análises dos RDHs são muitas vezes extensíssimas, porque exigem longas explanações sobre como são tecidas, tortuosamente e com muitas idas e vindas, as discussões e os diagnósticos acerca da pobreza, da não-participação política e das desigualdades. No caso da exclusão social e política e de sua possibilidade de superação, através de uma educação e de uma participação geradora de habilidades e capacidades, há dezenas de prescrições que, segundo os documentos, devem ser seguidas pelas sociedades latino-americanas, africanas e asiáticas.

As considerações sobre as dificuldades e possibilidades de os países destes continentes superarem a pobreza e a exclusão social e política extremas não seguem um único percurso, visto que são muitas as equipes encarregadas de produzir os relatórios, assim como não seguem um mesmo caminho as prescrições de ações para ampliar um tipo de participação política que fosse capaz de colocar, na agenda pública, as demandas dos mais pobres. Em alguns RDHs, dá-se peso maior ao Estado; em outros, menor, como o ente que deveria investir em políticas sociais (saúde, educação, moradia) capazes de criar as bases para uma melhor participação dos mais pobres na arena política.

No entanto, ainda que haja algumas especificidades entre as prescrições postas no interior dos RDHs, deve-se dizer que todos eles têm, como núcleo central de suas sugestões, a busca da instalação de processos de governança e de governação. A primeira é entendida como uma forma de administração que deve envolver não somente o governo, mas também a sociedade, nos seus diversos segmentos para tornar possível a busca de soluções para os problemas relacionados com as seguintes dimensões: segurança¹⁹⁷, capacidade¹⁹⁸ e

inclusão¹⁹⁹. A proposta de inclusão e participação política pautada em processos de governança está assentada na atuação de um conjunto de atores políticos (Estado, governo, sociedade civil, Organizações Não-Governamentais – ONGs, organizações voluntária etc.) que devem agir em prol do desenvolvimento humano. Conforme diz Rhodes (1997, p.3), a governança²⁰⁰ é composta por “redes intergovernamentais auto-organizadas”.

Se o “objetivo da análise sócio-histórica é reconstruir as condições sociais e históricas da produção, circulação e recepção” (THOMPSON, 1995, p.366) dos Relatórios do Desenvolvimento Humano, deve-se ter em conta que todas as mensagens contidas nos documentos têm de ser lidas à luz dos acontecimentos sociais, econômicos e políticos, na segunda metade do século XX. Os relatórios materializam uma multiplicidade de vozes, debates, discussões, proposições e interesses acerca do desenvolvimento social e humano; e o fazem utilizando-se de vários argumentos que direcionam tanto a análise das dificuldades de superação da miserabilidade e da pobreza como as sugestões de superação da privação de renda e da impotência política para determinados campos de ações. É a partir daí que devemos compreender o modo como os procedimentos denominados de governação e de governança predominam no interior dos documentos.

Por essas razões, a análise hermenêutica empreendida nesta pesquisa lança mão do contexto sócio-histórico no qual se desenvolveu e se solidificou um conjunto de propostas assentadas numa ideia de eficiência político-administrativa denominada governança. E por que se torna palatável a insistência dos RDHs nessa forma de articulação política entre diversos atores?

¹⁹⁷ “A dimensão de segurança é abordada na ótica de duas medidas, genericamente complementares, de aferição da probabilidade de eclosão de um conflito interno e vulnerabilidade ao conflito¹⁹⁷” (PNUD/RDH, 2013, p.209).

¹⁹⁸ “A dimensão da capacidade é abordada sob o prisma da capacidade dos governos para mobilizar recursos e aplicar de forma eficiente” (PNUD/RDH, 2013, p.209).

¹⁹⁹ “A dimensão de inclusão é analisada na ótica da democraticidade das instituições e também de uma inclusão mais alargada” (PNUD/RDH, 2013, p.209).

²⁰⁰ Sobre governança, ver ainda: (Smith, 2010).

Porque também muitos segmentos da sociedade civil organizada – uma boa parte dos intelectuais, dos dirigentes institucionais, das lideranças partidárias, sindicais e de outras associações e organizações – encamparam as ideias de governança e as transformaram numa forma de justificar ações e procedimentos.

Então, deve-se pontuar que a análise textual dos RDHs é feita em vista do processo argumentativo construído sempre em correlação com aquilo que vem sendo proposto, analisado, discutido e divulgado como possível de ser implementado – por diversas configurações – para a sociedade como um todo. As equipes que produzem os documentos estão inteiramente cientes do modo como devem construir os seus argumentos. Elas, para usar uma expressão de Michel Foucault (2005), interpretam e são interpretadas ao mesmo tempo. Ocorre, assim, um processo de decifração, por parte daqueles que estão à frente da elaboração dos relatórios, do que é aceitável e palatável, como proposta de ação para governantes e sociedade civil de modo geral. Esta e aqueles sentem que devem dar ouvidos aos diagnósticos e prescrições postos nos RDHs, porque também interpretam os argumentos dentro de um dado contexto histórico em que cristalizam determinados entendimentos acerca das causas, consequências e soluções dos problemas atuais.

O exame das condições sócio-históricas e dos argumentos utilizados pelos RDHs para convencer lideranças, governantes, associações, organizações, etc., da necessidade de ampliar a participação política nos processos decisórios revela campos de interações e de jogos configuracionais (definidos, segundo Elias, 1997, como um conjunto de coerções e de tensões multipolarizadas)²⁰¹ elucidadores dos (des)caminhos postos em andamento no

²⁰¹ O conceito de configuração, conforme Elias (2001) pode ser utilizado para definir grupos pequenos de pessoas, grupos médios e/ou grupos de milhões de indivíduos. O elemento central para que tais grupos formem configurações é a existência de relações de interdependência entre eles. Crianças, jovens e adultos numa escola (professores, alunos), trabalhadores de determinada empresa, habitantes de uma nação, militantes de um movimento social, de um sindicato e de um partido político formam várias configurações. Os partícipes de uma

mundo atual para, supostamente, solucionar problemas relacionados à pobreza extrema, à exclusão política, ao não-acesso à saúde, à educação e à moradia adequados. Em vista dessas interações e da atuação das diversas organizações (Estados, organismos internacionais, governos, associações diversas, organizações da sociedade civil, entre outras) estabelecem-se e se aceitam (ou não) pactos, acordos e declarações de intenções (tal como a Declaração do Milênio). Os RDHs foram construindo – em suas várias centenas de páginas, ao longo de mais de 20 anos – um conjunto de argumentos visando convencer os governantes, os estados e as organizações da sociedade civil a endossar e a colocar em andamento um conjunto de prescrições para que houvesse, na década de 1990, melhoras nos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e, na década de 2000, para que se cumprisse a agenda pública acordada pelos estados-membros das Nações Unidas, denominada Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Todos os argumentos construídos em torno da necessidade de ampliação da participação política anunciam um sentido direcionado rumo aos possíveis avanços nos cumprimentos das metas do milênio. Lança-se mão, então, da combinação da análise sócio-histórica e argumentativa²⁰². Todavia, não se está buscando o sentido válido do argumento, mas sim o sentido visado. Ou seja, que tipo de corpo de argumentação é construído em torno de inúmeros temas (pobreza, desigualdades, participação política, cooperação internacional, democracia, novas tecnologias, educação, meio ambiente, entre inúmeros outros) que podem formar um entendimento político sobre as condições sociais atuais? Que tipo de propósito tem a defesa da efetivação de ações, que gravitam ao redor das metas de ampliação do desenvolvimento humano, em todos os recônditos do planeta? Que tipo de consenso social e político procura-

associação de interesses, de um organismo internacional, de um governo, de um Estado, de uma nação, de um setor dentro de uma atividade econômica, de uma rede de interesses (a OMC – Organização Mundial do Comércio, por exemplo) formam também configurações diversas.

²⁰² Sobre a análise argumentativa, ver: (Thompson, 1995; Liakopoulos, 2002)

se construir com o estabelecimento de metas e de objetivos calcados em determinados diagnósticos abraçados no interior dos relatórios?

Ainda que a compreensão dos textos denominados RDHs tenha que se ater às argumentações construídas pelas equipes que encomendam, produzem e encampam os relatórios, esta pesquisa não se enquadraria, rigorosamente, em um modelo de análise argumentativa, pois ela não tem o objetivo de “trazer o argumento para o primeiro plano da pesquisa” (LIAKOPOULOS, 2002, p.218), nem de proceder a uma análise profunda das estruturas de argumentação por meio de uma desconstrução dos argumentos através de confrontações entre alegações, proposições, dados, possibilidades, ou não, de refutação. Por isso, ao analisar as propostas – contidas nos RDHs – de ampliação da participação política de modo a englobar os mais pobres, descentralizar os processos decisórios e democratizar o espaço de construção de demandas, entre outros procedimentos, não se está buscando as formas de codificação e decodificação dessas prescrições, mas sim procurando saber como os argumentos, nunca lineares e dotados de um único conjunto de proposições e asserções, podem ser decifrados em vista das motivações, dos interesses e dos embates políticos que evidenciam.

Nesta pesquisa, não se está realizando uma análise argumentativa clássica que se atenha a demonstrar “como a argumentação configura os resultados”²⁰³ (THOMPSON, 1995, p. 223) que poderão, ou não, ser alcançados. Interessa-se, muito mais, em demonstrar que os argumentos postos nos RDHs elucidam conexões de sentidos (relações de interdependência, de

²⁰³ Considera-se como uma análise argumentativa clássica a análise empreendida por Toulmin (1958) e seus seguidores (Ball, 1994; Putnam & Geist, 1985). Trata-se de modelos que sistematizam, através de alguns passos, a estrutura da argumentação.

Mediante um texto, uma fala ou um discurso, isso é feito da seguinte maneira: a) Busca-se o modo como são estruturadas e encadeadas as proposições de um ou mais argumentos; b) Mostra-se em que dados tais proposições se assentam; c) Demonstram-se as premissas que necessitam, suportam e validam tais dados; d) Ressalta-se a maneira como a exposição das proposições, dados e premissas tentam angariar aceitabilidade; e) E, por fim, investiga-se como os argumentos investem em estratégias para evitar as refutações. Habermas (1987) tece diversas críticas às análises argumentativas centradas em sistemas formais e semânticos. Todavia, ele recebe influências de Toulmin (Alves, 2009).

poder, de dominação, de interesses, de conflitos) entre indivíduos, estados, nações, sociedades, organismos internacionais, governantes e organizações e associações da sociedade civil. Assim, os RDHs não são estudados com vistas à elucidação de uma estrutura argumentativa, mas sim com o objetivo de demonstrar como eles fazem parte de uma tentativa de imprimir uma dada direcionalidade aos processos sociais atuais.

Assim, não é a estrutura argumentativa que está em primeiro plano, mas sim o contexto sócio-histórico que torna possível processar uma leitura dos argumentos à luz dos muitos jogos configuracionais que vem à tona quando os documentos fazem suas propostas e sugestões de ações aos governantes, estados e organizações e associações diversas. Há uma narrativa do desenvolvimento humano, expressa numa linguagem formadora de um conjunto de argumentos, que está sendo interpretada, essencialmente, a partir dos embates e interesses políticos que dela irradiam. Conforme insistia Norbert Elias em muitos de seus trabalhos “as ‘ações e ideias não podem ser explicadas e entendidas se forem tratadas isoladamente; elas precisam ser entendidas e explicadas dentro do esquema’ da figuração” (BAUMAN apud RIBEIRO DA SILVA, 2010, p.197).

Assinale-se que a perspectiva hermenêutica de profundidade (HP), que orienta em parte a investigação dos relatórios, exige que as análises, a sócio-histórica e a textual, sejam complementadas por

(...) uma construção criativa do significado, isto é, de uma explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito. (...) Estamos interpretando um campo pré-interpretado; estamos projetando um significado possível que pode divergir do significado construído pelos sujeitos que constituem o mundo histórico-social. Como uma reinterpretação de um campo objetivo pré-interpretado, o processo de interpretação é necessariamente arriscado, cheio de conflito e aberto à discussão. A possibilidade de um conflito de interpretação é intrínseca ao próprio processo de interpretação (THOMPSON, 1995, p.376).

Considerações Finais

Demonstrou-se que, no caso da investigação dos RDHs, os procedimentos de pesquisa devem procurar compreender a estrutura de significados contida nos documentos (MAY, 2004). Considera-se que “o documento pode ser localizado em um contexto político e social mais amplo” (MAY, 2004, p.213). Daí a necessidade de “examinar os fatores que cercam o processo de sua produção, assim como o contexto social. (...) O que as pessoas [grupos, organizações, instituições] decidem registrar é informado pelas decisões que, por sua vez, relacionam-se aos ambientes sociais, políticos e econômicos dos quais são parte” (MAY, 2004, p. 213).

Os elaboradores dos RDHs, ao proporem medidas e ações que combatam a pobreza, as desigualdades, as privações de acesso à educação e à saúde, constroem uma teia de argumentações que devem ser lidas num processo de dupla hermenêutica, conforme assinala A. Giddens (1989). Ao mesmo tempo que influenciam o debate público (acadêmico e político), as equipes produtoras dos relatórios são influenciadas pelo modo de governantes, pesquisadores, intelectuais e organizações da sociedade civil pautarem, proporem e executarem ações e procedimentos. É o que John B. Thompson (1995, p.359) denomina “re-interpretação de um campo pré-interpretado”.

Ainda que se atente para as diferenças que há entre eles (Giddens, Thompson e Foucault)²⁰⁴ atinente a uma maior ou menor capacidade de ação dos sujeitos, também este último, em *A ordem do discurso* (2013), ressalta a importância de compreender como os saberes e os discursos sociológicos são utilizados, em muitas ocasiões, para construir um conjunto de práticas e prescrições. Acredita-se que através da análise dos significados diversos e entrelaçados presentes nos textos, que compõem os relatórios, torna-se possível desvendar uma multiplicidade de diálogos, posições políticas e interesses que

²⁰⁴ Sobre o tenso diálogo de Giddens com Foucault, ver: (Gomes, Almeida e Vaz, 2009).

aparecem, muitas vezes, dentro de uma roupagem que invoca, de muitas formas, o saber sociológico construído na segunda metade do século XX.

Há muitos discursos e pensamentos embutidos nos relatórios. Constatase, tendo por base os textos de Norbert Elias (1999), que eles são produzidos e controlados por uma gama de indivíduos e de configurações. O grande desafio é compreender e interpretar as propostas, sugestões, reflexões, representações acerca da pobreza, das desigualdades, da participação política e do desenvolvimento humano sem se perder “em especulações sem limites, em fantasias²⁰⁵, brincando com as ideias” (ELIAS, 1999, p.22).

Não há dúvida de que todas as propostas formuladas pelos produtores dos RDHs revelam uma forma de interpretação dos problemas atinentes às (im)possibilidades do desenvolvimento humano no mundo atual. Essa leitura veiculada nos documentos necessita ser, sempre, confrontada com as condições sócio-históricas vigentes em cada país. Pode-se perguntar: até que ponto os relatórios globais do desenvolvimento humano estruturam seus argumentos, interpretação e propostas, tendo como pano de fundo as condições histórico-processuais de cada nação? As interpretações acerca dos elementos produtores e perpetuadores da pobreza necessitam ser interpretadas à luz de contextos históricos específicos. Muitas perspectivas otimistas veiculadas pelos elaboradores dos relatórios derivam de interpretações dissociadas das singularidades bloqueadoras do desenvolvimento humano entendido como um processo de ampliação da renda, do acesso à educação, à saúde, à participação política, aos direitos e à moradia adequada.

Conforme alerta Norbert Elias (1999), a tarefa mais importante em estudos sobre as ideias, as propostas, os discursos, as narrativas sobre o desenvolvimento social global é averiguar o que de fantasioso e o que de realista há neles. No caso das propostas de ampliação da participação política

²⁰⁵ Perder-se em fantasias quer dizer perder-se em “sonhos individuais, (...) desejos, (...), especulação metafísica, sistemas coletivos de crenças, ideologias”, etc. (Elias, 1999, p.24).

que englobe os segmentos mais pobres como forma de desconcentração do poder no mundo atual, não há dúvida de que se detecta, nos RDHs, uma boa dose de fantasia, a qual tem de ser confrontada pelos fatos que podem indicar até que ponto há, ou não, em contextos específicos, avanços nos processos de distribuição de poder, recursos e renda.

Há situações no desenvolvimento do conhecimento humano em que os problemas permanecem insolúveis porque os fatos necessários para sua resolução ainda são desconhecidos. Há outras em que o estoque de conhecimento da sociedade oferece com abundância os fatos necessários; as modalidades predominantes de pensamentos, as categorias e conceitos preexistentes, entretanto, obstruem o caminho da solução (ELIAS, 1998, p.287).

Bibliografia

- ALVES, Marcos A. S. Racionalidade e argumentação em Habermas. **Knesis**. Marília, V.1, n.2, p.179-195, out. 2009.
- BALL, William J. Using Virgil to analyze public Policy arguments: a system based on Toulmin's Informal Logic. **Social Science Computer Review**, New York, v.12, n.1, p.26-37, 1994.
- BAUER, Martin. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão, in: BAUER, M. W. e GASKELL, Georg. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002. p.189-217.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. Hermenêutica e teoria social moderna, in: RIBEIRO DA SILVA, Fábio R. *Realismo e redes: dilemas metodológicos na obra de Anthony Giddens*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p.188-198 (Anexos – Tradução).
- BONA, Aldo N. *Paul Ricoeur e uma epistemologia da história centrada no sujeito*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br>> Acesso em 30 jun. 2014.
- BONFIM, Vinícius S. Gadamer e a experiência hermenêutica. **Revista CEJ**, Brasília, n.49, p.76-82, jun. 2010.
- DIAS, Maria Odila Silva. Hermenêutica no cotidiano: na historiografia contemporânea. **Proj. História**, São Paulo, n.17, p.223-258, 1998
- DILTHEY, Wilhelm. *Introduction à l'Etude des Sciences Humaines*. Paris: PUF, 1942.
- DILTHEY, Wilhelm. *Edification du monde historique dans les sciences de l'Esprit*. Paris, CERF, 1988.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1997
- ELIAS, Norbert. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições Setenta, 1999.

ELIAS, Norbert. Tarde demais ou cedo demais: notas sobre a classificação da teoria do processo e da figuração, in: *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 144-163.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos. Arqueologia das Ciências Humanas e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2013.

FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GADAMER, Hans. G. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GOMES, Ivan M.; Almeida, Felipe Q. de, Vaz, Alexandre, F. Sobre corpo, reflexividade: um diálogo entre Anthony Giddens e Michel Foucault. **Política & Sociedade**, Florianópolis, V.8, n.15, p.299-319, out.2009.

HABERMAS, Jurgen. *Teoria de la acción comunicativa I: racionalidad de la acción y racionalización social*. Madrid: Taurus, 1987.

LIAKOPOULOS, Miltos. Análise argumentativa. In: BAUER, M. W. e GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002. p.218-243.

MAY, Tim. *Pesquisa social*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PUTNAM, Linda L. e GEIST, Patricia. Argument in Bargaining: an analysis of the reasoning process. **Southern Speech Communication Journal**, Londres, n. 50, p.225-245, 1985.

QUEIROZ, Maria Isaura P. Análise de documentos em Ciências Sociais, in: LUCENA, C. T. et al. (orgs.) **Pesquisa em Ciências Sociais: textos CERU**, São Paulo, Série 2, n.10. p.119-145, 2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/RDH (1990): *Relatório do Desenvolvimento Humano: Definição e medição do desenvolvimento humano - Relatório do Desenvolvimento Humano 1990*. Nova York, PNUD/ONU. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990>> Acesso em 02 abr. 2014

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/RDH (1991): *Relatório do Desenvolvimento Humano: Financiamento do Desenvolvimento Humano*. Nova York, PNUD/ONU. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1991>> Acesso em 12 abr.2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/RDH (1993): *Relatório do Desenvolvimento Humano: Participação popular*. Nova York, PNUD/ONU. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1993>> Acesso em 03 mar. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/RDH (1995): *Relatório do Desenvolvimento Humano: La revolución hacia la igualdad en la condición de los sexos*. Nova York, PNUD/ONU. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1995>> Acesso em 12 jan.2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/RDH (1997): *Relatório do Desenvolvimento Humano: desenvolvimento humano para erradicar a pobreza*. Nova York, PNUD/ONU. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1997>> Acesso em 02 fev.2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/RDH (2002): *Relatório do Desenvolvimento Humano: Aprofundar a democracia num mundo fragmentado*. Nova York, PNUD/ONU. Disponível em: <<http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2002/download/pt>> Acesso em 02 dez. 2014

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/RDH (2003): *Relatório do Desenvolvimento Humano: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana*. Nova York, PNUD/ONU. Disponível em <<http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2003/download/pt>> Acesso em: 11 fev 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/RDH (2010): *A verdadeira riqueza das nações: caminhos para o desenvolvimento humano*. Nova York, PNUD/ONU. Disponível em: <<http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2010/download/pt>> Acesso em: 11 jun.2014

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/RDH (2013): *A ascensão do sul: progresso humano num mundo diversificado*. Nova York, PNUD/ONU. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh>> Acesso em: 20 mar. 2013.

REIS, José C. *Wilhelm Dilthey e a autonomia das Ciências histórico-sociais*. Londrina: Eduel, 2003.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação*. Lisboa: Edições 70, 2000.

RHODES, Rod. *Understanding Governance*. Milton Keynes: Open University Press, 1997.

RUDIGER, Francisco. *Ciência social crítica e pesquisa em comunicação: trajetória histórica e elementos de epistemologia*. Porto Alegre: Gattopardo, 2009.

SEN, Amartya. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

SECH Júnior, Alexandre. A hermenêutica do sujeito em Michel Foucault. **Revista AdVerbum**, Curitiba, v.4, n.2, p.95-103, dez. 2009.

SCOCUGLIA, Jovanka, B. C. A hermenêutica de Wilhelm Dilthey e a reflexão epistemológica nas Ciências Humanas contemporâneas. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.17, n.2, p.1-20, dez. 2002.

SMITH, Andy. Governança de múltiplos níveis: o que é e como pode ser estudada, in: PETERS, G. e PIERRE, J (orgs.) *Administração pública*. São Paulo: Unesp, ENAP, 2010.

SOARES, Luiz Eduardo. *Hermenêutica e Ciências Humanas. Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p.100-142, 1988.

STEIN, Ernildo. A consciência da história: Gadamer e a hermenêutica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 mar. 2002. Caderno Mais, p.2.

UL HAQ, Mahbub. *A Cortina da pobreza: opções para o terceiro mundo*. São Paulo: Nacional, 1978.

UL HAQ, Mahbub. *Reflections on Human Development*. Nova York: Oxford University Press, 1995. 288p.

THOMPSON, John. B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOULMIN, Stephen E. *The uses of arguments*. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.

Palavras-chave:

Desenvolvimento humano, análise documental, hermenêutica.

Resumo: Apresentar uma proposta teórico-metodológica de análise dos documentos intitulados *Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs)*, encomendados pelas Nações Unidas, é a finalidade deste estudo. Não se fará, neste artigo, uma reflexão extensiva sobre as diversas temáticas dos referidos documentos nem se construirá, a partir deles, um objeto específico de investigação. Tem-se como proposta indicar alguns caminhos teórico-metodológicos que podem orientar a construção de objetos e de procedimentos de pesquisa quando se está diante de fontes documentais como estas. O objetivo deste texto é, então, explicitar os procedimentos de investigação que estão orientando as reflexões sobre os RDHs. Assentadas numa perspectiva histórico-hermenêutica, as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas, há alguns anos, sobre os relatórios, têm o propósito de desvendar os embates políticos orientadores de uma forma de interpretar e de conduzir a vida social. As interpretações contidas nos documentos não visam somente revelar os fatores bloqueadores do desenvolvimento humano, mas sim direcionar a formulação de uma agenda pública de ações, práticas e procedimentos.

Keywords

Human development, documentary analysis, hermeneutics.

ABSTRACT: To provide a theoretical-methodological approach of analysis of documents entitled Human Development Reports (HDRs), commissioned by the United Nations, is the purpose of this study. In this article, we will not make an extensive reflection on the various topics of such documents nor will we construct, based on them, a specific object of investigation. Our proposal is to indicate some theoretical and methodological approaches that can guide the construction of objects and search procedures when faced with documentary sources such as these. The aim of this paper is then to explain research procedures that are guiding the reflections on the HDRs. Based on a historical-hermeneutic perspective, the research being developed for some years about the reports, are intended to unravel the guiding political clashes in a way to interpret and lead a social life. Interpretations contained in the documents are intended not only to reveal the blocking factors of human development, but to direct the formulation of a public agenda of actions, practices and procedures.

Recebido para publicação em junho/2015

Aceito para publicação em agosto/2016

Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): Um Estado da Arte na Pós- Graduação

Cristiano das Neves Bodart

Faculdade Novo Milênio (BRA)

Marcelo Pinheiro Cigales

Universidade Federal de Santa Catarina
(BRA)

Introdução

O ensino de Sociologia vem se constituindo como um (sub)campo de pesquisa no interior das Ciências Sociais no Brasil (OLIVEIRA, 2015; FERREIRA; OLIVEIRA, 2015). Um dos marcos desse processo é a Lei 11.864 de 2008, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, tornando a Sociologia e a Filosofia disciplinas obrigatórias na grade

curricular do Ensino Médio. Essa normativa, impulsionada pela organização de agentes advindos de organizações sindicais (CARVALHO, 2004), acadêmicas (MORAES, 2011; OLIVEIRA, 2014) e do engajamento político de estudantes e professores, foi determinante para que o ensino de Sociologia fosse viabilizado como tema de pesquisa nos programas de pós-graduação no Brasil. Destarte, as políticas educacionais – como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), fomentado pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – incluíram, respectivamente, em 2009 e 2012, a Sociologia em suas ações. Essa configuração parece ter motivado a organização de dossiês temáticos, em que a Sociologia escolar é presente como tema de pesquisa bem como a organização de Grupos de Trabalho que buscam discutir a questão do ensino por meio de eventos estaduais, regionais e nacionais, como os Encontros Nacionais dos Cursos de Ciências Sociais (1999, 2000, 2001, 2003, 2004, 2005 e 2008), os Congressos Nacionais dos Sociólogos (1996, 1999, 2002, 2005, 2008) e a inserção de três novos espaços de diálogo para o avanço do debate sobre o Ensino de Sociologia, a saber: 1) o Grupo de trabalho de Ensino de Sociologia no Congresso Brasileiro de Sociologia (2005, 2007, 2009, 2011 e 2013, 2015); 2) o Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica (2009, 2011 e 2013, 2015) e; 3) I Congresso da Associação Brasileira de Ensino das Ciências Sociais-ABECS (2013). Além disso, a Sociedade Brasileira de Antropologia e a Associação Brasileira de Ciência Política têm inserido de forma gradual a discussão do ensino como temática de pesquisa nos seus congressos, assim como a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais que, no ano de 2016, aprovou um Seminário da pós-graduação (SPG) dedicado ao tema das Ciências Sociais e Educação.

Se, no processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, a educação como tema de pesquisa foi um objeto rejeitado, como aponta Dias da Silva (2002) e Cunha (1992), tudo indica que a conjuntura atual, que se

caracteriza pela obrigatoriedade da disciplina na educação básica e sua inclusão em políticas educacionais nacionais, tem possibilitado a discussão do ensino da Sociologia no interior do campo acadêmico e científico, mais especificamente na pós-graduação, visto que os estudantes de licenciatura em Ciências Sociais vislumbram nessa conjuntura a possibilidade de especialização da carreira docente a partir da realização de um mestrado e/ou doutorado voltado a sua prática profissional.

Dado o contexto de expansão das pesquisas sobre ensino de Sociologia nos programas de pós-graduação no Brasil, o objetivo deste artigo é mapear e categorizar os principais temas de pesquisa das dissertações e teses que tenham como foco o “ensino de Sociologia”. Também buscamos compreender a trajetória profissional desses(as) pesquisadores(as), evidenciando a trajetória daqueles(as) que concluíram o doutorado, buscando compreender a(s) lógica(s) de inserção no mercado de trabalho. Também daremos ênfase à distribuição espacial e institucional dos trabalhos de pós-graduação defendidos até o ano de 2015 cujo foco foi o ensino de Sociologia.

Para isso, realizamos inicialmente buscas no *site* “Banco de Teses Capes”, sendo utilizados os seguintes descritores: “ensino de Sociologia”, “Sociologia no Ensino” e “Sociologia na escola”. Em um segundo momento, realizamos o mesmo procedimento no Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia (IBICT). Reconhecendo que muitas vezes existem falhas no repasse das informações a esses bancos de dissertações e teses, realizamos uma busca na *internet* de “repositórios” e “base de teses e dissertações” a fim de realizar a mesma busca nestes. Assim, repetimos os mesmos procedimentos nos repositórios institucionais das seguintes instituições de Ensino Superior, cuja base de dados estava com acesso aberto na *internet*: PUC-CAMPINAS, PUC-MG, PUC-PR, PUC-RJ, PUC-RS, PUC-SP, UFAM, UEFS, UEL, UEPB, UEPE, UEPG, UERJ, UFABC, UFBA, UFC, UFG, UFMG, UFMS, UFMS, UFPA, UFPE, UFPEL, UFPL, UFPR, UFRGS, UFRJ, UFRN, UFRP, UFSC, UFMS, UFU, UNB, UNESP, UNICAMP, USP, UNIR, UNIFESP, UNINOVE,

UFES, UNIOESTE e UNB.

O artigo de Fuentes e Oliveira (2014) nos ajudou a encontrar uma indicação de dissertação de 1993 que não encontramos em nosso levantamento. O levantamento dos dados foi realizado entre os dias 13 e 14 de junho de 2016.

Em relação ao mapeamento das trajetórias acadêmicas e profissionais de tais pesquisadores, buscamos informações na Plataforma Lattes, disponível no site do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico²⁰⁶.

O quanto e o que se pesquisa quando o tema é ensino de sociologia na pós-graduação brasileira?

A reintrodução oficial do ensino de Sociologia no Ensino Básico, no ano de 2008, tem sido apontada como um dos fatores responsáveis pelo maior interesse de pesquisadores na temática “ensino de Sociologia” (OLIVEIRA, 2015). Em 2010, Ileizi Fiorelli Silva trazia uma primeira sistematização dos principais estudos sobre o ensino de Sociologia. Na ocasião, afirmava que a intermitência da Sociologia no currículo das escolas de Ensino Fundamental e Médio havia se constituído em “um amplo objeto de estudo e um programa de investigação ainda em fase de estruturação no campo de pesquisa da educação e das Ciências Sociais” (SILVA, 2010, p.23). A autora ainda indicava que havia uma descontinuidade na produção pedagógica e científica em torno do ensino de Sociologia escolar, o que dificultava a compreensão de suas trajetórias, assim como a elaboração de estratégias e instrumentos pedagógicos.

Em síntese, Silva (2010) – ao buscar compreender o que se estudava quando o tema era ensino de Sociologia – destacava, a partir de uma revisão de literatura, que “nos estudos voltados para a sociologia no Ensino Médio, há uma tendência de privilegiar a história da legislação” em detrimento dos

²⁰⁶ Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>>. Acesso em: 05 de Agos. 2016

agentes envolvidos no processo legislativo e nos movimentos de inclusão da Sociologia no Ensino Médio. Destacou também que já se vislumbrava um avanço nos estudos dedicados à análise do conteúdo e sentido atribuídos ao ensino de Sociologia em diferentes contextos, dando destaque para o incremento de estudos dedicados aos manuais, às representações de professores e alunos de Sociologia, à função do ensino de Sociologia e aos desafios quanto as definições de conteúdos a serem ministrados nas salas de aula, além de trabalhos que se dedicavam a dicotomia da formação do bacharel (formação para a pesquisa) e do licenciado (formação para a docência) em Sociologia.

Um levantamento de teses e dissertações realizado por Handfas e Maçaira (2014) mostra que, até o ano de 2012, havia 43 dissertações e teses relacionadas ao Ensino da Sociologia, sendo que 53% desses trabalhos eram advindos dos programas de pós-graduação em Educação. O estudo das autoras destaca a existência de seis grandes temas de pesquisa nas dissertações e teses analisadas: currículo; práticas pedagógicas e metodologias de ensino; concepções sobre a Sociologia escolar; institucionalização das Ciências Sociais; trabalho docente e formação do professor (HANDFAS; MAÇAIRA, 2014, p. 52). Naquele momento, as autoras concluíram que as pesquisas estavam mais voltadas à compreensão das formas da implementação do ensino de Sociologia nos currículos, aos recursos didáticos e à prática pedagógica do professor do que a uma compreensão mais ampla dos processos didáticos, elementos históricos e sociológicos que envolvem a presença da Sociologia nos contextos escolares.

Outro levantamento sobre as dissertações e teses referentes ao ensino de Sociologia foi realizado por Caregnato e Cordeiro (2014). As autoras buscaram na base de dados da CAPES, as palavras-chave: ensino de Ciências Sociais; Educação e Ciências Sociais; ensino de Sociologia; Educação e Sociologia. O levantamento foi voltado aos programas de pós-graduações de Sociologia, Antropologia, Ciência Política e Educação, no período de 1998 a 2008. Naquele período, conforme as autoras, o banco de dados contava com “(...)

informações de 21 universidades públicas e 56 programas de pós-graduação, nos quais identificamos 24 pesquisas relacionadas ao tema” (CAREGNATO e CORDEIRO, 2014, p. 42). Dos 19 trabalhos a que as autoras tiveram acesso na íntegra, destacaram-se nove, dos quais Caregnato e Cordeiro (2014) identificaram três abordagens: formação e atuação do profissional egresso das Ciências Sociais; relação entre a disciplina acadêmica e disciplina escolar e percepções dos atores sobre a disciplina escolar.

Os trabalhos completos apresentados em eventos também são alvo de análises. Oliveira (2016) buscou compreender os principais temas e formação acadêmica dos autores do Grupo de Trabalho (GT) “Ensino de Sociologia” da Sociedade Brasileira de Sociologia, entre os anos de 2005 e 2015. A partir da leitura na íntegra dos 155 trabalhos apresentados, o autor destaca duas temáticas:

a) a formação de professores de Ciências Sociais/Sociologia; b) as metodologias de ensino de Sociologia no Ensino Médio. Em ambos os casos, é recorrente que os autores se assentem principalmente, ainda que não exclusivamente em alguns casos, no relato de experiência, assumindo no segundo eixo um caráter também propositivo para o Ensino de Sociologia.

Em análise anterior, o mesmo autor (2015) faz balanço sobre o campo do ensino de Sociologia no Brasil e atesta que a presença da Sociologia no currículo escolar, após sua reintrodução, passava a estar demarcada pela presença mais incisiva na produção acadêmica da Sociologia. Conforme o autor:

O processo de ampliação da produção também tem sido acompanhado pela sua diversificação, ampliando-se as temáticas exploradas, ao mesmo tempo em que outras passam a ter menor espaço, como no caso do debate sobre a institucionalização do Ensino de Sociologia, que fora um dos temas mais explorados até meados dos anos de 2000 (OLIVEIRA, 2015, p. 10).

Esse estudo nos parece ter por base os dados empíricos levantados até 2012 por Handfas e Maçaira (2014), ainda que tenha sido publicado em 2015, e mesmo tratando-se de um pesquisador envolvido nesse campo de estudo, suas

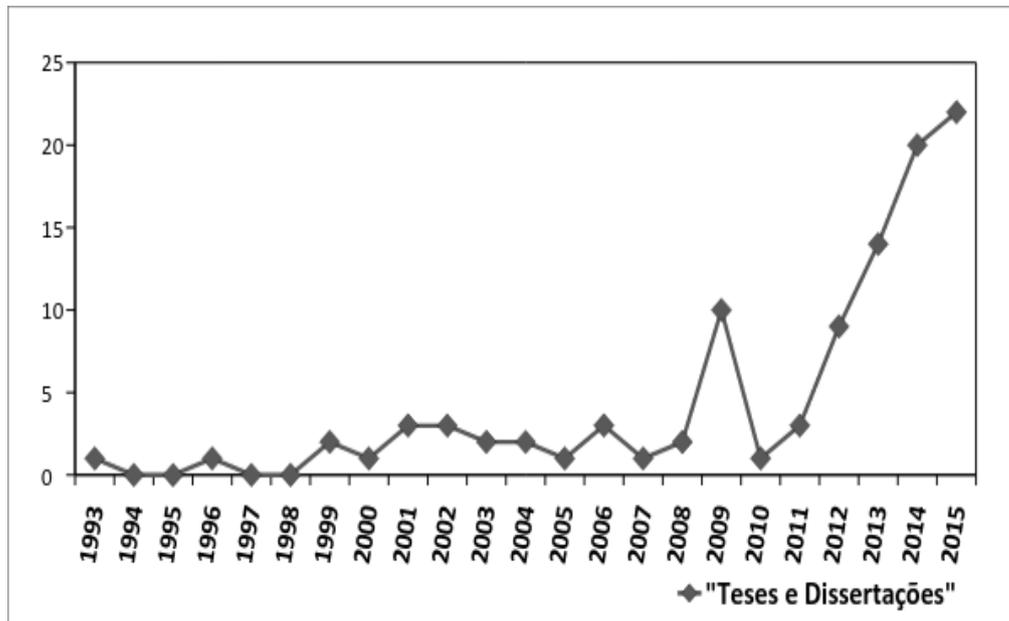
considerações estão pautadas em dados que carecem de atualizações.

Nesse sentido, retomar, ainda que de forma muito breve, as considerações dos trabalhos de Silva (2010), Handfas e Maçaira (2014) Caregnato e Cordeiro (2014) e de Oliveira (2015; 2016) nos possibilita compreender a trajetória da percepção do que e do quanto se estudou em torno da temática “ensino de Sociologia”. No entanto, um estudo atualizado pautado em novo levantamento nos parece ser fundamental para compreendermos o estado da arte nas pesquisas de pós-graduação que tiveram por escopo o ensino de Sociologia, sem, contudo, recorrermos a estas como fonte de dados empíricos, a fim de que possíveis erros metodológicos ou limitações de acessos não sejam reproduzidos. Por isso, o presente trabalho buscou seus dados diretamente nas bases de teses e dissertações.

A partir do levantamento que realizamos, em junho de 2016, identificamos 106 trabalhos defendidos/apresentados em programas de pós-graduação *strictu senso*, sendo 12 teses de doutoramento e 94 dissertações de mestrado. Se considerarmos o levantamento de Handfas e Maçaira (2014), realizado no ano de 2012, como ponto de partida para uma comparação, notaremos um incremento de 64 novos trabalhos concluídos até junho de 2016, representando uma ampliação de 74,4%.

Como destacamos em trabalho anterior (BODART; CIGALES, 2015), em 2015, completou-se o 90º aniversário do decreto que tornou a disciplina obrigatória na escola secundária no Brasil, em 1925. Apesar da trajetória histórica (quase centenária) desse processo, as limitações de acesso aos bancos de dados e escassa bibliografia sobre o assunto nos impossibilita a realização de uma análise de todo o período, pois apenas recentemente as teses e dissertações passaram a serem disponibilizadas em ambientes *online* pela Capes e pelas instituições de Ensino Superior. Assim, nossa análise tem início em 1993. O gráfico 1 nos apresenta a evolução do volume de teses e dissertações defendidas entre janeiro de 1993 e dezembro de 2015.

Gráfico 1 – Evolução do número de teses e dissertações defendidas entre 1993 e 2015 sobre a Sociologia no Ensino Básico.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de diversas bases de dados, 2016.

Nota-se que, enquanto em 2012, data do levantamento de Handfas e Maçaira (2014), tivemos 9 trabalhos defendidos/apresentados em programas de pós-graduação *strictu sensu*; em 2103 observamos 14 trabalhos; em 2014, 20 trabalhos e, em 2015, 22 teses e dissertações. Em 2016, considerando os seis primeiros meses, identificamos apenas 5 trabalhos, o que pode ser hipoteticamente explicado pelo fato de que as defesas costumam ocorrer no fim de cada um dos semestres do ano (julho e dezembro) e ao fato de que é recorrente a demora dos trabalhos em serem disponibilizados nos bancos de teses e dissertações em razão de demandas burocráticas e também pela carência de tempo dada aos autores para disponibilizar a versão final pós-banca. Por esse motivo, nossa análise, quando buscar comparações longitudinais, desconsiderará os referidos trabalhos de 2016.

A partir do gráfico 1, observamos que, em 2009, ano posterior à inclusão da Sociologia no currículo do Ensino Básico, tivemos uma ampliação considerável no volume de trabalhos de pós-graduação *strictu senso* defendidos, se compararmos a todos os anos anteriores. Em 2011, nota-se uma queda seguida de uma retomada na ampliação desse volume nos anos seguintes. Nossa hipótese comunga com aquela apresentada por Oliveira (2015), que aponta as políticas educacionais, surgidas após 2008, como colaboradoras para a tendência crescente do interesse de pesquisadores em relação ao tema ensino de Sociologia, mais especificamente dois programas: i) o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) –, regulamentado no dia 24 de junho de 2010, através decreto nº 7.219²⁰⁷ e assinado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad – e ii) o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que, em 2012, selecionou dois livros de Sociologia para o Ensino Médio, sendo ampliando para seis no edital de 2015.

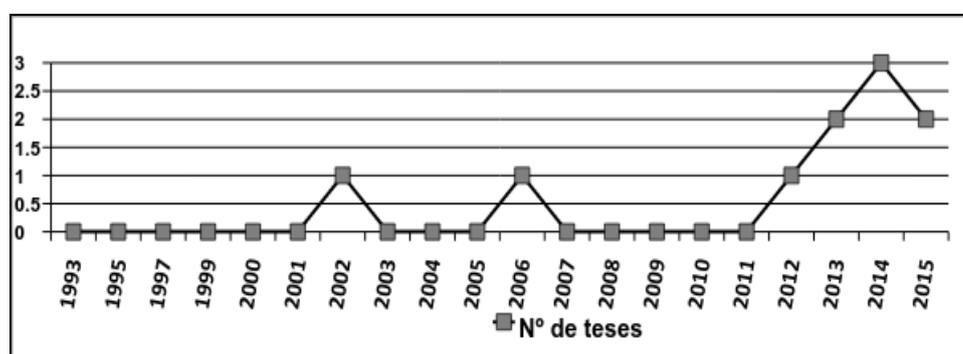
Além dos programas governamentais mencionados, destacamos também a importância de uma série de iniciativas nos espaços institucionais de pesquisa, tais como a existência de eventos nacionais e internacionais com espaços para a discussão do tema ensino de Sociologia, a publicação de livros coletâneas (ERAS, 2014; ERAS; OLIVEIRA, 2015); ampliação de Grupos de Pesquisa (NEUOLD, 2014; NEUOLD, 2015) e da organização de diversos dossiês voltados ao Ensino de Sociologia, tais como aqueles que destacamos em trabalho anterior (CIGALES, BODART, 2016): Revista Cronos (v.8, n.2, 2007), Mediações (v.12, n.1, 2007), Revista Inter-legere (nº.9, 2011), Revista Urutágua (n.24, 2011), Cadernos do CEDES (n.85, 2011); PerCurso (v.13, n.1, 2012), Revista Coletiva (n.10, 2013), Saberes em Perspectiva (v.4, n.8, 2014), O Público e o Privado n. 24 (2014), Revista de Ciências Sociais UFC v. 45, n. 1 (2014), Revista Café com Sociologia (v.3, nº1, 2014; v.4. n.3 2015),

²⁰⁷ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm>. Acessado em: jun. 2016.

Educação e Realidade (v.39, nº1, 2014), Revista Brasileira de Sociologia (v.2, n. 3, 2014) e Em tese (v. 12, n. 2, 2015); Em Debate (n. 13, n. 14, 2015) e da Revista Inter-legere (n. 17, 2016), no momento em processo de finalização.

Se observamos apenas as teses (ver gráfico 2), notaremos que a presença da temática ensino de Sociologia é ainda mais recente, tendo sido a primeira tese defendida em 2002; a segunda, em 2006 e a terceira, só em 2012. O maior volume de teses defendidas ocorreu em 2014 (3 no total).

Gráfico 2 – Evolução do número de teses defendidas entre 1993 e 2015 sobre a Sociologia no Ensino Básico.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de diversas bases de dados, 2016.

Ainda que evidenciado uma ampliação de dissertações voltadas ao ensino de Sociologia, nota-se que o número de teses cujo escopo tenha sido essa temática é insipiente.

Neste trabalho, buscando identificar e categorizar as temáticas mais comuns nas dissertações Identificamos que estas são variadas, ainda que haja um maior número de trabalhos dedicados a temas já apontados pelo trabalho de Handfas e Maçaira (2014) em relação aos seis eixos: currículo, prática pedagógica, metodologia de ensino, concepções sobre a Sociologia escolar, institucionalização e trabalho docente. Identificamos ainda o surgimento de outras temáticas, tais como: formação docente e o livro escolar. Isso se deve ao

fato de que, a partir de 2012, o PIBID e o PNLD abarcaram o ensino de Sociologia, seja nos cursos de formação de professores ou na distribuição de materiais didáticos (livro do aluno, livro do professor, CD-ROM) para as escolas. Nesse sentido, acreditamos que os trabalhos ainda são tímidos em relação a análises mais amplas sobre a implantação do PIBID e do PNLD e que esses programas acabam sendo tratados de forma transversal a partir da análise mais específica da realidade educacional.

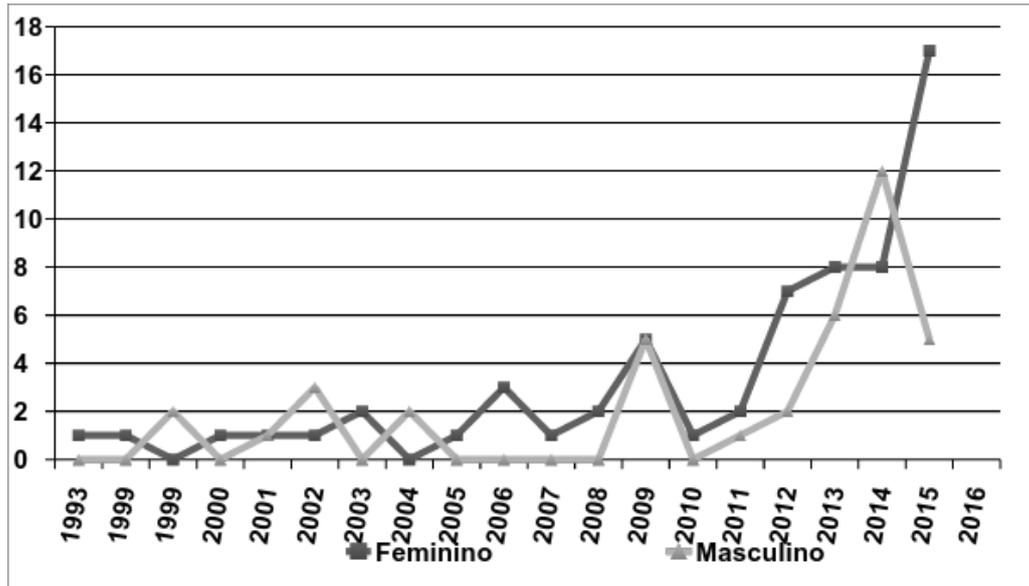
Um dos principais eixos de análise continua sendo a da institucionalização da Sociologia; porém, como salientamos em trabalho anterior (CIGALES; BODART, 2016), há uma perspectiva de análise histórica mais recente, principalmente analisando os contextos regionais com a (re)introdução do ensino de Sociologia e das experiências didáticas e metodológicas advindas com sua presença nas escolas.

Quem e onde se pesquisa quando o tema é ensino de sociologia na pós-graduação brasileira?

Identificando o perfil dos pesquisadores quanto ao sexo, percebe-se que – das 94 dissertações apresentadas no período analisado – 35 (ou 37,2% do total) foram realizadas por pesquisadores do sexo masculino; das 13 teses, apenas duas (15,3%) foram defendidas por pesquisadores do sexo masculino. Assim, a grande maioria dos pesquisadores que se dedicaram à temática “ensino de Sociologia” durante a pós-graduação *stricto sensu* é composta por mulheres. Observando a evolução da composição sexual dos pesquisadores (ver gráfico 3), notamos que – apenas nos anos de 1999, 2002, 2004 e 2014 – o número de trabalhos apresentados/defendidos por homens foi mais elevado. A maior disparidade, nesses casos, ocorreu no ano de 2014, quando 8 trabalhos foram produzidos por mulheres, “contra” 12 defendidos por homens. No ano de 2015, a superioridade do número de trabalhos desenvolvidos por mulheres foi bem maior quando comparado aos demais anos analisados, tendo sido 17

dissertações e teses apresentadas por mulheres, frente a 5 apresentadas por homens.

Gráfico 3 – Evolução do número de dissertações e teses segundo o sexo do pesquisador (1993-2015).



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de diversas bases de dados, 2016.

Nota: Entre 1994 e 1998 não foram encontrados registros de dissertações ou teses cujo escopo tivesse sido o ensino de sociologia.

Destaca-se que, no período analisado, apenas a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo aferiram o título de doutor a pesquisadores do sexo masculino que se dedicaram à temática “ensino de Sociologia”.

Em 2012, Handfas e Maçaira indicaram que havia na época uma tendência de ampliação de pesquisas relacionadas ao ensino da Sociologia nos cursos de Ciências Sociais; porém tais pesquisas eram majoritariamente concentradas em programas de Educação, sendo o mesmo aferido por Oliveira (2015). Propusemos-nos atualizar tal estado da arte, objetivando também identificar quais programas e instituições de ensino abriram espaços para que

pesquisadores defendessem suas pesquisas sobre ensino de Sociologia.

Tabela 1 – Distribuição de dissertações e tese por programa (1993-2016).

Programa de pós-graduação	Teses	Dissertações	Total	Total (%)
Educação	8	43	51	48,1
Ciências Sociais	0	31	31	29,2
Sociologia	1	15	16	15,0
Antropologia Social	1	0	1	0,9
Ciência Política	0	1	1	0,9
Sociologia Política	0	1	1	0,9
Sociologia e Antropologia	0	1	1	0,9
Sociedade e Linguagem	0	1	1	0,9
Educação Agrícola	0	1	1	0,9
Desenvolvimento Rural	1	0	1	0,9
Políticas públicas e Formação Humana	1	0	1	0,9
Todos os programas	12	94	106	100

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de diversas bases de dados, 2016.

Nota: área sombreada refere-se a programas das Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política).

A tendência identificada por Handfas e Maçaira (2014) de que os trabalhos concentravam-se, até o ano de 2012, prioritariamente nos programas de pós-graduação em Educação não é tão clara atualmente (48,1%). Se agruparmos os programas de Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia Social, Sociologia Política, Sociologia e Antropologia e Ciência Política, teremos um percentual de 47,8%, bem próximo da participação total de teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em Educação. Esse incremento deu-se, sobretudo, por mérito dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais. Até o ano de 2012, eram 9 dissertações e teses sobre o ensino de Sociologia e, entre 2013 a 2016, tivemos um incremento de 21 trabalhos defendidos/apresentados nesses programas, destacando-se o programa de pós-graduação *stricto sensu* profissional em Ciências Sociais, com 9 dissertações apresentadas em 2015 e uma, em 2016. Ressalte-se, ainda, a criação do Mestrado profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio da Fundação Joaquim Nabuco (que formou a primeira turma em 2016); assim como a linha de pesquisa sobre Ensino de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina e, por fim, a aprovação pela CAPES (junho de 2016) da abertura do Mestrado Profissional em Rede para o Ensino de Sociologia (ProfSocio), tendo como instituição âncora a Fundação Joaquim Nabuco, em parceria com 10 instituições de ensino superior do Brasil. Esses programas possivelmente farão com que a produção sobre Ensino de Sociologia ganhe visibilidade quantitativa no interior dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Sociais, posição até então ocupada pelos programas de pós-graduação em Educação. Assim, observamos uma tendência, de curto prazo, de maior participação dos cursos de Ciências Sociais sobre as pesquisas em ensino de Sociologia.

Buscando identificar onde as teses e dissertações têm sido apresentadas/defendidas, encontramos trinta e oito instituições de Ensino Superior. A tabela 2 apresenta um *ranking* dessas instituições, elaborado a partir do volume de dissertações e teses apresentadas/defendidas.

Tabela 2 – Número de teses e dissertações defendidas por instituição de Ensino Superior (1993-2016).

Posição	Instituição	Nº de teses e dissertações
1ª	Fundação Joaquim Nabuco	10
2ª	Universidade Estadual de Londrina	8
3ª	Universidade de São Paulo	7
3ª	Universidade Federal de Santa Catarina	7
4ª	Universidade Federal do Rio de Janeiro	6
4ª	Universidade Federal do Paraná	6
5ª	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	5
5ª	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	4
5ª	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	4
5ª	Universidade Estadual de Campinas	4
5ª	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	4
5ª	Universidade Federal de Alagoas	4
5ª	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	4
6ª	Universidade de Brasília	3
6ª	Universidade Federal de Pelotas	3
6ª	Universidade Federal do Ceará	3
7ª	Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro	2
7ª	Universidade Estadual de Maringá	2
7ª	Universidade Federal de Santa Maria	2
8ª	Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro	1
8ª	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	1
8ª	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1
8ª	Universidade do Vale do Rio Sinos	1

8ª	Universidade Estácio de Sá	1
8ª	Universidade Estadual do Ceará	1
8ª	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	1
8ª	Universidade Federal da Grande Dourados	1
8ª	Universidade Federal da Paraíba	1
8ª	Universidade Federal de Goiás	1
8ª	Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá	1
8ª	Universidade Federal de Pernambuco	1
8ª	Universidade Federal de Rondônia	1
8ª	Universidade Federal de Uberlândia.	1
8ª	Universidade Federal Fluminense	1
8ª	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	1
8ª	Universidade Metodista de Piracicaba	1
8ª	Universidade Nove de Julho	1
Total		106

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de diversas bases de dados, 2016.

Por meio da tabela 2, notamos uma participação tímida de programas de pós-graduação *stricto sensu* de instituições privadas de Ensino Superior, destacando-se destas apenas a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com seis dissertações de mestrado. Essa situação pode ser explicada pelo fato de a maior parte das pós-graduações *stricto sensu* estar nas instituições públicas. É importante lembrar que não há um esforço concreto por parte das instituições privadas para que as dissertações e teses estejam nos bancos de teses consultados por esta pesquisa, embora não acreditemos ser essa a explicação cabal para a sua quase ausência neste levantamento.

Com exceção da Fundaj, localizada na Região Nordeste do Brasil, é perceptível que a produção sobre o ensino de Sociologia está concentrada nas instituições localizadas nas Regiões Sul e Sudeste. Isso tanto nos parece ser

reflexo do processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil (MICELI, 1989; 1995) – em que São Paulo e Rio de Janeiro ocupam lugar de destaque devido à criação dos primeiros cursos superiores de Sociologia no país – quanto pela mobilização política pelo retorno do ensino de Sociologia a partir da década de 1980, que conseqüentemente mobilizou alguns agentes em torno da inserção dessa temática no Ensino Superior (MORAES, 2015); bem como da organização sindical (CARVALHO, 2004) alocados nessas regiões. Por meio da tabela 3, é possível observar o número de teses defendidas em torno da temática “ensino de Sociologia”.

Tabela 3 – Número de teses defendidas por instituição de Ensino Superior (1993-2016).

Instituição	Nº de teses
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	3
Universidade de São Paulo	3
Universidade Federal do Paraná	1
Universidade Federal da Paraíba	1
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	1
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1
Universidade Federal de Santa Maria	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1
Total	12

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de diversas bases de dados, 2016.

Notamos que, embora em uma análise geral de trabalhos de pós-graduação *stricto sensu*, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul não se destaque no *ranking* que considera dissertações e teses, estando na 5ª posição, a

mesma apresenta o maior número de teses voltadas ao ensino de Sociologia, defendidas entre 1993 e 2016, junto à Universidade de São Paulo – ambas com três teses defendidas no período.

A disparidade entre o número de dissertações e de teses pode ter relação direta com o fato de as duas instituições que possuem mestrado sobre o ensino de Sociologia – a Fundação Joaquim Nabuco e a Universidade Estadual de Londrina – não ofertarem doutorado nessa área. Esse fato indica a necessidade de linhas de pesquisas voltadas ao ensino de Sociologia em programas de doutoramento, a fim de que os mestres deem continuidade em seus estudos no doutorado.

Como salientam Oliveira e Silva (2016), existem poucas linhas de pesquisa voltadas a questões educacionais no interior dos Programas de pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil. De forma geral, a educação como tema de pesquisa encontra-se de forma difusa no interior desses programas. Dos 52 programas no âmbito da Sociologia avaliados pela CAPES, que possuem diferentes nomenclaturas – “(...) 27 programas em Ciências Sociais (51%); dezoito em Sociologia (35%); três em Sociologia Política (6%); dois em Sociologia e Antropologia (4%); um em Planejamento e Políticas Públicas (2%); um em Políticas Públicas e Sociedade (2%)” (OLIVEIRA, SILVA, 2016, p. 03) –, poucos são aqueles que têm como foco de pesquisa a questão educacional. Nesse sentido, podemos levantar a hipótese de que a disparidade do número de teses em comparação com as dissertações advém dessa conjuntura no âmbito da pós-graduação, que inviabiliza a continuidade dos estudos em programas de doutoramento com a temática “ensino de Sociologia”.

Ainda que tenhamos uma ampliação do número de dissertações que se dedicaram à temática “ensino de Sociologia”, nota-se que há uma presença muito tímida de teses, o que evidencia que tal tema ainda é considerado menor no interior do campo científico. Talvez a ampliação de dissertações seja mais

um reflexo da necessidade de aperfeiçoar mão de obra docente para o Ensino Médio do que trazer definitivamente o tema para o centro das preocupações das pesquisas em Ciências Sociais/Sociologia ou Educação.

Considerações Finais

Objetivando averiguar o “Estado da Arte” da temática “ensino de Sociologia”, encontramos um cenário marcado por mudanças recentes e significativas, as quais vêm corroborando para estruturação e avanço desse subcampo de pesquisa – ainda que notemos permanências e novos desafios.

Dentre os avanços, destacamos a Lei 11.684/2008, impondo a obrigatoriedade da disciplina na Educação Básica; a inclusão da Sociologia nas ações do Programa de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); a criação de novas linhas de pesquisa e implementação de mestrados profissionais sobre o Ensino de Sociologia (já que o mestrado é ensino de Ciências Sociais) e a criação e ampliação de eventos, livros-coletâneas, revistas, dossiês e grupos de pesquisa sobre a temática.

Na pós-graduação *stricto sensu*, observamos mudanças significativas. Entre 1998 e 2008, as pesquisas estiveram mais voltadas à compreensão das formas da implementação do ensino de Sociologia nos currículos, nos recursos didáticos e na prática pedagógica do professor do que a uma compreensão mais ampla dos processos didáticos, elementos históricos e sociológicos que envolvem a presença da Sociologia no contexto escolar (HANDFAS; MAÇAIRA, 2014). Silva (2010) destaca que os estudos com tema “ensino de Sociologia” estavam prioritariamente voltados à história da legislação. Sobre isso, identificamos que há um claro avanço nos estudos dedicados à análise do conteúdo e sentido atribuídos ao ensino de Sociologia em diferentes contextos, assim como uma maior preocupação em estudar os manuais, as representações de professores e alunos de Sociologia, a função do ensino de Sociologia e os desafios quanto às definições de conteúdos a serem ministrados nas salas de

aula, além de trabalhos que se dedicavam a dicotomia da formação do bacharel (formação para a pesquisa) e do licenciado (formação para a docência) em Sociologia. Assim, notamos uma ampliação de preocupações tomadas como problema de pesquisa. Buscando identificar e categorizar as temáticas mais comuns nas dissertações e identificamos que, hoje, essas são mais variadas, ainda que haja um maior número de trabalhos dedicados aos temas já apontados pelo trabalho de Handfas e Maçaira (2014) em relação aos seis eixos: currículo, prática pedagógica, metodologia de ensino, concepções sobre a Sociologia escolar, institucionalização e trabalho docente. Além desses, identificamos o surgimento de outras temáticas, tais como: formação docente e o livro escolar.

Dentre as permanências identificadas, nota-se que um dos principais eixos de análise continua sendo a da institucionalização da Sociologia, porém há uma perspectiva de análise histórica mais recente, principalmente analisando os contextos regionais com a (re)introdução do ensino de Sociologia e das experiências didáticas e metodológicas advindas da sua obrigatoriedade.

A tendência identificada por Handfas e Maçaira (2014) de que os trabalhos concentravam-se, até o ano de 2012, prioritariamente nos programas de pós-graduação em Educação não é mais tão clara atualmente. Se agruparmos os programas de Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia Social, Sociologia Política, Sociologia, Antropologia e Ciência Política, teremos um percentual de 47,8%; incremento propiciado pela ampliação de pesquisas destinadas ao tema nos programas de pós-graduação em Ciências Sociais e pela expansão desses programas (OLIVEIRA, 2015). Também se faz necessário levar em consideração que existe um maior número de Programas de Pós-graduação em Educação que em Ciências Sociais e que isso reflete diretamente no volume de trabalhos defendidos. Nesse sentido, se fizermos uma correlação entre o número de Programas de Pós-graduação e trabalhos defendidos que tenham como tema de pesquisa o ensino de sociologia, é provável que estatisticamente o maior número de pesquisas sobre o ensino de

sociologia esteja alocado junto aos PPGS de Ciências Sociais.

Porém, independentemente dessa correlação, destacamos que há uma tendência, de curto prazo, a uma maior participação dos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais no volume de pesquisas relacionadas ao ensino de Sociologia. Ainda que Oliveira e Silva (2016) tivesse destacado que existem poucas linhas de pesquisa voltadas a questões educacionais no interior dos Programas de pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil – estando o tema “educação” presente de forma difusa no interior desses programas (o que, é verdade, dificulta o desenvolvimento de teses e dissertações que venham a dedicar-se ao ensino de Sociologia) – temos presenciado uma ampliação na participação de dissertações e teses dos cursos de Ciências Sociais no total de trabalhos (sendo 29,2%) apresentados/defendidos até o momento, cujo tema foi ensino de Sociologia.

Observamos que há uma participação tímida de programas de pós-graduação *stricto sensu* de instituições privadas de Ensino Superior quanto à produção de pesquisas sobre o ensino de Sociologia. Outra permanência observada está na concentração das instituições que abriram espaço para a temática, estando elas localizadas nas Regiões Sul e Sudeste.

Identificamos que as mulheres ainda são maioria entre os pesquisadores do tema na pós-graduação, indício de que a temática vem sendo relegada às mulheres, como se coubesse aos homens temas “mais importantes” das Ciências Sociais.

Ainda que tenhamos presenciado uma ampliação do número de pesquisas cujo tema foi o ensino de Sociologia, notamos que tal incremento ocorreu nos programas de mestrado. A disparidade entre o número de dissertações e de teses parece ter relação direta com o fato de que as duas instituições, a Fundação Joaquim Nabuco e a Universidade Estadual de Londrina – que mais vêm produzindo dissertações sobre o ensino de Sociologia no Brasil – não ofertam, nos programas de doutorado, a área de pesquisa

“ensino de sociologia”, o que dificulta a continuidade dos estudos de tal temática no doutoramento por parte do pesquisador.

Nota-se que há uma presença muito tímida de teses, evidenciando que tal tema ainda é considerado “menor” no interior do campo científico. Nossa hipótese é que a ampliação de dissertações seja mais um reflexo da necessidade de aperfeiçoar mão de obra docente para o Ensino Médio do que trazer definitivamente o tema para os centros das preocupações das pesquisas em Ciências Sociais/Sociologia ou Educação; questão que merece ser discutida em pesquisas posteriores, assim como urge compreendermos a trajetória dos mestres em relação a suas pesquisas posteriores, no doutorado, a fim de averiguarmos se tem havido uma continuidade nos trabalhos já desenvolvidos.

O cenário atual, ainda que com limitações identificadas, traz alguns avanços animadores quanto ao volume e à qualidade das pesquisas de pós-graduação dedicadas à temática ensino de Sociologia, o que se dá principalmente pela recente criação do Mestrado profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio da Fundação Joaquim Nabuco, do avanço da linha de pesquisa sobre Ensino de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina, a aprovação pela CAPES (junho de 2016) da abertura do Mestrado Profissional em Rede para o Ensino de Sociologia, a ampliação de espaços em eventos acadêmicos destinados à pesquisas em ensino de Sociologia, bem como a recente ampliação do número de livros coletâneas e dossiês em torno do tema. Será necessário, em alguns anos, avaliar o impacto desses cursos, linhas de pesquisas, livros coletâneas e dossiês sobre os rumos da pesquisa em ensino de Sociologia. O que temos hoje é um cenário bem mais animador em relação aos anos de 1990, sobretudo após 2008, com a reintrodução da Sociologia no Ensino Médio. Levantamentos do Estado da Arte, como este, são fundamentais para entendermos esse subcampo que nos parece se fortalecer e se estruturar.

Bibliografia

BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro.

Apresentação do dossiê especial História do Ensino de Sociologia. *Revista Café com Sociologia*. v.4, nº 3, 2015. Disponível em: <<http://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/606>> Acesso em: jun. 2016.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Texto revisado pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais. São Paulo. UNESP, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 03 de junho de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm>. Acesso em agosto/2014.

CAREGNATO, C. E.; CORDEIRO, V. C. Campo Científico-Acadêmico e a Disciplina de Sociologia na Escola. *Educação e Realidade*, v. 39, n. 1, p. 39-57, 2014.

CARVALHO, L. M. G. de. A Trajetória Histórica da Luta pela Introdução da Disciplina de Sociologia no Ensino Médio no Brasil. In: _____. (org.). *Sociologia e Ensino em Debate*. Ijuí: Ed. Unijuí. p. 17-60. 2004.

CIGALES, Marcelo Pinheiro; BODART, Cristiano das Neves. Debates em torno da História do ensino de Sociologia no Brasil. In: GONÇALVES, Danyelle Nilin; MOCELIN, Daniel Gustavo; MEIRELLES, Mauro. (Org.). *Rumos da Sociologia no Ensino Médio*. 1ª ed. Porto Alegre: CirKula, 2016, v. 1, p. 23-42.

CUNHA, Luiz Antônio. A educação na Sociologia: um objeto rejeitado? *Cadernos do CEDES: Sociologia da Educação: diálogo ou ruptura*, São Paulo: Papirus, 27, p. 9-22, 1992.

DIAS DA SILVA, Graziella Moraes. *Sociologia da Sociologia da Educação: caminhos e desafios de uma Policy Science no Brasil (1920-1979)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

ELIAS, NORBERT. *A sociedade dos indivíduos*. Organizado por Michael Schoter; tradução de Vera Ribeiro; revisão técnica e notas, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ERAS, Lúgia Wihlelms. *A Produção do Conhecimento Recente sobre Ensino de Sociologia/Ciências Sociais na Educação Básica no Formato de Livros Coletâneas (2008-2013): sociologias e trajetórias*. 2014. 331f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

_____; OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Uma sociologia dos livros coletâneas sobre o ensino de Sociologia na educação Básica (2008-2013). In: OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de; OLIVEIRA, Amurabi (org.). *Ciências Sociais e educação: um reencontro marcado*. Maceió: Edufal, 2015. pp. 81-101.

FERREIRA, Vanessa do Rêgo; OLIVEIRA, Amurabi. O Ensino de Sociologia como um campo (ou subcampo) científico. *Acta Scientiarum*. Human and Social Sciences, Maringá, v. 37, n.1, 2015, p. 31-39.

HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa. O estado da arte da produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica. *BIB*. São Paulo nº 74, 2º semestre de 2012, p. 43-59. Publicada em julho de 2014.

MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volume I. São Paulo: Vértice: IDESP, 1989.

_____. *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volume II. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995.

MORAES, Amaury. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. *Cadernos CEDES*, v. 31, nº 85, p. 359-382, 2011.

MORAES, Livia Bocalon. Hierarquia, legitimidade e autoridade no processo de institucionalização da sociologia como disciplina escolar (1997-2008). Dossiê Ensino de Ciências Sociais, *Revista Em Debate*, Florianópolis, n. 14, p. 24-43, 2015.

NEUHOLD, Roberta. A produção científica sobre o ensino de Sociologia: grupos e linhas de pesquisa no Brasil (2000-2013). In: OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de; OLIVEIRA, Amurabi (org.). *Ciências Sociais e educação: um reencontro marcado*. Maceió: Edufal, 2015. pp. 103-123.

_____. *Sociologia do Ensino de Sociologia: os debates acadêmicos sobre a constituição de uma disciplina escolar*. 2014. 334f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Amurabi Pereira de. O ensino de Sociologia em Debate: entrevista com Amaury Cesar Moraes. *Revista Saberes em Perspectiva*. Jequiezinho. V.4, n. 8, 2014, p. 257-271.

_____. Um balanço sobre o campo do ensino de sociologia no Brasil. *Em Tese*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 6-16, dez. 2015.

_____. O ensino de Sociologia na Educação Básica brasileira: uma análise da produção do GT Ensino de Sociologia na SBS. *Teoria e Cultura*, v. 11, n. 1, 2016, p. 01-15

_____; SILVA, Camila Ferreira da. A sociologia, os sociólogos e a educação no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 91, 2016, p. 1-15.

Palavras-chave:

Ensino de Sociologia;
Estado da Arte;
Pós-Graduação;
Pesquisa

Resumo: Este artigo busca atualizar o “Estado da Arte” sobre o Ensino de Sociologia na Pós-graduação brasileira. A metodologia se deu através de um levantamento no site “Banco de Teses Capes” e em “repositórios” e “base de teses e dissertações” de diversas Instituições Superiores de Ensino, através das palavras-chave “Ensino de Sociologia”, “Sociologia no Ensino” e “Sociologia na Escola”. Dentre os resultados, destaca-se que: i) há um crescimento contínuo de dissertações e teses sobre a temática após o ano de 2008; ii) as produções ainda estão centralizadas nas Regiões Sul e Sudeste; iii) há uma ampliação de trabalhos defendidos em Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, o que equilibra a produção da temática, antes com hegemonia nos Programas de Pós-graduação em Educação e; iv) temáticas como formação de professores e livro didático, começam a surgir nos trabalhos mais recente.

Keywords:

Teaching of Sociology; State of Art; Graduate Studies; Search

ABSTRACT: This article seeks to update the “State of the Art” about the Sociology Education in the Brazilian post-graduation. The methodology was due through a survey on the site “Capes Thesis Bank” and on “repositories” and “Thesis and dissertation bank” from several superior education institutions, through the key words “Sociology education”, “Sociology in the education” and “Sociology in the school”. Among the results, it is emphasized that: i) there is a continuous growing of dissertations and thesis about the thematic after the year 2008; ii) the productions are still centralized in the South and Southeast Regions; iii) there is an amplification of defended works in the Social Sciences Post-Graduation programs, which equilibrates the thematic production, before with hegemony in the education post-graduation programs and; iv) thematic such as the professor formation and didactic books, starts to arise in the most recent works.

Recebido para publicação em agosto/2016

Aceito para publicação em junho/2017

El posdesarrollo y la refundación de las utopías sociales

Paulo Henrique Martins

Universidade Federal de Pernambuco (BRA)

Nuestra propuesta aquí es reflexionar sobre estos temas buscando a ejemplificar siempre que el caso de América Latina y el Caribe es único para pensar los modelos de desarrollo del capitalismo bajo condiciones históricas poscoloniales particulares y en paralelo al apareamiento de un movimiento intelectual crítico importante que cuestiona los fundamentos del eurocentrismo desde diversas perspectivas. El caso latinoamericano y caribeño es único pues los cambios de la colonialidad bajo las diversas estrategias del imperialismo han conocido reacciones anticoloniales importantes. En particular es necesario subrayar, dentro del marco de esta reflexión, el hecho que el desplazamiento

del imperialismo europeo para el imperialismo norte-americano en los años 40 tuvo impactos paradoxales entre la intelectualidad poscolonial latinoamericana.

Así, el surgimiento del Estado desarrollista no debe ser considerado como resultado directo y funcional de los cambios de la economía internacional sino como resultado de los esfuerzos de los intelectuales de la región implicados en los temas de nacionalidad y seguridad territorial dirigidos a inventar soluciones institucionales propias para enfrentar el deterioro del comercio internacional entre países ricos y pobres. El avance en el interior de la Comisión Económica para América Latina y Caribe (CEPAL) de las tesis del estructuralismo reformista de R. Prebisch, C. Furtado y otros, y que contrariaban las teorías de la modernización divulgadas en las universidades norteamericanas en la época, debe ser entendido como expresión de esta reacción anticolonial que es heredera de un importante debate sobre cultura, raza y poder planteado en la región desde inicios del siglo XX.

Pensar las condiciones prácticas de la implantación de modelos de desarrollo, en general, y del modelo de desarrollo en América Latina, que pasa por el nacional-desarrollismo, es luego interesante para demostrar las tensiones complejas que definen la colonialidad y la anticolonialidad. Reconocer e identificar los problemas conceptuales del desarrollo implica aceptar los límites teóricos y disciplinarios de las ciencias sociales para explicar los cambios históricos en el siglo XX. El debate ayuda igualmente a reconocer los límites prácticos del pensamiento académico para impulsar las prácticas teóricas de los movimientos sociales y culturales democráticos. El avance del debate implica aceptar los límites ontológicos y epistemológicos de sistemas de acción fundados en creencias que se muestran equivocadas como la creencia en la hegemonía de la economía de mercado, la creencia en la primacía del tiempo lineal y progresivo, la creencia en la existencia de recursos ambientales inagotables, la creencia en la civilización humana construida desde la separación entre hombre y naturaleza.

El avance del trabajo deconstruccionista es difícil, pues el contexto de crisis no libera necesariamente una nueva praxis de carácter democrática y solidaria como era supuesto por el pensamiento revolucionario romántico y anarquista. De hecho, no es necesariamente la democracia que emerge en la crisis sino, casi siempre, el conformismo que se expande por el miedo y la precariedad. En ese sentido, si la democracia exige la igualdad como punto de partida para estimular el poder del diálogo, como sugiere J. Rancière,²⁰⁸ el conformismo se basa en la desigualdad y la violencia de la dominación para reproducir sistemas de poder oligárquicos y fascistas. Esto no significa que debemos abandonar la utopía democrática en la discusión del desarrollo y del posdesarrollo, sino entender que las posibilidades de la experiencia democrática necesita apoyarse en una crítica que desconstruya la retórica democrática de la propaganda, para justificar la organización de sistemas de poder centralizados, oligárquicos y conservadores.

El desarrollo y el posdesarrollo: avance de la crítica teórica

En principio, como lo señala con propiedad las colegas I. Farah y F. Wanderley del Posgrado en Ciencias del Desarrollo de la Universidad Mayor de San Andrés de La Paz, Bolivia, el concepto de desarrollo si sigue utilizando sin sustituto equivalente, pues el ayuda a pensar «el cambio histórico y los procesos de transformación producidos por el movimiento de las estructuras sociales, impulsado por las fuerzas de diversa índole emergentes de relaciones contradictorias sociales, económicas, políticas y culturales». ²⁰⁹ Seguramente, no hay como separar la idea de desarrollo de la idea de capitalismo, dado que no se puede imaginar el capitalismo sin el desarrollo de las fuerzas económicas mercantiles y de un aparato regulador como el Estado. Esta estrecha asociación entre el capitalismo con la expectativa de un cambio incesante y evolutivo de las fuerzas económicas de mercado que organizan libremente (o liberalmente)

²⁰⁸ Cf. J. Rancière. (2014)

²⁰⁹ Cf. Farah y Wanderley. (2011, p.9).

la vida social no es aleatoria, legitimándose en algunas categorías conceptuales. Una de esas categorías es la filosofía utilitarista inglesa sistematizada por autores como A. Smith, J. Bentham y J.S. Mill que limita las motivaciones humanas a cálculos egoístas de ganancias y pérdidas. En el plano propiamente filosófico, ganancias y pérdidas de placeres y sufrimientos; en el plano mercantil, ganancias y pérdidas de bienes materiales y de consumo; en el plano de la vida común, las ganancias y pérdidas de bienes necesarios para la sobrevivencia.²¹⁰

Sin embargo, gustaríamos de añadir que el reconocimiento del interés del desarrollo como matriz teórica necesaria para el entendimiento de la realidad latinoamericana y caribeña — incluso de un país como Bolivia que para muchos es un marco histórico importante para referenciar el pensamiento anticolonial—, no debe servir como obstáculo para el avance de la crítica al dogma del desarrollo. Hay varios puntos para el avance de la crítica. Hay que desnaturalizar la modernización capitalista como hecho natural de todas las sociedades humanas. Esto es un entendimiento de la economía liberal clásica que considera el económico como punto de partida central de la sociedad y que es ahora desconstruido por la complejidad de los sistemas simbólicos y emocionales contemporáneos. Para los economistas liberales la lucha por el control de los bienes productivos es el problema primero de la humanidad es la rareza de los bienes materiales naturales y la ilimitación de las necesidades de los seres humanos. Sin embargo, esta afirmación es contestable y autores contemporáneos como A. Caillé sugieren que la hipótesis liberal de la necesidad infinita de consumo de bienes raros es una ficción y que el humano es sobre todo un ser de deseo.²¹¹ Es por su impulso a desear que él reconoce y es reconocido en su grupo y en la vida social.

²¹⁰ Cf. Caillé. (1989)

²¹¹ Toutes ces doctrines reposent sur l'idée que le problème premier de l'humanité est la rareté matérielle. Donc sur l'idée qu'en dernière instance les êtres humains sont des êtres de besoin. Mais les êtres humains sont aussi ou d'abord des êtres de désir, de désir de reconnaissance - ce

A nosotros, nos parece también relevante posicionarse contra la naturalización del capitalismo para revelar su historicismo y desplazar críticamente sus fundamentos ontológicos y teóricos. Consideramos que la deconstrucción de esta naturalidad ficticia exige repensar en profundidad el concepto de desarrollo para liberar otros entendimientos sobre los procesos diversos de cambio social. Y pensar otros entendimientos exige repensar las utopías, inventar heterotopías²¹² más complejas y necesarias para reorientar los procesos de organización de la vida social y de las instituciones en el sistema mundo. Las heterotopías decoloniales deben considerar la perspectiva de pluralismo y diversidad cultural, de la sensibilidad ecológica, de la organización de un sistema de derechos más inclusivo y equitativo y de compromiso ético con un entendimiento más amplio de lo humano que incluya a la naturaleza como elemento esencial en la definición de lo ecohumano.

La idea de posdesarrollo emerge automáticamente de esta crítica deconstruccionista del capitalismo que le denuncia no como necesidad natural, sino como constructo histórico y cultural específico.²¹³ Ella emerge de la búsqueda de superación de la metáfora del funcionalismo orgánico que ve la imagen del capitalismo como una fatalidad, estimulando, por consecuencia, el conformismo individualista y desestimulando la participación solidaria en la organización de la vida común. Las reacciones que espejan la emergencia de un sentimiento posdesarrollista aparecen con prioridad en América Latina y deben ser entendidas como nuevo marco interpretativo producido por los intelectuales de la región para explicar los cambios recientes de las sociedades regionales, considerando los nuevos rumbos del imperialismo y del agotamiento de los modelos tradicionales de desarrollo (sea en su versión

qui est d'ailleurs bien plus difficile à gérer que les problèmes économiques ! Si on pose que le problème fondamental est la rareté matérielle, la seule solution est l'accroissement continu de la production, et donc du PIB, le produit intérieur brut. (Caillé, 2014)

²¹² Cf. Foucault. (2010) M. Foucault se refiere al término heterotopía para señalar contra-espacios, espacios absolutamente diferentes, lugares fuera de los lugares o utopías localizadas en otras dimensiones

²¹³ Cf. Polanyi. (1991)

nacional-desarrollimentista, con fuerte poder central, sea en su versión neo-desarrollimentista, con clara presencia del mercado internacionalizado).

La heterotopía del posdesarrollo manifiesta la fuerza de sentimientos colectivos anticoloniales y las reacciones prácticas de movimientos sociales y culturales contra la recolonialidad de la vida por la ideología del consumo. Tal vez la metáfora más emblemática creada para definir el sentimiento posdesarrollimentista sea la de «otro mundo es posible» que se divulgó ampliamente desde la realización del Forum Social Mundial en Porto Alegre en 1981. Otra metáfora importante es la del «Bien Vivir» que se inspira en el modo en que las tradiciones indígenas andinas representan la articulación entre Hombre y Naturaleza. Sin embargo, hay otras metáforas importantes anteriores como la de la convivencia divulgada por Ivan Illich, filósofo austriaco que vivió en México en los años sesenta. Illich critica el hybris del capitalismo, la desmesura del sistema capitalista contra la naturaleza;²¹⁴ su obra es importante referencia para el manifiesto convivialista firmado recientemente por más de 60 intelectuales representativos de diferentes países.²¹⁵ Debemos también recordar la metáfora del bien común humano que propone F. Houtard,²¹⁶ legitimado en la idea andina del «Bien Vivir así como la idea del decrecimiento sugerido por el antiutilitarista S. Latouche.²¹⁷ No podemos olvidar igualmente que las luchas por democracia participativa, por la economía solidaria o por la salud integral apuntan en la dirección de un imaginario del posdesarrollo pues es difícil imaginar estas perspectivas desde la tradición desarrollimentista, antidemocrática y oligárquica que domina el mundo hoy en día.

Mi tesis de doctorado presentada hace más de veinte años es titulada «Profecía económica y el mito del desarrollo en América Latina: el caso de

²¹⁴ Cf. Illich. (1973)

²¹⁵ Cf. Manifiesto de la convivencia. (2013).

²¹⁶ (2013),

²¹⁷ (2009).

Brasil». En esta tesis, inspirado por la crítica antiutilitarista, busco a analizar el rol de los intelectuales en la organización de las estrategias de modernización nacional y del Estado-desarrollimentista y concluyo sobre el agotamiento de esta estrategia. La contribución de este trabajo fue desplazar el entendimiento positivo y evolucionista de la idea de desarrollo para demostrar, apoyado en las críticas anti-utilitarista, su naturaleza ideológica producida como artefacto cultural e intelectual.²¹⁸ En esta misma década A. Escobar, inspirado en Foucault, avanza en la crítica cultural y simbólica del desarrollo avanzado elementos importantes sobre su deterioro.

Para A. Escobar, el posdesarrollo necesita cuestionar seriamente los modelos dualistas que separan naturaleza y cultura, individuo y comunidad para promover un cambio de imaginarios, promover el surgimiento de cosmovisiones relacionales «en la que todo existe en relación, incluyendo humanos y no-humanos».²¹⁹ El autor avanza entonces la idea de una ecología política de la diferencia que ayude a repensar la realidad más allá de las teorías de la modernidad.²²⁰ Boaventura de Sousa Santos, igualmente, critica la razón indolente de la modernidad que desvalúa la experiencia y propone una transición paradigmática para un nuevo paradigma, una nueva epistemología del sur que valore el sentido común²²¹ y que promueva una nueva cultura política, poscolonial y poscapitalista.²²² E. Gudynas pensando directamente el caso latinoamericano sugiere un programa de transición para un estilo de desarrollo post-extractivista²²³ que sea alternativa real al capitalismo neoliberal y a sus fundamentos culturales.

La construcción conceptual del posdesarrollo se hace desde las reflexiones académicas sino igualmente en las prácticas de los movimientos

²¹⁸ Cf. Martins. (1992)

²¹⁹ Cf. Escobar, (2010, p.27)

²²⁰ Cf. Escobar. (2010, p.105)

²²¹ Cf. Santos. (2000)

²²² Cf. Santos. (2008)

²²³ Cf. Gudynas. (2011, p.395)

sociales. Para Esteba y Pragash, el posdesarrollo se expande desde el avance de la descolonización epistémica legitimada por las reacciones contra la violencia colonial contra los pueblos originarios.²²⁴ Estas y otras críticas teóricas avanzan en conexión con cambios prácticos en los movimientos sociales entre ellos destacándose los movimientos indígenas en América del Sur, en América Central y en América del Norte. Ellos proponen un entendimiento cognitivo más amplio que subalterne las miradas fragmentadas de la vida por un entendimiento simbólico integrado de la naturaleza en general, y humana en particular. Al final, las críticas teóricas y prácticas buscan considerar a otra filosofía de vida que subordine los criterios económicos a criterios ecológicos, morales y de justicia más amplios.²²⁵

El posdesarrollo se distancia de los programas del neodesarrollo implantados por los gobiernos progresistas en América Latina en los últimos años y que no han logrado una reconversión significativa de los modelos de sociedad fundados en la reproducción dependentista del capitalismo mundial. Al contrario, lo que se observa es que muchos de los gobiernos llamados de izquierda en la región contribuyeron en la última década para fortalecer modelos de acumulación fundados en el aumento de las exportaciones de minerías y productos agrícolas, en la promoción de modelos extractivistas que continúan anclados en las ideas tradicionales del desarrollo como progreso.²²⁶ Esta pérdida de referencia sobre izquierda y derecha en las grandes decisiones políticas es más una justificativa para el avance en la crítica decolonial en la desconstrucción de las categorías conceptuales del desarrollo para liberar utopías del posdesarrollo.

En este texto, buscando explorar estas reflexiones sobre los límites del desarrollo y sobre las perspectivas de liberación de imaginarios del posdesarrollo comprometidos con las luchas democráticas y participativas,

²²⁴ Cf. Esteba y Prakash. (1998)

²²⁵ Cf. Escobar, op. Cit.: p.25

²²⁶ Cf. Gudynas. (2011, p.379)

vamos a avanzar en dos direcciones. En primer lugar, queremos recordar que el trabajo de deconstrucción del paradigma del desarrollo hegemónico es una tarea compartida igualmente por la crítica anticapitalista en Europa y por la crítica anticolonial fuera de Europa. En esta dirección no hay como desconocer los avances paralelos de la filosofía y de las ciencias sociales en Europa sobre todo en Francia y que son bien representadas por las críticas de E. Morin al pensamiento de la simplificación que basa la racionalidad dualista moderna. Para él, es urgente la emergencia de un pensamiento complejo sobre la realidad²²⁷ que libere otro conocimiento científico interdisciplinario y abierto al entendimiento sistémico y no-mecánico de la vida humana. Creemos pues, que esta perspectiva de valorar los avances importantes y simultáneos en el Norte Global y en el Sur Global es importante para entender los giros epistémicos y epistemológicos, por un lado, y la relación entre decolonialidad teórica y avance de los movimientos sociales y culturales en todos los países del centro y de las sociedades poscolonialales. Como no reconocer por ejemplo el rol de Marcuse para las prácticas anti sistémicas de los jóvenes activistas de los movimientos de mayo de 68?

En segundo lugar, intentamos demostrar que aunque de la crítica a la filosofía del progreso nació hace más de cincuenta años en Europa, sobre todo en el interior de la filosofía alemana y francesa, constatamos que este avance en las ideas no tuvo un impacto radical para cuestionar los usos prácticos del paradigma del desarrollo en el mundo de la vida. En esta dirección vamos a tratar de profundizar el entendimiento de algunos cambios epistémicos fundamentales que contribuyen a la ruptura del pensamiento único neoliberal hegemónico en la actualidad y que liberan todas las perspectivas de otro mundo posdesarrollista, en particular en América Latina. Para nosotros, los avances de la crítica decolonial dentro del Norte-Global refleja de algún modo los avances de la crítica decolonial desde el Sur-Global. El hecho que Marcel Mauss tomó de las culturas no europeas el ejemplo del don para hacer la crítica al

²²⁷ Cf. Morin. (1990)

utilitarismo occidental, es prueba de este diálogo histórico entre campos de saberes que es ahora objeto de la crítica decolonial en su frontera intercultural.

Estado actual de la crítica teórica al desarrollo

La naturalización del capitalismo se hizo igualmente por un giro epistémico importante y articulado con la idea de tiempo, usada para regular la vida cotidiana y que se presenta como tiempo lineal y progresivo que L. Tapia define por la metáfora de la flecha del tiempo.²²⁸ El uso de este tiempo lineal fue importante para excluir de la consciencia humana otros tiempos cíclicos y ritualísticos que necesariamente invitan a articular la representación de la vida con la experiencia concreta del vivir. La desnaturalización del capitalismo y del desarrollo pasa necesariamente luego por el rescate de tiempos que valoran los orígenes, las tradiciones y la vida comunitaria, el cuerpo, las emociones y la consciencia sobre la efemeridad de la vida. Vamos a volver a este asunto adelante pues él es importante para la deconstrucción del modelo dominante de cambio social y para la liberación de la heterotopía del posdesarrollo.

Para el avance de la crítica deconstruccionista del desarrollo con vistas a la liberación de nuevas utopías tenemos que preguntar primeramente si las tres categorías ontológicas fundadoras del desarrollo —utilitarismo, tiempo lineal y colonialidad eurocéntrica— continúan validando de modo irrestricto la expansión del capitalismo en este inicio del siglo XXI. Como hemos sugerido en el inicio de nuestra reflexión —a través el recuerdo de la importancia de metáforas como la del Bien Vivir, de la Convivialidad y sobre todo del Posdesarrollo—, todo indica que estamos viviendo el agotamiento cultural, moral y ecológico del capitalismo, al menos en su actual versión eurocéntrica. Sin embargo, creemos que la profundización de la crítica teórica del desarrollo y del análisis de su agotamiento necesita particularizar el entendimiento de los avances de la crítica intelectual para exponer las particularidades históricas y

²²⁸ Cf. Tapia, (2012, p. 21)

culturales de este momento. Aquí, América Latina y el Caribe aparecen como lo señalan varios autores (Dussel, Mignolo, Quijano, Lander, Grosfoguel, entre otros) como un caso particularmente interesante de reflexión para entender los cambios del paradigma capitalista hegemónico.

En esta perspectiva nuestra discusión sobre la emergencia del paradigma del posdesarrollo en sustitución al modelo moderno y colonial de desarrollo (o del neodesarrollo) necesita desde ya focalizar más precisamente las representaciones que el desarrollo capitalista tomó desde la segunda guerra mundial con el desplazamiento de la dominación imperialista mercantilista de Inglaterra para los Estados Unidos. Tal desplazamiento generó cambios importantes en la división internacional de las fuerzas capitalistas que pasarán a interesarse más directamente en la modernización económica y burocrática de las excolonias con vistas a dinamizar el mercado interno y la lógica de consumo, como lo aclara R. Prebish en su texto clásico que funda la CEPAL.²²⁹ Desde este momento, la idea de desarrollo en Latinoamérica se abrió necesariamente a la articulación de lo económico con lo político, en particular para el reconocimiento del rol de un poder estatal centralizado y capaz de organizar la modernización económica, la fuerza de trabajo y el mercado de consumo, como lo aclararon los cepalistas. La articulación de lo económico y de lo político por la reforma del Estado y por la organización del poder central es la base del nacional-desarrollismo y tal articulación compleja tuvo éxito parcial en los procesos de modernización conservadora entre los años 50 y 80.

La crítica intelectual del desarrollo en América Latina

El caso de América Latina es emblemático para entender los cambios del imperialismo desde los años 50 y su impacto en las sociedades poscoloniales de la región. Por un lado, testimoniamos el avance de las teorías del desarrollo en las ciencias sociales latinoamericanas, confirmado por la

²²⁹ Cf. Prebish. (1948)

sistematización de la economía del desarrollo que tuvo un impacto importante sobre las demás ciencias sociales, en particular la sociología y la geografía desde los años 50.

La articulación de lo económico con lo político en las tesis cepalinas tuvo efectos ambivalentes. Por un lado, estimuló el surgimiento de nuevas críticas sociales como las teorías de la dependencia o teorías de la liberación. Por otro lado, el planeamiento centralizado por el estado ayudó a organizar políticas poscoloniales apropiadas para disciplinar las poblaciones pobres y organizar el mercado de trabajo, para promover la ideología de la solidaridad nacional populista y para construir la idea de ciudadanía nacional de consumidores. Sin embargo, como lo aclara P. Chatterjee refiriéndose al caso indiano, se la organización de la nación debe ser entendida dentro del proyecto de organización de la Europa, por un lado, ella contribuye seguramente para abrir espacios a los «subalternos» para redefinir la gobernabilidad.²³⁰

Sin embargo, el agotamiento de este modelo de desarrollo estatista desde la década de los 80 invita nuevamente a repensar el tema del desarrollo bajo condiciones históricas particulares sobre todo en América Latina y el Caribe. Pues, aquí, la nueva ola imperialista revelada por la ideología neoliberal desde el final del siglo XX, ha contribuido para desorganizar ampliamente la base social y cultural. En esta dirección es importante volver al entendimiento de los trabajos de desconstrucción de la ideología eurocéntrica dentro del campo intelectual europeo pues no hay como profundizar la crítica al desarrollo sin entender los límites de la ontología de expansión del occidentalismo. La experiencia de la CEPAL nos muestra que la lectura de la economía por una mirada política es importante pero tal cambio no asegura necesariamente los retos buscados por el pensamiento decolonial.

²³⁰ Cf. Chatterjee. (2008)

El modelo nacional-desarrollismo no fue un obstáculo a la reorganización del imperialismo bajo las estrategias expansionistas de los Estados Unidos. Al contrario, el apoyo a la industrialización y a la formación del mercado interno en las excolonias fue decisivo para la actualización del imperialismo europeo que avanzó desde una posición más mercantilista y militarista a otra más implicada con la diversificación de la sociedad de consumo y de una cultura de consumo.²³¹ La ideología utilitarista que se basa en la idea que todo hombre es egoísta y calculista fue importante para la recolonialidad de las prácticas al interior de estos procesos de modernización económica e institucional. Esta ideología ayudó a ampliar la ideología de consumo entre las clases medias y, recientemente, está contribuyendo para deshacer los vínculos de solidaridades comunitarias y nacionalistas entre las clases populares.²³²

La tarea de deconstrucción del desarrollo en América Latina es compleja pues no basta cuestionar los discursos que valoran el desarrollo como base central de las políticas de modernización nacional. Hay instituciones y estructuras de dominación oligárquicas que fueron organizadas a través de la centralidad del poder político y a través de la formación de un poder central modernizador importante y que necesitan ser repensadas. Pues el modelo nacional-desarrollimentista, a pesar de su atractivo nacionalista, contribuyó no solo a fortalecer la presencia de las grandes corporaciones económicas sino igualmente las oligarquías tradicionales y de importantes corporaciones burocráticas dentro del sistema estatal en varios países. O sea, el esfuerzo de conciliar la modernización de las oligarquías agrarias con los procesos de internacionalización económica impulsados por la presencia de corporaciones económicas y financieras en los países periféricos ayudó a la constitución de un

²³¹ Cf. Mejía Navarrete

²³² En esta dirección es importante recordar que la revolución boliviana en 1952 no fue un hecho aleatorio pero, al contrario, una reacción expresiva de fuerzas sociales y étnicas oprimidas históricamente por la colonialidad y que han reaccionado al esfuerzo del poder oligárquico local de modernizar el sistema de dominación desde los nuevos discursos de dominación impuestos por el imperialismo.

sistema de poder complejo organizado por diferentes vías nacionales. Y la crítica a estos modelos de modernización conservadora bien anclados en las sociedades latinoamericanas necesita una actualización de la crítica teórica desde el esfuerzo de deconstrucción de la colonialidad.

En esta dirección, consideramos que la crítica decolonial en América Latina debe volverse a un nuevo diálogo con la crítica teórica en el Norte-Global que, nos parece, ha avanzado mucho en el esfuerzo de descolonizar el eurocentrismo desde dentro. El diálogo científico que sugerimos aquí entre el Sur Global y el Norte Global se plantea no más sobre la lógica de la colonialidad que elegía el eurocentrismo como doctrina universal sino desde un diálogo simétrico involucrando experiencias y saberes diversos. Sin embargo, para que este diálogo pueda avanzar a una revisión más amplia de los fundamentos de la colonialidad, de la modernidad y de los modelos de desarrollo es necesaria una revisión sobre las revisiones teóricas y conceptuales que se hacen simultáneamente desde los dos lados. En esta dirección, hemos de recordar los avances de la crítica decolonial en el Norte Global.

El pensamiento descolonizador desde Norte Global y Sur Global

Hay algunas tareas relevantes para el entendimiento del avance de la deconstrucción conceptual del matriz colonial del desarrollo y que pasa por el entendimiento de las revisiones del eurocentrismo. Es necesario entender que hay esfuerzos deconstruccionistas de la colonialidad que se hacen no solo desde el Sur Global sino también desde el Norte Global, o sea, desde el viejo campo de la Ilustración, contribuyendo para la deconstrucción del Eurocentrismo como ideología universal (Wallerstein, 2007). Es importante subrayar entonces que la autocrítica iluminista en Europa se pasa desde una pelea de escuelas académicas diversas sobre todo dentro de los tres gran imperios — Francia, Inglaterra y Alemania — que desempeñaron un papel central en la construcción del eurocentrismo.

Para este avance es importante aclarar que la revisión actual del Eurocentrismo está sobre todo centrada en tres puntos: la idea utilitarista inglesa que todo ser humano es esencialmente egoísta, la idea etnocéntrica francesa que el racionalismo instrumental es universal y la idea etnocéntrica alemana que el sujeto histórico es sobre todo alemán, desde las herencias de la filosofía griega, del derecho romano y del universalismo cristiano. Hay otros campos científicos importantes en Europa. Sin embargo, estos tres campos son fundamentales pues ellos contribuirán decisivamente para la construcción del imaginario del imperialismo occidental.

Así, la crítica al Eurocentrismo desde fuera, desde el Sur Global, debe considerar igualmente la crítica al Eurocentrismo, desde dentro, desde el interior del Norte Global. Es importante subrayar los esfuerzos de deconstrucción del Iluminismo desde la propia crítica pos-iluminista europea que está articulada directamente a varios movimientos sociales importantes como los movimientos de mujeres, de inmigrantes, de orientaciones sexuales variadas entre otros y que se manifestaron con fuerza desde los años 60 del siglo XX. Tales movilizaciones teóricas y prácticas en el interior de los grandes imperios europeos, sobre todo Francia, Inglaterra y Alemania, contribuirán para la deconstrucción de las políticas de colonialidad desde dentro.

Hay puntos importantes que nos ayudan a aclarar la crítica a la colonialidad interna europea. Los conflictos militares importantes como la segunda gran guerra han demostrado que ciencia y ética no caminaban necesariamente juntos y que la ciencia puede estar a servicio de los intereses políticos menos nobles como fue la persecución a los judíos en aquello momento. Hemos de considerar en esta dirección que gran parte de los pensadores de la Escuela de Frankfurt eran judíos. Luego, el pesimismo crítico de los pensadores alemanes con el declive de la razón instrumental eurocéntrica resulta de una discusión filosófica sobre razón y ética pero igualmente de una evidencia histórica, el hecho que la racionalidad científica y tecnológica moderna quedó a servicio de la exclusión étnica.

Por su lado, la filosofía francesa contemporánea ha buscado actualizar su entendimiento de la realidad de la posguerra desde dos lecturas epistemológicas. Una, la reacción al positivismo abriéndose a un entendimiento lingüístico y cultural que pasa primeramente por el estructuralismo y, después, por su contestación. La revisión necesaria de las tesis del universalismo eurocéntrico llevó muchos autores a discutir los fundamentos epistemológicos modernos como lo observamos en Serres, Castoriadis, Morin, Deleuze, Foucault, entre otros, contribuyendo a una rearticulación necesaria entre filosofía y ciencias sociales. Una parte importante de la revisión crítica en Francia se volvió contra la filosofía utilitarista inglesa y contra la reducción del ser humano a un ente calculista y egoísta. Le parece a los antiutilitaristas franceses, refuerzando el antiutilitarismo de Durkheim y Mauss, que el utilitarismo en general es problemático para el rescate de la tradición humanista y revolucionaria que trató de articular la idea de progreso, incluso económico, con las ideas de libertad y fraternidad.

La reacción francesa al eurocentrismo utilitarista anglo-sajón ayuda a comprender que el eurocentrismo no es una doctrina homogénea y que su crítica manifiesta el declive de los saberes imperiales en la contemporaneidad. Por supuesto las reacciones dentro del campo del Norte Global continúan a revelar las contradicciones del eurocentrismo que resiste a liberarse de la idea de universalismo racional y este es igualmente el límite de la mirada antiutilitarista francesa. Este hecho es bien ejemplificado por las dificultades del avance de los poscolonial studies y de los subaltern studies en Francia, aún hoy en día. Pues tales teorías cuestionan directamente la ideología del universalismo.

El desafío sociológico: La deconstrucción del utilitarismo

La relación entre discontinuidad de tiempo y creatividad llevó la filosofía en Europa a avanzar por otro sendero, la crítica de la ilusión utilitarista que propone la jerarquía del conocimiento y de la vida fundada en la

primacía de lo económico. La crítica utilitarista del modelo ideológico dominante que centra la organización del mundo en la prioridad dada al elemento económico que subordina todas las demás dimensiones de la vida como las políticas, culturales, religiosas. Esta determinación económica es objeto de una revisión importante a ser considerada por los decolonialistas. La reacción de referencia a los fundamentos filosóficos del utilitarismo inglés se inició seguramente en Francia y tiene a Marcel Mauss y a su Ensayo *El don*, de 1924, como referente.²³³ La idea del don —del donar, recibir y retribuir— como sistema primario en la organización de la vida en todas las sociedades fue usada por Mauss para el avance de la crítica al occidentalismo utilitarista siendo referencia central para la reacción antiutilitarista que se despliega a partir de los años 80 sobre todo en Francia. La actualización de la tesis de Mauss se pasa principalmente por el uso de la idea del don no solo entre grupos morales sino igualmente entre los individuos de las sociedades contemporáneas.

La ola antiutilitarista en Francia desde los años 80 influyó directamente en la sociología y en las revisiones de autores como Bourdieu, Touraine, Ricoeur y otros. Ella debe ser entendida, como lo aclaramos antes, como una de las reacciones post-iluministas que nacen en la posguerra y desde los desplazamientos del imperialismo y de las representaciones que los occidentalistas hacen del mundo. Hay igualmente que recordar que la reacción francesa está articulada con los límites prácticos de esta potencia imperialista en la organización de su ideología universalista. El MAUSS (Movimiento AntiUtilitarista en las Ciencias Sociales) fundado en Francia en 1981 y que edita la *Revue du Mauss*²³⁴ es el ejemplo más claro de las luchas dentro del campo científico iluminista. Sus límites en la ampliación de la crítica intelectual revelan los límites de la ciencia para regular la reproducción del sistema de poder y del sistema político nacional e internacional.

²³³ Cf. Mauss. (1999)

²³⁴ Cf. Caille. (1989)

No hay aquí como no reconocer el acercamiento de la filosofía utilitarista con la ontología del tiempo lineal y progresivo que define una matriz de control de la vida social. Pues, aquí, el cálculo racional de ganancias y pérdidas es desplazado de una provincia de pensamiento mundana a otra, escatológica, que sugiere renunciar a la vida, ahora, para ventajas desmesuradas de placeres en el tiempo futuro. En su versión más reciente y cínica que abandona la hipótesis escatológica, la filosofía utilitarista propone simplemente el abandono de la esperanza en el futuro para vivir intensamente los placeres del consumo en la vida presente. Aquí, el capitalismo continúa como fatalidad y el tiempo lineal se comprime por la intensificación del uso presente de los bienes acumulados.

Desde estas dos categorías fundadoras, utilitarismo y evolución lineal de la humanidad, reconocemos por ejemplo la falacia del pasaje de un momento de subdesarrollo al posdesarrollo, de colonialidad a poscolonialidad, de las sociedades no eurocéntricas a una sociedad eurocéntrica universal, entonces, lo que se ubica en los orígenes del racismo, el proyecto de emblanquecimiento étnico, cultural y religioso de las sociedades no europeas para asegurar el mito de la superioridad de los machos blancos.

El entendimiento de esta articulación entre la matriz filosófica utilitarista y la ontología del tiempo lineal, escatológico y evolutivo de base cristiana que funda el paradigma moderno del desarrollo ayuda a entender la presencia de una tercera categoría explicativa de la ascensión del sistema capitalista que es la de la colonialidad, que es objeto en el presente momento histórico de críticas importantes desde los centros y por los autores no eurocéntricos. Tales críticas buscan desenmascarar el eurocentrismo como razón privilegiada en la organización del mundo para proponer la diversidad de actores, lugares y provincias culturales y ecológicas en la producción de la vida social.

Como observamos, es posible observar el avance de la crítica a los fundamentos del eurocentrismo desde la propia Europa y, en particular, desde

las tradiciones racionalistas de Alemania y Francia. Sin embargo, tale revisión crítica de la filosofía y de las ciencias sociales no basta para deconstruir el mal banalizado que se reproduce por los ideólogos del mercado pero igualmente por los grupos corporativistas anclados en los sistemas estatales. La distancia entre la crítica científica sobre todo la crítica social y el pensamiento práctico que orienta a los gobiernos, a los políticos y a la opinión pública de consumidores es muchas veces muy larga e incluso abisal. ¿Qué ocurre entonces? ¿Cómo avanzar con la deconstrucción de las barreras que separan las utopías democráticas de las utopías totalitarias, fascistas y antidemocráticas? ¿Que separan el pensamiento crítico del pensamiento práctico?

Los límites del deconstruccionismo desde el Norte Global

Le observamos que las revisiones de los dogmas de la Ilustración y de la razón técnica libertadora dentro del pensamiento europeo fueron aceleradas desde los años 50 y 60 así como se avanzó en reflexiones más amplias respecto a la relación orgánica entre ciencia, ética y poder. Sin embargo, como lo demuestran los rumbos del imperialismo en la segunda parte del siglo XX, la crítica teórica europea contra la dominación del utilitarismo mercantil y práctico y a favor de las luchas democráticas no bastó para bloquear el avance de la doctrina neoliberal que se reproduce desde sistemas de baja reflexividad pero de gran capacidad de seducción y efecto práctico.

A nosotros nos parece haber hechos históricos y teóricos importantes que debemos considerar para el avance de nuestra reflexión. Uno es que la crítica deconstruccionista del eurocentrismo no puede basarse solo sobre el mundo de las ideas y limitarse a las esferas universitarias y académicas. ¿Cómo hacer que la crítica teórica se convierta en una práctica solidaria implicada con la participación democrática? O sea, hemos de hacer la crítica al conocimiento tratando de entender los senderos necesarios para la deconstrucción de las ideologías de poder que impiden que el conocimiento reflexivo, abierto y plural, se amplíe desde el mundo de la vida.

Esto implica igualmente la deconstrucción de los fundamentos filosóficos y morales del capitalismo y de la colonialidad. Y en esta dirección hay igualmente dos puntos importantes que considerar: uno, la necesidad de un pensamiento dialógico e intercultural involucrando a varios centros de producción del conocimiento en el centro del sistema capitalista y en sus márgenes y, en segundo, la liberación de una praxis teórica involucrando al pensamiento académico y al pensamiento práctico y pedagógico: de la calle, de los movimientos sociales. Pues la crítica no puede solo limitarse a los círculos académicos sino debe sensibilizar pedagógicamente, como lo proponían Paulo Freire y Fals Borda, a los movimientos sociales y culturales para tener impacto en la vida política más amplia. Limitada al debate académico, la crítica queda impotente. Sin embargo, la academia no puede esperar pasiva que la sociedad organizada busque teorías para orientar la praxis. Así, es responsabilidad del pensamiento intelectual crítico avanzar con la discusión interna al campo académico pero quedando atenta a las posibilidades de ampliar la discusión para la sociedad organizada.

De modo práctico, debemos considerar que la tarea deconstruccionista del eurocentrismo con vistas a liberar un pensamiento amplio sobre la vida y sobre el desarrollo que dialoga desde diferentes centros de producción del conocimiento y que cuestiona la ideología eurocéntrica, necesita realizar un giro epistémico importante que pasa por el reconocimiento por parte intelectuales europeos que el avance de una crítica global del occidentalismo y de los modelos de desarrollo pasan necesariamente por el avance del diálogo con las nuevas teorías sistematizadas por la crítica decolonial.

La crítica decolonial y la deconstrucción del mito del desarrollo

Los giros epistémicos ayudan a romper la separación entre el pensamiento liberatorio y reflexivo y la práctica social que muchas veces se reproduce automáticamente desde dispositivos de control social manipulados. Tales consideraciones son importantes para reflexionar sobre el tema del

desarrollo y la posibilidad de ruptura con las viejas utopías para fundar heterotopías creativas y liberatorias, que incluimos en la agenda del posdesarrollo.

Aquí, recordamos el valor de la idea de heterotopía que nos habla Foucault o de utopistas que nos habla Wallerstein.²³⁵ Uno y otro apuntan para un nuevo paradigma humano que entiende la relevancia de la novedad y del pasaje para otros modos de organización de la vida más complejos. El giro epistémico representado por la deconstrucción de un pensamiento utilitarista de superficie que se basa en una lectura del mundo desde las instituciones fundadas históricamente, sobre todo la económica de mercado, para valorar la creación *ex nihilo* del mundo que se funda en el imaginario abierto del sujeto humano – a la ciencia, al arte, a la justicia, al amor. Este cambio de sentidos promueve la liberación del pensamiento crítico, antiutilitarista y anticolonial, con relación a la ortodoxia científica cartesiana que fragmenta el saber de la vida, incluso a la vida humana, en áreas disciplinarias y compartidas – economía, sociología, antropología, historia entre otros.

En esta dirección, las perspectivas heterotópicas sugeridas por la ecología de saberes, que nos recuerda Santos,²³⁶ o las perspectivas de un nuevo paradigma del bien común humano, sugerido por Houtard, o de un decrecimiento sugerido por Latouche, o de un nuevo convivialismo, sugerido por los antiutilitaristas europeos o simplemente del Bien Vivir promovido por los movimientos indígenas de América del Sur avanzan en la misma dirección de un conocimiento integral, de una utopía social de nuevo tipo, involucrando hombre y naturaleza e pensamiento y práctica social y política. Creemos que tal entendimiento heterotópico es fundamental para la deconstrucción de las matrices simplificadas del desarrollo y fundadas sobre las categorías utilitaristas, cartesianas y positivistas que explicamos antes.

²³⁵ Cf. Wallerstein. (2003)

²³⁶ Cf. Santos. (1998)

La superación del esquema cartesiano de saberes divididos y la apertura a otra epistemología científica más amplia tiene impactos sobre las percepciones de las nociones de conflictos y alianzas, de pasado y de futuro que deben ser la base de las experiencias del posdesarrollo. En esta dirección nos parece muy interesante la reflexión de E. Morin sobre el método en el pensamiento complejo. Explica él que la producción de la cultura en su sentido amplio y no compartido debe ser observada no solo desde puntos de vista culturales e históricos sino igualmente desde puntos de vista fisiológicos y psicológicos. El conocimiento científico, aclara Morin «se organiza en función de paradigmas que seleccionan, jerarquizan, rechazan las ideas e informaciones, así como se organiza en función de las significaciones imaginarias y de las proyecciones mitológicas».²³⁷ El cambio del sujeto humano obedece a impulsos conformistas de normalización, por un lado, y a impulsos de cambios generados por el calor cultural, por otro. El conformismo cognitivo que justifica los viejos dogmas científicos y prácticos no es solo conformismo sino un proceso de normalización o de un imprinting cultural que marca a los humanos con el sello de la cultura, desde la familia, pasando por la escuela, por la profesión etc.²³⁸ Por otro lado, está la dialógica cultural marcada por la pluralidad y la diversidad, que genera dudas, que generan rupturas, liberaciones, autonomía. Hay desvíos de los patrones de acción y las rupturas del imprinting pueden ser profundas, progresando para una contestación radical que derroca las verdades establecidas generando un nuevo orden cultural.²³⁹

A nosotros, nos parece, sobre todo analizando el caso de los modelos de desarrollo en América Latina, que avanzamos progresivamente en dirección de esta ruptura de los padrones de conocimiento que son impuestos por las agudas desregulaciones de los sistemas económicos, sociales, ecológicos para liberar otros entendimientos y prácticas. El entendimiento sobre estos cambios

²³⁷ Cf. Morin. (1992, p.21)

²³⁸ Cf. Morin. (1992, p.25)

²³⁹ Cf. Morin, op. Cit. P.33

epistémicos con inauguración de nuevas ontologías es fundamental para entender la tesis del pasaje del paradigma del desarrollo al del posdesarrollo en este momento. La idea del desarrollo está al centro de la discusión sobre capitalismo y colonialidad y ella revela las contradicciones históricas de la ontología del tiempo lineal y del crecimiento económico. El análisis de la emergencia del desarrollimentismo en América Latina explica la adaptación de un modelo teórico eurocéntrico a realidades distintas que necesitan la presencia del Estado en la organización del mercado para asegurar la colonialidad. En términos teóricos esto significó la emergencia de un debate teórico —el estructuralismo cepalino— que es el resultado necesario del modo en que la teoría tuvo que adaptarse a realidades culturales distintas.

El caso latino-americano ayuda a demostrar que la búsqueda de la construcción de nuevos conocimientos y acciones de desarrollo más apropiados a la realidad de la región y a la tensión entre economía, política y cultura pasa necesariamente por tareas de deconstrucción de los modelos conceptuales, epistémicos y epistemológicos, para adaptarlos a realidades diferentes. Y tal tensión entre modelo teórico y práctica cultural es decisiva para el pasaje de la poscolonialidad crítica que se inaugura con CEPAL y que cuestiona la hegemonía del mercado, al decolonialismo que generaliza la crítica para allá del mercado para cuestionar el crecimiento económico y la división del trabajo capitalista a nivel global y promover las bases del post-desarrollo como experiencia colectiva y abierta a la pluralidad de tiempos de vivir, de reproducir y de liberar.

Bibliografía

- ADORNO, T. e Horkheimer (1985) *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar
- ARENDRT, H. (1963) *Eichman in Jerusalem : A Report on the Banality of Evil*, New York, The Viking Press.
- Bachelard, G. (1985) *L'intuition de l'instant*. Paris: Denoel.
- BALANDIER, G. (1997) *A desordem. Elogio do movimento*, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Russel.
- CAILLE, A. (1989) *Critique de la raizon utilitaire*. Paris : La Découverte.
- _____ (2014) Notre problème fondamental, c'est l'énoncé d'une pensée politique In Reporterre : le cotidian de l'écologie. <http://www.reporterre.net/spip.php?article6366>
- CASTORIADIS, C. (1982) *A instituição imaginaria da sociedade*. Rio : Paz e Terra
- ESCOBAR, A. (2010) *Una minga para el posdesarrollo. Lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales*. Lima : Editorial de la Universidad de San Marcos.
- ESTEBA, G. Y Prakash, M.S. (1998) *Grassroots : postmodernism*. London/New York : Zed Books.
- FOUCAULT, M. (2010) *El cuerpo utópico. Las heterotopías*. Buenos Aires : Nueva Visión.
- GUDYNAS, E. (2011) Debates sobre el desarrollo sus alternativas en América Latina:Una breve guía heterodoxa En «Más allá del desarrollo», Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo (M. Lang y D. Mokrani, eds.), Fundación Rosa Luxeumburgo y AbyaYala, Quito
- _____ (2012) Más allá del nuevo extractivismo: transiciones sostenibles y alternativas al desarrollo In F. Wanderley (Org.) *El desarrollo en cuestión. Reflexiones desde América Latina*. Bogotá: CIDES-UMSA/Oxfam.
- HOUTARD, F. 2013) *El bien común de la humanidad*. Quito : Editorial IAEN.
- ILLICH, I. (1973) *La convivencialidad* ISBN 968-27-0486-3
- LATOUCHE, S. (2009) *Pequeno tratado de decrescimento sereno*. São Paulo : Martins Fontes.
- MARTINS, P.H. (1992). *Prophétie économique et le mythe du développement en Amérique Latina: le cas du Brésil*. Paris. Universidad de Paris I. IEDES. Tesis de doctorado
- MANIFESTO CONVIVIALISTA. Declaração de Interdependência (2009). São Paulo : Annablume.

MERLEAU-PONTY, M. (1982) *Résumés de cours*, Paris, Gallimard.

MORIN, E. (1990) *Introduction à la pensée complexe*. Paris : ESF Editeur.

_____ (1992) *O método IV. As ideias : a sua natureza, vida, habitat, e organização*. Lisboa : Publicações Europa-América .

POLANYI, K. (2001) *The great transformation. The political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press.

RANCIÈRE, J. *O ódio à democracia*. São Paulo : Boi Tempo.

SANTOS, B.S. (2000) *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. São Paulo, Cortez Editora.

_____ (2008) *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. 2a. Edição. São Paulo : Cortez Editora.

WALLERSTEIN, I. (2003) *Utopística ou As decisões históricas do século vinte e um*. Petropolis : Vozes.

_____ (2007) *O universalismo europeu. A retórica do poder*. São Paulo: Boi Tempo.

Palabras-**llaves:**

posdesarrollo,
utopías sociales,
agotamiento de
los recursos
naturales

Resumo: La relación entre posdesarrollo y refundación de utopías sociales que planteamos aquí se basa en dos tesis: una, que las categorías teóricas del desarrollo están perdiendo efectividad explicativa y normativa en la medida que el deterioro de los indicadores sociológicos (exclusión, violencia, droga, devastación ambiental, disminución de la solidaridad cívica y comunitaria entre otros) se está ampliando, no siendo este deterioro compensado por el avance de producción material de riquezas que, además, continua siendo progresivamente apropiada por una minoría. La otra tesis, que está articulada con la anterior, es que se observa el agotamiento de los recursos naturales necesarios para mantener ritmos crecientes de progreso económico. El desaparecimiento de las reservas de agua dulce y de las florestas impacta directamente sobre la gran y la pequeña propiedad agrícola y sobre la reproducción de la cadena de sobrevivencia humana. A este agotamiento físico que denuncia el mito de la abundancia de las riquezas naturales —y que estimuló la depredación de la naturaleza social, cultural y ambiental por las políticas de colonialidad—, debemos añadir los efectos perversos de la concentración de ganancias a través del capitalismo financiero que amplía su territorio de acción por el control creciente de tierras y recursos productivos que ahora son direccionados a la especulación.

Keywords:

post-development,
social utopias,
natural resources
exhaustion

ABSTRACT: The relationship between post-development and re-foundation of social utopias is based on two tesis: one, that the theoretical categories of development are losing explanatory and normative effectiveness as the deterioration of sociological indicators (exclusion, violence, drugs, environmental degradation, reduction of civic and community solidarity, among others) is widening, not being this deterioration compensated by the advance of material production of wealth that, in addition, continues being progressively appropriated by a minority. The other tesis, which is articulated with the previous one, is that there is an exhaustion of the natural resources necessary to maintain a growing rhythm of economic progress. The disappearance of fresh water reserves and forests directly impacts on large and small agricultural properties and on the reproduction of the human survival chain. To this physical exhaustion that denounces the myth of the abundance of natural wealth - and which stimulated the depredation of social, cultural and environmental nature by coloniality policies - we must add the perverse effects of concentration of profits through financial capitalism that extends its territory of action by the increasing control of lands and productive resources that now are directly to the speculation.

Recebido para publicação em março/2017

Aceito para publicação em junho/2017

Uma análise empírica das relações do Terceiro Setor com o Estado e com o Mercado no Brasil e em Portugal

Marina Félix Melo

Universidade Federal de Alagoas (BRA)

Desenho de Investigação e Proposta Central

O recorte da presente pesquisa apoia-se em uma tese de doutorado que teve como objetivo central analisar as consequências do atual fluxo de profissionalização das Organizações Não-Governamentais (ONGs), notando que a profissionalização institucional tem sido um elemento-chave nas atuais configurações do terceiro setor. Essa proposta foi fundada na continuação da

pesquisa intitulada “A Missão das ONGs em um Terceiro Setor Profissionalizado: Estudos de Caso na RMR”. Nesta última, localizamos como o atual processo de profissionalização nas ONGs interferia na elaboração e continuidade das missões destas instituições, sendo a missão de uma ONG um complexo ético e de valores que as instituições carregam, um elenco de normas e objetivos que cada organização deve obedecer, localizada em um espaço ético e de possibilidades concretas que viabilizam os objetivos da entidade.

Com o correr de tal investigação, deparamos-nos com a complexidade maior da profissionalização nas ONGs. A profissionalização é um fenômeno amplo que deve ser investigado em seus eixos analíticos centrais quando desejamos entender, especificamente, a lógica de funcionamento do terceiro setor. Logo, a problemática deste trabalho nos incitou a apreender como se dá a profissionalização e como esta é percebida dentro das organizações, a ver como a profissionalização pode ser, ou não, um problema para as instituições.

A investigação buscou contribuir para um debate mais geral sobre profissionalização de entidades do terceiro setor ao focalizar como tem ocorrido o processo de profissionalização nas ONGs. Apesar de vários trabalhos terem mencionado a profissionalização no terceiro setor como um fenômeno contemporâneo em atenção (LANDIM, 1993; CARVALHO, 1999; HADDAD, 2002; LIMA, 2004; COSTA, 2004), observamos que seu aspecto nessas instituições, quando considerado junto à cultura organizacional das entidades e como estas lidam com as transformações – não apenas no universo do terceiro setor, mas também do mundo do trabalho visto sob uma óptica panorâmica –, ainda não tem sido explorado de modo mais específico pela literatura sociológica sobre ONGs, embora alguns autores apontem para a importância da temática e forneçam subsídios para esse tipo de estudo. Nesse sentido, nossa contribuição maior foi a de fomentar tal dimensão, estabelecendo novas relações que pudessem enriquecer, problematizar, relativizar ou confirmar trabalhos anteriores.

As principais dimensões analíticas consideradas neste trabalho para caracterizarmos a profissionalização institucional das ONGs foram: percurso escolar e grau de escolaridade dos agentes que na organização trabalham; nível de especialização nas atividades desenvolvidas; forma como ocorre a divisão de tarefas administrativas; interação entre as relações primárias e secundárias de sociabilidade no trabalho; capacidade de articulação das entidades em redes de cooperação; estratégias e planejamento institucionais e dinâmica de avaliação do trabalho interno. Estas dimensões não são excludentes, tampouco exaustivas.

A fim de respondermos à pergunta de partida sobre as consequências do atual fluxo de profissionalização institucional, trabalhamos com os seguintes objetivos específicos daí derivados: 1. Examinar como se constroem as divisões de trabalho, a especialização e a busca por profissionalização dentro de diferentes tipos de ONGs; 1.1 Verificar por quem e como são definidas as agendas e os moldes de profissionalização das ONGs; 1.2 Examinar se diferentes tipos de ONGs tendem a compor diferentes tipos de profissionalização nas entidades; 2. Investigar as perspectivas que os agentes das ONGs e seus financiadores têm sobre o atual processo de profissionalização; 2.1. Analisar como são construídas as noções éticas sobre a captação de recursos para as ONGs entre os agentes atuantes nessas organizações e seus financiadores e como tais noções se manifestam no cotidiano das entidades; 3. Verificar quais os vínculos entre a sustentabilidade financeira e a profissionalização dessas organizações; 3.1. Investigar o tipo de relação que as ONGs mantêm com os financiadores do Estado, do Mercado e do Terceiro setor (agências internacionais etc); 3.2. Analisar se as relações com os demais setores e o modo de obter sustentabilidade financeira provocam perda de autonomia nas ONGs e o que isto significa para as instituições; o que significa, em termos práticos, uma ONG considerar-se ou ser considerada autônoma.

O estudo considerou um recorte espacial focado em dois países: Brasil e Portugal. Ao iniciarmos o trabalho, sugerimos que o mesmo problema sociológico se dava nos dois países, ainda que de maneiras e escalas distintas. Logo, o que propusemos foi um estudo conjunto, de modo complementar, a perceber os elementos de contraste entre os casos específicos das entidades analisadas nos dois países. Planejamos a partir dessa observação no Brasil e em Portugal estudar características que tendiam a se tornar ocultas quando nos centrávamos exclusivamente em realidades locais, como o caso de um recorte espacial que considerasse apenas Brasil, Recife-PE. Em suma, na investigação não houve uma comparação entre Brasil e Portugal, mas sim, um estudo com elementos comparativos entre quatro instituições que nos auxiliam na percepção de diferentes ângulos das dimensões analíticas estudadas sobre a profissionalização das ONGs. Com base no que apresentamos, focados nos objetivos dissertados, dividimos o trabalho pelas seguintes entradas:

Atual Cenário do Terceiro Setor: Neste espaço, realizamos um recorte sobre o objeto das ONGs a partir das discussões sobre a sociedade civil. Seguimos com a apresentação do cenário das ONGs no Brasil e em Portugal, a situar o contexto em que o tema da profissionalização aparece nos dois países, a tecer um estado de arte de cada local a partir de um retrato dos movimentos e perspectivas significados no campo das ONGs. Este espaço, de caracterização da problemática mais ampla do terceiro setor, argumentou os aspectos da sustentabilidade das ONGs como ponto imprescindível no entendimento da busca pela profissionalização. O tema da sustentabilidade com suas contradições encaixa-se como uma ponte para percebermos as motivações que ligam dimensões instrumentais e substantivas no cotidiano das organizações.

As Relações Institucionais: Objetivamos aqui entender as lógicas presentes nas relações das ONGs com os demais setores, a saber, o Estado, o Mercado e com o próprio terceiro setor, nomeadamente as agências de cooperação internacionais. Tratamos de pontos imprescindíveis que sustentaram a pesquisa porque não haveria uma tensão pela profissionalização

institucional se as ONGs não tivessem de propô-la como instrumento de barganha e legitimação das tarefas a que se nomeiam aos demais setores que são, em verdade, os financiadores destas organizações. Ao tecermos o argumento sobre as relações entre os três setores, tratamos a dimensão analítica da autonomia como elemento de ligação e possibilidade nas relações mencionadas entre os setores. Noções gerais sobre autonomia foram ampliadas a partir das particularidades de nosso objeto de pesquisa na medida em que buscamos compreender até que ponto as ONGs tinham “flexibilidade” de autonomia, margem de manobra, estando ligadas aos Primeiro, Segundo e Terceiro setores da sociedade no que concerne à captação de recursos necessária para o funcionamento dessas organizações.

Profissionalização das ONGs - Contextos, Práticas e Atores: este é, digamos, o núcleo duro do trabalho. Começamos por tratar especificamente das dimensões analíticas que diziam respeito à profissionalização, a justificá-las diante dos objetivos de trabalho apresentados, conceituando a profissionalização organizacional. Tal profissionalização foi sequencialmente tratada sob o aparato teórico fundamental ao trabalho: a sociologia das organizações.

Optamos por utilizar como base teórica principal para a problematização exposta a sociologia das organizações e seus contributos numa abordagem centrada no fenômeno organizacional e na divisão do trabalho nas ONGs. Tal perspectiva analisa como as instituições se dispõem diante de um contexto globalizado que tem sistemas de gerência contrastantes e que acarretam, por sua vez, em diferentes formas de planejar e executar tarefas. As diferentes culturas organizacionais – entendidas como a maneira pela qual as ONGs estruturam suas formas de atuação, de organização e como esboçam os meios de executar os trabalhos – passam por deficiências nos planos administrativos, principalmente quando não estão inseridas numa lógica de profissionalização que viabilize a execução dos projetos da instituição. Esses princípios, como tecem Hill e Egan (1967), dependem da série de dimensões

analíticas que nos ajudam a perceber a profissionalização de uma entidade. Entrementes, essas dimensões são reelaboradas em diferentes sistemas de gestão e contextos. Como versam os autores: "Essas decisões dependem em grande medida da ampla diversidade das variáveis de trabalho, bem como dos objetivos que estruturam a organização. Assim, as proposições administrativas podem ser expressas apenas em termos de uma situação particular." (HILL e EGAN, 1967, p. 332). Logo, as motivações individuais podem até interferir no funcionamento e na gestão de uma entidade, todavia, a rigidez do modelo organizacional proposto pelos agentes envolvidos nas ONGs é fator determinante para a condução dessas influências. Corroboramos com Lakatos (1987) que uma organização, também, diz respeito a condutas humanas que se relacionam socialmente e é alicerçada por regularidades (LAKATOS, 1987, p. 228). Philip Selznick reforça que considerar a simples criação de uma estrutura formal como uma organização não sustenta esta organização enquanto tal, pois, é preciso que ela seja criada a partir de necessidades coletivas, uma vez que é mais do que um agrupamento de pessoas (Ibid, p. 229). Uma organização tem identidade própria e pode ser considerada como uma unidade social intencionalmente elaborada. Logo, não poderíamos dizer que uma organização é simplesmente o prédio onde está localizada, mesmo porque muitas nem possuem tal formato físico/estrutural. Igualmente, não poderíamos também dizer que o que define se uma ONG é mais ou menos profissionalizada é o tamanho de suas instalações, pois algumas ONGs podem ser virtuais, o que gera, por sua vez, um debate paralelo e relevante sobre as redes sociais no terceiro setor. Diante do exposto, utilizamos a sociologia das organizações a partir do contexto mais específico das organizações de terceiro setor atualmente.

Ainda neste núcleo de discussões, tratamos das racionalidades instrumental e substantiva presentes na lógica de funcionamento das ONGs a partir de Habermas. Por tal cenário, chegamos à necessidade de problematizarmos a questão da agência diante de um estudo mais concentrado

na estrutura. Explicamos: se a sociologia das organizações funcionou como guia principal na condução da investigação, por outro lado, não pudemos desconsiderar que embora o foco da proposta de nosso trabalho tenha sido o estudo da profissionalização das ONGs, estas últimas são formadas por agentes que as fazem funcionar e, tais agentes e a forma como lidam com as organizações e com seus trabalhos passaram a ser parte de uma dimensão analítica da investigação. Em outras palavras, seria inviável tentarmos entender como funcionam as organizações sem considerar seus agentes. Por isso, utilizamos também, como auxiliar teórico, a sociologia das profissões. Apesar de a sociologia das profissões ter sido um guia para nossa análise, não a utilizamos como uma teoria fechada em si capaz de dar conta da realidade de nosso objeto de estudo. Nosso esforço se empreendeu na percepção dessa construção elaborada juntamente ao estudo de como se dão os desenhos organizacionais nas instituições, isto é, como se formatam as profissões e suas funções dentro de uma lógica maior de gerenciamento das entidades. Tratamos, ainda, do voluntariado como chave-analítica no entendimento das condições em que se estabelecem as questões tratadas da estrutura das organizações frente às interações de uma agência representativa de diversos papéis sociais de trabalho.

Métodos e Técnicas de Pesquisa em um Estudo Sobre a Profissionalização de ONGs: Neste espaço expomos nosso recorte espacial na cidade do Recife, Brasil, e em Braga, Portugal, bem como apresentamos os instrumentos de recolha e tratamento de informações. A partir do direcionamento que nos oferecem as dimensões analíticas da profissionalização, optamos por caminhos metodológicos amparados na perspectiva qualitativa de análise. Realizamos estudos de caso com uma seleção de corpus composta por quatro instituições, duas em cada país, em que foram realizadas observações diretas, observações participantes, análise documental e entrevistas semi-estruturadas. Em seguida, procedemos à análise

dos dados a partir da análise de conteúdo, categorizando as informações a partir dos objetivos específicos da investigação aqui já mencionados.

Apresentação das Organizações Não-Governamentais

O presente trabalho contou com uma pesquisa empírica realizada no Brasil, na Região Metropolitana do Recife, e em Portugal, na Região no Minho, norte do País. Realizamos estudo de caso em quatro organizações que trabalham com vulnerabilidade social de jovens a perceber como os agentes enxergavam e articulavam-se nas relações entre Estado, Mercado e Terceiro Setor. A escolha do corpus de pesquisa se deu a partir da inquietação mais ampla sobre a profissionalização destas organizações. Optamos, então, por trabalhar duas organizações em cada um dos recortes espaciais em que tratamos (Brasil e Portugal), a investigar uma organização de grande porte e outra de pequeno em cada um dos países. Grosso modo, tivemos um recorte da seguinte maneira: ONG 01: Brasil, pequeno porte e com baixa complexidade de profissionalização institucional; ONG 02: Brasil, grande porte e com alta complexidade de profissionalização; ONG 03: Portugal, pequeno porte e de complexidade de profissionalização institucional substancial e; ONG 04, Portugal, grande porte e altamente profissionalizada.

A partir do direcionamento que nos oferecem as dimensões analíticas da profissionalização de ONGs, optamos por caminhos metodológicos amparados na perspectiva qualitativa de análise. Realizamos estudos de caso com uma seleção de corpus composta pelas quatro instituições mencionadas, em que foram realizadas observações diretas, observações participantes, análise documental e 37 entrevistas semi-estruturadas. Em seguida, procedemos à análise dos dados a partir da análise de conteúdo, categorizando as informações a partir dos objetivos de investigação sobre as relações entre os três setores aqui mencionados.

Apresentamos as quatro instituições no que diz respeito exclusivamente a estas relações entre Estado, Mercado e ONGs e, em seguida, analisamos estes achados de campo face demais dimensões analíticas consideradas neste problema de pesquisa.

Organização Não-Governamental 01& 02 / Brasil:

A ONG 01 possui graves problemas de sustentabilidade financeira. Quando citam ou perspectivam alguma maneira de captação de recursos, responsabilizam o Estado como a instância que deveria cumprir-lhes amparo. Essa visão recorre um campo tenso na medida em que os agentes entendem que o Estado não está a prover as ONGs como deveria, ficando em dívida, especialmente, com a ONG. A captação de recursos dessa instituição tem um processo deficitário face outras organizações consoante à “corrida por recursos”. Os órgãos estatais com que já fecharam projetos ficam limitados a uma continuação que, quando quebrada, não desenvolve-se em alternativas. Neste quadro, vejamos como constroem os agentes esta relação ONG-Estado:

Em unanimidade nas entrevistas desta organização, tanto em 2008 quanto em 2012, bem como aferido ao longo do processo de pesquisa, os agentes percebem uma má relação do Estado com a entidade. Isto parece exclusivo ao caso da instituição a que se dedicam, ou seja, enxergam a relação do Estado como cordial a demais organizações, nomeadamente as grandes ONGs, justamente àquelas que acreditam não precisar de tantos apoios como a ONG 01, certa vez que já são grandes e aparentemente estruturadas. Disto, surge um “rancor” por parte dos agentes na relação e a sensação de estratificação dentro do terceiro setor numa posição em que seria a ONG 01 prejudicada em detrimento de outras. Esta situação, ainda que propusesse uma exacerbção na competitividade da entidade com as demais, não se desenrola nesse sentido sobretudo porque a instituição não tem grande acesso às demais na medida em que não articula-se substancialmente em rede. Gera-se uma inconformidade com o Estado que, como tal, figura-se numa abstração como

um senhor de salvação que não se vê o rosto e para quem não se pode estender a mão com rigidez e segurança porque não se sabe onde está, nem como está.

(...) a gente fica meio que com uma interrogação porque são projetos de valores pequenininhos se comparados a outros da Petrobras, riquíssimas, e a gente fica meio que desestimulado, meio triste porque a gente sai daqui todos os dias, vai no Estado, falta documento, a gente se desdobra. (Marília, 2012).

Se o governo quiser que ela cresça, a partir do momento que ele quiser, ela vai ser a maior creche ou ONG do Estado de Pernambuco. E se o governo continuar fazendo como tá fazendo, abrindo outras creches com a prestação de serviço e prestação bem melhor (...) acho que a ONG 01 vai regredir. A menos que ele diga que vai dar expectativa pra essas que ele não dá manutenção, começar a dar agora, aí ela poderá ser enorme. (...) Eu sou uma pessoa decepcionada com os discursos do Governo. (...) Que os nossos dirigentes, governadores, abrissem mais a cabeça e fizessem um trabalho mais... pra que essas pequenas iniciativas tivessem maiores condições de ter aqui uma professora fixa, uma psicóloga... Ter um retorno pra sobreviver. Como é que eu vou comer?

Falta o interesse público se interessar pela realidade do nosso país. A nossa realidade não é Suape. Não é tirar o imposto do carro e não tirar do feijão. Foram os economistas que fizeram isso. (Sr. Antônio, 2012).

Será que ninguém pensa como a gente? De deixar de mandar uma verba pra um setor esportivo profissional, vamos dizer assim, pra mandar pra construir uma cisterna no interior de Pernambuco? Será que ninguém pensa como a gente? Então, quem sou eu? Quem tem que pensar são os caras lá dentro. Eu fico meio que indignada. Minha relação com o governo é de tristeza e de mãos atadas. (Marília, 2012).

Como demonstrado acima, nota-se que as relações de poder perante o Estado são fortemente assimétricas, o que gera apatia e descrédito. Já em relação ao Mercado, embora não financiados de fato por esta instância e terem tido pouca ou quase nenhuma experiência com o Setor, enxergam a possibilidade de relação de forma mais atenuada. Ao questionarmos a presidentada ONG sobre o possível recebimento de recursos de empresas, ela responde: “Não, nada particular, ninguém dá doação. As doações da época da Irmã ninguém dá mais. Que a Irmã Fatinha ficava ligando, pedindo... aí o pessoal ainda contribuía, depois...”. (Dona Lourdes, 2008). As falas dos

agentes sobre captação de recursos estão impregnadas de termos como “doações”, “dar”, “receber”, “alguém ajudou”, “alguém doou”, todavia, a partir de uma perspectiva de doação para o “bem”, pautada em uma perene religiosidade que mesmo diante da ideia geral que move a ONG é regida por relações assistencialistas. Também no Mercado nota-se descrédito, como um Setor que teria condições de subsidiar a organização mas que não o faz por motivos não transparentes, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, argumentam não conhecerem o segundo setor como possibilidade real de participação de custos:

Rita: As empresas têm o slogan da responsabilidade social (...) vieram aqui pra conhecer uma vez, pra ver se era verdade que isso aqui existia etc e no final disseram que tavam dando atenção às crianças com aids, de origem dos quilombos... pelo amor de Deus! (...)

Marina: Vocês não acreditaram na resposta deles [empresa privada], é isso?

Rita: Não, eu não acredito não. (Rita, 2012)

Marina: Como o sr. vê a relação das ONGs e da ONG 01 com o Mercado? As empresas privadas?

Sr. Antônio: Veja bem, é outra coisa que eu posso dizer que não tenho conhecimento... Esse relacionamento é uma coisa que elas fazem e dividem as verbas. Eu não sei qual é a mecânica... a nossa mecânica eu sei. (Sr. Antônio, 2012).

Na tentativa de visualizarmos uma ponte entre as relações da ONG com outras instituições para além do Mercado e do Estado, buscamos perceber como ocorria a articulação em rede na ONG 01. Os parceiros da organização são outras escolas e lares do bairro. Não há uma burocratização destas parcerias, no que são realizadas pela lógica de laços primários. Estas relações são esporádicas e não dizem respeito à sustentabilidade financeira diretamente. Pautam-se por trocas como levar as crianças de uma instituição a outra para cantar, apresentar trabalhos etc (o que diz respeito à sustentabilidade mais geral). Apesar de a articulação com demais organizações não solidificar-se em medidas estratégicas mais pontuais, é ela uma mais-valia na fortificação de laços em volta à realidade que cerca a ONG, todavia, não suficiente para integrar a entidade numa rede de informações do terceiro setor mais precisa no

tocante às possibilidades de articulação em prol das causas almejadas. Vejamos agora o caso específico da ONG 02 de nosso estudo no Brasil.

A ONG 02 tem relações “cordiais” com o Estado. “O próprio secretário de Direitos Humanos do Governo nos citou recentemente” (Reginaldo, 2012). “A ONG 02 é uma referência para o Estado” (Vinícius, 2012). “A Relação em nível de cordialidade é muito boa” (Paula, 2012). A instituição estabelece parcerias com o Estado que subsidia eventuais projetos. Mesmo sendo a grande parte da sustentabilidade financeira da organização vinda do exterior, ter as marcas de parceria com Prefeitura, Governo do Estado e Governo Federal parece ser uma porta aberta que confere à instituição boa imagem, credibilidade, bem como abre uma rede de diálogos e trocas com demais organizações também a estes órgãos estatais relacionados. Em suma, a presença do Estado existe na organização, mas não é em torno dele que giram as possibilidades de manobra da ONG 02 diretamente relacionadas ao financiamento.

Este quadro dá-se, de acordo com os agentes entrevistados, por situações pontuais como que o Estado não consegue prover as necessidades das ONGs como um todo, tampouco da ONG 02. Denotam que, embora entusiastas do Governo Lula, aquele governo não estreitou o suficiente a relação ONGs-Estado, havendo uma diminuição de recursos a algumas entidades, sobretudo pela criação de projetos sociais estatais como o “Fome Zero”. A esse exemplo de projeto do Governo Federal, criticam a não continuidade de problematizações que poderiam ser feitas pelas organizações. Um dos agentes comenta-nos que o cartão do “bolsa família” pode ser negociado em drogas e que estas brechas da política social deveriam ser contornadas por organizações que trabalham em âmbito local, focalizadas a ver o indivíduo de forma integral.

A relação da ONG 02 com o Estado, embora hoje cordial, já foi mais tensa porque a missão inicial da entidade era a de tirar meninas da rua em situação de vulnerabilidade social e às quais o Estado pregava-lhes punições

penitenciárias pouco eficazes a uma visão de reabilitação destas jovens. Essa cordialidade estratégica mais recente pode ser notada na seguinte intervenção:

Durante muito tempo, quando a ONG 02 surgiu em 89, existia de fato uma grande omissão. Existia um trabalho de punição de jovens infratores, mas não existia um trabalho de recuperação desse jovem em situação de rua. Então, a ONG 02 surgiu muito nessa proposta, de oferecer atendimento pras meninas que estavam em situação de abandono nas ruas, que muitas vezes iam pra Febem, que hoje em dia é a Funasa, que não existia recuperação pra esse público. A ONG 02 surgiu diante da ausência desse governo. Eu acredito que ao longo dos anos o governo passou a ter essa coisa mais social, a ter essa visão neoliberal e passou a ter essa questão do welfarestate, atender à sociedade e a gente observa que existe sim um maior investimento do setor, sobretudo facilitado pelo Governo Lula. Acho que ele teve essa visão mais voltada mesmo pro social, mas talvez não fez assim de uma maneira tão produtiva porque estava focado em oferecer recurso à família, bolsa escola e se tornou uma coisa muito assistencialista enquanto a gente, na verdade, sempre lutou pra oferecer autonomia pro público, que é aquela coisa de se ensinar à pessoa a pescar e não tá cedendo o peixe. Hoje, na Prefeitura já houve muita crítica com relação a isso porque o Condica, que é o conselho municipal, foi muito deixado de lado, tanto é que as instituições se uniram pra falar dessa ausência mas eu acredito que da parte do governo federal houve melhorias... talvez essa ausência passou a ser mais suprida mas a gente sabe que falta muito, que os programas tenham um impacto maior nessa, seja por exemplo transformação social pois os programas ainda estão muito atrelados a uma bolsa (...) se o governo se baseia só nos números, nas metas, que tem que atingir, ele se esquece da qualidade a ser dada ao jovem. (Reginaldo, 2012).

Em uma adiantada comparação com a ONG 01, notamos que na fala de Reginaldo há uma localização mais pontual dos problemas que competem ao Estado, a exemplo de distinguir as ausências do Condica, gerado pela Prefeitura do Recife. Esse mesmo órgão é o que por vezes subsidia projetos na ONG 01 e, naquela, pouco notamos nas falas uma localização da ausência deste setor do governo municipal, mas sim, a insatisfação com o Estado de maneira abstrata, que não se sabe bem que “rosto” tem, quem representa-o de fato.

Os agentes da ONG 02 articulam uma retórica inversa à perspectiva da dependência, no que podem até depender do Estado em alguma esfera particular, mas soam às falas certa estratégia articulada ao fato de terem uma

boa imagem a negociar com os governos, que politicamente necessitam da referência da instituição. O acesso que os agentes têm aos representantes estatais é notadamente diferente da ONG 01, que tampouco pode ter acesso direto aos órgãos competentes, a exemplo de que ainda pagam impostos municipais por não terem conseguido o mínimo diálogo na Prefeitura a assegurar seus direitos.

Ao que se refere à relação da ONG 02 com o Mercado, essa parece pouco problematizada na organização, embora recebam recursos de empresas privadas, especialmente do exterior, mas que não desenham o arquétipo de financiamento mestre da organização. O que é passível de parceria, é aproveitado. O que não, pouco se questiona a partir do ponto “oculto” de que não é função do segundo setor manter as ONGs, no que introjeta-se uma lógica de capital na entidade a ser materializada, depois, na crítica ao Estado. Todavia, há uma forte influenciado sentido mercadológico na instituição, sobretudo, a partir de falas que enxergam no modelo gestor de mercado a saída para melhoria das formas de trabalho do terceiro setor, ainda que considerando as peculiaridades do Setor, as mesmas apontadas ao longo dos capítulos anteriores. Como versa um dos agentes: “Não é uma relação ainda construída, totalmente formada... é que tá em formação, engatinhando, talvez, pra se ter uma relação mais construtiva” (Deyvison, 2012).

Já no que se refere às redes com demais ONGs e que propiciam o trabalho a partir de agências de cooperação internacionais, também de terceiro setor, a ONG 02 tem uma estrutura relativamente interessante que sustenta o diálogo entre os três setores na manutenção de sua sustentabilidade. As relações que estabelece são o fio condutor estratégico para sequência das atividades. Trabalha no diálogo com demais organizações que se dedicam aos mesmos interesses sociais, direta ou indiretamente, como as redes ARCA; Rede Tecendo Parcerias; Ação em Rede pela Criança e Adolescente (ARCA–Intermon/Oxfam); Rede do Mercado Solidário e Rede articulação AIDS em Pernambuco. Esta última rede interconecta 34 instituições e conduz a entidade

a esferas de atuação como o Movimento de Aids em Pernambuco. Participa também de redes internacionais, a exemplo da End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes, rede consultiva no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

A articulação em rede é entendida na instituição como uma maneira de ganhar força política, no que desenvolvem passeatas junto a outras organizações e pressionam órgãos públicos. As redes são importantes na organização para a construção de um material de marketing, por exemplo, mas vão além: “Você trabalhando em rede vai buscar as minorias ativas e consegue que aconteça de uma forma mais concreta e mais consciente de desenvolvimento e transformação das pessoas. (Paula, 2012). “Não funciona nada sem a parceria, sem a troca de experiências (Deyvison, 2012). Entretanto, salientam que, na corrida pelo financiamento, há também um campo de disputa entre as instituições, o que contradiz ao mesmo tempo em que complementa a lógica da troca de informações para o avanço de passos de percursos semelhantes de muitas organizações que precisam de financiamentos para sobreviver e, em muitas ocasiões, precisam compartilhar imagens ou mesmo posições na corrida por editais. Mais uma vez, a noção de rede enlaça aspectos presentes na relação da ONG com o Estado e com o Mercado, sobretudo porque nessas redes encontram-se os principais financiadores: a cooperação internacional, para quem é salutar a comunicação e a articulação de uma boa imagem.

Organização Não-Governamental 03 & 04 / Portugal:

Para entendermos a relação das ONGs portuguesas de nosso estudo de caso com o Estado, é preciso, antes, ter claro o contexto em que falamos. Atualmente, devido à midiaticização sobre a crise financeira europeia, muito se tem discutido dentro das ONGs sobre o papel do Estado face ao protagonismo de países como a Alemanha, ou do que passa à Romênia ou à Grécia. Elementos tais, unem-se ao que percebem como Estado e, essencialmente,

sobre as funções que pretendem encontrar neste. Recorrentemente presenciamos cenas que fundem a perspectiva de força que o Estado deveria ter perante as urgências com um imaginário inclinadamente assistencialista, das associações distribuírem a sopa a fazerem o ´bem`. Ao mesmo tempo, nota-se grande parte da atuação das organizações europeias voltada ao exterior, o que passa a ser revisto diante de momentos de crise, mas que explicam-se, sobretudo, pela imagem de sustento do terceiro setor, de ajudar os indivíduos em situação de miserabilidade que façam sentido à continuação da ação. Como tivemos ocasião de presenciar em eventos informais em que as discussões giravam em torno da atuação das ONGs: “ajudar um miserável em África mais vale que um pobre em Portugal” (Estudante de sociologia – Universidade do Minho).

Na ONG 03 em Portugal, organização de pequeno porte e de complexidade de profissionalização institucional substancial, uma das agentes comenta-nos que o título de IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) que o Estado confere a algumas entidades é justamente para “o Estado dar já que ele não cumpre o seu dever” (Isabel, 2012). Admitem as agentes que a organização é completamente dependente do Estado:

Marina: Como vês a relação das ONGs com o Estado?

Helena: No caso português... uma relação completamente dependente. No fundo as ONGs acabam por ser um braço do Estado para executarem um conjunto de funções. Percebeu-se que era mais barato fazer assim... porque no fundo, nas ONGs, como os técnicos não têm uma carreira como a dos funcionários públicos... são coisas muito adversas, Marina. São baixos! São diferentes de instituição pra instituição, são precários... o que agora está a ser extensível também ao setor público. Mas a ideia que eu tenho é que as ONGs em Portugal têm uma relação de profunda dependência com o Estado porque no fundo é dali que vem a principal fatia de financiamento e, depois, tens muitas críticas a apontar, mas não vais morder a mão que te alimenta, né? Há um conjunto de interesses que deixa tudo imobilizado (...) (Helena, 2012).

A citação acima sintetiza o campo de interesses de ambas as partes, Estado e ONGs, ao mesmo tempo em que adianta as fragilidades do sistema,

no que a suposta falta de financiamento é apenas um dos problemas às ONGs, seguidos de uma dependência maior a que são submetidas ao prestarem um trabalho barato ao Estado.

Já na ONG 04, de grande porte e altamente profissionalizada, a relação parece ser ainda mais umbilical. A entidade é tutelada pelo Ministério da Defesa e por mais cordial que seja sua relação com o Estado, ele tem interferência direta nesta, especialmente na nomeação do presidente nacional e dos órgãos executivos. Ainda que a instituição receba financiamento de toda forma de captação como vimos no tópico anterior, quem a sustenta e a regula até certo ponto são as fontes estatais, direta ou indiretamente. Seus agentes se veem como prestadores de serviços do Estado, o que tampouco parece ser uma problemática discutida na organização, não aparecendo ao longo da observação direta, participante ou pelas entrevistas como uma questão ideológica relevante. As expressões de que fazem uso quando tratam de perceber a relação do Estado com a ONG são de um jargão eminentemente mercadológico. Entendemos, inclusive, que o enfoque mercadológico do discurso é mais impactante às intervenções do que o visto nas duas entidades brasileiras. Logo, temos aqui um aspecto marcante na medida em que não há praticamente um “filtro”, um “recuo” de manutenção de um linguajar característico ao terceiro setor, no que o tomam do segundo ao passo que se entendem a prestar serviços ao primeiro. Exemplo desta percepção pode ser conferido quando as demais delegações do Movimento no País dedicam-se, em grande parte, ao atendimento de socorro-saúde. “(...) a nível nacional, das 170 delegações, 130 têm emergência, têm ambulância (...) é um serviço que nós prestamos para o Estado. Os bombeiros... são pagos pelo Estado.” (Pedro, 2012).

Ao denotarem que cumprem um papel social do qual o Estado ausencia-se, alegam que o Estado não tem nenhuma instituição própria, um departamento português, que faça o acolhimento social tal e qual as ONGs. “Precisam de pessoas para trabalhar, quem é que faz isso? Isso é rede social (...) essa instituição vai contratar pessoas, gerir recursos humanos, e a verba:

vem direto da segurança social. Portanto, é uma prestação de serviços pro Estado? É. Totalmente.” (Gabriela, 2012).

A dependência, nem por isso, deixa de ser uma ferramenta de subsistência. Como versou Helena, da ONG 03, “não vais morder a mão que te alimenta”, e essa noção se introjeta de maneira tal ao campo de possibilidades que a margem de manobra a pensar em saídas aos problemas que surgem à ONG precisa ser considerada a partir da fronteira que tem a instituição com este Estado que por ora faz-se repressor (a repressão silenciosa da ausência), ou provedor (ao subsidiar e permitir a manutenção da entidade). Ainda que percebam a lógica das trocas em que se inserem, desabafam que “o Estado poderia investir um bocadinho mais” (Mônica, coord./técnica, 2012). Ou como ratifica Jorge: “O financiamento é público. Só conseguimos dar essa resposta sendo financiados pelo poder público. Esta é a uma das razões de ser da ONG 04. Auxiliar os poderes públicos... faz sentido nós articularmos com o Estado!” (2012). Mas completa, a corroborar com a fala de Mônica: “Embora seja um bocado crítico porque nos vejo tornar demasiado dependentes do Estado e desses financiamentos.” (Ibid, 2012).

Jorge esboça maneiras criativas de como sair desse dilema da dependência estatal, a esboçar como seria interessante a criação de um departamento de marketing específico para a “venda” do trabalho que realizam. Embora entenda que a palavra “marketing” ou “venda” tivessem de ser substituídas pela criação de homônimos a um jargão de terceiro setor, afastando-se do segundo, vê neste último, na sua lógica de gestão, a maneira de escape aos limites impostos na dependência implícita à relação com o Estado.

Sobre a articulação das ONGs 03 e 04 em redes, observamos que ambas estão muito bem alocadas em Plataformas de ONGD no País, o que significa que têm assim um contato próximo com muitas organizações congêneres portuguesas, acessadas de acordo com os contextos dos projetos que desenvolvem. Ao ligarmos a articulação em rede aos interesses de

sustentabilidade temos que, ambas, anunciam a necessidade de apresentarem-se em parcerias para alguns tipos de financiamento, com trabalhos em rede, o que confere-lhes maior força e pressão na corrida por financiamento. Por exemplo, em um projeto que a ONG 03 possa desenvolver sobre educação para cidadania global para candidaturas europeias, significa que pode ela entrar com os pedidos de subsídios com parceiros em Itália, Romênia etc. Estas maneiras de articulação, tampouco, isolam a concorrência entre as organizações. Contudo, essa concorrência apresenta-se como uma dimensão plástica aos interesses no que, quando interessante aliar-se, criam-se parcerias, e quando não, concorrem com o uso das demais ferramentas apresentadas.

Relações entre ONGs, Estado e Mercado como Dimensão Empírica de Análise.

Posta a estrutura de relações das duas ONGs brasileiras (ONGs 01 e 02) com os domínios dos demais setores, recorremos a Ruth Cardoso (1996) ou a Coelho (2001) que versam sobre a quebra de paradigmas que afasta o Estado das organizações, a salientarem que esta é uma herança histórica não mais procedente. Nas duas organizações analisadas não encontramos recusa do elemento Estado mas, pelo contrário, a chamada deste para protagonizar seu papel de provedor social. Também, retomamos uma questão levantada por Teixeira (2003) sobre até que ponto estas organizações participam da definição e elaboração de políticas públicas. Grosso modo, essas políticas são verticalizadas ao modelo de instituição como a ONG 01 e, ainda assim, ao da ONG 02. Embora o espectro participativo, em rede, numa posição de “interdependência” de imagens da ONG 02 com o Estado, que a utiliza como modelo de ação e ela, por sua vez, beneficia-se de selos de credibilidade do trabalho que faz, a margem de manobra da entidade, ou das entidades, é pequena diante de planos mais concretos de políticas públicas. As movimentações em redes, as parcerias, solidificam tal poder político, porém, em plano micro é demasiada tímida face aos limitadores práticos que se colocam às ONGs, notadamente aos problemas de financiamento. A

complementar as inquietações levantadas por Teixeira, agora sobre a burocracia estatal sentida pelas organizações, ratificamos que modelos organizacionais como o da ONG 01 são notadamente mais vulneráveis aos processos anômicos de tal burocracia, enquanto a ONG 02, por exemplo, mostra-se mais inteirada das dificuldades estatais, bem como das possibilidades de manobra diante dos problemas daí advindos, sobretudo porque possui profissionais especializados, como advogados, para tais tarefas.

Consoante ao Mercado, as duas ONGs brasileiras analisadas parecem não problematizar a localização do Mercado na sociedade e diante de suas atividades. É ele uma espécie de “coringa” que pode ou não proporcionar algum auxílio. Embora sejam as duas entidades originadas no início da década de 1980, discursos politizados no sentido de caracterização antiestatal da imagem não procedem e, pelo contrário, é o segundo setor uma aparência de modelos de gestão interessantes ao terceiro, como dissertamos acima, a contrariar parte da literatura (IBGE et.al), no entanto, sem reduzir o universo das ONGs brasileiras aos nossos estudos de caso.

Ao que liga todas essas relações, agora numa perspectiva macro, corroboramos com Paula e Rohden (1998) que a linha que distingue empresas e sociedade/comunidade torna-se cada vez menos natural e visível. A racionalização instrumental faz-se fortemente presente ao modelo da ONG 02 sem que seja dela necessária a mercantilização da organização e considerando capital social como aquilo criado quando as relações entre os indivíduos muda de maneira a facilitar a ação (FONTES, 2002). Por essas razões, percebemos que o estoque de capital social, seja ele estruturado em um ou outro tipo de sociabilidade, é o estruturador da sustentabilidade de que tanto versamos. Nosso campo brasileiro veio a corroborar com o esquema que supomos, teoricamente, de que o campo de intercessões múltiplas entre Estado, Mercado e ONGs é cada vez maior e com fronteiras porosas, isto é, os setores se relacionam, tencionam papéis, mas agem cada vez menos em setores isolados e, quando a isso chegam, as consequências de sustentabilidade logo pedem

novas intercessões com os demais setores, o que complexifica as relações entre os três atores.

Já no que se refere ao cenário das duas ONGs portuguesas analisadas, verificamos representações que dizem respeito à busca de manutenção de atividades via profissionalização institucional. Na ONG 03, a imagem criada pelas agentes sobre a profissionalização e a consequente relação “harmônica” entre os três setores não se dissocia da figura que criam sobre o terceiro setor como um todo. “Acho que as organizações nascem e crescem, mas chegam um momento em que têm de morrer.” (Helena, 2012). A relação entre os setores é altamente associada à noção de profissionalização institucional, entretanto, e diferentemente dos casos brasileiros, profissionalização é um aspecto altamente imbricado ao trabalho e à profissionalização dos agentes que às organizações se dedicam. Estas associações tornam-se ainda mais coesas nas falas quando considerado o aspecto da escolaridade: alta escolaridade que traria alta profissionalização e que culminaria em modelos de gestão mais audaciosos, pretendidos e interessantes para o diálogo das ONGs com os demais setores.

A profissionalização institucional do terceiro setor na ONG 03 é entendida pela responsabilidade de manutenção das atividades propostas até o momento em que sejam justificáveis por dada metodologia. É, então, a maneira pela qual se pode gerir uma ONG de forma não amadora.

Entendem as agentes que a instituição pode ser considerada como profissionalizada porque percebem um fio condutor articulado ao sentido das ações. Já na ONG 04, estas visões foram mais contraditórias entre as falas, a exemplo de agentes que consideram a organização como profissionalizada e outros não. Todavia, essas contradições não se perdem na justificativa e análise das respostas porque guiam um retrato relativamente comum que fazem os agentes da organização certa vez que tais indivíduos têm canais de comunicação interessantes no cotidiano de trabalho a compartilhar cosmovisões.

Por outro lado, os agentes das organizações investigadas em Portugal observam a manutenção de padrões assistencialistas nas organizações ao mesmo tempo em que, e por tais razões, os querem transformar em ações relacionadas ao empoderamento. Eis quando a voz do “não sejamos assistencialistas” prende-se a ações práticas do gênero.

Estas contradições foram imprescindíveis à investigação porque, em termos gerais, podemos apontar a ONG 04 como um modelo de organização portadora de uma complexa lógica de profissionalização institucional. Mas, é nela também que localizamos elementos que caracterizam seu inverso, a exemplo de que têm ações relacionadas à distribuição da sopa ao mesmo tempo que uma série de discussões sobre como empoderar e capacitar jovens via educação. Deste ponto, temos mais uma vez a complexidade da leitura das ações que justificam nossas preocupações iniciais, a exemplo do receio que têm alguns agentes de que a ONG 04 feche por falta de financiamento, quando paralelamente possuem uma estabilidade relativamente diferenciada ao cenário do terceiro setor como um todo no País.

Salientamos ainda ao palco português que estas instituições estão marcadas a um campo em que muitas criações filantrópicas estão ligadas à Igreja Católica (entidades geridas por padres ou freiras). Embora não tenhamos pesquisado estas organizações especificamente, reforçamos que a elas são “cobradas”, por parte dos agentes das ONGs 03 e 04, profissionais qualificados em áreas não restritas ao ensino religioso. Igualmente, reconhecem os agentes da ONG 04 que o contexto militarizado da organização que gestam deve ser revisto e reflexionado nas gerações mais atuais da entidade. Outros problemas, que não fizeram parte de nosso recorte específico de investigação, também são apontados, sobretudo, a corrupção em Portugal que, acreditam os agentes, é um limitador para a circulação e utilização adequada das verbas públicas às missões das ONGs e do Estado.

Aos dois casos portugueses verificados versamos que o leque de características de ambas as entidades se completam no campo em que atuam de Braga e região. Se a ONG 04, por exemplo, só consegue executar os trabalhos a partir da captação de voluntariado que nem sempre chega onde precisa a instituição, a ONG 03 tem um planejamento mais longo. A análise das ONGs 03 e 04 conseguiu perceber a existência de diferentes tipos de ONG, o que era tão patente na literatura com que tratamos ao longo do trabalho, a confirmar nossa hipótese de que seria superficial reduzirmos a realidade da profissionalização institucional do terceiro setor a padrões de alto e baixo graus de profissionalização, o que seria “engessar” padrões de gestão demasiadamente flexíveis em prática. Isso conseguimos aferir com melhor materialização de campo em Portugal, onde profissionalização é altamente relacionada às relações entre os três setores, do que no Brasil porque aqui tratamos não apenas com duas organizações complexas ao que refere-se à profissionalização, mas porque estas localizam-se em um perímetro de terceiro setor mais homogêneo. Ainda no contexto da crise financeira europeia, a visibilidade que ocorre ao Estado na região é de um Estado que começa a falhar, mas que existe como instituição de obrigações em prática e que tais obrigações solidificam-se nos financiamentos que sustentam estas duas e outras organizações locais. Acrescentamos esta tendência à “homogeneização” de aspectos à profissionalização e à relação entre os setores mostra-nos que, ao fim e ao cabo, falamos de diferentes tipos de ONGs justamente por terem profissionais com gamas semelhantes de acesso a informações, capazes de profissionalizar as instituições de que fazem parte de acordo com as conjunturas em que se localizam.

Assinalamos aos casos portugueses, em comparação às ONGs 01 e 02, que no Brasil nota-se mais viva a necessidade pela busca de profissionalização institucional, e pelo conseqüente bom relacionamento entre os setores, como única alternativa aparente de sobrevivência destas entidades, ao exemplo das dificuldades encontradas pela ONG 01. Embora não pouco importante para as

entidades lusas, no Brasil, em que a quantidade proporcional de entidades é expressivamente maior do que em Portugal, a articulação em redes passa a ser ponto de urgência aos que as portas não querem fechar em um cenário de Estado omissivo. No Brasil a desigualdade de acesso à educação é mais visível e estratificada igualmente aos ambientes de terceiro setor, no que interfere ao ponto de disparidades de expertise refletida via agentes. Essa disparidade brasileira ganha contornos pela observação das diferenças pelos casos portugueses estudados.

Por fim, fazemos apenas uma referência metodológica: embora os casos estudados sejam parte de uma realidade restrita, nela se colocam como tais por terem desta realidade consequências materiais. Igualmente, não foi este trabalho uma tentativa de comparação entre as realidades das ONGs brasileiras e portuguesas, mas sim, um estudo com elementos comparativos, posto que estes elementos nos auxiliam a verificar parte de uma realidade brasileira pelos pesquisadores locais já naturalizada. Ter encontrado diferenças de cultura institucional de terceiro setor em Portugal, nos fez corroborar alguns aspectos importantes para a compreensão de um quadro de ONGs brasileiro.

Sobre as Consequências da Profissionalização Institucional: Resultados de Investigação

A pertinência de nossa investigação a partir do objeto de estudo das ONGs recaiu sobre o fato do terceiro setor ser reconhecidamente entendido como uma realidade atual, concreta e em transformação. Voltando à questão de partida que nos levou à análise dos referidos casos, quais as consequências do atual fluxo de profissionalização institucional? As consequências são que com as atuais demandas, cada vez mais similares aos modelos de mercado, as instituições que não se adequam a um cumprimento que articule minimamente as dimensões analíticas de que tratamos ao longo desta investigação, esmaecem e/ou ficam à mercê de mecanismos paralelos. Tais mecanismos, em vez de

resolverem parte do problema social (da Missão) a que se propõem, findam por criar outros problemas igualmente sociais, aparentemente fora do terceiro setor, como a questão do emprego dos agentes que ficam instáveis mediante os problemas de financiamento. Isto que reflete, por suposto, no cumprimento da Missão ao mesmo passo em que a exigência de profissionalização do sistema cria problemas que só podem ser resolvidos com mais profissionalização e burocratização. Tal consequência, disposta a um efeito dominó, chega às pedras de que grande parte das ONGs atingida por esta lógica, em vez de dedicarem-se aos problemas originais que lhes dão sentido, findam por dedicarem-se abundantemente aos problemas de sustentabilidade financeira, a criar nos agentes uma nuvem de insegurança às perspectivas de trabalho individuais em vez de ali enxergarem um apoio institucional por um sistema que tenderia a ser racionalmente coerente com a realidade de expansão do terceiro setor. Ou seja, a profissionalização, ainda que portadora de méritos organizacionais, não consegue dar conta dos problemas que ela mesma traz face ao crescimento do número de organizações. Cria problemas que ela mesma não pode resolver no enquadramento em que se coloca.

As consequências da profissionalização também dizem respeito ao abismo de expertise e oferta de competências entre algumas entidades que estariam aparentemente ligadas à unidade comum do terceiro setor mas que, na prática, criam mundos completamente diferentes. Estas instituições, com oportunidades e margens de manobra distintas, tentam habitar problemas comuns. Também como consequência destes processos, a profissionalização, naquilo que separa as diferentes organizações, une-as nos problemas mais gerais que as identificam ao Setor, este, instável e frágil ao que compete a sua própria manutenção, sobretudo quando percebidos problemas como “voluntariado x profissionais”, tratados não como conceitos analíticos ao longo do trabalho, mas como categorias nativas, geradas em campo e só problematizadas a partir das caracterizações particulares de cada instituição analisada.

Os aspectos gerais que caracterizam a profissionalização são elementares à gestão das organizações. Entretanto – e sobretudo com o apoio dos estudos de caso no Brasil e em Portugal – vimos que os impactos destas consequências não são uma unidade engessada num grande modelo protegido. À partida, são vulneráveis aos contextos apresentados. Quando existe um Estado financeiramente presente a um conjunto de organizações, a profissionalização passa a ser um elemento coadjuvante, mas em parte. Em parte porque como lidamos com um elemento cíclico, ela é capaz de chamar ao terceiro setor essa participação estatal, quando pressiona este último, promove visibilidade e gestão dentro de estatutos burocráticos legítimos à causa perseguida. Por isso, sustentamos que ainda que reconheçamos a possibilidade de maneiras alternativas ao sistema de profissionalização institucional em voga, ela é de um todo elemento determinante para o funcionamento das ONGs e para o trabalho dos que lá estão porque, sem uma profissionalização adequada às demandas conjunturais, as organizações e os postos de ocupação dissolvem-se nestes contextos.

Concluimos paralelamente que o peso da importância da profissionalização institucional não pode ser reduzido à questão de ser “mais” ou “menos” profissionalizada a entidade, haja vista a maneira como conduzimos o objeto até o fim destas páginas. Todavia, mais do que um cuidado com o objeto que se movimenta, é prudente perceber a forma como essa profissionalização tem sido feita, ou seja, não somente a resposta sobre as consequências da profissionalização interessa, mas o andar até esta, os pressupostos que a envolvem a partir das dimensões analíticas demonstradas empiricamente para que possamos perspectivar as transformações dos processos. Por isso, refrisamos que não somente o tipo de profissionalização, mas a instância em que este ocorre, é transversal ao que refere-se ao terceiro setor. Este passo da profissionalização enverga-se a perspectivas futuras é à pré-elaboração daquilo que pode servir de contributo às ONGs em estágio ulterior, posto que, como reforça uma entrevistada de nosso estudo exploratório

(2011), as exigências de profissionalização chocar-se-ão em um “breve futuro já atual” com a mudança de perfil dos atendidos pelas ONGs. Uma ONG que hoje trabalha com prestação de serviços a idosos, daqui 20 anos, terá um perfil de idosos completamente diferente e essa preparação a mudanças pode ser apoiada naquilo que a profissionalização institucional tenta responder pela promoção de competências.

Ao pé de uma complexidade de contextos, a profissionalização não impede as crises das entidades. Com o exemplo do protótipo de uma organização como a ONG 02, ainda que fechasse as portas, permaneceria na roupagem complexa de profissionalização institucional. A profissionalização é um caminho lógico de sobrevivência, mas suas contradições não isolam as possibilidades de falha de perspectivas. De forma contrária, uma entidade como a ONG 01, por exemplo, se ganhasse na loteria uma grande verba não significaria que teria, conseqüentemente, uma complexa profissionalização organizacional, a exemplificar que profissionalização não subjuga-se a quantias financeiras ainda que a estas também lhe digam respeito.

O que propusemos a este trabalho foi concatenar as dimensões analíticas que levantamos à profissionalização institucional. Pelo contexto inédito de campo, percebemos que o sistema em que se dá a profissionalização é maior do que as ONGs em si. Sai delas e não explica-se a um setor apenas (Estado ou Mercado) porque é apoiado na sincronia destes todos. É um sistema e, como tal, baseado em pessoas que lidam com limitações inseridas em crises de percepções sobre o próprio terceiro setor, haja vista as falas diversas dos agentes que se portam de maneiras distintas face a como percebem o ambiente em volta e como se percebem neste diante do medo da instabilidade de prossecução das atividades. As realidades sociais, e sociológicas ao olharem para estas sociais, estão em constante dinâmica. Mais do que entender isoladamente cada dimensão tratada deste trabalho, convém darmos luz às conexões que estas realizam porque não é o conjunto de dimensões, mas as conexões destas, que nos faz pensar nas conseqüências que versamos do atual

fluxo de profissionalização institucional. E como nos chegam estas conexões? Pelas relações sociais entre os agentes, os únicos capazes de estabelecer as relações institucionais. Parafraseando Capra, o que compõe uma melodia não são suas ondas isoladas. A essência dos acordes está nas relações. A relação entre duração e frequência compõe a melodia. As relações formam a música, as relações formam a matéria. (2003). A importância de tais relações que nos levou à flexibilidade da agência para compreender a estrutura.

O ponto tenso do que versamos está em propor que, se consideramos um sistema articulado entre os três setores, acentuado na relação Estado-ONGs, temos de relevar que neste sistema há renovação, esta que o faz possível. Agora, que tipo de sistema tem-se renovado no terceiro setor? Qual a crítica necessária ao que sustenta a profissionalização? Voltamos, pelo modelo cíclico de que falamos, à consequência de que a profissionalização tem fomentado problemas somente resolvíveis com mais profissionalização. Por isso, tanto nos preocupamos com esta certa vez que são suas contradições e incompletudes (porque se não as tivesse, não teriam as ONGs tantos problemas) que enrijecem a lógica do profissionalizar para sobreviver. As ONGs chegam atualmente a um ponto que não possuem autonomia para criar modelos externos à lógica da profissionalização institucional vigente e, conseqüentemente, passam a ter problemas de sustentabilidade. Eis quando o problema sociológico que propusemos à análise transforma-se num problema social que bloqueia instituições da sociedade civil e seus agentes. Adicionamos, não estamos a desconsiderar uma readaptação criativa dos sistemas, tampouco a dizer que a profissionalização é um fenômeno perene ou sem readaptações conjunturais. Entretanto, chamamos à atenção que sem um modelo autônomo mínimo da atual sociedade civil, e conseqüentemente das ONGs, o sistema a ser renovado tende a ficar restrito ao pé do que versamos nas ilustrações de campo, tanto no Brasil quanto em Portugal.

Aproveitamos desse ensejo para mais uma observação referente à questão de partida: se superficial seria desse estudo apenas dizer da

complexidade de profissionalização institucional de cada ONG da unidade de observação (porque dizer que na seleção do corpus existem instituições de uma ou de outra maneira não completa nossos objetivos de investigação), mais vale dele os meios que nos fizeram refletir as conexões das dimensões tratadas. A ressaltar uma de nossas dificuldades ao longo do trabalho, embora a literatura sobre o terceiro setor seja vasta, ainda falta-nos um quadro teórico mais amplo a dar sentido àquilo que permeia a sociedade do terceiro setor de que falamos. Temos a necessidade de passar da teorização abstrata à investigação empírica. Para isso, saltou-nos uma das grandes novidades da investigação, que foi o protagonismo do elemento autonomia, a categoria nativa (que surge em campo) que foi a base pela qual trabalhamos as conexões que mencionamos há pouco.

A autonomia funcionou-nos como uma espécie de elástico porque foi a dimensão analítica que circundou o espaço de manobra das demais dimensões ao passo que trabalho, especialização ou relações entre os agentes só ocorrem dentro dos limites institucionais por ela reguláveis. Todavia, não importante será a autonomia se a imaginamos como um círculo a fechar um território de ações, se não considerarmos a força com que podem ser ligadas as demais dimensões. Ou seja, dentro de um espaço limitado de autonomia vimos que, numa primeira instância, o que mais interessa às ONGs é a força da harmonia das dimensões onde ocorrem a profissionalização. A autonomia, uma suposta expansão desta margem imaginária, faz sentido aos agentes quando abre um espaço a ser utilizado conjuntamente a meios de sustentabilidade das organizações. Logo, por esse pré-requisito tão atual na dinâmica das organizações, a autonomia encena como coadjuvante de um repertório encadeado às limitações financeiras, a exemplo da ONG 04, com uma margem de autonomia praticamente inexistente mas que, entre as quatro instituições analisadas, soa como a organização que tem melhor estabilidade para manutenção das atividades atualmente.

Ainda no que se refere às dimensões trabalhadas, criamos eixos analíticos por onde circularam as noções de relações primárias e secundárias,

estas mais horizontalizadas ou verticalizadas de acordo com as abordagens apresentadas. Horizontalização e verticalização não se apresentaram como sinônimo ou antônimo dos traços de profissionalização institucional. Estas surgiram às conexões das dimensões analíticas de acordo com os fins propostos às ações (de quando interessam as relações primárias que observamos, via elementos de personalização, nas quatro entidades estudadas). Interessante notar que a luz sobre as questões pertinentes às formas de socialização e relações ganharam intensidade no campo a mais do que previmos na confecção do projeto que originou este trabalho, a ressaltar como transversal é tal ponto a responder a questão de partida sobre as consequências da profissionalização. Por isso, refrisamos, não é apenas a recorrência ou não da totalidade de dimensões analíticas verificadas numa ONG que responde sobre a complexidade de sua profissionalização, mas sim, a forma como são utilizadas tais dimensões e como se articulam na realidade do terceiro setor. Mais um exemplo a ratificar tal lógica é como se portam os agentes face aos processos de racionalização e, concomitantemente, como os constroem. As racionalidades instrumental e substantiva de que fala Habermas coexistem no campo das ONGs e tal coexistência gera unidades que sustentam a procura por profissionalização. As consequências dessa moldura que ancora as racionalidades dizem respeito às consequências do próprio processo de profissionalização que mencionamos no começo destas conclusões. É a lógica racional, seja ela de aspecto substantivo ou instrumental, que permite a operacionalização de medidas que alimentam a busca pela profissionalização.

Apoiamos o argumento acima ao fato de que, em campo, vimos como seria um reducionismo empobrecedor, do que já havíamos tratado como hipótese, localizar um “baixo” ou um “alto” grau de profissionalização nas entidades pesquisadas haja vista a complexidade das racionalizações que aí tramitam. Igualmente, pensar na profissionalização é pensar que seus agentes construtores são resultantes do cruzamento entre igrejas, universidade e/ou organizações de militância política certa vez que as ONGs desde a década de

1970 colocam-se como entidades alternativas às instituições originais destes seguimentos. (WANDERLEY, 2002). Completamos, a própria percepção diferenciada do que é profissionalização afeta o próprio processo de profissionalização tanto quando, em campo, vemos as diferenciações entre modelos como as ONGs 01 e 02 ou quando colocamos estas duas em análise com as entidades lusitanas. Embora tenhamos um fio que une as ONG 01 e 02 (brasileiras) ou as ONGs 03 e 04 (portuguesas), em nenhum destes dois campos podemos detectar homogeneidade, estando mais aceite, inclusive, pontos de semelhança às dimensões de profissionalização entre ONGs como a 02 e a 04. O valor inculcido ao fenômeno, e aqui valor é imbricado à validade das ações, é quem contorna as organizações. Propriamente à colaboração dos casos portugueses ao estudo, o grande “achado de campo” foi que a profissionalização das ONGs é extremamente, e bem mais do que supúnhamos, ligada à profissionalização dos agentes. A forma como tais agentes articulam palavras como “profissionais” é algo mais marcado e pontual à formação acadêmica, o que nos justificou recorrer à sociologia das profissões no entendimento destes constructos. Essa novidade de campo em Portugal nos abriu espaço a questionar/investigar com maior intento tais questões no Brasil. Como relatamos, nos casos brasileiros isto passa de forma diferente posto que seus agentes tendem a recorrer à profissionalização estrutural ao mesmo tempo em que percebem-se em seu processo. Isto tampouco invalida as subjetividades da percepção da agência, muito menos a descaracteriza de formações supostamente acadêmicas ou que sejam em outros formatos dedicados à agência. Esta foi, por assim dizer, a contribuição mais substantiva dos casos portugueses à reflexão do campo brasileiro. Ademais, o campo português nos abriu as discussões sobre as relações das ONGs com o Estado, igualmente para o campo brasileiro. Isso porque, ainda consoante contextos de crise, a figura do Estado representa poder de intervenção e a quem se espera recorrer numa primeira instância. Criticado, problemático, ou para alguns entrevistados, “falido”, o Estado ainda concentra um poder simbólico já perdido no campo brasileiro e vivenciado diferentemente de acordo com a complexidade de

profissionalização de cada organização, a considerar tal aspecto enlaçado às margens de manobra das organizações e, supostamente, ao parêntese de autonomia institucional. Imaginado esse contexto a uma representação que potencializa a figura da agência por quadros acadêmicos “profissionais”, nota-se que a relação ONGs-Estado (tanto aos casos analisados no Brasil quanto em Portugal) encontra-se cada vez mais frágil e sob a necessidade de permear-se a outras influências, como ao Mercado e ao próprio terceiro setor. No agente, pois, está o foco da busca por um Estado de Direito, de representação de um estado de bem-estar social, o que nos leva a refrisar que a profissionalização institucional é interessante a estes quadros de terceiro setor. Relevante ao nível mais interno, quando sob determinadas circunstâncias conjunturais e sociais, que ligam o esperado do que “venha” do Estado à materialização da missão que também haveria de ser sua, de interesse dos governos e da sociedade civil como um todo.

Salientamos que em Portugal as necessidades de profissionalização também se apresentam de forma diferente quando comparadas ao Brasil. Como dissertamos, a profissionalização vem a conjunturas variadas e a suposta segurança/dependência no Estado é problemática: limita as organizações na “criatividade” de recorrerem a diferentes alternativas porque o sistema integrante do terceiro setor de que fazem parte não está estruturado aos problemas de terceiro setor que tem o Brasil. O Estado gerir as ONGs portuguesas é visto positivamente até certa instância pelas entidades. Essa relação de dependência despontencializa alternativas que, quando da ausência deste Estado, deixam as organizações sem hipótese e sem agregados de profissionalização direcionados a pontos específicos da sustentabilidade financeira.

Se bem nos expressamos, no campo buscamos testar os limites das teorias que utilizamos e, por um processo também inverso, percebemos que pelas teorias repensadas podíamos testar nossas compreensões de campo. Como nossa investigação não foi de cunho propriamente comparativo, mas

com elementos comparativos, nos foi possível trabalhar com duas organizações portuguesas que possuíam uma complexidade de profissionalização expressiva (ainda que fossem organizações completamente distintas aos formatos de gestão). Caso tivéssemos optado por um estudo comparativo de um todo, o recorte do corpus não teria abrangido as perspectivas haja vista tal proposta metodológica no Brasil. Entretanto, a maneira como o fizemos trouxe-nos a vantagem de relativizar a maneira pela qual interpretamos a realidade a apontar as semelhanças e diferenças que apresentamos no capítulo quinto. Igualmente, salientamos que, devido à heterogeneidade do terceiro setor brasileiro, notadamente sentida quando comparada ao português, deu-nos mais sentido, no Brasil, optar por duas organizações com complexidades de profissionalização organizacional completamente distintas. Por fim, detectamos na unanimidade das 34 entrevistas analisadas um pessimismo coletivo dos agentes com relação ao futuro das organizações, o que notadamente saltou-se quando posta a última questão sobre como enxergavam o futuro da organização de que faziam parte. Isso traz uma contradição atual do terceiro setor que, ao mesmo tempo em que propõe motivações aos problemas sociais diversos cobertos por suas missões, tem uma agência que, embora empenhada, está desmotivada e desestimulada, sobretudo porque os aspectos das vidas pessoais destes indivíduos ficam igualmente vulneráveis face às incertezas do Setor. Percebemos, pois, uma agência frágil relativamente ao processo amplo de profissionalização institucional, ainda quando envolvida em processos de emponderamento pessoal acadêmico. Perceber tais conclusões pareceu-nos importante, mas a relevância do que versamos está no processo que sustenta e gera este trabalho, que questiona a maneira como tem se dado e renovado o atual processo de profissionalização institucional, carente de uma regulamentação prática e embutida às reflexões que alimentem não apenas a manutenção de um sistema de terceiro setor, mas a coerência entre este e os que dele fazem parte.

Bibliografia

CAPRA, Frijot. *O ponto de mutação*. Tradução: Álvaro Cabral. Cultrix. 24.ed, 2003.

CARDOSO, Ruth. “Fortalecimento da Sociedade Civil”. In: IOSCHPE, Evelyn. *3º Setor: desenvolvimento social sustentável*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CARVALHO, Cristina Amélia Pereira de. *Preservar a identidade e buscar padrões de eficiência: questões complementares ou contraditórias na atualidade das Organizações Não-Governamentais?*In: Revista do GENEIT/PPGA/UFRGS, 1999. 24p

COELHO, Simone. *Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. 2.ed. São Paulo: SENAC, 2001.

COSTA, José Ricardo Ferreira da. *Sociedade Civil, Humanitarismo e Utilitarismo: um estudo empírico sobre os padrões de solidariedade das ONGs da RMR*. Dissertação de Mestrado. Recife / UFPE, 2004.

FONTES, Breno. “Capital Social e Terceiro Setor: sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias”. *Caderno CRH*,30-31. Salvador, 1999.

HADDAD, Soraia. *A profissionalização chega às Organizações Sociais*. Gazeta Mercantil, 2002.

HILL, W.A e EGAN, D. M. *Readings in organization theory: a behavioral approach*. Boston: Allyn and Bacon, 1967.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/home/>.

LANDIM, Leilah. *Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia Geral*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

LIMA, Vilma Soares de. *Dádiva e voluntariado: ações de apoio junto a portadores de câncer*. Recife, Programa de Pós-Graduação em Sociologia / UFPE. Dissertação de Mestrado, 2004.

MELO, Marina. *A Missão das ONGs em um Terceiro Setor Profissionalizado: Estudos de Caso na RMR*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2009.

PAULA, Sergio; ROHDEN, Fabíola. “Filantropia empresarial em discussão: números e concepções a partir do estudo do Prêmio Eco”. In: LANDIM, Leilah (org). *Ações em Sociedade: Militância, caridade, assistência, etc*. Rio de Janeiro: ISER/NAU, 1998.

TEIXEIRA, Ana Claudia. *Identidades em construção: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização*. São Paulo: Annablume; FAPESP; Instituto Polis, 2003.

WANDERLEY, Luiz. "ONGs e universidades: desafios atuais". In: In: HADDAD, Sérgio (org). *ONGS e Universidade: Desafios para a Cooperação na América Latina*. São Paulo: Abong/Peirópolis, 2002.

Palavras-**Chave:**

ONGs;
Mercado;
Estado; Brasil;
Portugal

Resumo: O presente artigo tem como objetivo trazer à discussão as relações entre as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e os demais setores: o Estado e o Mercado. A proposta baseia-se em quatro estudos de caso realizados entre os anos de 2008 e 2013 no Brasil, e 2010 a 2012 em Portugal, pelo qual investigou-se a profissionalização institucional destas entidades, a considerar aspectos como autonomia das ONGs, manutenção de redes de cooperação, relações de trabalho, dentre outras dimensões analíticas que dizem respeito à relação entre os três setores. Realizamos nas seguintes páginas apresentação e análise destes casos empíricos, seguidos de contextualização analítica a partir da sociologia das organizações.

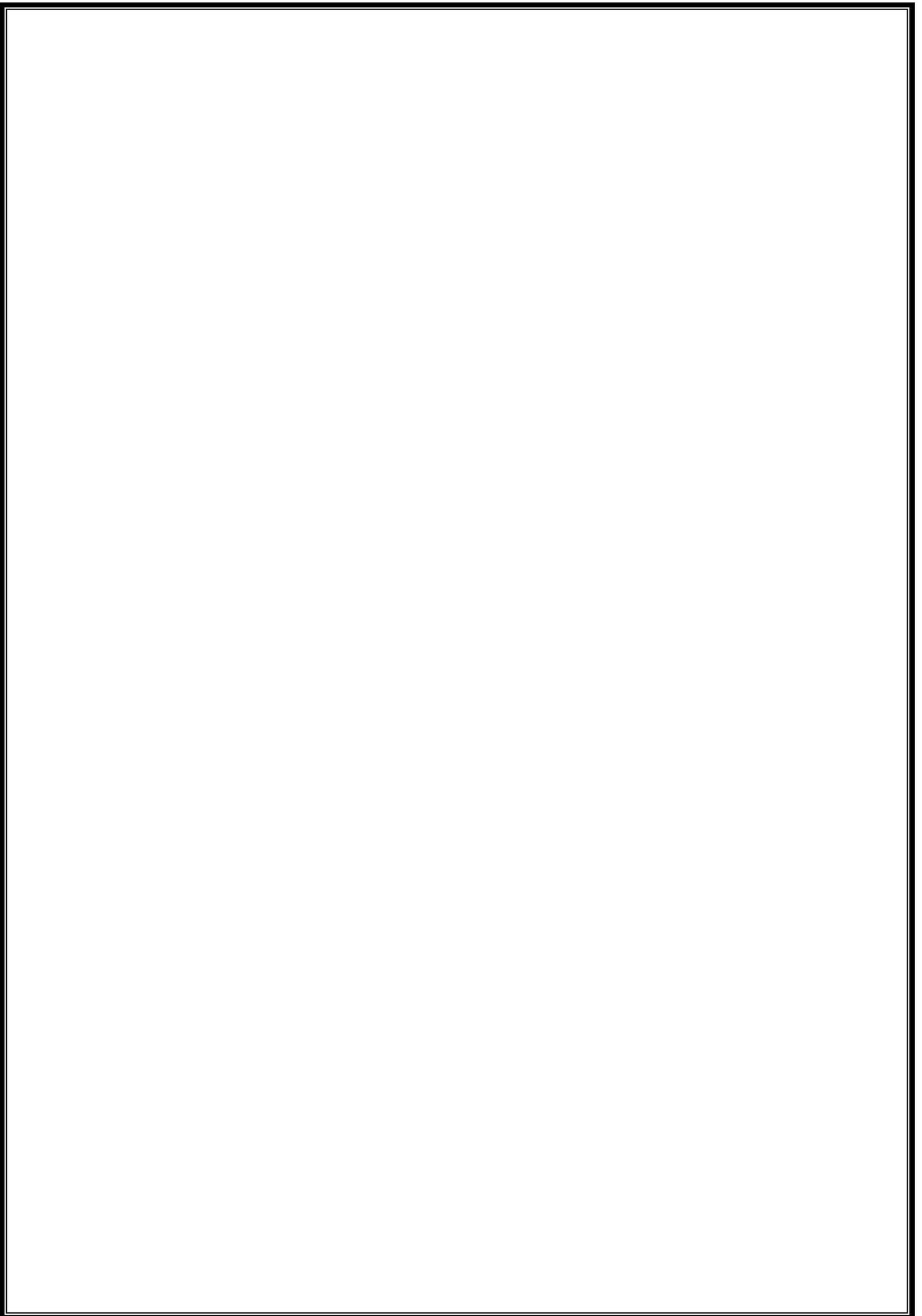
Keywords:

NGOs; Market;
State; Brasil;
Portugal.

ABSTRACT: This article aims to bring the discussion of the relationship between Non-Governmental Organizations (NGOs) and other sectors: the State and the Market. The proposal is based on four case studies conducted between 2008 and 2013 in Brazil, and 2010 and 2012 in Portugal. This study had investigated the institutional professionalization of these entities, considering aspects such as autonomy of NGOs, maintaining networks cooperation, labor relations and others analytical dimensions that relate to the relationship between the three sectors. We conducted the following pages with the presentation and analysis of this empirical study, with a contextualization of the cases followed from the sociology of organizations.

Recebido para publicação em setembro/2014

Aceito para publicação em junho/2017



// Entrevista

Fluxos Sincréticos: Entrevista com Massimo Canevacci

Massimo Canevacci

Universidade de São Paulo (BRA)

Por:

Glória Diógenes

Universidade Federal do Ceará (BRA)

Márcio Fonseca Benevides

Universidade Federal do Ceará (BRA)

Fortaleza, 18 de janeiro de 2017.

RCS: O senhor, no livro “A Cidade Polifônica”, afirma ser São Paulo sua segunda cidade e diz que, assim como em Roma, desenraizamento e estranhamento são elementos fundamentais para que se possa atingir novas possibilidades cognitivas pautadas no “perder-se”. Reforça que ter prazer nisso pode aguçar a percepção das polifonias urbanas. De que modo esses estudos primeiros ainda reverberam nas novas experiências de investigação sobre as metrópoles comunicacionais e os fetichismos visuais?

Canevacci: A primeira pergunta é linda, bela e tentarei responder assim. Claramente, na minha primeira pesquisa, na minha primeira experiência em São Paulo, foi onde eu entendi que a dimensão da polifonia era fundamental para entender, em particular, como a metrópole comunica. Já naquele período, por um elemento que ainda não entendia bem, selecionei o conceito de “comunicação” como fundamental para entender São Paulo (uma ‘cidade geral’). Falando com muita transparência e sinceridade, essa motivação de relacionar esse conceito naquele período histórico, isto é, início dos anos 1990, é ainda para mim problemático, porque eu era professor na faculdade de Sociologia, formado em Filosofia – e a faculdade de Comunicação em Roma veio nascer somente depois de 5 anos. Eu não tinha uma profunda ligação com esse conceito. Talvez, refletindo... A experiência de Gregory Bateson²⁴⁰, não que ele trabalhe sobre comunicação, mas em parte sim. No sentido dele, comunicação é metacomunicação. Bateson utiliza o conceito de comunicação não no sentido clássico que se utiliza na faculdade de Comunicação, mas, por exemplo, como uma dificuldade na família que tem problema de autoridade, criança ou filho vítima, ele fala que não consegue aprender a metacomunicar. Isto é, como uma criança ou um adolescente não consegue comunicar sobre a comunicação. É como aprender a utilizar metáforas. Então, eu acho, pensando agora pela primeira vez, na verdade, que a influência de Gregory Bateson foi fundamental. Seja pelo lado metodológico, em relação ao mapa do território, seja pela comunicação pela metacomunicação, isto é: como comunica a comunicação. São Paulo se apresentou como cenário para mim, que tinha elementos parecidos com uma cidade europeia. Roma é totalmente diferente, então, por isso, continuo a achar fundamental a relação entre estranho e familiar, porque é um clássico da Antropologia Cultural. Ou seja, como transformar o estranho em familiar. Isso era e ainda em parte é um paradigma da Antropologia. Só que meu desafio foi que São Paulo tem o elemento

²⁴⁰ Gregory Bateson (1904-1980) foi um biólogo britânico que migrou, de modo transdisciplinar, ao campo das Ciências Sociais, especialmente à Antropologia. A obra capital de Bateson, *Steps To An Ecology of Mind* (1972), permanece inédita em tradução brasileira.

estranho, mas tem também o elemento familiar. Então, esta distinção clara de classe da Antropologia para mim não funcionava. Em algum momento, eu percebi São Paulo totalmente familiar e, em outro, totalmente estranho. Posso dizer que a dimensão do estranho, de me estranhar, de me deslocar na minha sensorialidade perceptiva e relacional, na dimensão de estranheza, foi fundamental. Foi um treino que apliquei não somente a São Paulo, mas também a Roma. Quando voltei a Roma, iniciei, por ser mais conhecida minha cidade, como olhar estranho. Não consegui estranhar meu lado de olhar na dimensão mais familiar. Então, de novo, familiar e estranho se cruzam, se misturam, de maneira que para mim ainda é importante. Posso dizer com toda honestidade que a comunicação como comecei a entender em São Paulo está se tornando uma dimensão profundamente fundamental para entender e transformar o contexto contemporâneo da relação familiar *versus* estranho na sua transição entre dois pontos que não estão mais dicotomicamente em oposição, mas se cruzam na maneira que posso dizer “sincrética”.

RCS: *Dentro dessa questão, na sua obra, há menções constantes a termos que sugerem e incitam movimentos entre os corpos, que enfocam a metrópole como corpo, como body-corpse e bodyscape. São chaves também na sua discussão em Sincrétika²⁴¹ - que é retomada e ampliação de Sincretismos²⁴². Essa questão do movimento e a noção de “glocal” são elementos inquietantes. O professor poderia clarificar um pouco o que são e como esses conceitos dialogam com a noção de “glocal”?*

Canevacci: A primeira parte da sua pergunta é baseada sobre um tipo de sensibilidade no olhar. Não somente alguns prédios, mas também elementos da experiência urbana como um corpo. Nesse sentido, de novo, a distinção entre orgânico e inorgânico, corpo-metrópole, não se apresentava como uma dicotomia separada, mas eu percebia que tinha um pulsar corporal na experiência metropolitana, em particular naquele período, sucessivo ao A

²⁴¹ C.f. CANEVACCI, Massimo. *Sincrétika: explorações etnográficas sobre artes contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel, 2013.

²⁴² C.f. CANEVACCI, Massimo. *Sincretismos: uma exploração das hibridações culturais*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

*Cidade Polifônica*²⁴³, muito da minha experiência sobre a cultura das *raves*²⁴⁴, da cultura ilegal na experiência metropolitana de Roma. Muitos de meus alunos foram inventores do cenário das *raves*, num tipo de área extra-fábrica desativada. Nesse tipo de experiência era claríssimo como o *techno*²⁴⁵ estava iniciando naquele período. Então, havia a relação entre o pulsar do *techno*, os grafites e também um tipo de arte com restos de máquina, fragmentos de carros, tecnologia. Um estilo de roupa, um tipo de baile, de dançar, que eram totalmente conectados. Esse tipo de “ex-fábrica” era pulsante e vivo, assim como era pulsante a música e vivos eram os corpos. Estes três elementos – corpo, no sentido clássico; música, como corpo de música; prédio da fábrica, como corpo de concreto – criavam o fluxo que, para mim, modificou muito do meu sistema cognitivo e também de valores. Tudo isso tentei aplicar depois em algum tipo de arquitetura, particularmente. Eu que não sou arquiteto, mas me aprofundi com um grupo de pessoas, também arquitetos e amigos, fazendo pesquisas sobre corporalidade, da experiência metropolitana. Essa experiência se cruzou com outro tipo de experiência, porque, para mim, a universidade é fundamental se você pesquisa. A pesquisa e a didática são cruzadas, não é possível desenvolver a didática se você não faz pesquisa e vice-versa. Então, minha pesquisa foi muito determinada em diferentes áreas urbanas. Além do Brasil, fui a Califórnia, Nova Iorque, Los Angeles, Palo Alto – a escola famosa de Gregory Bateson, dos sucessores dele -, depois, também, a China, Nanquim, onde fui professor visitante. Então, todo esse tipo de vagar, de ambular, na Europa, claramente, entre as Américas Norte e Sul, a Ásia, fui também a

²⁴³ C.f. CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

²⁴⁴ As *raves* são festas juvenis que surgiram nos anos de 1980 e nas quais se agenciam os adeptos da música eletrônica - criada e executada em computadores, sintetizadores, sequenciadores e equipamentos afins. Geralmente possuem longa duração (12 horas ou mais) e ocorrem em zonas urbanas decadentes (galpões abandonados, terrenos baldios, fábricas falidas), localidades fora das cidades (sítios, casas de praia, serras, fazendas) e também em ambientes fechados (boates, *clubs* etc.)

²⁴⁵ *Techno* é um dos múltiplos subgêneros de música eletrônica. Surgido na metade da década de 1980 nos Estados Unidos sob influência da música eletrônica alemã, o *techno* possui batidas aceleradas, pesadas e focadas na repetição, mixadas a efeitos digitais minimalistas, que geram uma ambiência hipnótica e propícia à dança. É uma das vertentes tocadas pelos DJs das *raves*.

Tóquio e Xangai. Fiquei muito impressionado com um tipo de mistura que não dá para entender como é frequente naquele período, na globalização homologante no mundo inteiro. Afortunadamente, encontrei um professor britânico que se chama Robertson²⁴⁶, que estava no grupo o qual trabalhei *Theory, Culture & Society*. Robertson elaborou esse conceito de “glocal”, entendendo que o processo da cultura, da sociedade e da comunicação contemporânea é baseado no cruzamento do que é local e global, por isso inventou esse conceito novo. Lembro ainda em Lisboa, no seminário, quando ouvi Robertson falar sobre o assunto, pensei: “nossa, esse é O conceito”! Era 1995. No dia seguinte, publiquei o primeiro livro de sincretismos que aplicava o conceito “glocal”. Justamente na minha experiência em Roma, também tenho muitos exemplos sobre essa dimensão glocal. Em outras cidades europeias, brasileiras e da Ásia, como Tóquio, Xangai, São Paulo, Rio, Salvador, Nova Iorque e Los Angeles, os códigos que para mim eram mais interessantes também na perspectiva artística, não somente em ciências humanas, mas na arte, no cinema, na música, na pintura, na performance, tinha, para mim, um sentido na dimensão glocal. Isto é, como criativamente misturar a tendência totalmente globalizada e a totalmente localizada? Não funciona assim. Então, por isso, cada vez, em qualquer contexto, é importantíssimo entender onde se conecta a dimensão local e a global. Quando você entende isso, funciona a criatividade.

RCS: *A ideia é de que cada parágrafo de um livro desenvolve um tema próprio, como um solista que segue uma partitura musical e articula-se segundo regras próprias e, desse modo, tomassem a cidade pela sua preposição de melodias, harmonias, ruídos e sons, regras e improvisações. Em várias de suas obras, a literatura, as artes plásticas, visuais e a música se abraçam em reiteradas conexões com a Antropologia. Qual seria a sua percepção acerca da relação entre ciência e arte?*

²⁴⁶ Roland Robertson (1938-) é um sociólogo britânico e teórico dos processos de globalização. Foi o criador da categoria “glocal”, surgida em fins da década de 1980 para analisar as emergentes práticas nipônicas de *business*. Glocal deriva da paradoxal expressão japonesa *dochakuka*, que significa “localização global”.

Canevacci: Belíssima pergunta. Na formação da minha sensibilidade, meu pai era pintor. Então, eu sempre fiquei acompanhando a arte da pintura desde que era criança, adolescente. Meu pai pintava em casa. Ao mesmo tempo, tinha como minha mãe a paixão pelo cinema. Então, cinema e pintura constituíram a minha experiência a partir dos primeiros anos de vida, depois significaram e multiplicaram com a música, claramente, também com a performance. Quando eu virei professor, entendi em primeiro lugar que a arte, no plural, engloba não somente a pintura, a escultura e a música, mas também a publicidade, o *design* e a arquitetura. Não faço distinção entre publicidade e pintura, entendo que são diferentes, mas ao mesmo tempo têm elementos enormemente que se interligam. Tem muitos artistas que fazem publicidade, importando os futuristas italianos e os impressionistas franceses. Quando comecei a dar aula, mostrava constantemente, naquele período que ainda não tinha computador, com *slides* na lousa, as artes (pintura, publicidade, *design*). Foi a coisa mais importante para mim, que modificou profundamente minhas experiências, falo sobre didática e pesquisa. Sobre a pesquisa, muito frequentemente os artistas estão na frente das ciências humanas. Isso parece que muitos sociólogos, antropólogos, psicólogos não entendem essa capacidade da arte de antecipar o que depois vira senso comum, metodologia, para tentar entender, modificar um contexto social e cultural. Primeiro, a questão de vanguarda das artes em relação às ciências humanas. Segundo, a didática. Sempre naquele período, em 1996, queria fazer uma performance com meus alunos. Isto é, meu assunto era como explicar Malinowski²⁴⁷ num sentido claríssimo. Naquele tempo tinha bastante aluno, muitos estudantes, você nem imagina. Saiu um livro para mim importantíssimo, de um antropólogo chamado *Clifford Geertz*²⁴⁸, que fez uma crítica a Malinowski, porque saiu seu diário: *A Diary in the Strict Sense of the Term*, acho que nunca foi traduzido aqui no Brasil. Ou seja, a viúva, segunda

²⁴⁷ Bronislaw Malinowski (1884-1942), polonês, um dos fundadores da moderna antropologia social e baluarte da Escola Funcionalista. Sua obra magna, *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922), ainda é paradigmática no saber etnográfico.

²⁴⁸ Clifford Geertz (1926-2006) foi um antropólogo estadunidense que renovou as ciências sociais do século XX com sua teoria interpretativa do âmbito semiótico das culturas.

esposa de Malinowski, publicou o diário que nunca deveria ser publicado. A história é muito engraçada. Malinowski, em sua famosa introdução metodológica, disse que precisava de seu diário no trabalho. Só que ele tinha dois diários. Um diário do campo, etnográfico, e outro que falava das meninas que ficavam nuas na sua frente e de seu desejo animal de violentá-las, de mulheres negras que fossem submetidas a seu desejo. Depois dizia que os homens, em sua maioria, eram falsos, feios, cheiravam a tabaco; depois fala da mãe, que era uma obsessão. Ele era culturalmente polonês, mas naquele período a Polônia era Alemanha. Então, era uma formação católica profunda: pelo olhar de Deus, em qualquer lugar ele era obcecado. Quando estava com prostitutas, escrevia com complexo de culpa, às vezes, coisas horrorosas, como o desejo de violentar. A pergunta de Clifford Geertz é: qual a verdade? A verdade da Antropologia é a verdade de *Os Argonautas*, do famoso texto de Malinowski ou *A Diary in the Strict Sense of the Term*? Um trabalho que fala do relativismo cultural sobre a diferença, depois fala que a mulher deve ser violentada, machucada, traída, que os homens são negros, mentirosos, horrorosos. Então, qual é a verdade? Qual a distinção entre público e privado? É uma pergunta fundamental, porque pela primeira vez a Antropologia abriu, mostrando, como se diz na Itália: “o rei está nu”. A Antropologia está nua. Qual é a verdade? Em uma crise incrível que naquele período envolveu os antropólogos, tentei fazer o mesmo, na minha dimensão. Fiz o meu cenário com mais de 50, 60 alunos. Uma parte ouvia música eletrônica, outra parte fazia a cenografia, uma parte dançava, era uma alternância em Malinowski. Um dia era tudo certo, limpo, que escreveu *Os Argonautas*, o Funcionalismo etc., em outro queria ser o coração da Antropologia. Conrad era outra referência dele: *Heart of Darkness*²⁴⁹, livro extraordinário de outro polonês nascido na Inglaterra. Eu obriguei meus alunos a lerem, porque *Coração das*

²⁴⁹ *Heart of Darkness*, traduzido no Brasil como *Coração das Trevas*, é o título de um romance ligeiramente autobiográfico do escritor Joseph Conrad (1857-1924). Narra as aventuras tortuosas de marinheiros ingleses na imensidão africana do fim do século XIX, no auge do imperialismo britânico. A obra foi também fonte de inspiração para o seminal filme de Francis Ford Coppola, *Apocalypse Now* (1979).

Trevas é um texto maravilhoso. Então, organizei um seminário. Em primeiro lugar, falando sobre Malinowski, o funcionalismo e sobre o Diário. Depois falando sobre Geertz, James Clifford²⁵⁰ e Conrad, *Coração das Trevas*. Depois, fomos fazer a performance. No teatro de um amigo, bem grande, criamos todo tipo de cenografia com os alunos que chegavam, coisas com elementos simples. Foram dois dias espontâneos. A espontaneidade, para mim, sempre foi importante. Essa capacidade de inventar música também, dança etc. Posso dizer honestamente, o teatro estava cheio, foi um sucesso. Meus alunos entenderam Malinowski por toda a vida. Depois de terem performado artisticamente Malinowski, a experiência fica dentro. Está no corpo dos alunos, não no livro somente - então por isso uso essa dimensão de aplicar a arte na didática. Depois fiz outras 4 performances, uma envolvendo a cultura xavante, que posso dizer, honestamente, ainda agora acho que a relação entre Arte e Antropologia ou Arte e Ciências Humanas é constitutiva. Seja da experiência do pesquisador, seja a experiência mais ampla de entender o que vai acontecendo no nosso mundo local.

RCS: *Em Sincrétika, o senhor sugere, quando se refere à prática etnográfica como um ato de multiplicar as subjetividades, no qual emoção e razão, poeticidade e cientificidade, gênero e número não se confundem, mas se dilaceram, que o conceito de ubiquidade estabelece uma relação privilegiada com os cruzamentos entre cultura, comunicação e consumo. Poderíamos falar um pouco mais da relação entre etnografia e ubiquidade?*

Canevacci: Sim, com prazer. *Ubiquidade* é um conceito que chegou depois de *polifonia*, de *sincretismo*, de *fetichismo*. É cruzado com a experiência da cultura digital, isto é - não entendo nada de tecnologia digital, meus alunos me convidaram a Roma, desde o início, em 1992/93, para participar de um seminário alternativo sobre a nascente dimensão digital. Então, acompanhei sempre esse processo e aprendi muito com meus alunos, que eram os meus

²⁵⁰ James Clifford (1945-) é um influente antropólogo cultural e historiador estadunidense contemporâneo que cunhou a “meta-etnografia” enquanto abordagem interdisciplinar da etnologia clássica por estudos literários.

professores, porque eram muito mais inteligentes que eu. Por isso, acompanhei constantemente a dimensão da cultura digital e de maneira em parte lateral, em parte, comecei a focalizá-la mais profundamente. Tentei resolver a relação entre dois autores que eu adoro, Walter Benjamin²⁵¹ e Theodor Adorno²⁵², isto é, a questão da reprodutibilidade. A dimensão da ubiquidade, na verdade, chegou para mim antes no inglês “*ubiquity*”, porque, pesquisando na rede, eu vi que era um conceito enormemente difundido. Tinha grandes pesquisas sobre esse conceito, então aprofundei, porque a comunicação digital tem como conceito-chave a dimensão de ubiquidade. Foi mais ou menos simples para mim, porque já ocorre em minha experiência, na de vocês e na de todo mundo. A clássica distinção entre tempo e espaço foi determinante, por exemplo, em minha primeira viagem para o Brasil; lembro que naquele período, para comunicar-me com Roma, precisava telefonar. Era bem caro, mas também a única maneira, pois não tinha *e-mail*. Outra era a carta, que precisava de dois ou três dias para chegar. A dimensão espacial-temporal era certa. Roma é distante de São Paulo e vice-versa. Com a difusão da *internet*, da cultura digital, tudo isso iniciou claramente - ficou mais complexa também nossa sensibilidade, a nossa cotidianidade, a nossa experiência continua sempre menos baseada sobre um tempo-espaço claramente definido. A ubiquidade é isso para mim, gosto de usar. No seminário que organizei em São Paulo, emergiu o conceito “*ubiquitime*”, da dimensão temporal-espacial que se mistura. Então, “*ubiquitime*”, não sei como se traduz para o português...

RCS: “*Tempo ubíquo*”, talvez?

Não sei, é um conceito único, o inglês tem essa capacidade. Claro, é um tempo ubíquo, mas *ubiquitime* é mais no sentido de conjunção. Para mim, *ubiquitime*

²⁵¹ O filósofo, sociólogo e ensaísta alemão Walter Benjamin (1892-1940) foi um pensador lírico, influente até hoje, que se debruçou intensamente sobre questões acerca de arte (e sua reprodução), política e sociedade.

²⁵² Theodor Adorno (1903-1969), um dos baluartes da Escola de Frankfurt e da chamada “teoria crítica”, foi um filósofo, sociólogo e musicólogo alemão e um dos elaboradores do conceito de “indústria cultural”.

é um projeto mais amplo, tenho um projeto para aprofundar e funcionar na USP²⁵³ de como a experiência atual de cada pessoa modifica radicalmente tempo e espaço, como se cruza sincreticamente de maneira descentrada, mas também como a universidade vai enfrentar tudo isso. Como imaginar uma universidade ubíqua? “*Ubiquitime University*”. É um problema que está virando sempre o mais importante, porque por um lado está nascendo a universidade digital, por outro lado, um tipo de didática a distância.

RCS: *Como no Ensino a Distância (EAD) no Brasil?*

Canevacci: É importante, claro, apresenta problemas. Por exemplo, a minha experiência de *face to face* com o aluno claramente é fundamental, mas ao mesmo tempo por que não enfrentar desafios de não somente comunicar, mas de ensinar na dimensão ubíqua? Eu acho que a universidade do presente-futuro devia ser não somente, mas também ubíqua, isto é, aprender a desenvolver uma maneira didática que não perde a força da corporalidade, mas que seja, vamos dizer, à maneira de aceitar desafios com a tecnologia sendo transformada em experiência na cultura contemporânea.

RCS: *É patente, no corpus de sua obra, a questão da criatividade. O senhor é um autor que tem uma extensa rede conceitual. Começa com glocal, vem o sincretismo - a Sincrétika, é uma mutação, uma coreografia de conceitos. Falou há pouco da importância da espontaneidade para criarmos, de estarmos mais livres para criar conceitos, categorias científicas. Inclusive, sugere que a criatividade é glocal - e isso é muito interessante. Então, o senhor prioriza uma multiplicidade de temas e a criatividade nos termos relacionais desses vários conceitos. Como é o trabalho de elaboração, de exploração desses âmbitos na sua obra, dessa criação conceitual? Como poderíamos criar uma série de conceitos e articulá-los?*

Canevacci: Às vezes, em alguma universidade, em Roma ou no Brasil em outros contextos, meus colegas me criticaram porque eu nunca aceitei utilizar conceitos clássicos - atento sempre de inventar conceitos que são diferentes. Por exemplo, quando utilizei “cultura eXtrema”, decidi utilizar o X grande,

²⁵³ Universidade de São Paulo.

porque “eXtrema” é diferente de “extrema”. Queria reafirmar essa importância: algumas culturas da juventude precisavam de um conceito eXtremo com grande X, porque significava essa capacidade de se misturar, de antecipar criativamente o que ainda não era claro. Também em *Sincrétika*, quando falei com minha editora: “olha, quero uma capa bem grande”. Ela ficou um pouco apavorada: “como capa grande”? Sim, porque queria distinguir claramente o sincretismo do sentido religioso e da sincrétika no sentido cultural e plural. Então, ela depois aceitou essa transformação linguística que, talvez, no início, cause um deslocamento no leitor. Tenho muitas outras experiências desse tipo baseadas, talvez, sobre esse tipo de sensibilidade. Eu falei sobre a pintura, o cinema, quero falar sobre a música agora um pouco, em particular sobre o *jazz* e um músico que causou uma transformação radical, John Coltrane²⁵⁴. Ele tinha essa capacidade em muitos experimentos extraordinários. Por exemplo, *Africa, My Favorite Things*, uma banal canção que ele transformou de uma maneira impressionante. Como modificou minha história de vida? Às vezes, tento dizer que também sou afro, tenho uma parte de mim que é afro. Não é como em Salvador se diz “100% afro”, uma coisa ridícula - ninguém é 100% afro, branco, amarelo ou vermelho, tudo tem uma mistura. Então, essa força musical de origem afro-americana penetrou dentro da minha personalidade e modificou meu sistema perceptivo cultural, valorativo. Coltrane também era um músico extraordinariamente atento, porém tinha elementos sempre de improvisação. Você percebe que tem uma estrutura básica, por exemplo, *My Favorite Things* – tem uma base famosíssima. Ele apresenta isso num primeiro momento banal, depois ele começa a “viajar”, a experimentar. Fiquei impressionado com uma coisa, uma sincrônica dupla notação. Ele tinha uma capacidade com o saxofone contralto de utilizar duas notas contemporaneamente. Viajava e, com outro tipo de técnica, a respiração contínua, aprendendo segundo uma tradição de diferentes culturas de inspirar e

²⁵⁴ John Coltrane (1926-1967), saxofonista *virtuoso* e compositor estadunidense, foi um dos grandes nomes da música *jazz* no século XX. Chegou ao eXtremo de praticamente reformular o gênero.

expirar continuamente, com o ar na bochecha e fazendo um som contínuo. Tudo isso, para mim, representava uma viagem na dimensão não somente musical, mas também filosófica, que era diferente. Tudo era baseado num conceito de espontaneidade - mas não a que muitas pessoas falam, a casual, que não tem valor por não ter rigor lógico e metodológico. Não. Tem a espontaneidade.

RCS: *A epifania de um aprendizado, a experiência que surge.*

Canevacci: Sim. Por exemplo, na experiência didática, na Itália, quando falava sobre um tipo de argumento, começava a viajar, fazia um tipo de associação espontânea em que eu continuava a falar duas horas sobre um conceito com uma imagem (*slide*), porque espontaneamente crescia numa dimensão que não tinha um final. Então, tudo isso favoreceu e, ainda, continua a favorecer um tipo de sensibilidade sobre a beleza da espontaneidade, porque a espontaneidade te coloca num espaço-tempo ubíquo aonde você nunca foi. E, talvez, nunca irá voltar. Quando você está lá, goza (risos).

RCS: *Quanto à ideia de sujeito, nos apraz bastante em Culturas eXtremas²⁵⁵ a percepção ali elucidada de que no ciberespaço²⁵⁶ é inútil ou indiferente definir-se como jovem, estudante, heterossexual, noivo etc. Já que os parâmetros acertados que definem os sujeitos de certo modo dilaceraram-se, o senhor diz em seguida: “a noção de sujeito foi arquivada, é obsoleta, todos somos obsoletos”. O que significa dizer isso e qual a relação dessa afirmação com a pesquisa das Ciências Sociais, cujo ser são os sujeitos e suas práticas?*

Canevacci: Muito bom (risos). Minha formação foi sempre diferente dos meus colegas de formação sociológica, porque minha formação filosófica era baseada sobre a Escola de Frankfurt, em particular, em Adorno e Benjamin. Adorno foi o primeiro autor a fazer uma pesquisa, seja empírica, seja teórica,

255 C. f. CANEVACCI, Massimo. Culturas eXtremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

256 “Ciberespaço” é um termo criado pelo escritor estadunidense de ficção cyberpunk (que mistura elementos high-tech da cibernética com a anarquia punk num panorama distópico), William Gibson, autor do aclamado *Neuromancer* (1984), influência crucial para a cultura *hacker* contemporânea. Pode-se entender o ciberespaço como sinônimo do território virtualizado da *internet*, a grande rede glocal de computadores.

sobre *mass media*, sobre a personalidade autoritária e sobre uma questão que lhe era fundamental: o indivíduo, ele falava, está em decomposição, em crise. Só que no momento no qual o sujeito é aniquilado, seja do estado autoritário, seja da *mass media* homologante naquele período, precisamos afirmar e resistir na importância do sujeito. O sujeito compreende justamente porque se compara e precisamos afirmar a irreduzível força de liberdade desse tipo de sujeito, que para ele era a dialética negativa. Isso foi mais ou menos na minha formação. Quando iniciei na universidade, casualmente me pediram para fazer um livro chamado *A Dialética da Família*²⁵⁷, foi a motivação pela qual fui convidado a vir ao Brasil.

RCS: *Primeiro livro seu que foi, inclusive, editado no País.*

Canevacci: É uma história que posso contar muito brevemente. Um dia, estava de rumo ao editor, um *hermano* de esquerda, que falou: “Massimo, chegou seu livro traduzido, o *Dialética da Família*”. Caio Graco, filho de Caio Prado²⁵⁸, naquela época diretor da grande editora Brasiliense naquele período, gostou do livro em Milão. Comprou e traduziu. Sem dizer nada, publicou. Quando o livro chegou, tinha o prefácio de Olgária Matos²⁵⁹. Então, entrei em contato e fui convidado pela primeira vez ao Brasil para dar um curso. O segundo livro se chama *Dialética do Indivíduo*²⁶⁰. Eu já estava imaginando naquele período que o indivíduo precisava de afirmação histórica, como se transforma o indivíduo, seja na cultura ocidental, mas também em outras culturas. Como é possível afirmar essa dimensão do sujeito na história da individualidade e na contemporaneidade? Então, eu fiquei intrigado. Foi traduzido também pela

²⁵⁷ C. f. CANEVACCI, Massimo. *Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

²⁵⁸ Caio Prado Júnior (1907-1990) foi um jurista, historiador, sociólogo e político brasileiro de orientação marxiana que se tornou um dos intelectuais brasileiros mais renomados do século XX.

²⁵⁹ Olgária Matos (1948) é uma filósofa benjaminiana e escritora chilena que pesquisa o campo teórico das Ciências Humanas e que foi contemplada com o Prêmio Jabuti na mesma área em 1990.

²⁶⁰ C. f. CANEVACCI, Massimo. *Dialética do indivíduo: o indivíduo na natureza, história e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Brasiliense. Porque o indivíduo nas Ciências Sociais, pelo menos na academia tradicional, era individualismo pequeno-burguês. Se você fala em sujeito, é individualismo pequeno-burguês. Era a dimensão coletiva a mais politicamente importante, um absurdo. O conceito de coletivo, para mim, sempre foi bastante autoritário: serve para uniformar cada pessoa dentro de um projeto político, partido, Estado ou nação, onde todo mundo fica justamente uniformado. Então, essa dimensão coletiva era um pesadelo, um erro incrível que as Ciências Sociais continuavam a afirmar na política como é a perspectiva de ser da sociedade coletiva. Deus me livre! Então, afirmei sempre a importância da subjetividade. Cada experiência, cada risco, também na dimensão penal. Se você tem um erro, é você quem paga, a sociedade não é responsável. Ok, tem uma história da sociedade, mas se você escolhe fazer um tipo de ato, como matar uma mulher, você não vai falar que a sociedade ensinou-lhe a ser ciumento ou machista. Eu não posso matar a Glória porque é meu direito e que sou uma vítima. Não é assim. Se você mata, paga. A responsabilidade é individual. Entendo toda a dimensão histórica, mas quando você pratica uma ação, a ação é sua, você decide etc. Quando ensina, escolhe, casa, namora, é sempre uma dimensão naturalmente individual. A política deve ter sempre um elemento de autonomia individual, que será subtítulo do texto. Na autonomia individual, poucas pessoas devem lembrar do que Marx²⁶¹ descobriu com as máquinas; na mudança de valores, ele fala na autonomia do indivíduo. Marx é claramente um indivíduo, ele tem a capacidade de estudar o sistema capitalista e por meio disso elaborar uma teoria. Não é filho do tempo. Naquele tempo tem uma multidão de pessoas, não Marx somente. Depois, com a cultura digital e, também, graças a um seminário com meus alunos, eu encontrei e elaborei o conceito de *multívduo*, entendendo como essa potencialidade de multiplicar os “eus” na psicologia corporal de cada pessoa. Multi-indivíduo, multívduo, para mim, então, representa a potencialidade de se afirmar como um sujeito ubíquo

²⁶¹ Karl Marx (1818-1883), pensador alemão, foi filósofo, historiador, economista, revolucionário (cunhou o socialismo científico e o comunismo), jornalista e um dos “pais-fundadores” da Sociologia, ladeando Max Weber e Émile Durkheim.

atual pode desenvolver esse tipo de multiplicidade, de “eus” na própria identidade multipolarizada sem entrar numa crise de esquizofrenia. Esse é o meu assunto.

RCS: *Gostaríamos agora de abordar seu conceito de interzona. Pensamos nele a partir da ideia de dobra, de um livro de Deleuze²⁶², como sendo uma série de espaços que se movem in between, isto é, entre espaços mentais e geográficos, tal qual uma cartografia flutuante. Partindo-se do pressuposto que nos entramados das interzonas os lugares não existem, eles estão dissolvidos, qual deveria ser a “conduta do pesquisador” (parodiando Calvino²⁶³) nesses espaços inexistentes?*

O conceito de interzona nasceu com a experiência literária.

RCS: *Especialmente na obra de William Burroughs²⁶⁴?*

Canevacci: Burroughs elaborou. É um autor fundamental. Nos anos 1990, eu lembro, seja na literatura ou no cinema, porque um livro dele foi traduzido por Cronenberg²⁶⁵ em filme. A técnica *cut-up* de Burroughs, fazendo uma montagem mais ou menos casual de elementos escritos, inventando uma forma narrativa totalmente diferente da tradicional, era uma experiência. Um aluno fez uma tese de doutorado sobre Burroughs e sobre *cut-up*. Então, interzona nele era um conceito bastante ambíguo e móvel, porque por um lado a interzona era um lugar de poder incontrolável, por outro lado, também era um lugar de uma viagem na qual Burroughs utilizava muitas substâncias para

²⁶² Gilles Deleuze (1925-1995) foi um filósofo e teórico social do pós-estruturalismo francês, no qual os enunciados de Friedrich Nietzsche, Karl Marx e Sigmund Freud convergiam em criativas experiências epistemológicas, sociais e políticas. O livro mencionado na pergunta é *A dobra: Leibniz e o Barroco* (Deleuze, 1988). Em *Sinkrética*, Canevacci (2013) revisita criticamente - em particular o conceito de “nomadismo” - a obra *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia II* (1980), de Deleuze & Félix Guattari, que possui fartas referências etnológicas e sociológicas.

²⁶³ Italo Calvino (1923-1985) foi um profícuo literato ítalo-cubano que encontra ressonâncias nas Ciências Humanas em obras como *Cidades Invisíveis* (1972) e *Seis Propostas Para o Próximo Milênio* (1990).

²⁶⁴ William S. Burroughs (1914-1990) foi um escritor estadunidense e expoente da literatura *beatnik*, que influenciou toda a contracultura posterior, dos *hippies* aos *punks*. É dele o termo “interzona”, encontrado pela primeira vez no sombrio romance *Almoço Nu* (1959).

²⁶⁵ David Cronenberg (1943-) é um cineasta canadense que adaptou para as grandes telas, em 1991, o supracitado *Almoço Nu* (*Mistérios e Paixões* no Brasil), que contou com uma das últimas aparições em vida do próprio Burroughs.

viajar na experiência. Depois, chamada de *cyberspace*, não tem relação para mim entre interzona nem *cyberspace*. Quando iniciei a pesquisa em *Culturas eXtremas*, tentei elaborar um conceito de interstícios. Não baseado numa experiência psicodélica, mas de etnografia urbana. Como? Interstício para mim é: você caminha em uma rua, num bairro, é bem conhecido dos moradores, todos o conhecem - mas há interstícios que são mais ou menos escondidos ou ninguém olha, porque parecem indiferentes ou o olhar de interstício funciona só à noite, não à tarde, segundo um horário diferente do normal. Então, interstício é um lugar para mim, um espaço onde, em primeiro lugar, a capacidade etnográfica é focalizada com sensibilidade deambular onde você pode imaginar que é possível ter elementos criativos da cultura da juventude lá. Tem cultura de juventude criativa? Sim. Em qual tipo de bairro você gosta de ficar? Naquele bairro, por exemplo. Naquele bairro, em que ruazinha ou cruzamento você entra até descobrir que tem um interstício pouco conhecido que está elaborando um modelo cultural? Posso chamar de uma minoria não minoritária.

RCS: *Minoria do tipo instituinte, ainda?*

Canevacci: Naquela época eu diria minoria, mas não é minoritária. Porque tem elementos que podem se difundir muito mais amplamente, mas não é também uma minoria, são todas as pessoas que elaboram criativamente um modelo, um estilo, que pode ser música, pode ser *fashion*, sexo, tecnologia e que é intersticial. Não é *underground*, é intersticial, porque está dentro da experiência da metrópole, mas localizada em um fragmento.

RCS: *No estado de uma latência?*

Num fragmento latente. Descobrir essa latência urbana é a criatividade do etanol. Não tem jeito. Por isso, as *raves* são muito intersticiais. Também, algum grupo de experimentação teatral, musical, de moda é muito intersticial.

RCS: *Em Antropologia da Comunicação Visual*²⁶⁶, o senhor alude, citando Marcuse²⁶⁷, que o fenômeno da dessublimação repressiva indica uma nova fase, definida assim como dessimbolização do corpo em público – fala-se de corpos panorâmicos. Quais são os panoramas corporais de um cenário marcado por interzonas, por entrelugares que se diluem no que tange à sua materialidade, fixidez e delinearidade? Quais são esses panoramas corporais? Como dar conta – lembrando aqui de quando Castoriadis²⁶⁸ fala das práticas constituintes, que ainda não estão visíveis, não assumem um lugar tão simbólico. Estão no plano, às vezes, do magma imaginário. Então, sendo corpo materialidade, algumas práticas inclusive corporais, embora sejam panorâmicas, quando estão nessas interzonas se diluem, não são fixas nem delineáveis. Então, como seria o desafio de um antropólogo até mesmo plástico? Ele teria que ter um corpo em dissolução? Ele teria que experimentar, como habitante de interzonas, assumir uma inspiração instituinte e minoritária para dar conta desses fenômenos?

Canevacci: Pergunta difícil. A primeira parte é mais fácil, vamos ver. Eu sempre adorei e continuo a adorar Marcuse, que tinha enorme sucesso no passado, depois foi eliminado, desconhecido e, atualmente, estão redescobrimo. Um seminário sobre Marcuse nasceu agora nos EUA por obra de algum aluno de São Paulo.

RCS: *Lefebvre*²⁶⁹ também está sendo lembrado neste âmbito...

Canevacci: O conceito de dessublimação repressiva foi muito importante, porque claramente falava que não era somente endereçado ao pensamento de Freud²⁷⁰ na produção de cultura. Pode ser uma dimensão que cause uma experiência sensual que reproduz a repressão, que não é liberatória, então não é somente o sexo genital de libertação, mas para ele era na dimensão erótica, que poderia incluir a dimensão genital mera de um corpo erótico. Ele falava de

²⁶⁶ C. f. CANEVACCI, Massimo. *Antropologia da comunicação visual*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

²⁶⁷ Herbert Marcuse (1898-1979), sociólogo e filósofo alemão, é proveniente da “segunda geração” da Escola de Frankfurt e dialogava com a Psicanálise e a Comunicação.

²⁶⁸ Cornelius Castoriadis (1922-1997) foi um filósofo, psicanalista e economista francês de ascendência grega que se dedicou ao estudo do imaginário e suas relações constituintes com a sociedade e a produção de subjetividade.

²⁶⁹ Henri Lefebvre (1901-1991) foi um sociólogo e filósofo marxiano francês, estudioso dos processos cotidianos de comunicação e sua mediação por instâncias capitalistas.

²⁷⁰ Sigmund Freud (1856-1939), austríaco, médico psiquiatra de formação e criador da psicanálise.

Narciso como o primeiro que descobre a erotização possível de qualquer lado corporal. A dimensão de erotização do corpo está conectada ao corpo panorâmico no meu sentido, porque quando eu iniciei a pesquisa nos interstícios metropolitanos. E não somente na *rave*, mas era também um tipo de olhar pelo qual eu entendi que num lugar clássico de Roma, o Panteão, um lugar importantíssimo na História não somente arquitetônica, mas um lugar turístico por excelência. Todo mundo vai ao Panteão; Adriano, o grande imperador, para mim uma das figuras mais importantes na história da humanidade, ele mesmo desenhou a primeira cúpula na história da arquitetura. Ainda agora você entra lá e chora pela beleza incrível do Panteão. Então, de um lado intersticial do Panteão tinha um grupo mais ou menos numeroso de jovens. No final dos anos 1980, havia muitos jovens, *teenagers*, garotos e garotas, que ficavam lá. Por que no Panteão? Não no central ou frontal, mas no lado intersticial. Qual a relação entre o Panteão e esse grupo de juventude em Roma? Fiquei curioso e iniciei um tipo de experiência complicadíssima, porque professor da universidade é raro falar com um *teenager*. Tenho muitas experiências sobre isso por muitos motivos que agora não vou contar - então sei como é um jovem perceber que estou interessado nele ou nela, não por outros motivos, se não tenho um segundo fim etc. Quero entender o que está acontecendo junto com ele, não sobre ele. Então, lembro que tinha uma jovem muito bonita, inteligentíssima, que começou a me responder, ela foi a primeira, depois outros. Com uma frequência, comecei a estabelecer contato, a ser firmada uma relação com esse tipo de corpo panorâmico. O *punk* naquele período era muito forte ainda, com estilo, no choque, como era normal. Então, esse tipo de corpo panorâmico, no panorama urbano, tinha uma tensão. Essa tensão para mim era fundamental. Que tipo de tensão se elaborava lá? Outro exemplo poderia ser uma vila em Roma, que tem muitas vilas públicas. Ali, claramente, era mais *hippie*. Então, lá também fui falar, depois numa pequena cidade perto de Roma, com outro tipo de grupo. Para mim, era sempre importante entender como aquele corpo panorâmico, o estilo de se apresentar, tinha uma relação com o espaço. Era uma vila ou um pequeno vilarejo ou um

Panteão. Esse tipo de canção criou em mim uma dissonância criativa. Era um Panteão dissonante que tinha sentido.

RCS: *Já estamos finalizando a entrevista, professor; o senhor gostaria de acrescentar algo que ainda não tenhamos contemplado?*

O que vocês não perguntaram (risos)? Atualmente, estou tentando enfrentar como liberar as coisas de serem úteis. Como liberar coisas, mercadoria, objeto ou, utilizando um conceito de Adorno em relação a Benjamin: a facticidade – que, para mim, unifica a coisa, o objeto e a mercadoria, elementos não somente dentro da dimensão capitalista. É como o fetichismo, talvez continuar a reproduzir uma história colonial, iniciada pelos portugueses e continuada, infelizmente, depois por Marx e Freud num sentido comum. Como é possível aplicar o fetichismo visual ao contexto digital contemporâneo, no qual o fetichismo não é somente aquele bizarro Papai Noel que não tem nada de fetichismo? Porque da China custará de R\$ 10 a R\$ 5, provavelmente. É como um fetichismo visual e digital na contemporaneidade: é como tentar deliberar um fetichismo da dimensão reificante que até agora, em parte, é incorporada. Eu chamo tudo isso de “metafetichismo”. É como tentar ir além do fetichismo clássico. É como tentar olhar muitos artistas que utilizam essa dimensão, seja no campo do cinema, da música, da moda, do *design*, da publicidade, de maneira pela qual a coisa não é uma coisa, mas um sujeito. Esse sujeito virá sempre mais interativo, isto é, sempre mais *smart*, inteligente. Aí entra *smart card*, deve ser *smart*, deve ter uma inteligência de tecnologia aplicada e difundida, então tudo isso leva a crer que o prédio que estávamos analisando no início não é somente polifônico, é também inteligente (risos).

RCS: *É programado...*

Canevacci: Programado com uma autonomia relativa, para sempre mais autonomia relativa. Hoje li um artigo no *The Guardian*²⁷¹ sobre a nova sexo-

robótica. Sobre a evolução, ele utiliza um conceito muito engraçado. É um tipo de experimentação de uma nova geração de máquinas, mas são criaturas no sentido da origem da palavra, a criatura de 1600, que criou o primeiro gólem. *Golem* foi a primeira criatura, porque naquele período era só uma criatura, criada de Deus, era impossível imaginar que uma criatura não seja filha de Deus. Era impossível. Tudo isso, na história, na literatura extraordinária, tipo Homem-Areia, de *Sandmann*²⁷²; *Frankenstein*, de Mary Shelley²⁷³; *Metropolis*, de Fritz Lang²⁷⁴: a dimensão *ex machina*...

RCS: *Seria isso um primórdio da inteligência artificial?*

Canevacci: Esse tipo de capacidade de ter uma autonomia relativa crescente da parte da máquina, onde ele produzia um programa, agora a coisa é mais complicada. Eu acho que tudo isso é um grande desafio da contemporaneidade, isto é, como cada coisa ou jeito, mercadoria, facticidade, sempre estará incorporado a um tipo de inteligência e sensibilidade com relativa autonomia que modificará totalmente a nossa experiência. Não sei se consigo, mas gostaria de me dedicar mais sobre estes assuntos: o metafetichismo, a sexo-robótica, com uma dimensão inovadora. Em uma conferência agora em Milão, em Bolonha, chamei de uma “subjetividade ubíqua”. Não era exatamente esta palavra. Estou tentando trabalhar. Tenho já algum pequeno ensaio sobre esse assunto, só que gostaria de trabalhar junto com um grupo de pesquisa, não

²⁷¹ *The Guardian* é um tabloide britânico datado de 1821 e que hoje é uma potência midiática global.

²⁷² A fábula do escritor alemão E. T. A. Hoffmann (1776-1822) é explorada numa “etnografia-coreografia” em *Fetichismos Visuais: corpos erópticos e metrópole comunicacional* (CANEVACCI, 2008).

²⁷³ Mary Shelley (1797-1851), escritora e dramaturga inglesa do período vitoriano, tornada célebre pelo romance gótico *Frankenstein ou O Moderno Prometeu* (1818).

²⁷⁴ Fritz Lang (1890-1976) foi um cineasta austríaco e um dos maiores expoentes do Expressionismo Alemão, movimento estético da década de 1920 marcado pelos tons sombrios em auto contraste, críticas à modernidade e visões oníricas, perturbadoras.

sozinho. Aqui tenho menos dificuldade, mas num estudo avançado, gostaria de imaginar um projeto que é glocal, isto é: a pessoa pode estar em qualquer lugar do mundo para confrontar esse tema do metafetichismo, de como é a inteligência artificial, entre outras coisas.

**Bibliografia das
obras de Massimo
Canevacci editadas
no Brasil:**

CANEVACCI, Massimo. *Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *Dialética do indivíduo: o indivíduo na natureza, história e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Antropologia do cinema*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Antropologia da comunicação visual*. São Paulo: Brasiliense, 1990

_____. *Sincretismos: uma exploração das hibridações culturais*. São Paulo: Studio Nobel, 1996

_____. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

_____. *Culturas eXtremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles*. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

_____. *Fetichismos visuais: corpos erópticos e a metrópole comunicacional*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

_____. *Comunicação visual: olhares fetichistas, polifônicos, sincréticos sobre corpos*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

_____. *Sincrétika: explorações etnográficas sobre artes contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel, 2013.

// Resenha

Mulheres, raça e classe

Gislania de Freitas Silva

Universidade Federal do Ceará (BRA)

Professora da rede cearense de ensino.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

244 p.

A importante obra do movimento feminista *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis, foi lançada nos Estados Unidos em 1981. Contudo, somente agora está disponível para o público brasileiro, traduzida para o português, como parte de um projeto de edição de obras feministas da Editora Boitempo. Chega em hora oportuna, uma vez que nossa sociedade presencia um embate entre forças conservadoras e a resistência de diversos movimentos sociais, coletivos e indivíduos que recusam, prontamente, a perda de direitos de minorias.

Angela Davis é filósofa, professora e militante dos movimentos feminista e negro. Ficou conhecida internacionalmente por sua atuação no Partido dos Panteras Negras, apesar de nunca ter se filiado formalmente. A obra reflete sua militância em prol da igualdade de gênero, pela superação do racismo e pelo fim das desigualdades sociais. Suas palavras evidenciam que não é possível a superação das desigualdades sociais sem uma mudança radical nas relações raciais e de gênero, enfatizando a ligação profunda entre tais dimensões.

No Brasil, tornou-se ponto pacífico a dicotomia Estados Unidos bi-racial x Brasil multirracial, mesmo nos círculos acadêmicos. Tal polarização era baseada em um saber convencional, não em dados concretos (ANDREWS, 1997; SKIDMORE, 1992). A ideia difundida de democracia racial é persistente. Vemos quão forte ela ainda é nas reações exageradas quanto às ações afirmativas e política de cotas, por exemplo. Resistências e indignações com atos racistas são facilmente reputados como exageros, jogados para debaixo do tapete e silenciados no cotidiano. A luta organizada dos movimentos sociais é central para trazer visibilidade e promover espaços de debates onde o preconceito, assentado no total desconhecimento do outro, possa ser confrontado com as histórias de vidas reais, com pesquisas sérias e estudos fundamentados.

Em *Mulheres, raça e classe*, Davis se propõe a fazer um apanhado histórico da situação de homens e mulheres negras que foram escravizados no período pós-abolição, nos Estados Unidos, e as persistências históricas de práticas racistas. A obra é composta por treze capítulos bem articulados entre si, analisando diversas facetas do desenvolvimento do movimento sufragista, as interseções com o movimento antiescravagista e, posteriormente, o movimento negro. Seu trabalho discute o racismo institucional, constituinte de práticas culturais sancionadas no cotidiano, mas seu foco principal é a situação das negras, triplamente exploradas em sua condição de mulher, negra e trabalhadora.

Tratadas como unidades de trabalho, tal como os homens, as mulheres escravizadas sofriam ainda mais por sua condição de mulher, sendo vítimas constantes de abusos e violências sexuais. Davis traz uma série de relatos de mulheres que resistiram e os castigos perpetrados contra elas. Aponta como o estupro se tornou um instrumento eficiente de humilhação e subjugação, da qual os homens brancos lançavam mão sempre que desejavam.

Nesse contexto, as mulheres brancas foram, paulatinamente, sendo excluídas do mercado de trabalho; e os pequenos serviços que faziam em casa, como tecer e costurar, fazer velas ou sabão, passaram a ser realizados pela indústria nascente. Em par com isso, a ideologia da feminilidade, em vigor desde meados do século XIX, disseminava a ideia de que cabia às mulheres o papel sagrado de “mães” e “donas de casa”. Contudo, o mesmo não aconteceu com as mulheres negras, historicamente submetidas ao trabalho compulsório. Não obstante, grupos de mulheres – negras e brancas – passaram a lutar contra a escravidão. Muitas delas arriscaram a própria vida para ajudar escravos em fuga, ou mesmo para ensinar crianças e jovens negros a ler e a escrever.

A autora aponta que o movimento antiescravagista preparou as mulheres para a militância em defesa dos seus direitos, pois aprenderam a desafiar a supremacia masculina. Organizações de mulheres brancas de classe média que, a princípio, opunham-se à escravidão, passaram a reivindicar o sufrágio e a negar o “destino” de mães e donas de casa. Contudo, seu recorte de classe não permitiu que elas compreendessem a situação das mulheres trabalhadoras; tampouco, das mulheres negras.

Elisabeth Cady Stanton, Lucretia Mott e Susan B. Anthony, líderes do movimento sufragista, mulheres brancas de classe média alta, apontavam como limites das vidas das mulheres a domesticidade e a falta de oportunidades de estudos e empregos, condizentes com mulheres de sua classe social. De fato, elencavam como problemas enfrentados pelas mulheres o matrimônio, a carreira e os estudos e a perda de confiança e da autoestima. Acreditavam que,

com acesso ao voto, as mulheres poderiam modificar sua situação e serem tratadas com igualdade de direitos em relação aos homens. Claro está que essas são pautas importantes, mas seu recorte racial e de classe não lhes permitiu ver a situação das mulheres trabalhadoras. Anthony, por exemplo, criticava as trabalhadoras por focarem em “seus problemas imediatos” em vez de lutarem por igualdade política. De fato, o sufrágio só passa a ser uma pauta efetiva para as trabalhadoras quando essa necessidade brota de seu próprio cotidiano, de suas demandas por melhores condições de trabalho.

O movimento de mulheres sufragistas, que se originou na luta antiescravagista, ironicamente passa a ter uma postura racista e, em certos momentos, defensora da supremacia branca. As líderes do movimento, ao verem frustrado seu desejo de poder votar, com a aprovação da décima terceira e da décima quarta emendas, passaram a apoiar a campanha contra o voto do homem negro, pois, para elas, era absurdo que “até um negro” tivessem mais direitos do que elas, simplesmente por serem homens. Elas não percebiam que a já precária situação da população negra tornou-se mais grave no pós-abolição, com a formação de esquadrões de homens brancos que, em diversas cidades, matavam, sistematicamente, centenas de pessoas por motivos de ódio racial. De mercadoria que precisava ser preservada, os negros passaram a ter de ficar por sua própria conta em uma sociedade racista, hostil e violenta.

No fim do século XIX, os Estados Unidos veem recrudescer o racismo e assistem ao florescer da ideologia da supremacia branca, com as chamadas Leis de Jim Crow, leis de linchamento, frequentes assassinatos públicos de pessoas negras. A segregação vinha de mãos dadas com a mais explícita violência física e moral. Em 1893, a Suprema Corte revogou o Ato de Direitos Civis de 1875 e foi instituído um regime sob a máxima: “separados, mas iguais”.

Nesse contexto, as uniões sufragistas brancas passaram a entoar, em nome dos direitos das mulheres (brancas de classe média, diga-se de

passagem), um discurso racista de restrição dos direitos dos negros e de supremacia branca. Como aponta Davis, “(...) não eram os direitos das mulheres ou igualdade política das mulheres que tinham de ser preservados a qualquer custo, e sim a superioridade racial reinante da população branca” (p. 131). Impressiona no relato da autora como, aos poucos, as sufragistas só enxergavam a negação do voto como obstáculo para as mulheres, sem analisar a situação real de todas as mulheres – brancas e negras – de sua sociedade.

No tocante à condição das mulheres negras no pós-abolição, a autora delinea um quadro desanimador. As negras que viviam no Sul permaneceram, majoritariamente, nos serviços domésticos e nos campos. Para essas mulheres, nada ou quase nada mudou. Trabalho doméstico com carga horária extensa, assédios e abusos constantes, salários irrisórios, dentre outras situações, permaneceram quase intactas. As que conseguiram chegar ao Norte se depararam com o trabalho doméstico e, mesmo as que trabalhavam na indústria, desempenhavam papéis subalternos e mal remunerados. Somente no período da Segunda Guerra Mundial é que as mulheres negras abandonaram o trabalho doméstico e foram empregadas na indústria. Contudo, as pesquisas apontavam que ao menos um terço das mulheres negras permaneciam realizando trabalhos domésticos.

Davis chama a atenção para uma prática comum no Sul pós-abolição: o trabalho dos encarcerados. Pessoas de cor, homens e mulheres, ao menor pretexto, eram encarceradas e obrigadas a trabalhar para pagar suas penas, muitas vezes com grilhões presos aos seus pescoços. Diante desse “mercado lucrativo”, alguns governantes implementaram políticas de encarceramento em massa de pessoas negras. Alguns fazendeiros chegaram a contratar somente trabalhadores encarcerados, por ter um custo mais baixo – aponta a autora.

Outro ponto que merece destaque é o mito do estuprador negro e seu par inseparável, mas quase nunca mencionado: a ideia da mulher negra promíscua. A autora nos mostra como se construiu esse mito e como serviu de

justificativa para linchamentos e outros atos de violência contra a população considerada “de cor”. A mera suposição de que um negro era capaz de violar uma mulher branca era motivação suficiente para um homicídio. Ironicamente, não se discutia os recorrentes estupros de mulheres negras. Ao contrário, reforçava-se essa prática e a ideia de que as mulheres negras deviam se submeter aos brancos. Como assevera Davis, o estupro acabou por se tornar um instrumento de subjugação e terror da supremacia branca.

Importante também é a discussão impetrada por Davis sobre direitos reprodutivos e eugenia. Nas fileiras do movimento sufragista, algumas militantes levantavam a bandeira da “maternidade voluntária”, consequência da militância por direitos políticos. Todavia, tal proposta foi embotada pela ideologia racista e recaiu em apologias à esterilização das minorias étnicas e das classes populares. “Salvar a raça branca”, “salvar o país da mistura imprópria com negros e imigrantes”, eram alardeados por políticos e acadêmicos. “A influência fatal do movimento eugenista logo destruiria o potencial progressista da campanha pelo controle de natalidade” (p. 215).

A autora traz discussões que, ainda hoje, estão na pauta do dia da agenda feminista, como o aborto, a maternidade e os direitos sexuais das mulheres, que as militantes de hoje resumem na máxima: “meu corpo, minhas regras”. Conjuntamente, discorre sobre os trabalhos domésticos e o papel socialmente destinado as mulheres no tocante aos “assuntos do lar”, apontando para uma redefinição dos serviços domésticos na sociedade contemporânea.

A obra de Davis também nos instiga à reflexão sobre a polêmica questão do “lugar de fala”. Trata-se da substituição de diferenças biológicas por novos “essencialismos” culturais, como problematiza Antônio Flávio Pierucci (PIERUCCI, 2013). Políticas universalistas são mais urgentes do que demandas de públicos específicos? Quem pode falar sobre o quê? Somente contra o pano de fundo histórico esse conceito, apropriado por diversos movimentos sociais, mostra seu sentido. Apesar do exagero de alguns

militantes mais empolgados, que facilmente confundem “lugar de fala” com “autoridade de fala” (e homogeneização dos sujeitos que ocupam tais lugares), a questão é que diversos segmentos sociais foram silenciados, vilipendiados e tiveram seus direitos negados. Nesse momento, é urgente que se entenda o outro a partir de seu lugar no mundo e, principalmente, como este é tratado a partir de seu lugar social, é relacional. Claro, não vamos defender que “só mulheres podem falar de feminismo e sexismo” ou que “só gays podem discutir as pautas LGBTT”. Mas não podemos negar que existem experiências que não alcançaremos, nem com o maior esforço de abstração. É preciso ter consciência de que nossas experiências moldam as lentes pelas quais entendemos o mundo. Como mulher, compartilho com minhas irmãs as dificuldades de se viver em uma sociedade marcada pelo patriarcado e por práticas machistas. Contudo, como mulher branca, posso falar das experiências de uma mulher negra, bombardeada cotidianamente por estereótipos racistas que a colocam, ou tentam colocar, em uma posição inferior e subalterna? Como mulher branca, de classe média, acadêmica, tenho consciência dos privilégios de que gozo, devidos tão somente a minha branquitude?

A discussão proposta por Davis, entrelaçando gênero, raça e classe nos permite ter uma dimensão das problemáticas referentes aos pertencimentos identitários e da árdua tarefa que nos espera para a construção de um mundo socialmente mais justo. Para o enfrentamento das lutas cotidianas nesses tempos difíceis de transição, em que velhos padrões culturais não foram totalmente substituídos por outros, esta obra é ferramenta das mais valiosas.

Bibliografia

ANDREWS, Georg Reid. Democracia racial brasileira 1900 - 1990: um contraponto americano. **Revista Estudos avançados**, 11 (30), 1997.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. 3ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

SKIDMORE, Thomas E. EUA bi-racial vs. Brasil multirracial: o contraste ainda é válido? **Revista Novos Estudos CEBRAP**, nº 34, nov./ 1992. pp. 49-62.

Contragolpes

Seleção de artigos da New Left Review

Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá

Universidade Federal do Ceará (BRA)

SADER, Emir (org.). Contragolpes. Seleção de artigos da New Left Review. Tradução de Beatriz Medina. Sao Paulo: Boitempo, 2006. 264 p.

Considerada uma das revistas de esquerda mais respeitadas do mundo, a *New Left Review* (NLR), fundada em 1960, teve entre seus editores nomes como Edward Thompson, Perry Anderson e Robin Blackburn. A revista conseguiu implementar o que desejou, nomeadamente, a criação de um espaço para o que se convencionou chamar, em determinado momento, de “nova esquerda”, para se diferenciar tanto dos partidos comunistas quanto dos social-democratas.

Depois de quase vinte anos tendo à frente Robin Blackburn como seu editor, reassume a direção da *New Left Review* Perry Anderson, com mudanças na sua forma e conteúdo – desde sua apresentação e capa ao conteúdo teórico e político. A vasta gama de assuntos que a Revista aborda vai de economia a estética, política, filosofia e sociologia.

Este número que ora resenhamos intitula-se "Contragolpes" e, apesar de tecido em outra época, vem ao encontro ao que se testemunha na realidade política atual, principalmente a brasileira pós-golpe de 2016 contra o governo eleito. Nesse número, além dos escritos do próprio Perry Anderson, editor da NLR, debruçaremos-nos com o pensamento de Tariq Ali, Susan Watkins – também editora da NLR –, Mike Davis e Robert Brenner. Vale ressaltar que aos citados textos desses nomes, que são parte do comitê editorial da NLR, somam-se textos autorais de Fredric Jameson, Slavoj Žižek e Giovanni Arrighi (colaboradores regulares da NLR), Qin Hui (um entrevistado da China), Loïc Wacquant (colaborador estreito de Pierre Bourdieu) e Peter Hallward.

São textos que tratam de questões relativas ao Iraque e à China, ou sobre a realidade inegável da expansão de favelas – e não apenas os clássicos países terceiro-mundistas. Ademais, o texto que parte da biografia de Edward Said serve para ressaltar o papel do intelectual político. Não esqueçamos que a questão palestina, a crise africana e o poder dos Estados Unidos também são discutidos no atual número da NLR.

Há 50, anos a revista *New Left Review* reúne as mais diversas produções literárias de fundamentação marxista da atualidade. O número em questão, intitulado *Contragolpes*, traz uma seleção de artigos que compuseram as diferentes edições da revista no período entre 2002 e 2004, quando a publicação ainda era dirigida pelo historiador inglês Perry Anderson. A atual seleção de artigos organizada por Emir Sader e traduzida ao português por Beatriz Medina é um presente para os leitores brasileiros, tendo em vista que seus originais não estavam acessíveis, anteriormente, em língua portuguesa.

Em sua apresentação ao público nacional, Emir Sader enfatiza a importância que tem a NLR internacionalmente, apreendida facilmente pelos nomes de seus colaboradores, desde sua criação, a exemplo de Edward Thompson, Perry Anderson e Robin Blackburn – respectivamente seu primeiro, segundo e terceiro editores ao longo de quatro décadas, desde sua criação, no ano de 1960.

A coletânea organizada por Emir Sader com seus onze artigos escolhidos reflete os princípios da revista em suas edições originais e regulares, que sempre buscou dar conta de uma gama de temas, discussões e autores que trabalham em diferentes perspectivas na área das ciências sociais.

Para melhor se fazer um apanhado geral do conteúdo que aguarda o leitor dessa edição especial, vale a pena resenhar algumas breves considerações acerca de seus temas e autores. Tal permitirá ao leitor transitar pelo que foi e pelo que continua sendo as novas formas marxistas de análise dos fenômenos sociais e políticos emergentes do século XXI. É necessário ressaltar, contudo, que a apresentação atual não pretende substituir a leitura na íntegra do rico material e da diversidade dos textos autorais dos números passados, mas apenas introduzir o leitor nos temas que representam parte da trajetória da revista. Afinal de contas (e segundo o próprio organizador), com a NLR, temos em mão uma fonte permanente de renovação do pensamento crítico e transformador difícil de encontrar em outros periódicos dessa natureza.

A abertura desse número compacto em língua portuguesa é feita com o trabalho autoral de Loïc Wacquant, intitulado “Da escravidão ao encarceramento em massa: repensando a ‘questão racial’ nos Estados Unidos”. Ao longo de 20 páginas, o autor traça um percurso histórico e crítico da segregação racial estadunidense, com prerrogativas para facilitar a compreensão do quadro atual de segregação social, que tem, segundo ele, seu lado podre fortemente representado por pessoas de pele escura. Ao repensar a questão racial nos Estados Unidos, Loïc Wacquant passa por várias

“instituições peculiares” que “agiram sucessivamente para definir, confinar e controlar os afro-americanos na história dos Estados Unidos”. Estas são as instituições listadas: a escravidão, o sistema Jim Crow de discriminação e segregação impostas por lei, o gueto [que “corresponde à urbanização e proletarização conjuntas dos afro-americanos desde a Grande Migração de 1914-30 até a década de 1960” (p.11)] e, finalmente, “o novo complexo institucional formado pelos remanescentes do gueto negro e pelo aparelho carcerário ao qual se uniu por meio de uma relação interligada de simbiose estrutural e sub-rogação funcional” (p. 12).

Estratégias de domínio e opressão repetem-se e se aperfeiçoam, sutil e dissimuladamente, no quadro de antagonismos sociais que não podem ser vistos como exclusividade da complexa sociedade americana. Integração forçada inter-racial ou de “má-vontade” – para se utilizar a terminologia de Loïc Wacquant (p. 19) quando se remonta ao que acontecia na década de 1960 e resultava em um distanciamento voluntário do problema, principalmente por parte da população branca. Tal permitia a manutenção de um abismo social e simbólico quase intransponível, que podia ser identificado por meio de atitudes e práticas como o abandono de escolas públicas ou a evitação de áreas povoadas pela população negra nas cidades, defendendo-se do espectro da “igualdade social” (p. 19).

Trata-se de uma detalhada análise dos antecedentes e dos efeitos de uma exclusão multifacetada e originada em várias frentes, a exemplo do sistema jurídico-criminal, contribuindo para a construção de uma comunidade imaginária que compreende a família branca e os demais: o “lado escuro” do sonho americano.

No segundo capítulo, Giovanni Arrighi trata da crise africana enquanto uma tragédia subsaariana que se abateu sobre o continente na década de 1970, no texto “A crise africana: Aspectos regionais e sistêmicos do mundo”. (p. 31). O primeiro objetivo do autor é a recontextualização dessa crise, levando em

conta uma perspectiva histórica mundial, na intenção de avaliar a extensão na qual a crise e a tragédia poderiam ter sido previstas e, portanto, evitadas (ou pelo menos tratadas com mais eficácia e menos danos para as castigadas populações africanas). O autor não esquece o papel que as elites e os governos africanos podem ter desempenhado para (não) evitar tão grande tragédia ou pelo menos neutralizar seus aspectos mais avassaladores (p. 32). “Nos últimos vinte anos, a interpretação dominante da crise africana ligava-a a uma suposta tendência das elites e dos grupos governantes da África às ‘más políticas’ e ao ‘mau governo’. A definição disso, assim como as razões para esse suposto vício africano, variam. Mas a idéia de que a responsabilidade primária pela tragédia africana é das elites e dos governos africanos é comum à maioria das interpretações” (p. 32).

Para Perry Anderson, autor do capítulo “Força e Consenso”, apenas parte de questões complexas que estão implicadas no tema acerca do papel dos Estados Unidos no mundo podem ser respondidas; e é exatamente isso o que tenta fazer ao longo do seu texto (p. 62). Essa discussão perpassa a forma de funcionamento da hegemonia norte-americana e seu corolário de força e consenso na única superpotência. O equilíbrio da força e do consenso nas investidas da política externa norte-americana é uma maneira de se descrever esse papel que se diz hegemônico. O desfile das atividades bélicas ao redor do mundo faz parte dessa busca de força e consenso dentro da nomeada hegemonia cunhada em Washington. A partir da exposição de fatos relativos a intervenções em torno de acontecimentos externos que tiveram a presença dos aliados como determinante em seus cursos e desfechos, a exemplo da guerra nos Bálcãs, ou desfechos de acontecimentos internos vindouros causados pelos “inimigos da nação” – como se descreve o ocorrido com o atentado de 11 de setembro nos Estados Unidos e a destruição da simbologia de poderio maior dos americanos. O autor não se esqueceu de abordar, nesse contexto, a ideia da prevenção como justificativa para ações bélicas sem questionamentos ou negociações internacionais. A análise das intervenções nesses pontos distintos,

mas igualmente vulneráveis do planeta, forma a base da crítica do autor para o totalitarismo que representa um sistema a ser combatido e questionado, a despeito de levar o nome de preventivo e ao buscar o consenso muitas vezes com o exercício da pressão e da chantagem. “A doutrina da prevenção é uma ameaça a todos os Estados que, no futuro, venham a cruzar a vontade da potência hegemônica ou de seus aliados” (p. 84).

É um fato da natureza humana que a maioria das pessoas não tenha um forte senso de justiça.

Qin Hui

Quebrando a sequência de artigos analíticos e discursivos sobre temas diversos, são incluídos, entre os textos selecionados, uma entrevista e uma homenagem. Em primeiro lugar, uma entrevista biográfica com Qin Hui (respeitado intelectual chinês, colaborador de Pierre Bourdieu) e, a seguir, uma homenagem que presta a um dos maiores pensadores do mundo contemporâneo, Edward Said, feita por Tariq Ali. A trajetória do homenageado se confunde com sua contenda com o *establishment* político e cultural do Ocidente e do mundo árabe oficial (p. 111). A entrevista biográfica com Qin Hui oferece um passeio pela história contemporânea de seu país, desde os primórdios da revolução cultural aos primeiros anos deste século, quando a China passou a integrar a Organização Mundial do Comércio, em 2002. Diferentemente do quadro informativo que se pode obter a partir de pesquisas em livros tradicionais de história da China, uma compreensão dos sucedâneos da época, a narrativa de Qin Hui, com seu vigor e pregnância, envolve o leitor à medida que descreve suas origens na Revolução Cultural e dissecas as estratégias do Estado para o campo e a cidade. Acompanha-se, portanto, ao longo de sua própria biografia, os sucessivos eventos políticos que reescreveram a história da China.

Na sequência, a merecida reverência a Said é feita a partir de trechos de entrevistas realizadas por Ali para compreender a trajetória do amigo ao longo

(e a partir) dos efeitos dos acontecimentos no Oriente Médio, nas décadas de 1960 e 1970. Sua obra saiu do prisma da literatura para o da política, influenciada pelos efeitos da Guerra dos Seis Dias (1967), quando Tariq Ali se tornou um escritor político comprometido com a causa palestina: a literatura passou a ser para o autor uma tarefa essencialmente histórica, não apenas estética. (p. 114).

Voltando aos Estados Unidos, Robert Brenner busca responder com seu texto “Novo Boom ou Nova Bolha?” questões básicas sobre os caminhos da economia norte-americana e possíveis relações com acontecimentos externos e internos. O autor discute o que deflagrou a desaceleração que só teve trégua no início de 2002, associada a “choques externos” – 11 de Setembro, escândalos envolvendo empresas e o ataque ao Iraque (p. 117). “O que impulsionou a atual aceleração econômica? Aceleração esta que aponta para a realidade do crescimento mais rápido do PIB na segunda metade de 2003 e para o aumento significativo do lucro, indicando um novo *boom*” (p. 117). “Ela é sustentável? A economia rompeu afinal o longo caminho ladeira abaixo, que provocou um desempenho global cada vez pior a cada década desde 1973? Qual a perspectiva de avanço?” (p. 117). Vale ressaltar o contexto pré-eleitoral do segundo mandato de George W. Bush, no qual foram cunhados por Brenner os argumentos que tentam explicar as questões postas. O autor conseguiu antever os indícios de uma derrocada na economia americana apesar da aparente e cantada recuperação de então, conforme se testemunhou a partir de 2008 (tempo muito posterior ao texto ora apresentado):

“Mesmo assim, a sustentabilidade do aumento do dinamismo é questionável, sobretudo dada a herança da virada pós-2001. Uma expansão mais rápida não aumentará o custo do crédito numa época em que as famílias, o governo, as empresas e o próprio setor financeiro estão todos imensamente onerados? Não provocará também o inchamento do déficit de transações correntes num momento em que o dólar já está caindo? Pode a economia avançar com a expansão dos setores de serviços e financeiros que atendem ao consumo quando os setores fundamentais produtores de bens continuam sobrecarregados pela capacidade ociosa e

pela reduzida lucratividade, quando os produtores estrangeiros ocupam parte cada vez maior do mercado norte-americano de bens, quando a exportação fica ainda mais para trás da importação sem esperanças de fechar a lacuna com o câmbio atual e quando os Estados Unidos dependem da generosidade dos governos do leste da Ásia para honrar suas obrigações internacionais? A economia dos Estados Unidos está em território desconhecido. Sua capacidade de encontrar o caminho continua uma incógnita”. (p. 157)

Em seguida, Mike Davis aborda, no seu texto “Planeta das favelas”, a problemática da saturação das metrópoles. A partir de referenciais como transformação das cidades, migrações, surgimento de hipercidades, esvaziamento rural etc., são traçadas e analisadas suas consequências para o futuro da humanidade e outras formas de convivência. A complexa relação entre essas novas constituições urbanas, movimento operário, religiosidade e os efeitos violentos da globalização neoliberal estão na ordem do dia do autor para definir os rumos do desenho urbano mundial e seu processo de “afavelamento”. Uma “interdependência assimétrica” que também está presente em países ricos, com suas relações desiguais entre “centro-periferia” que também desarticulam laços tradicionais antes já existentes entre cidade e campo prejudicando as redes econômicas internas. (Golub, 2010, p. 7)²⁷⁵.

A grande questão é se, em vez de crescimento e prosperidade nesses novos tempos de desenvolvimento científico e tecnológico, de acúmulo de conhecimentos e de domínio de meios para lidar com desafios urbanos, caminhar-se-á, mesmo assim, para um excedente populacional que transformará as cidades em depósitos de lixo produzido por um excedente populacional que trabalha nos setores informais de comércio e serviços, sem especialização, desprotegidos e com baixos salários. (Davis, p. 208).

Pode haver mais de 250 mil favelas na Terra. Sozinhas, as cinco maiores metrópoles do sul da Ásia (Karachi, Mumbai, Délhi, Kolkata e Dacca) somam cerca de 15 mil comunidades faveladas diferentes com um total de

²⁷⁵ Saturação das metrópolis. Philip S. Golub. *Le Monde Diplomatique Brasil*, março de 2010. p. 6-7).

mais de 20 milhões de habitantes. Uma população favelada ainda maior cobre o litoral em urbanização da África ocidental, enquanto outras conturbações imensas de pobreza espalham-se pela Anatólia e pelas terras altas da Etiópia; abraçam a base dos Andes e do Himalaia; explodem para longe dos núcleos de arranha-céus da Cidade do México,, de Jo-burg, Manila e São Paulo; e, claro, ladeiam as margens dos rios Amazonas, Niger, Congo, Nilo, Tigre, Ganges, Irrawaddy e Mekong. É paradoxal que os tijolos desse planeta-favela sejam ao mesmo tempo, totalmente intercambiáveis e espontaneamente únicos, como os bustees de Kolkata, os chawls e zopadpttis de Mumbai, os kachi abadis de Karachi, os kampungs de Jacarta, os iskwaters de Manila, as shammasas de Cartum, os umjondolos de Durban, os intra-muros de Rabat, as bidonvilles de Abidjan, os baladis do Cairo, os gecekondus de Ancara, os conventillos de Quito, as favelas do Brasil, as villas miseria de Buenos Aires e as colônias populares da Cidade do México. São os antípodas tenazes das paisagens genéricas de fantasia e dos parques temáticos residenciais – os burgueses ‘Offworlds’ [mundos de fora], de Philip K. Dick – nos quais a classe média global cada vez mais prefere se enclausurar.” (p. 199-200).

O texto “Opção Zero no Haiti”, de Peter Hallward, revela a falta de opção de um povo negro que teve o governo eleito constitucionalmente derrubado por forças externas e, desde então, continua incapaz de governar a si mesmo. Enfim, a opinião pública é vítima mais uma vez de uma (mal)dita “guerra humanitária”; dessa feita, em benefício dos arrasados três terços ocidentais da ilha caribenha, outrora denominada de *La Española*. O território de que falamos, conquistou sua independência em janeiro de 1804 e, só a partir de então, passou a se chamar Haiti. Diante do que tal independência representava no jogo de forças colonial-escravocratas de então, a tentativa dos ex-colonizadores franceses, junto aos Estados Unidos, foi tornar o novo país inviável, o que de certa forma, efetivamente ocorreu.

A já estabelecida estratégia bélica arrogante, perpétua, unilateral e dita preventiva foi ultimamente abençoada pela ONU e permite manter e reforçar a ideia dos grandes salvadores do mundo, preparados para intervir em qualquer ponto do planeta, no qual os bons fluidos civilizadores regulem o desmando, investido de incapacidade, a exemplo das protoculturas pós-colombianas. Talvez já estejamos nos acostumando às cenas intermitentes; ora de profunda miséria, ora de bondade e dedicação das forças internacionais localizadas

naquela parte da ilha caribenha. Tudo justifica a saída “acordada” – no dia 29 de fevereiro de 2007 – do presidente haitiano eleito em pleito reconhecido internacionalmente. Mais um governante legitimamente estabelecido foi retirado à força de seu posto. Nada estranho ou novo para os brasileiros que passaram pelo estelionato eleitoral recente com o golpe de 2016 contra a presidente Dilma Roussef, que foi impedida de terminar o mandato para o qual foi eleita (que deveria cumprir até 2019). Falamos do presidente Jean-Bertrand Aristides. Desta feita, a França se aproxima dos Estados Unidos na tarefa de “salvar” aquele país em vias de “autodestruição”, certamente por se tratar de uma população pobre, formada – em sua maioria – por descendentes de escravos que, segundo as avaliações externas, se “provaram incapazes de uma autogestão”. Essa exemplar cortesia multilateral, como denominada por Peter Hallward, parece aliviar as tensões da desobediência francesa durante a invasão americana ao Iraque.

Nesse jogo de aparências, há, contudo, os que dele participam sem medir as consequências. É assim que acreditamos ter perdido o governo brasileiro a chance de continuar coerente com seus princípios de reconhecimento e respeito aos Estados soberanos, mantendo-se fora de um conflito que deveria ter sido resolvido – se com ajuda externa, noutros termos. O jogo mundial de interesses, como se reflete no caso Haiti, é o mesmo jogo imperial-intervencionista, cuja participação torna os menores e periféricos apenas mais vulneráveis. O compartilhamento de poder e respeito no cenário internacional entre poderosos e periféricos, como querem crer alguns líderes de países “emergentes”, é ilusório. Ser coerente, respeitando fronteiras e regimes democraticamente estabelecidos, continua como a melhor e mais sensata estratégia no cenário internacional politicamente correto. Não soube a Venezuela transitar autonomamente por um delicado terreno, no qual tentativas intervencionistas falharam e discursos outros duvidavam da competência de seu povo para “saber do seu destino”? Pode-se arguir serem incomparáveis as duas realidades, mas não no que tange a ingerência em assuntos domésticos de países soberanos. A recente e fracassada tentativa de tomada de poder no caso

Hugo Chavez/Venezuela, orquestrada pelo governo estadunidense e ajudada, segundo depoimentos, por membros do próprio governo espanhol, quis antecipar-se aos meios democráticos de que dispunha o país para resolver seu conflito interno, meios esses que de fato se provaram, à época, suficientes e eficazes. Por que não acreditar que os povos e as nações necessitam de outro tipo de ajuda na resolução de seus conflitos que não a desmedida e arrogante ingerência dos ditos civilizados e ricos?

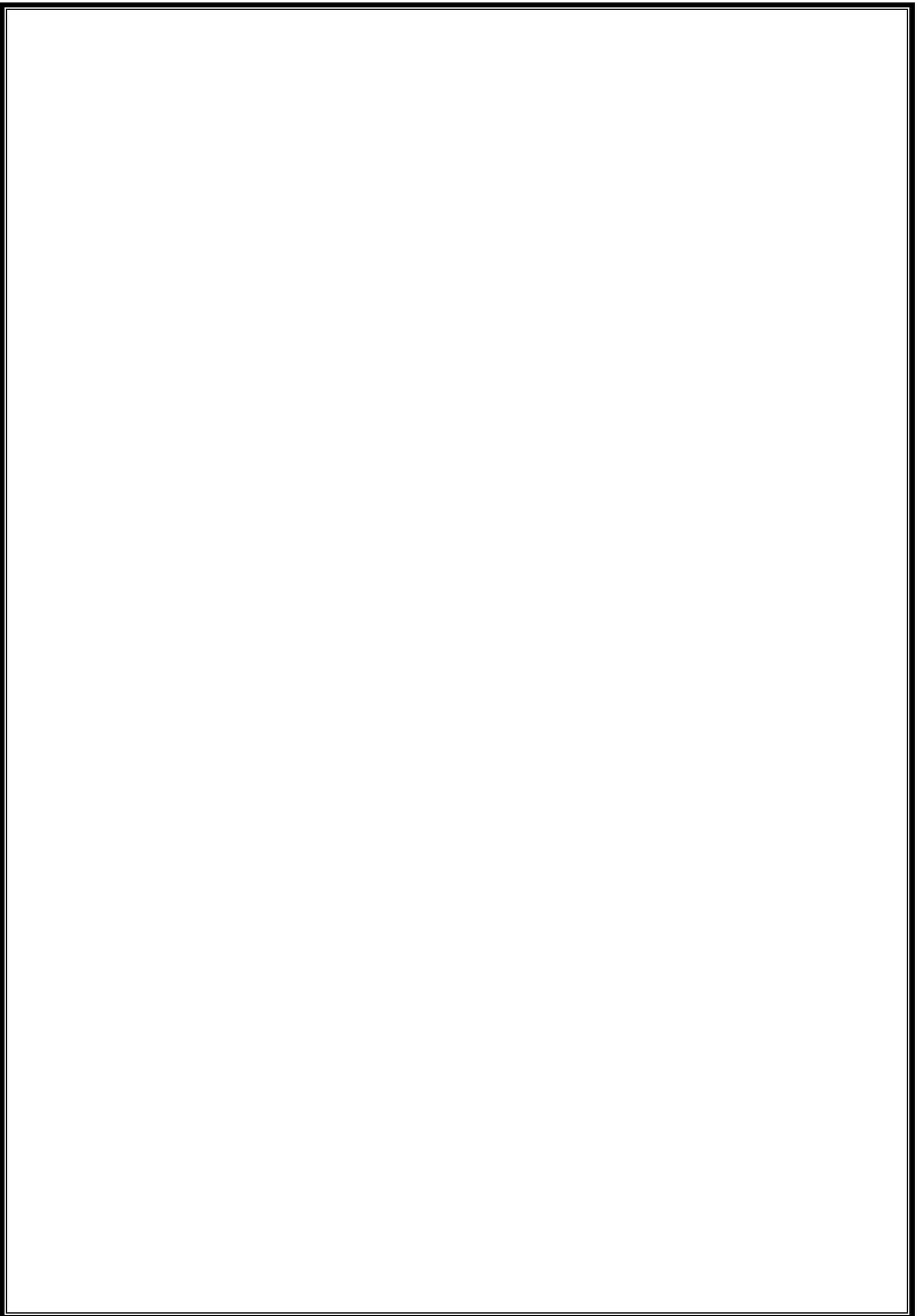
No caso do Haiti, a diplomacia e imprensa francesas compactuaram descaradamente com o golpe. Dessa forma, tornou-se fácil tomar a frente em um processo de intervenção sacramentado pelo Conselho de Segurança da ONU, que resultou na queda abrupta e em circunstâncias nebulosas de um presidente. Sabe-se que, retirado de seu país à força, deixou espaço para que fosse transformado o jogo de classes explicativo da situação social do Haiti, em um atestado de incapacidade nacional de auto-governar-se – justificando a presença dos ex-colonizadores e salvadores de pátrias alheias. Mais uma vez, a hipocrisia imperialista quer nos fazer esquecer a nefasta *des-construção* colonial e nos levar a crer por correta a anacrônica manutenção de territórios e possessões de além mar.

Mas a história não nos deixa esquecer os efeitos da nefasta colonização francesa e sua atitude predadora no Haiti, origem e razão de seu sofrimento hodierno. O regime escravocrata cultivado pelos colonizadores, por muito tempo fonte de lucros e luxo da burguesia comercial francesa, levando riqueza a suas cidades, não deve ser apagado da memória dos que querem entender a fundo o mal que todas as relações coloniais trouxeram ao novo mundo.

A miséria que restou deve ser, como esclarece o texto de Peter Hallward, protegida com o efetivo da ONU, liderado pelo Brasil no intuito de promover um governo democrático e dar poder ao povo haitiano. Ali deverão ficar até a democracia ser reinstaurada, como afirmou o embaixador chileno na ONU. (p. 241).

A coletânea de artigos desse número especial em português da revista *New Left Review* NLR se encerra com Susan Watkins, tratando de comparar a troca de poder em Bagdá, Iraque, com o regime de Pétain, em Vichy. "Vichy no Rio Tigre" foi o trabalho mais recentemente publicado entre aqueles escolhidos para compor a atual coletânea, saindo originalmente no número 28 de julho-agosto de 2004, com o título em inglês "Vichy in the Tigris". Apesar de se centrar nas questões do poder estrangeiro e nacional no Iraque do período pós-invasão, a autora inclui informações acerca das políticas para Cabul (Afeganistão) e outros temas imbricados na sua problemática, relativos ao próprio Oriente Médio e seus diferentes Estados, guerras e histórias. Outro aspecto interessante e explicativo das dificuldades em passagem de poder local está no que se conhece por formação de uma resistência com matizes, fontes e destinos diversos. Uma resistência que, segundo a autora, poderá continuar dando duros golpes no exército de ocupação e em seus auxiliares, esvaziando o apoio à recolonização, independente de quem se instalar na Casa Branca. Naquela altura, a perspectiva de Barack Obama ocupar o posto ainda era algo desconhecido, mas isso certamente não diminui o que Susan Watkins sabiamente descrevia como futuro confuso na terra invadida. Hoje sabemos o que resultou dessa catastrófica empreitada do governo Bush e seu recrudescimento com a megalomania e insanidade da política externa do atual presidente Trump para o Oriente Médio. Nada do que falou a autora no seu texto deixou de ser premonitório e esclarecedor para os dias de trevas atuais no que tange à política global hegemônica.

Os textos de *Contragolpes* ainda que em época anterior ao que vivenciamos como cenário político atual no Brasil e no mundo – veja-se o cenário das eleições, do recrudescimento neoliberal e as questões de imigração ilegal também – apenas traz a certeza de como a NLR é pertinente em suas tratativas para melhor compreender o passado, o presente e o futuro das realidades políticas e sociais, reforçando a capacidade analítica para abordar fenômenos diversos do mundo no século XXI.



// Instruções aos autores

A REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFC ESTÁ ABERTA A CONTRIBUIÇÕES NA FORMA DE:

Artigos de demanda livre – ao receber os trabalhos, a Comissão Editorial verifica se estão de acordo com as normas exigidas para publicação (o não-cumprimento das orientações implicará a interrupção desse processo); analisa a natureza da matéria e sua adequação à política editorial da Revista, e delibera sobre encaminhamentos. Posteriormente, os textos são remetidos para avaliação de pareceristas, garantido o anonimato de autores e consultores.

Dossiê temático – a Comissão Editorial solicita aos autores que encaminhem artigos originais, relativos à temática previamente definida, conforme o planejamento da Revista e delibera sobre a sua publicação com base em pareceres. A mesma comissão faz a leitura final, podendo sugerir eventuais ajustes de estrutura e forma para adequá-lo à política editorial da Revista. Eventualmente, a organização do Dossiê temático pode ficar sob a responsabilidade de um editor convidado. Todos os artigos (dossiê e demanda livre) podem sofrer eventuais modificações de forma ou conteúdo pela editora, mas essas serão previamente acordadas com os autores. Uma vez iniciado o processo de composição final da edição, a Revista não aceita acréscimos ou modificações dos autores.

Resenhas – podem ser encaminhadas à Revista como demanda livre ou por convite. Considerando a temática, a qualidade da redação e a atualidade do texto, a Comissão Editorial decide quanto à sua publicação. Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e a sua publicação não exprime endosso do Conselho Editorial ou da Comissão às suas afirmações. Os textos não serão devolvidos aos autores e, somente após sua revisão (quando for o caso) e aceitação final, será indicado em que número cada um será publicado. Cada autor receberá dois exemplares da respectiva edição.

Situações que possam estabelecer conflito de interesses de autores e revisores devem ser esclarecidas. Por conflito de interesses se entende toda situação em que um indivíduo é levado a fazer julgamento ou tomar uma decisão da qual ele próprio possa tirar proveito direto ou indireto. No caso de haver restrições de financiadores e patrocínio de pesquisas, ou de coautorias e de participações nas pesquisas que deram origem ao texto, o primeiro autor deve trazer autorizações explícitas que garantam a publicação. No caso dos avaliadores, estes devem indicar explicitamente situações que possam resultar em benefício a ele ou a colaborador próximo; ou situações de potenciais conflitos de interesses relativos ao texto em análise. Todos os direitos autorais dos artigos publicados são reservados à Revista, sendo permitida, no entanto, sua reprodução com a devida citação da fonte.

NORMAS EDITORIAIS

Os textos poderão ter até 30 laudas em espaço um e meio (1,5), incluindo notas e referências bibliográficas. Os autores devem se cadastrar no portal da Revista de Ciências Sociais na internet (periodicos.ufc.br/index.php/revcienso) e fazer o cadastro necessário para enviar o documento. Os trabalhos devem ser formatados em Word, fonte Times New Roman, corpo 12, inclusive para os títulos e subtítulos. As

resenhas devem ter, no máximo, 06 laudas. A página inicial deve indicar: título do artigo; título do artigo em inglês, nome do(s) autor(es); resumo (até dez linhas), ABSTRACT, palavras-chave e keywords (no máximo 5). A ausência de qualquer um desses itens resultará na devolução do artigo.

O resumo deve apresentar objetivos, métodos e conclusões. Na identificação dos autores, além de sinopse curricular (dados sobre a formação acadêmica, afiliação institucional e principal publicação. Até 150 palavras), devem constar também endereço postal para correspondência e endereço eletrônico. Os títulos das seções devem ser ressaltados por meio de dois espaços dentro do texto, sem utilização de formatação especial para destacá-los. As notas (numeradas) e a bibliografia, em ordem alfabética, deverão aparecer no final do texto. O autor deve compatibilizar as citações com as referências bibliográficas. Palavras em outros idiomas, nomes de partidos, empresas etc deverão ser escritos em itálico.

FORMAS DE CITAÇÃO

As citações que não ultrapassarem 3 linhas devem permanecer no corpo do texto. As citações de mais de 3 linhas devem apresentar recuo da margem esquerda de 4cm, espaçamento simples, sem a utilização de aspas, justificado e com fonte menor que a do corpo do texto. As referências bibliográficas no interior do texto deverão seguir a forma (Autor, ano) ou (Autor, ano, página) quando a citação for literal (neste caso, usam-se aspas): (BARBOSA, 1964) ou (BARBOSA, 1963, p. 35-36). Quando a citação imediatamente posterior se referir ao mesmo autor e/ou obra, devem-se utilizar entre parênteses as fórmulas (Idem, p. tal) ou (Idem, ibidem quando a página for a mesma). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, deve-se diferenciar por uma letra após a data: (CORREIA, 1993a), (CORREIA, 1993b). Caso o autor citado faça parte da oração, a referência bibliográfica deve ser feita da seguinte maneira: Wolf (1959, p. 33-37) afirma que... Citações que venham acompanhadas de comentários e informações complementares devem ser colocadas como nota.

FORMATO DAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas (ou bibliografia) seguem a ordem alfabética pelo sobrenome do autor. Devem conter todas as obras citadas, obedecer às normas da ABNT (NBR 6023/ 2002), orientando-se pelos seguintes critérios:

Livro: sobrenome em maiúsculas, nome. Título da obra em itálico. Local da publicação: Editora, ano. Exemplo: HABERMAS, Jürgen. *Dialética e hermenêutica de Gadamer*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1987. Livro de vários autores (acima de 3): sobrenome em maiúsculas, nome et al. Título da obra em itálico. Local da publicação: Editora, ano. Exemplo: QUINTANEIRO, Tania et al. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1990. Obs: até três autores deve-se fazer a referência com os nomes dos três.

Artigo em coletânea organizada por outro autor: sobrenome do autor do artigo em maiúsculas, nome. Título do artigo, seguido da expressão In: e da referência completa da coletânea, após o nome do organizador, ao final da mesma deve-se informar o número das páginas do artigo. Exemplo: MATOS, Olgária. *Desejos de evidência, desejo de vidência: Walter Benjamin*, in: NOVAES, A. (org.). *O Desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 157-287.

Artigo em periódico: sobrenome do autor em maiúsculas, nome. Título do artigo sem destaque. Nome do periódico em negrito, local de publicação, número da edição (volume da edição e /ou ano), 1ª e última numeração das páginas, mês abreviado, seguido de ponto final e do ano em que o exemplar foi publicado. Exemplo: VILHENA, Luís Rodolfo. *Os intelectuais regionais. Os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 32, ano 2, p.125-149, jun.1996.

Obras online: sobrenome do autor (se houver) em maiúsculas, seguido de Nome. Título da obra (reportagem, artigo) destacado. Logo após virá o endereço eletrônico entre os sinais < >, precedido pela expressão “Disponível em”. Após o endereço eletrônico (site) deverá vir a expressão “Acesso em”: dia do acesso, mês abreviado. Ano.

EXEMPLOS

Livro

BALZAC, Honoré. A mulher de trinta anos. Disponível em: <<http://www.terra.com.br.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

Periódico em meio eletrônico

GUIMARÃES, Nadeja. Por uma sociologia do desemprego. Rev. Bras. Ci. Soc*., São Paulo, v. 25, n. 74, out. 2010. Disponível em: <<http://www.Scielo.br/scielo.php?script>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

Jornal em meio eletrônico

* **Sem o nome do autor.** Quando a matéria não informa o autor, iniciamos pelo título.

TSUNAMI no Japão. O Povo online, Fortaleza, 11mar. 2011. Disponível em: <<http://www.jornal o povo.com.br>>. Acesso em: 11mar. 2011. * Com o autor BRÁS, Janaína. Fraternidade: campanha discute proteção à natureza. O povo online, 11mar.2011. Disponível em: <<http://www.jornal o povo.com.br>>. Acesso em: 11mar. 2011.

OBSERVAÇÕES

Edição de imagens: A completa edição da imagem, tal como o autor deseja que seja publicada, é de inteira responsabilidade do próprio autor. A RCS-UFC se reserva o direito de fazer apenas alterações simples, convenientes à

formatação da edição. Artigos com imagens inadequadas à publicação serão devolvidos. As imagens devem ainda ser legendadas com fonte Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples.

Tabela: As tabelas devem obedecer às regras de formatação do corpo do texto e, ainda, devem ser legendadas, com fonte Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples. A forma da tabela deve ser simples e editável. Não serão aceitas tabelas em PDF ou em qualquer outro formato que não possa ser editado pela RCS-UFC.